

A CHINA POR SINÓLOGOS BRASILEIROS

**VISÕES SOBRE
ECONOMIA,
CULTURA E
SOCIEDADE**

A CHINA POR SINÓLOGOS BRASILEIROS

VISÕES SOBRE
ECONOMIA,
CULTURA E
SOCIEDADE

ORGANIZAÇÃO

Evandro Menezes de Carvalho
Janaína Camara da Silveira



shū

Organização © Evandro Menezes de Carvalho e Janaína Camara Silveira

Direitos de edição em língua portuguesa adquiridos por
Editora Batel
www.editorabatel.com.br

Direitos Reservados
1ª Edição – 1ª Impressão
Julho 2019

Coordenação Editorial
CARLOS BARBOSA

Revisão
CHARLES MOURÃO
DENISE SCOFANO MOURA

Projeto gráfico de Capa e Miolo
JULIO LAPENNE

Editoração Final
SOLANGE TREVISAN ZC

O selo SHU é uma marca criada em parceria pela
Go East Brasil e a Editora Batel.

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
em vigor no Brasil desde 2009.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

J91c

Julião, Rafael

Cazuza : segredos de liquidificador / Rafael Julião. – 1. ed. – Rio de Janeiro:
Batel, 2019.

272 p.; 23 cm.

ISBN 978-85-7174-025-9

1. Cazuza, 1958-1990. 2. Cantores – Brasil – Biografia. I. Título.

19-56982

CDD: 782.92164092

CDU: 929:784.4(81)

14/05/2019 14/05/2019

SUMÁRIO

09

**BRASILEIROS NA CHINA: COMUNICAÇÃO E
ADAPTAÇÃO NO GIGANTE ASIÁTICO**

Lúcia Anderson
(露西娅)

29

**PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA
COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA EM DEFESA**

Pedro Henrique Batista Barbosa
(亨利)

43

**AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO
DE IMAGEM DA CHINA NAS CRESCENTES
RELAÇÕES ECONÔMICAS SINO-BRASILEIRAS**

Santiago Bustelo
(申睿)

69

**O COMÉRCIO BRASIL-CHINA E
OS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL**

Tulio Carriello

89

**REFLEXÕES SOBRE O CONFUCIONISMO NO
SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINEAS**

Evandro Menezes de Carvalho
(高文勇)

115

**CONFÚCIO, SEU PENSAMENTO
ECONÔMICO E A CHINA ATUAL**

Paula Carvalho

125

**ESTADO, MERCADO, SETOR PRIVADO E PLANEJAMENTO
NO DESENVOLVIMENTO RECENTE DA CHINA**

Elias Marco Khalil Jabbour

153

**40 ANOS DE REFORMA E ABERTURA EM ZHEJIANG:
COMO A CONSTRUÇÃO DE AMBIENTE RURAL
ECOLÓGICO AMPLIOU A RENDA NO CAMPO**

Janaina Camara da Silveira
(热娜)

169

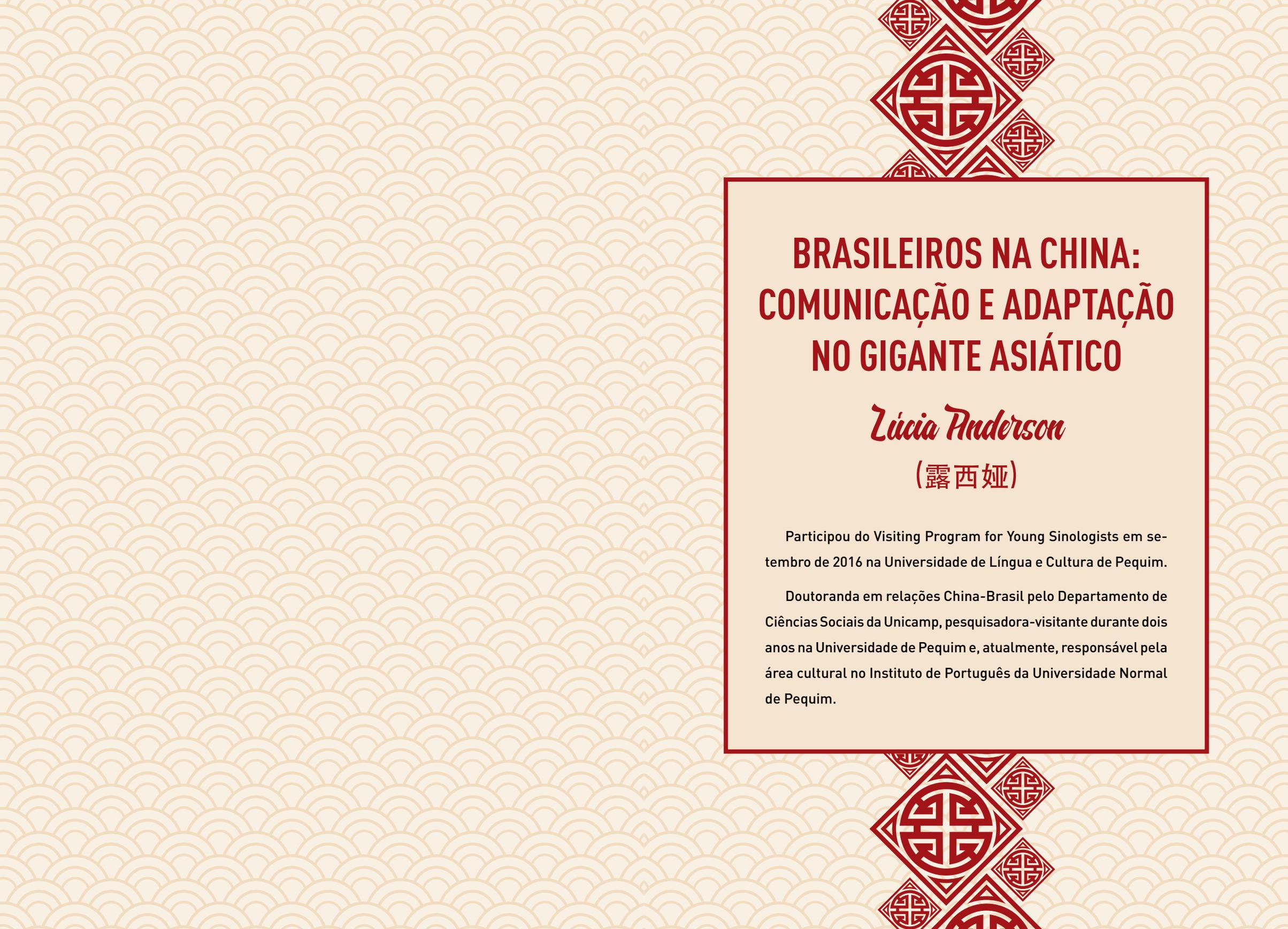
**CAMILO PESSANHA E
O FASCÍNIO SINÓLIO EM MACAU**

Caroline Pires Ting
(丁小雨)

197

**NOVAS REGRAS PARA O INVESTIMENTO CHINÊS
NO MUNDO E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS PARA O BRASIL**

Larissa Wachholz
(拉丽萨)



BRASILEIROS NA CHINA: COMUNICAÇÃO E ADAPTAÇÃO NO GIGANTE ASIÁTICO

Lúcia Anderson

(露西娅)

Participou do Visiting Program for Young Sinologists em setembro de 2016 na Universidade de Língua e Cultura de Pequim.

Doutoranda em relações China-Brasil pelo Departamento de Ciências Sociais da Unicamp, pesquisadora-visitante durante dois anos na Universidade de Pequim e, atualmente, responsável pela área cultural no Instituto de Português da Universidade Normal de Pequim.



Este artigo pretende contribuir para um melhor entendimento não somente entre China e Brasil, mas – principalmente – entre chineses e brasileiros. Muitos brasileiros ainda não têm dimensão da importância da China. Inúmeras boas oportunidades são perdidas simplesmente por causa de uma “gafe” ou falta de entendimento entre as duas partes. É de extrema importância que os brasileiros conheçam mais sobre o seu maior parceiro comercial e entendam conceitos como *guanxi* e *mianzi*. Uma melhor percepção do outro é importante para desenvolver bons relacionamentos, negócios e, conseqüentemente, para ajudar a desenvolver as relações entre China e Brasil.

Os desafios do brasileiro que vai trabalhar na China são muitos. Mais do que a dificuldade inicial imposta pelos caracteres e os tons do chinês, está a comunicação de forma global: o entendimento de conceitos como *guanxi* e *mianzi*; o significado de palavras usadas frequentemente, como *ganbei*, *laoban* e *laowai*; a maneira como o tempo é entendido em países tão distantes – e distintos – como China e Brasil.

A retomada da globalização na China, desde a implementação da política de reforma e abertura em 1978 até a recente idealização da plataforma multicultural *yidai yilu* 一代一路 (“uma era, um caminho” em tradução literal/ “Cinturão e Rota” na tradução mais usada) ou “Nova Rota da Seda” em 2013 fez com que o país ocupasse uma posição de destaque no cenário mundial. O megaprojeto chinês envolve 71 países¹, na Oceania, Ásia, África e América Central. O objetivo principal é criar infraestrutura, como pontes, estradas e portos, para facilitar o comércio entre Oriente e Ocidente, como a milenar Rota da Seda. A concretização desse plano que envolve países com línguas, religiões, moedas, valores e hábitos totalmente diferentes trará novos aliados à China, que consolida sua posição de maior destaque global.

O gigante asiático expande suas parcerias, estabelece cada vez mais acordos de cooperação e idealiza grandes projetos para conectar países com a Nova Rota da Seda e, desde dezembro de 2017, o governo chinês facilita a entrada de viajantes em trânsito pelo país e estabeleceu a possibilidade de estrangeiros

¹ De acordo com o site oficial do governo (<https://eng.yidaiyilu.gov.cn/index.htm>) acessado em janeiro de 2018.

ficarem até 144 horas (seis dias) sem visto em território chinês, desde que tenham os requerimentos necessários².

Com a economia mundial globalizada e políticas como a Nova Rota da Seda, empresas transnacionais espalharam suas atividades a outros países por meio de inúmeras redes de produção, distribuição e comercialização. Nas últimas três décadas, o estabelecimento dessas empresas na China, principalmente por causa da mão de obra barata, impulsionou o aumento do fluxo de expatriados em cargos de gerência transferidos para o país. É nesse período que brasileiros começam a ser alocados na região.

No dia 15 de agosto de 1974, China e Brasil restabeleciam relações diplomáticas. Em 1993, com a visita do então presidente Jiang Zemin ao Brasil foi firmada a parceria estratégica entre os dois países. Com ela, 34 contratos de prestação de serviços entre empresas brasileiras e chinesas foram criados de 1984 a 1999 (Dwyer, 2012; Sheng, 2012). Para a China, “parceria estratégica” significa “o reconhecimento de que a relação bilateral deveria ser aprofundada e intensificada em todos os sentidos” (Biato, 2010). O Brasil foi o primeiro país a ser reconhecido pela China como um “parceiro estratégico”, antes mesmo da Rússia e da França. Atualmente, o país asiático tem parcerias estratégicas com cerca de 30 países.

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, a parceria sino-brasileira passou por diversas fases. De 1949 a 1974 houve a gestão das relações; de 1974 a 1990, a fixação das bases; nos três anos seguintes China e Brasil passaram por uma crise nas relações bilaterais até o estabelecimento da parceria estratégica em 1993; finalmente, até os dias atuais pode-se afirmar que os dois países passam pela maturação da parceria sino-brasileira (Becard, 2011). A partir dessa divisão é possível entender o desenvolvimento, transformação e

² A isenção de visto depende de inúmeros fatores, como ter passaporte válido, uma passagem de avião mostrando que se está fazendo conexão no país (mas que já possui o bilhete para outro destino) e ser de uma das 53 nacionalidades beneficiadas. Essa possibilidade não vale para quem vai do Brasil para a China e volta ao país de origem. Mas para quem voa de um país para o outro fazendo conexão em Pequim, Xangai, Tianjin, províncias de Hebei, Zhejiang e Jiangsu. Mais informações no site da agência de notícias oficial do país (http://www.xinhuanet.com/english/2017-12/28/c_136858115.htm), consultado em fevereiro de 2018.

evolução da parceria recente entre os dois países. O Plano de Ação Conjunta³, assinado em 2009, prevê que:

as duas partes encorajarão ativamente a cooperação econômica e comercial e apoiarão o investimento nos dois sentidos, por parte de entidades e empresas relevantes, em particular nas áreas de: infraestrutura, energia, mineração, agricultura, bioenergia, indústria e setor de alta tecnologia. As duas partes intensificarão a cooperação com vistas a facilitar o comércio e o investimento.

Apesar do aumento da cooperação entre China e Brasil, ainda falta entendimento mútuo, que poderia contribuir para a intensificação do relacionamento entre os dois países. A maior parte dos brasileiros que vão trabalhar na China chegam ao país asiático sem nenhum treinamento ou conhecimento prévio. Poucas empresas, que constituem exceção, oferecem treinamento antes ou depois da chegada do funcionário. A maior parte das pessoas que atravessa metade do globo precisa descobrir sozinho um novo mundo.

Ao chegar na China, o país mais distante do Brasil, o choque cultural e o emaranhado de dificuldades dos estrangeiros que vão trabalhar no país começa no aeroporto: caracteres por todos os lados, sons diferentes, funcionários que não falam inglês, muita gente, poluição, barulho dentro do metrô ou à espera do táxi. A diferença no fuso horário demora a passar e os sentimentos variam de encantamento e surpresa para alguns até frustração e desapontamento para outros.

No dia a dia, a língua constitui, sem dúvida, o maior empecilho: sem conseguir se expressar e estabelecer comunicação com os chineses é difícil obter informações básicas, como explicar onde se quer ir, o que se quer comer e pedir ajuda em caso de emergência. O estabelecimento de uma linguagem comum é o ponto básico para o estabelecimento de comunicação entre os sujeitos, onde ocorrem trocas simbólicas e materiais em uma sociedade. Esse fator se intensifica quando os sujeitos ocupam altos cargos em empresas: a

³ Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, consultado no site (<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da>). Acesso em 30 out. 2014.

comunicação passa a ser essencial para que a mensagem seja passada corretamente ao interlocutor. Nas empresas transnacionais, onde a maior parte das pessoas fala inglês, é importante entender o funcionamento da dinâmica dos que trabalham no local. Não só como as pessoas se relacionam, mas como a cultura e os hábitos locais podem influenciar o trabalho dentro da empresa.

O brasileiro que vai trabalhar na China e ignora conceitos essenciais da sociedade e cultura chinesas, como *guanxi*, *mianzi*, *zhong*; não sabe o significado da palavra *laowai*, nem a importância do *wechat* na comunicação e como fazer *ganbei* de forma adequada terá dificuldades maiores do que o desconhecimento linguístico implica. Essas palavras fazem parte do vocabulário de quem mora no país e, até mesmo os estrangeiros que não falam chinês, as usam comumente. Posso afirmar que a frase abaixo seria entendida facilmente por qualquer brasileiro que viva na China há mais de um ano, mesmo que nunca ter estudado nem uma hora de chinês:

“Ontem, na hora do *ganbei*, o *laoban* dele me chamou de *laowai* e pediu meu *wechat*. Eu percebi que o *baijiu* ajuda a melhorar o *guanxi*”.

Tradução adaptada: “Ontem, na hora do brinde, o chefe dele me chamou de ‘gringo’ e pediu meu *WhatsApp*. Eu percebi que o álcool ajuda a melhorar a rede de relacionamentos”.

Entender essas palavras e conceitos não facilita somente a comunicação, mas faz com que o estrangeiro se integre, ainda que limitadamente, ao universo chinês. É importante saber que conhecer o interlocutor, estabelecer um relacionamento de confiança é a base de uma parceria e que um acordo feito oralmente, muitas vezes, pode ter mais valor do que um contrato escrito. O brasileiro que não souber a importância da estrutura hierárquica na China pode ter problemas se tiver um superior chinês. E o superior brasileiro que ouvir de seu funcionário chinês “*I will try my best*”⁴ pode entender que nem sempre seu subordinado vai fazer o melhor, mas só está usado uma artimanha

4 “Eu vou fazer o meu melhor”.

para recusar algo com educação. Entender essas nuances é importante para quem vai à China a negócios ou de mudança a longo prazo.

Atualmente, é possível encontrar diversos livros sobre como fazer negócios no país: “Fazendo negócios na China”, “Curso de chinês para negócios” são alguns dos títulos. Entretanto, faltam pesquisas sobre o tema e material científico com embasamento teórico que realmente ajude quem quer entender melhor a complexa sociedade chinesa. Aprender como conviver com chineses, entender como funciona a cultura e saber a diferença entre o Brasil e o país asiático é muito mais eficiente para se ter sucesso no país do que ler manuais que ensinam a fazer negócios. O sucesso na adaptação no país e nos negócios é uma consequência daquele que se preparou, estudou, entende e respeita a cultura de onde está trabalhando.

Por meio da vivência no país asiático, do extenso estudo de literatura da área, de pesquisa de campo, análise de material fornecido pelas empresas e entrevistas com brasileiros morando na China, foi possível identificar as dificuldades de quem vai trabalhar no país asiático.

Este artigo pretende contribuir para um melhor entendimento não somente entre China e Brasil, mas – principalmente – entre chineses e brasileiros. Muitos brasileiros ainda não têm dimensão da importância da China. Inúmeras boas oportunidades são perdidas simplesmente por causa de uma “gafe” ou falta de entendimento entre as duas partes. É de extrema importância que os brasileiros conheçam mais sobre o seu maior parceiro comercial. Uma melhor percepção do outro é importante para desenvolver bons relacionamentos, negócios e, conseqüentemente, para ajudar a desenvolver as relações entre China e Brasil.

Além do material coletado durante as entrevistas para esta pesquisa, durante o período no qual trabalhei na China, acrescentaria a falta de familiaridade com conceitos culturais como *guanxi*⁵, *mianzi*⁶ e *hongbao*⁷; problemas de

5 *Guanxi* pode ser definido como “rede de relacionamento” e é fundamental para se fazer negócios na China.

6 *Mianzi* é a “face”. Para os chineses, é muito importante não “perder a face”. Saber lidar com esses aspectos da cultura chinesa é fundamental para ter sucesso nos negócios.

7 *Hongbao* traduz-se como “envelope vermelho” e é uma espécie de recompensa por algum trabalho ou ajuda prestados.

comunicação, devido a diferenças linguísticas e culturais; a desconfiança mútua entre empresários e problemas por causa das falsas expectativas a respeito do quadro legislativo chinês com relação a cópias de propriedade intelectual. No livro “*Made in China*” (2010), Rosana Pinheiro-Machado, por meio de entrevistas, explica que executivos das maiores companhias do mundo concordam que uma das maiores dificuldades em se instalar no país é o fato de que os empregados, tão logo adquiram conhecimento, pedem demissão e começam seu próprio negócio (2010). A falta de confiança e a questão de plágio da propriedade intelectual caminham juntas. Contudo, na últimas duas décadas, o governo chinês investiu massivamente em educação, ciência e tecnologia. A qualidade dos produtos *Made in China* está cada vez mais alta. O gigante asiático, atualmente, já ultrapassava países como Estados Unidos e Japão na área de inovação (Owens, Blaker e Bejar, 2016).

Como parte da pesquisa do doutorado, entrevistei 30 brasileiros, que estão trabalhando em empresas brasileiras no país. Desde o presidente de uma grande multinacional de produtos manufaturados até o técnico responsável pela área de controle de qualidade de uma empresa do ramo alimentício. Como previsto, a principal dificuldade de adaptação encontrada nas entrevistas foi a língua, inclusive para brasileiros descendentes de chineses e fluentes em mandarim.

A LÍNGUA

Há os que se intimidem pelos caracteres chineses e que preferam nem começar a estudar a língua. Aqueles que começaram a estudar e tiveram que parar, citam diversos motivos: as dificuldades iniciais de se aprender uma língua tão diferente do português; excessiva carga de trabalho, viagens de negócios entre outros. Apesar das dificuldades, há os que enfrentam o desafio e persistem em aprender o idioma, como o entrevistado *Felipe*⁸, que tem aulas de chinês todos os dias às 18h. O executivo explicou que fez uma promessa a si mesmo dizendo que não desmarcaria a aula “em hipótese alguma” e, dessa maneira,

tem conseguido avançar no estudo. É preciso comprometimento, disciplina e disponibilidade de tempo para aprender chinês. Não basta somente saber o mandarim – dialeto comum do país, como explica o entrevistado *Mauro*: “Sempre que vou visitar fábricas ou almoçar com pessoal do governo local, levo meu tradutor, mas se os locais não quiserem que o tradutor entenda, vão falar no dialeto de propósito. As fábricas ficam em cidades pequenas”.

As dificuldades linguísticas não se resumem àquelas enfrentadas por brasileiros que vêm trabalhar na China. Temos que considerar também as dificuldades que brasileiros têm ao aprender inglês, quase sempre usada como língua de interface para a comunicação. Além disso, há de se considerar as dificuldades que chineses têm para aprender o idioma que virou “língua franca” no mundo atual. Chinês e inglês são línguas muito diferentes e, apesar da atual geração de estudantes chineses ser bilíngue nas principais cidades do país, a geração anterior (que está no mercado de trabalho atualmente) ainda se alfabetizou primariamente somente em mandarim e, se não viveram fora do país, possuem bastante dificuldade no idioma. Algumas empresas brasileiras, como a empresa em que o entrevistado *José* trabalha, contrataram professores de inglês para dar treinamento a funcionários chineses. Dessa maneira, se os funcionários brasileiros já dominam o inglês, a comunicação com chineses pode ser facilitada.

AS DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO DE BRASILEIROS DESCENDENTES DE CHINÊS FLUENTES EM MANDARIM

Até brasileiros descendentes de chineses e fluentes em mandarim tiveram dificuldade ao trabalhar na China. As entrevistas feitas com cinco desses brasileiros mostrou alguns fatores principais. Se os entrevistados nasceram na China e foram ao Brasil quando crianças, a única ligação linguística que mantiveram foi a comunicação com seus familiares. Essa comunicação dentro de casa, informal, é muito diferente da linguagem usada em ambientes empresariais. É como se esses descendentes tivessem que aprender uma nova língua ao voltar para o país em que nasceram. Novo léxico, nova maneira de construir frases, desconhecidos do vocabulário de uma criança que conversa com os pais. A língua se transforma

⁸ Todos os nomes dos entrevistados foram trocados para preservar a identidade.

e, em 20 ou 30 anos – período em que viveram no Brasil – as transformações foram significativas. É o caso do entrevistado *João*, descendente de chineses que aprendeu um dialeto local do Sul da China ao se comunicar com seus pais. Esse dialeto é totalmente diferente do mandarim e o entrevistado só conseguia se comunicar oralmente e não sabia ler caracteres. Isso não impediu que fosse o escolhido para representar a empresa que trabalhava em uma reunião na capital chinesa na década de 1990. Apesar de ter explicado que não falava mandarim, seu chefe brasileiro parecia não se importar: “É tudo a mesma coisa. Você vai dar conta”. Ele disse que teve poucas semanas para aprender palavras-chave para apresentar o produto de sua empresa e que “qualquer brasileiro de origem europeia ou africana teria tido o mesmo trabalho”. Ao chegar na reunião e apresentar o produto, ele disse que conseguia falar “meia dúzia de palavras”. Apontava partes do produto e falava: “grande! Bom! Muito bom!”. Os chineses viram o esforço que ele estava fazendo para se comunicar e levaram isso em consideração ao fechar o negócio. A empresa abriu filial no país asiático pouco tempo depois dessa primeira reunião.

O entrevistado *Augusto*, que passou a infância na China e fala chinês fluentemente, afirma que uma das suas principais dificuldades ao vir para a China foi a língua. Ele explicou que, quando saiu da China falava chinês “de criança”, que é totalmente diferente da linguagem usada nos negócios.

UMA ÚNICA PALAVRA

O entrevistado *Pedro*, brasileiro descendente de chineses, diz que na China as pessoas pensam muito antes de falar e, por isso, demoram para expressar o que pensam. “Muitas vezes, você tem que descobrir o que a pessoa quer falar. Quem não está acostumado com isso, pode interpretar de maneira errada e não entender o que está acontecendo. Cada palavra tem um poder muito grande.

Se uma única palavra for usada de maneira diferente, pode colocar todo o negócio em risco”. Ele contou que uma vez, no inverno frio e nevando, antes de uma reunião importante, andou horas na rua, sem gorro “para manter a cabeça fresca e funcionando” revisando cada palavra que usaria na reunião para não correr o risco de ofender os potenciais parceiros chineses. Até hoje,

mesmo depois de quase 16 anos na China, não se considera apto a negociar em chinês. Os chineses acham que ele pensa como estrangeiro. Ele disse que na primeira, segunda, terceira reunião com clientes locais ele consegue “enganar” os chineses para não desconfiarem que ele é brasileiro, mas que depois de um tempo percebem que ele pensa e age como estrangeiro. Isso é ruim porque ele não consegue entrar na mentalidade chinesa, mas ao mesmo tempo, a empresa matriz tem total confiança nele. Ele disse que só começou a entender a mentalidade local quando casou com uma chinesa, mas que ainda tem dificuldade. E completou: “a comunicação no mundo nos negócios na China muda constantemente.

A linguagem usada dez anos atrás é diferente da usada hoje em dia. Muitos empresários chineses, hoje, moraram fora do país, fizeram faculdade fora. Os empresários chineses de hoje são uma mistura de Ocidente com Oriente. Eles são chineses, estudaram fora do país, mas ainda têm a mentalidade chinesa tradicional.”

COMUNICAÇÃO E GUANXI

Se fossemos definir o conceito *guanxi* 关系 da maneira mais simples possível poderia ser traduzido para português como “relacionamento” ou “conexões”. Acontece que essa palavra envolve inúmeras práticas, em que há trocas e regras implícitas, significados e conceitos complexos que somente um termo não poderia expressar de maneira justa. O aparecimento do termo *guanxi* ou *guanxixue* 关系学 (estudo das redes de relacionamento) é incerto, mas sabe-se que a edição de 1947 do dicionário *Ci hai* 词海 (Mar de Palavras⁹) não traz o verbete, o que evidencia que a palavra começou a ser escrita e, provavelmente, verbalizada depois dessa data¹⁰. Acredita-se que a palavra *guanxixue* tenha surgido no período socialista (Yang, 1994).

9 Esse dicionário de língua chinesa é o equivalente ao nosso Dicionário Aurélio ou Houaiss: o maior e mais completo do país.

10 Mas isso não significa que antes de 1947 o *guanxi* não era praticado na China. Apenas que começou a ser usado de maneira escrita e registrado como termo que definia uma ação já praticada.

O significado original¹¹ do primeiro caractere da palavra *guanxi*, *guan* 關, em chinês tradicional, é formado por três partes: 1) *men* 門 (porta) 2) *yao* 幺 (pequeno) e 3) *mao* 卯 (extrair a força de alguém). O significado antigo desse caractere queria dizer “parafuso de porta”. Para os chineses isso pode significar que, com um pequeno parafuso, você tem o poder de fechar (ou abrir) muitas portas (Shi, 2013). O significado atual, simplificado, do caractere *guan* 关 tem diversas acepções, mas as que tem relação com esta pesquisa são: 1) se importar com alguém e 2) se envolver. Algumas palavras modernas ainda usam o prefixo *guan* com o sentido de “fechar”, “desligar”, “tirar da tomada”. O caractere *guan* 关 também faz parte de palavras como *guanai* 关爱 (cuidado, cautela; amar e cuidar), *guanhu* 关乎 (envolver, relacionado a, se preocupar com), *guanhuai* 关怀 (solicitude, proteção, consideração). Sintetizando, podemos inferir que o significado antigo da palavra *guan* 關 seria entendido como abrir ou fechar uma porta.

Como vimos nos exemplos acima o prefixo *guan* faz parte de palavras que têm o sentido de “afeição” e “carinho”. Assim, por meio da análise do primeiro caractere da palavra *guanxi*, podemos concluir que a base do *guanxi* é afeição, afinidade real ou por conveniência. O segundo caractere da palavra *guanxi*, o *xi*, 系, na forma tradicional 係 pode significar 1) relacionado a, 2) conectar, 3) amarrar e 4) vincular. A forma moderna perdeu o prefixo *wei* 位 (pessoa ou posição social), que confirma a importância das pessoas nesse tipo de relação mas manteve o mesmo significado original. Entender a etimologia antiga e a moderna da palavra juntamente com a constituição do caractere é importante para o entendimento mais profundo do termo.

Assim, *guanxi* 关系 significa as conexões que são estabelecidas por afinidade, contatos pessoais e as trocas que ocorrem na vida social dos indivíduos. Em inglês, poderia ser chamado de *network* ou *relationship*¹². Mayfair Yang no clássico *Gifts, Favours & Banquets* (1994) explica que na arte do *guanxi*, a transformação do desconhecido para o conhecido (ou pouco familiar para

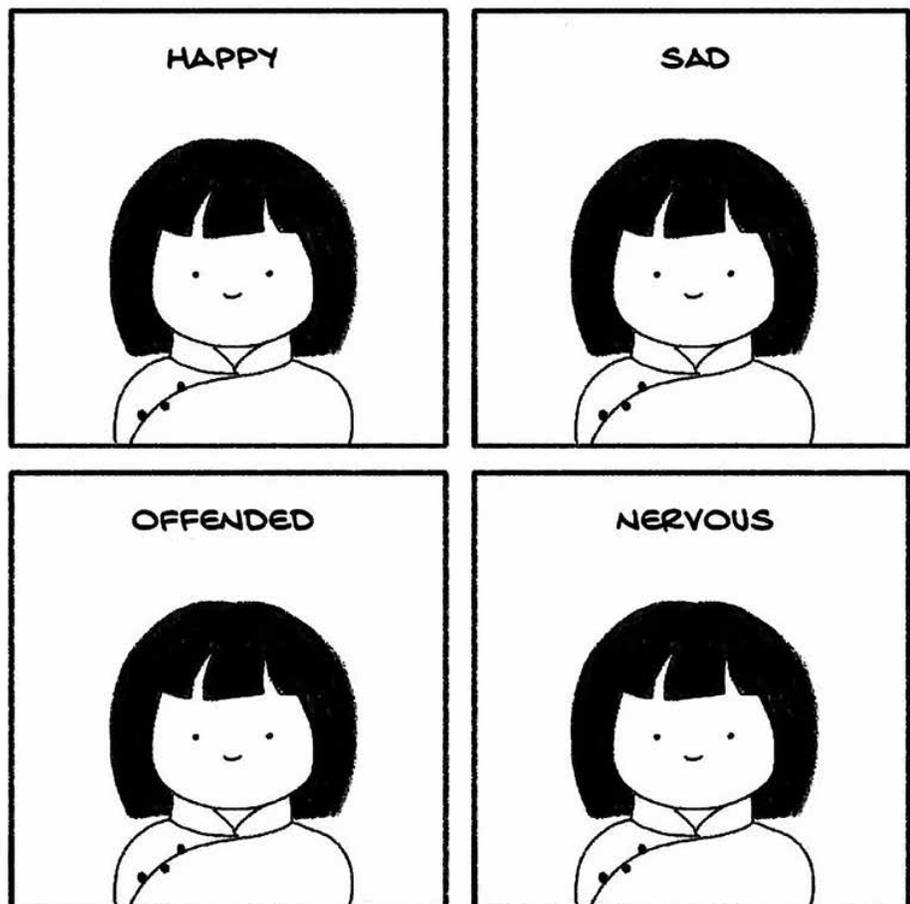
11 O significado do caractere tradicional e não do caractere simplificado usado na maior parte da China depois da reforma linguística de 1956, que unificou a linguagem e simplificou os caracteres, diminuindo o número de traços para se escrever cada ideograma.

12 Cadeia, rede de trabalho e relacionamento.

familiar) ocorre no processo de identidades compartilhadas entre pessoas – daí a ênfase em qualidades e experiências “compartilhadas”, “divididas”. Em chinês, o caractere *tong* 同 expressa esse sentido de compartilhamento, em palavras como *tongxue* 同学 (colegas de classe), *tongxiang* 同乡 (pessoas da mesma província ou região, conterrâneos), *tongshi* 同事 (colegas de trabalho), como define a autora do livro. O laço entre parentes, entre professor-aluno e mestre-aprendiz também podem ser o começo de uma conexão de *guanxi*, como explica a autora. Para Fei Xiaotong, em *From the Soil: the Foundations of Chinese Society*¹³ (1992) *guanxi* é cada ligação (ou laço) na rede de uma pessoa definida em termos de “laços sociais diáticos”. Fei explica que cada um desses laços são individuais, não têm limites bem definidos e que não é possível comprar um “título”, uma “posição” na organização, como acontece em países ocidentais.

Os laços pessoais desempenham grande importância nos negócios, na realocação de empregos e na prosperidade dos negócios em diversas sociedades (GRANOVETTER, 1973) e é dessa maneira que a sociedade chinesa funciona. Na China, *guanxi* é provavelmente o conceito mais importante para entender como funciona o mundo dos negócios e de que maneira pode influenciar no fechamento de um negócio ou assinatura de um contrato. Se as duas partes já têm o *guanxi* estabelecido, isto é, se já se conhecem, fazem negócios há bastante tempo e se há confiança mútua, muitas etapas burocráticas podem ser evitadas. Estabelecer o *guanxi* com alguém pode levar tempo, mas depois de ter esse laço formado, tudo ocorre de maneira mais fácil, como explica o entrevistado Francisco da empresa D: “o *guanxi*, o relacionamento, é a coisa mais importante. O contrato nunca é fechado na reunião, é fechado no jantar. Se você falar que não pode ir ao jantar ou que não bebe... já era. O lado social é fundamental. Se não estabelecer relacionamento, você não consegue nada”. O diretor está na China há 10 anos e falou que é preciso participar de todos os jantares a que é convidado e beber o que foi oferecido.

13 Da Terra: as Fundações da Sociedade Chinesa, (Fei, 1992) em português.



© tinyyeyes

MIANZI – A FACE¹⁴

Mianzi em chinês quer dizer face, prestígio, honra e dignidade. É a imagem que o indivíduo tem perante à sociedade. Os chineses dão muito valor para esse conceito e fazer alguém “perder a face” pode ser considerado um erro grave.

¹⁴ As duas imagens usadas neste artigo foram gentilmente cedidas pela ilustradora Siyu.

Em uma família, se o filho ou filha de um casal comete um ato grave, os pais podem ser punidos pela sociedade local. O fato de alguém perder a face pode desequilibrar a comunidade. A face se refere a imagem pública reconhecida por outros de um indivíduo perante a sociedade (Tsang, 2008).

O entrevistado *Felipe* contou que, mesmo depois de uma década no país asiático, não consegue saber o que os chineses estão pensando. “Nas reuniões, os chineses ficam com uma expressão neutra. Nunca dá para saber se eles estão concordando, discordando, felizes ou não”.

Outro caso que ilustra bem a importância que os chineses dão para a face é o do atleta de corrida que, poucos dias antes das Olimpíadas de Beijing 2008, teve uma contusão e não pode competir. Ele era uma das promessas de ouro na competição e os chineses acharam inaceitável ele não participar. Lembro de ver colegas de trabalho revoltados dizendo que ele fez todo o povo chinês “perder a face”.

Um alto cargo no cartão de visitas faz com que a face, o prestígio do funcionário aumente. Um entrevistado disse que um de seus funcionários chineses pediu demissão simplesmente porque seu cargo no cartão de visitas não mudou de um ano para o outro. O funcionário chinês voltou para sua cidade de origem para comemorar o ano-novo chinês e sua família o indagou sobre o motivo de ter o mesmo cargo do ano anterior no cartão de visitas. O executivo brasileiro explicou que, muitas vezes, os chineses dão mais importância para a mudança no título dos cargos, de “analista sênior” para “gerente”, por exemplo, do que para a mudança de cargos em si. “Uma das características que definitivamente caracterizam esse sistema mercantil que nasce na China é o generalizado desejo de ser patrão. O intuito de chegar à categoria de empresário, chefe e estar no topo do poder move os indivíduos (Pinheiro-Machado, 2009). Normalmente, os cargos nos cartões de visita são de títulos altos. Ser gerente na China e no Brasil não é a mesma coisa. Eu, com 24 anos, e somente alguns anos de experiência na área empresarial fui contratada como “Gerente de Marketing para a América Latina”, em uma função que seria de “Analista júnior” no Brasil. Além disso, as empresas, por menor que sejam, tem nomes grandiosos e adoram colocar “International” no nome.

O fato de muitos chineses não falarem diretamente a palavra “não” também pode ser interpretado como um respeito ao interlocutor, um ato diplomático.

Quem recebe um “não” perde a face. Portanto, é melhor dar desculpas, como “vamos conversar mais tarde a respeito disso”, ou “essa decisão não depende de mim”, “talvez”, “precisamos pensar mais” e, se o interlocutor forçar uma resposta, é possível que a outra parte invente uma mentira para preservar a face do outro.

TEMPO – NA CHINA E NO BRASIL

Chineses e brasileiros têm uma percepção diferente do tempo. A China é um país com mais de cinco mil anos de história e, por isso, a maneira como os chineses encaram a noção do tempo é muito diferente da que os brasileiros possuem. A comunicação por fuso-horários diferentes é complicada. O diretor de uma grande empresa brasileira, líder de mercado, explicou sua estratégia para conseguir o que precisa de colegas do Brasil. Ele disse que esperava dar 9h ou 10h no Brasil para entrar em contato com seus colegas. “Assim, eles estão descansados e as chances de eu conseguir o que quero é muito maior do que se ligo para lá no final da tarde no Brasil”. Ele afirma já ter feito diversas “experiências” e que, de fato, ligar na parte da manhã no Brasil é o melhor método.

Um entrevistado disse ter feito um estudo pessoal e constatado que o tempo na China é quatro vezes mais rápido do que no Brasil. “Aqui é tudo muito mais dinâmico. No Brasil, as empresas podem esperar 3, 4 meses para receber uma peça que deu defeito. Na China, isso não existe. O cliente espera no máximo um mês e olha lá”. Muitos brasileiros que trabalham na China afirmaram que fazem dupla jornada: trabalham normalmente no escritório daqui e, quando o expediente começa no Brasil, têm que estar prontos para chamadas de vídeo com colegas brasileiros, além de ter que responder e-mails quando na China pode ser de madrugada.

Apesar do dinamismo e eficiência no mundo dos negócios, os chineses são muito estratégicos e demoram para tomar decisões porque consideram todas as possibilidades que uma escolha certa ou errada pode acarretar. É importante conhecer o seu parceiro de negócios para evitar conflitos futuros. Construir um relacionamento sólido leva tempo, mas isso faz com que a confiança mútua



seja formada aos poucos. Uma decisão errada pode prejudicar a harmonia e fazer com que ambas as partes “percam a face”¹⁵.

Os chineses têm paciência e visão a longo prazo. Como me explicou um alto executivo: “Os chineses demoram para dar resposta porque pensam quatro, cinco passos a frente. Eles pensam na consequência de uma resposta A, na consequência de uma resposta B. Voltam e pensam mais. Um brasileiro

¹⁵ Diu lian 丢脸 (perder a face) é considerado uma vergonha na China. Prometer algo e não cumprir, ser repreendido por um superior na frente de outros funcionários são “perda da face” e uma grande humilhação.

muito bom pensa dois ou três passos a frente. Um chinês normal pensa quatro passos a frente. Um chinês bom pensa pelo menos cinco passos a frente. É por isso que eles demoram para tomar decisões”. Na China, o ditado 循序渐进 (xunxujianjin, passo a passo) é levado a sério: todas as estratégias são conduzidas aos poucos. Normalmente, fala-se de casualidades antes de abordar os assuntos importantes. E, quando o que interessa é abordado, começa-se por temas simples e fáceis de resolver antes de chegar à questão mais importantes. No ditado, “循序” (xunxu) quer dizer “na ordem correta” e “渐进” (jianjin) “gradualmente, progresso passo a passo”.

Enquanto conversava com o entrevistado *Paulo* eu disse ter lido que o presidente geral da empresa no Brasil falou que para os chineses “um segundo, um dia, um mês, um ano é tudo igual porque a China tem 5 mil anos de história e, por isso, os chineses veem o tempo de maneira diferente dos brasileiros. Os chineses não têm pressa de fechar negócio”. O meu entrevistado, brasileiro descendente de chineses, pareceu um pouco ofendido e disse que na verdade quem não tem pressa são os brasileiros. “Eu mando algo para os brasileiros fazerem e ele dizem que só vão fazer na semana que vem. Que não vão fazer naquele momento porque é sexta-feira à noite, porque o Carnaval está chegando. Os brasileiros que não têm pressa. Os chineses estão sempre prontos”.

O entrevistado *Carlos* diz que “O chinês pensa em um tempo diferente: é preciso entrar no tempo deles” e completa: “Para o chinês, não importa se o Brasil está derretendo. O chinês vê muito a longo prazo e quer garantir o abastecimento de suprimentos”. O mesmo brasileiro disse que: “O brasileiro é muito imediatista e o chinês é desconfiado. O chinês demora para tomar decisão porque pensa muito antes.”

Guanxi, *mianzi* e a diferente noção de tempo são somente alguns dos conceitos importantes que a maior parte dos brasileiros – até os que trabalham com o gigante asiático – desconhece. A ascensão e crescente importância da China no cenário mundial faz com que a comunicação com os chineses seja parte fundamental para o entendimento mútuo e, conseqüente, fortificação dos laços políticos, econômicos, diplomáticos e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, Arjun. *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- APPADURAI, Arjun. *Globalization*. Duke University Press, Durham & London, 2001.
- BIATO Junior, Oswaldo. *A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens e perspectivas (1993-2006)*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China?, publicado na Revista de Sociologia e Política em novembro de 2011.
- DWYER, Tom. *A China e o Brasil. Mudanças e desafios para a Sociologia brasileira*. 2012. Disponível em (<http://gr.unicamp.br/ceav/china/eventos/a-china-e-brasil-desafios-para-a-sociologia-brasileira>).
- DWYER, Tom; GORSHKOV, Mikhail; MODI, Ishwar; LI, Chunling; MAPADIMENG, Mokong. *Handbook of the Sociology of Youth in the BRICS countries*, World Scientific, 2017.
- FEI, Xiaotong. *From the Soil: The foundations of Chinese Society*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1992.
- FEI, Xiaotong. *Globalization and Cultural Self-Awareness*. Springer. Peking, 2015.
- GRANOVETTER, M. S., *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*, *American Journal of Sociology* 91, p. 481-510, 1985.
- GRANOVETTER, M. S., *The strength of weak ties: A network Theory Revisited*. *Sociological Theory*, v. 1, p. 201-233, 1973.
- GRANOVETTER, M. S., *Problems of explanation in economic sociology*. In *Networks and organizations: Structure, form and action*. Boston: Harvard Business School Press, 1992.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *China passado e presente. Um guia para compreender a sociedade chinesa*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China. Produção e circulação de mercadoria no circuito China-Paraguai-Brasil*. 2009. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- OWENS, William, BLAKER, James e BEJAR, Martha. *China in the Age of Accelerating Change: a positive approach in Breakthrough: From Innovation to Impact*. Edited by Henk Van Den Breemen. The Owls Foundation, 2016.
- YANG, MAYFAIR MEI-HUI. *Gifts, favors and banquets*. London: Ithaca, Cornell Univ. Press, 1994.



PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA COOPERAÇÃO SINO- BRASILEIRA EM DEFESA¹⁶

Pedro Henrique Batista Barbosa

(亨利)

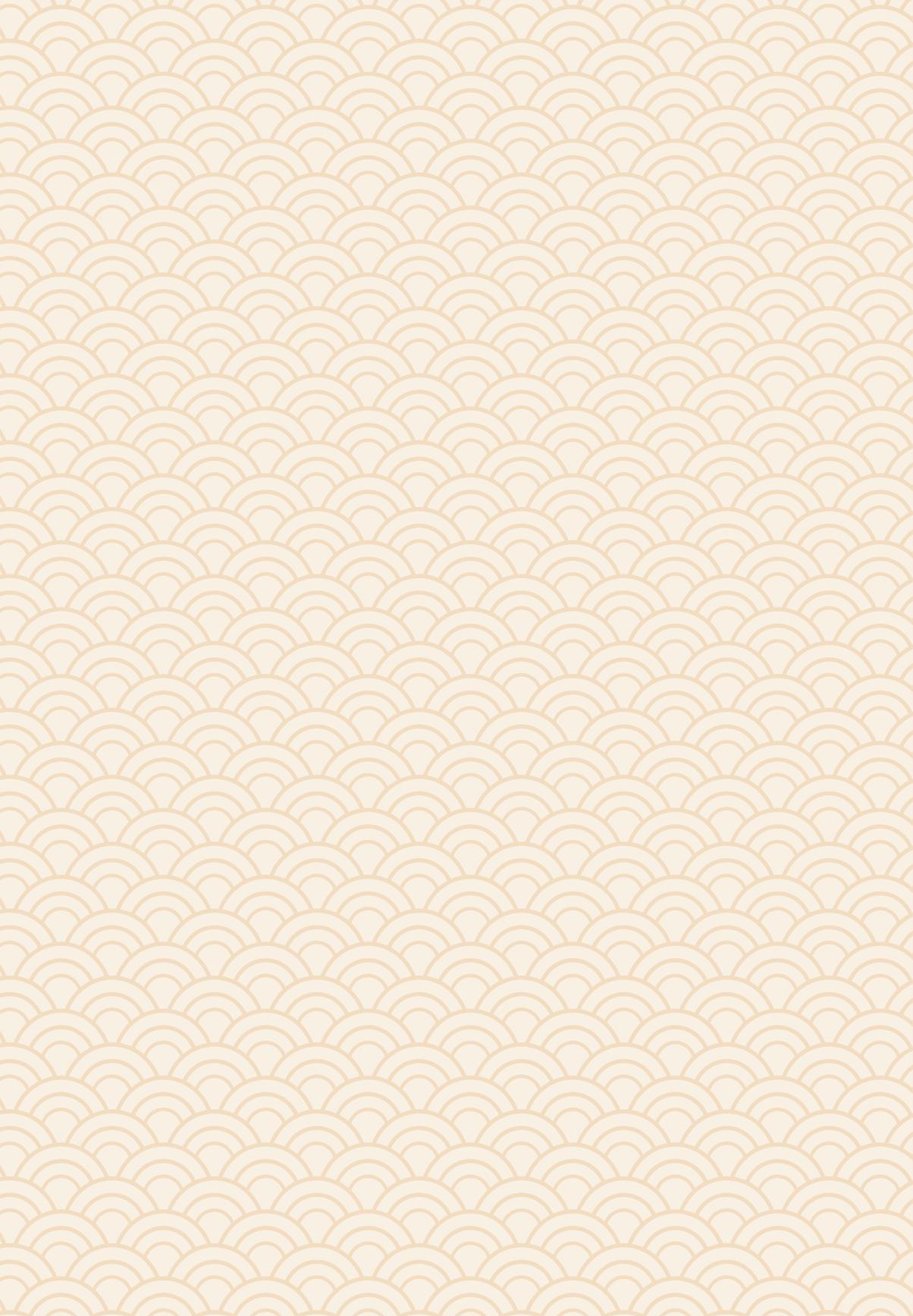
Participou do Visiting Program for Young Sinologists em setembro de 2018, na Universidade Normal de Shaanxi, em Xi'an.

Diplomata e doutorando em Políticas Internacionais na Universidade Renmin, em Beijing.¹⁷

¹⁶ Parte das ideias presentes nesse texto advém do artigo “Brazil-China defense cooperation: a strategic partnership in the making?”, escrito pelo autor e pelo professor da Escola Superior de Guerra, Danilo Marcondes, e que foi publicado no “Journal of Latin American Geography”, volume 17, número 2, em julho de 2018.

¹⁷ As opiniões expressas pelo autor são pessoais.





Resumo: Nos últimos anos, a parceria estratégica sino-brasileira expandiu-se consideravelmente nos mais diversos setores, sendo que no de defesa não foi diferente. China e Brasil estabeleceram mecanismos de cooperação bilateral entre suas forças armadas e mantiveram intercâmbios técnicos e visitas regulares de alto nível. Apesar desse avanço, a cooperação ainda é restrita, centrada em treinamento de oficiais. Neste sentido, há potencial para desenvolver novas iniciativas e aproveitar novas oportunidades no campo da defesa.

Palavras-chave: Brasil. China. Defesa. Cooperação.

INTRODUÇÃO

As relações entre Brasil e China nos últimos anos são caracterizadas por avanços significativos, independentemente do tema ou setor observado. Nos campos de economia, comércio, investimento, política, ciência e tecnologia, educação e cultura, por exemplo, há cada vez mais e novas iniciativas. Porém, tal nível de maturação não é observado no que tange aos contatos no setor de defesa. Embora a cooperação bilateral nesta área tenha experimentado rápido desenvolvimento recentemente, existem ainda diversas oportunidades cujo potencial ainda não se concretizou. Assim, o presente capítulo tem como objetivo analisar a importância da cooperação sino-brasileira em defesa até o ano de 2017 e sugerir iniciativas para ampliar as parcerias neste tema.

A PARCERIA ESTRATÉGICA GLOBAL BRASIL-CHINA

Nos últimos anos, a cooperação entre Brasil e China ampliou-se e diversificou-se. Hoje, os dois países estão mais próximos do que nunca, com investimentos mútuos crescentes e o comércio bilateral atingindo recordes históricos. O calendário diplomático também se expandiu, e tornaram-se recorrentes visitas técnicas e de alto nível entre os dois países. Da política e da economia, novas iniciativas espalharam-se para outros ramos. Ciência e tecnologia, cultura, educação, esportes, saúde, turismo, entre outros, viram novas parcerias crescendo, tanto no setor público como no privado.

Em 2018, as trocas comerciais alcançaram a marca histórica de US\$ 100 bilhões e o Brasil acumulou um superávit comercial recorde desde 2000: US\$ 97 bilhões. A China é o principal parceiro comercial do Brasil, o principal destino de suas exportações e a principal origem de suas importações. Várias empresas chinesas encontraram no Brasil diversas oportunidades de investimentos. De 2003 para cá, os investidores chineses desembolsaram US\$ 69,2 bilhões no país e consolidaram sua presença em diversos setores, a exemplo do energético. Em 2017, a China foi o maior investidor estrangeiro no país. Para estimular novos investimentos, em maio de 2017, os dois países estabeleceram o Fundo de Cooperação para Expansão e Capacidade Produtiva Brasil-China, com um total de US\$ 20 bilhões voltados a financiamentos de projetos de infraestrutura, indústria, tecnologia e agronegócio no Brasil.

À medida que a vitalidade econômica aumentou, a cooperação política cresceu junto. No âmbito multilateral, há estreita inteiração entre os dois países em diferentes fóruns, como o BRICS, G-20 e ONU e em negociações sobre mudanças climáticas, a exemplo do agrupamento BASIC. No campo bilateral, em pelo menos 14 ocasiões desde 2004, foram realizadas visitas presidenciais, vice-presidenciais e de primeiro-ministro, além de numerosas reuniões ministeriais e de outros órgãos e níveis de governo. As relações bilaterais evoluíram da Parceria Estratégica em 1993 – a primeira entre países em desenvolvimento – para a Parceria Estratégica Global, em 2012.

Os dois países igualmente estabeleceram diversos mecanismos intergovernamentais, como a Comissão Sino-brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e o Diálogo Estratégico Global, como meio de manter reuniões e consultas governamentais regulares. Além disso, assinaram documentos de planejamento estratégico, como o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021) e o Plano de Ação Conjunta 2015-2021, especificando objetivos norteadores para a relação nos seus mais diversos campos.

Vale destacar também a cooperação em ciência e tecnologia. O melhor exemplo é o programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite, ou Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), a partir do qual os dois países lançaram em conjunto cinco satélites de recursos terrestres e assinaram em 2013 um novo programa de cooperação espacial para 10 anos. Ambas as iniciativas de cooperação entre países em desenvolvimento são inéditas na era espacial.

Os laços culturais e educacionais bilaterais multiplicaram-se. É possível ver intercâmbio crescente de alunos nos dois países, assim como o interesse maior pelo aprendizado do português na China e do chinês no Brasil. Institutos Confúcio já podem ser encontrados em diversos estados da federação. Iniciativas culturais têm crescido. Festivais de cinema brasileiro têm ocorrido anualmente na China e, em 2018, o Brasil teve seu primeiro filme em cartaz em cinemas chineses: “Nise – O coração da loucura”. Até o carnaval carioca recebeu um toque chinês: em 2018, a escola de samba Império Serrano entrou na Marquês de Sapucaí com o enredo “O Império do Samba na Rota da China”, sobre as viagens de Marco Polo ao país asiático.

A COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA EM DEFESA

Nesse processo de cooperação contínua entre os dois países, o tema defesa não ficou de fora. Com a expansão das relações políticas e econômicas bilaterais nos últimos anos, os ministérios da defesa dos dois países começaram a reconhecer o potencial da cooperação militar, como forma de alavancar seus programas em defesa. Empresas dos dois lados viram novas oportunidades surgindo e encurtaram seus laços.

Em linhas gerais, é possível identificar oito características do relacionamento sino-brasileiro em defesa: forte arcabouço jurídico e institucional, alta frequência de visitas de alto nível, cooperação em pesquisa e desenvolvimento, diplomacia militar, intercâmbio de oficiais, exercícios militares conjuntos, participação em missões de manutenção da paz e parcerias empresariais.

VISITAS TÉCNICAS E DE ALTO NÍVEL

Brasil e China mantém agenda bilateral de contatos e negociações em defesa já há algumas décadas. Em 1984, João Baptista Figueiredo tornou-se o primeiro presidente brasileiro a visitar a China, onde negociou com suas contrapartes possibilidades de cooperação para o uso pacífico da energia nuclear. O presidente José Sarney esteve na China em 1988 e discutiu

possíveis parcerias de fornecimento de equipamentos militares. Para citar casos mais recentes, defesa também esteve no rol de temas tratados nas visitas ao Brasil do presidente Xi Jinping e do primeiro-ministro Li Keqiang. Os presidentes Lula e Dilma, em suas idas à China, trataram de temas relacionados a defesa.

Os ministros da Defesa igualmente intercambiaram visitas. Alguns exemplos. Em 1993, o ministro do Exército, Zenildo de Lucena, foi à Pequim, visita que foi reciprocada em 1994, pelo ministro da defesa, Chi Haotian (Mansur, 2010, p. 32). Em 2001, o ministro da defesa, Geraldo Quintão, esteve em missão na China. Em 2004, o ministro da defesa, Cao Gangchuan, vai ao Brasil. O ministro da defesa Nelson Jobim vai à China em 2009, gesto retribuído pelo seu homólogo Liang Guanglie, em 2010. Outro exemplo seria a visita do ministro da defesa, Jacques Wagner, em 2015.

Os comandantes das forças armadas também são ativos. Os comandantes do Exército, Gleuber Vieira, e da Aeronáutica, Walter Brauer, visitaram a China em 1999 (Mansur, 2010, p. 69). O chefe do Estado-Maior do Exército, Gleuber Vieira, foi em 2002. Em 2009, o Comandante da Marinha, Julio Neto, foi à cidade de Qingdao. Em agosto de 2014, esteve em Brasília o general do Exército, Zhao Keshi; três meses depois, foi a vez do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general José Carlos de Nardi, ir a Pequim.

Visitas de missões técnicas e de membros de outros escalões das duas forças armadas foram ainda mais recorrentes e numerosas, assim como os exemplos ilustrativos.

PARCERIAS EMPRESARIAIS

Comparativamente a outros países vizinhos latino-americanos, o Brasil não tem histórico de compra e venda de material bélico da China, apesar do assunto ter sido tratado em várias oportunidades. Já na visita do presidente Sarney, o Brasil sondou a aquisição de caças F-7M da China, e a Força Aérea Chinesa considerou comprar os caças Xingu da Embraer (Biato Jr., 2010, p. 49). Em diversas das visitas mencionadas na seção anterior, houve negociações para estreitar os vínculos entre as indústrias de defesa dos dois países. Visitas a

instalações e fábricas militares foram recorrentes nessas visitas de autoridades (Marcondes & Barbosa, 2018, p. 150).

Evoluíram mais os contatos entre as empresas. A empresa Engevix Sistemas de Defesa, o banco ICBC e empresa CEIEC (sigla em inglês para Corporação Nacional de Importação e Exportação de Eletrônicos da China) assinaram um acordo por ocasião da visita do presidente Xi Jinping, em 2014 (Brasil & China, 2014).

O ano de 2015 foi bem intenso em termos de parcerias empresariais. A Corporação de Ciência e Indústria Aeroespacial da China (CASIC, sigla em inglês) estabeleceu uma *joint venture* com a Orbital Engenharia, para participar da licitação do sistema SISGAZ (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul) (Silveira, 2015). A CEIEC e estado do Amazonas firmaram parceria, com vistas a melhorar a proteção ambiental da floresta amazônica e fortalecer o combate ao tráfico de drogas (Jianing, 2015). A Odebrecht Defesa, o banco ICBC e a CEC (China Electronic Corporation) assinaram contrato para ampliar o monitoramento do SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) (Silveira, 2015).

2015 também viu o amadurecimento de parcerias na venda de navios. Empresários chineses explicitaram interesse em participar do Prosuper, programa de expansão da frota marinha brasileira (Poder Naval, 2015). O estaleiro chinês *Guangzhou Hantong Shipbuilding and Shipping* entregou o navio de pesquisa hidroceanográfica Vital de Oliveira.

Como forma de expor seus produtos e expandir seus mercados, empresas chinesas têm participado, desde 2003, da Feira de Defesa e Aeroespaço da América Latina (LAAD, na sigla em inglês), a mais importante feira de defesa e segurança da região e que é realizada no Brasil (Correio do Brasil, 2003). Na edição de 2017, quatro empresas chinesas expuseram seus produtos (CRI, 2017).

COOPERAÇÃO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Iniciativas de pesquisa e desenvolvimento conjunto de tecnologias com uso militar não são recentes e começaram há bastante tempo. Em 1984, foram

assinados memorando de entendimento sobre cooperação para o uso pacífico da energia nuclear e, em seguida, acordo de cooperação sobre o mesmo tema (Garcia, 2005, p. 228). Em diversas outras visitas bilaterais de alto nível, o tema esteve sobre a mesa (Marcondes & Barbosa, 2018, p. 150). Em 2015, a China National Nuclear Corporation (CNNC) e a Eletronuclear assinaram dois documentos: um acordo de cooperação nuclear e um memorando sobre a usina de Angra 3 (Folha, 2016).

Na área de telecomunicações, em 2014, o Brasil demonstrava interesse em adquirir imagens satelitais chinesas para o Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) e o SIPAM. Logo, o Ministério da Defesa do Brasil e a Administração Estatal de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional (SASTIND, na sigla em inglês) assinaram o “Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre Brasil e China, na Área de Sensoriamento Remoto, Telecomunicações e Tecnologia da Informação”. No ano seguinte, os dois ministérios firmaram memorando para criar mecanismo de trabalho conjunto. (Portal Brasil, 2014).

O melhor exemplo de sucesso de cooperação em pesquisa e desenvolvimento está no campo espacial. O programa CBERS (sigla em inglês para Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) vem desde 1988 desenvolvendo satélites binacionais de sensoriamento remoto, que, entre outras utilidades, auxiliam o Brasil no monitoramento de desmatamentos e queimadas na Amazônia, controle do nível de reservatórios e expansão urbana e agrícola. Já foram lançados cinco satélites, sendo que o sexto lançamento deve ocorrer em 2019. Em 2013, os dois países assinaram o Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial 2013-2022, estendendo a cooperação bilateral para áreas prioritárias para a indústria aeroespacial brasileira, tais como serviços de lançamento e formação e treinamento de pessoal (Marcondes & Barbosa, 2018).

A participação da empresa CEIEC na reconstrução da base de pesquisa Comandante Ferraz é outro marco. A empresa foi selecionada em 2014 em licitação internacional realizada pela Marinha do Brasil, responsável pela parte logística do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). As obras iniciaram em 2016 e devem terminar em 2020.

ARCABOUÇO JURÍDICO E INSTITUCIONAL

Dois marcos exemplificam o adensamento jurídico e institucional da relação bilateral em defesa: a Comissão Conjunta de Intercâmbio e Cooperação em Defesa (ou Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China) e o acordo-quadro de cooperação em defesa.

A Comissão Conjunta surgiu como um mecanismo de contatos regulares entre os ministérios da defesa, como maneira de intercambiar opiniões e buscar novas possibilidades de cooperação. Foi criada durante a visita do ministro da defesa Cao Gangchuan ao Brasil, em 2004, oficialmente estabelecida na visita do ministro da defesa Nelson Jobim em 2009, e inaugurada em 2010, com seu primeiro encontro.

A assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa em 2011 foi o primeiro firmado entre a China e um país latino-americano nesta área. O tratado estipula uma série de medidas para aproximar as duas forças armadas e levar o relacionamento bilateral a novo patamar. Estão previstas ações para promover o intercâmbio de pessoal, cooperação em assistência humanitária, segurança de grandes eventos, medicina militar e serviços e produtos de defesa, além de troca de experiências em operações militares como as de manutenção da paz da ONU, entre outros assuntos.

DIPLOMACIA MILITAR E TREINAMENTO DE OFICIAIS

Talvez a característica mais marcante e recorrente do relacionamento bilateral em defesa é o intercâmbio de pessoal. Desde 1995, oficiais brasileiros participam de cursos na China (Villas-Boas, 2000, p. 41). Entre 2001 e 2011, 44 oficiais do Exército e três da Aeronáutica fizeram cursos de capacitação na China, sendo que seis chineses foram ao Brasil participar de treinamentos a convite do Exército (Brasil, 2012, p. 154). Entre 2009 e 2015, cinco oficiais da Marinha participaram de cursos na China.

Ensino de idiomas também atraiu chineses ao Brasil. Entre 2000 e 2017, doze fizeram cursos de português no Rio de Janeiro.

Vale citar alguns casos específicos de cooperação, como o interesse chinês em aprender com a experiência brasileira no porta-aviões “São Paulo”

(Vinna, 2009) e em técnicas de guerra na selva, o que levou quatro instrutores a Cantão, em 2015.

Como exemplo de diplomacia militar, Brasil e China intercambiam adidos militares em suas embaixadas. A China tem adido em Brasília desde 1985, e o Brasil, desde 1988 (Mansur, 2010, p. 25) (Pwa, 2004, p. 32). Em 2004, a Embaixada do Brasil em Pequim passou a ter representantes das três forças armadas (Mansur, 2010, p. 25).

EXERCÍCIOS MILITARES CONJUNTOS

Navios chineses visitaram a costa brasileira em duas ocasiões, uma em 2002 (China, 2004, p. 35) e outra em 2013. Na última vez, após passarem por Chile e Argentina, embarcações dos dois países fizeram manobras navais conjuntas. (Padilha, 2013).

Barcos brasileiros também foram à China. Vale destacar a ida de navio Garcia D'Ávila a Qingdao, em 2009, para participar do 60º aniversário da Marinha do Exército de Libertação Popular (Marinha do Brasil, 2009).

MISSÕES DE PAZ

Por fim, mas não menos importante, desde 2004, Pequim despachou policiais para participar da Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil e que terminou em 2017. Tal iniciativa foi importante para estreitar o relacionamento entre as forças armadas das duas regiões.

CONCLUSÃO

Este artigo discute as principais características da parceria sino-brasileira em defesa do estabelecimento de relações diplomáticas em 1974 até 2017 e mostra que ela ganhou novo ímpeto no início do século 21. Imbuídos de um espírito de cooperação sul-sul, ambos os países começaram, já nos anos de 1980, a buscar pontos de interesse comum, como forma de desenvolver

iniciativas que tragam benefícios mútuos. A partir dos anos de 2000, a cooperação ganha corpo com frequentes contatos nos âmbitos público e privado e passa a ser calcada em um arcabouço jurídico e institucional. Ações antes esparsas passaram a ter um canal próprio de concertação e diálogo por meio das reuniões do Comitê Conjunto de Defesa, e áreas prioritárias de cooperação foram listadas no Acordo de Cooperação em Defesa.

Em que pese o avanço alcançado, o potencial de expansão ainda é grande. Persiste certa lacuna de conhecimento das duas partes, e a cooperação segue calcada em treinamento de pessoal. Remediar esses desafios requer planejamento e vontade política, algo que já alcançado com a institucionalização do relacionamento bilateral em defesa. Em breves palavras, pode-se pensar em vários caminhos. Exercícios militares conjuntos, como o Passex no Brasil em 2013, e visitas de embarcações navais, como a do navio brasileiro em 2009, poderiam ganhar maior regularidade. Novas áreas de cooperação poderiam entrar no horizonte, para imprimir vitalidade aos intercâmbios. O caso da participação da empresa CEIEC na reconstrução da base brasileira na Antártida pode servir de estímulo para novas parcerias entre empresas privadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Biato Jr., O., 2010. A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Primeira Edição. Brasília: FUNAG.
- Brasil (2012). Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa.
- Brasil & China, 2014. Declaração Conjunta sobre a Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil e o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global Brasil-China. Disponível em (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5712-declaracao-conjunta-entre-brasil-e-china-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014/>). Acesso em: 8 jul. 2017.
- Embaixada da China no Brasil, sem data. Disponível em (<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1176949.htm>). Acesso em: 19 nov. 2017.
- Correio do Brasil, 2003. Ministro da Defesa do Brasil participa da abertura da LAD. Disponível em (<https://www.correiodobrasil.com.br/ministro-da-defesa-do-brasil-participa-da-abertura-da-lad/>). Acesso em: 23 jun. 2017.

- CEIEC, 2016. CEC General Manager Liu Lichong Attended Brazil's Ground-Breaking Ceremony Of Antarctic Research Station Renewal Project. Disponível em (<http://www.ceiec.com/news/563>). Acesso em: 26 jun. 2017.
- China (2004). China-Brasil. Pequim: Gabinete de Imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China.
- Embaixada da China no Brasil, 2014. China organiza fórum militar com países da América Latina. Disponível em (<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1176949.htm>). Acesso em: 22 jun. 2017.
- Ellis, R. E., 2012. China-Latin America Military Engagement: Good Will, Good Business, and Strategic Position. Strategic Studies Institute, US Army War College.
- Franko-Jones, P., 1992. The Brazilian Defense Industry. Primeira Edição. Londres: Routledge.
- Garcia, E. V., 2005. Cronologia das relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Jianing, Y., 2015. Chinese military products present at LatAm's largest defense-security expo. Disponível em (http://english.chinamil.com.cn/news-channels/china-military-news/2015-04/16/content_6446135.htm). Acesso em: 30 jun. 2017.
- Mansur, C., 2010. Parceria estratégica sino-brasileira no campo militar: possibilidades atuais das forças terrestres. 1 Editora Rio de Janeiro: ECEME.
- Marcondes, Danilo; Barbosa, Pedro H. B. "Brazil-China defense cooperation: a strategic partnership in the making?" Journal of Latin American Geography, volume 17, número 2, julho de 2018, pp. 140-166.
- Marinha do Brasil, 2009. Marinha do Brasil participa das comemorações do 60º aniversário da Marinha chinesa. Disponível em (<http://marinha.gov.br/hotsites/nomar/atuais/804/804.pdf>). Acesso em: 11 jun. 2017.
- Ministério da Defesa, 2016. Lançada, no Chile, a pedra fundamental da Nova Estação Antártica Comandante Ferraz. Disponível em (<http://www.defesa.gov.br/noticias/18493-lancada-no-chile-a-pedra-fundamental-da-nova-estacao-antartica-comandante-ferraz>). Acesso em: 21 jun. 2017.
- Padilha, L., 2013. Exercício Passex entre a Marinha do Brasil e a Marinha chinesa. Disponível em (<https://www.defesaaereanaval.com.br/exercicio-passex-entre-a-marinha-do-brasil-e-a-marinha-chinesa-pla-navy/?print=pdf>). Acesso em: 20 jun. 2017.
- Poder Naval, 2015. Prosuper receberá propostas da China e dos EUA. Disponível em (<http://www.naval.com.br/blog/2015/06/29/prosuper-recebera-propostas-da-china-e-dos-eua/>). Acesso em: 28 jun. 2017.
- Pwa, W. J., 2004. As relações Brasil-República Popular da China no campo militar, Rio de Janeiro: ECEME.

- Silveira, V., 2015. Acordo com Odebrecht em programa de defesa. Disponível em (<http://www.valor.com.br/empresas/4059584/acordo-com-odebrecht-em-programa-de-defesa>). Acesso em: 12 jul. 2017.
- Silveira, V., 2015. Sistema para Amazônia Azul sob disputa. Disponível em (<http://www.defesanet.com.br/sisgaaaz/noticia/18434/Sistema-para-Amazonia-Azul-sob-disputa/>). Acesso em: 28 jun. 2017.
- Villas-Boas, E., 2000. Relações Brasil-China: perspectivas para o século XXI, Rio de Janeiro: ESG.
- Vinna, 2009. Marinha da China vai aprender a operar porta-aviões com o Brasil. Disponível em (<https://moraisvinna.blogspot.com/2009/06/marinha-da-china-vai-aprender-operar.html>). Acesso em: 8 jun. 2017.



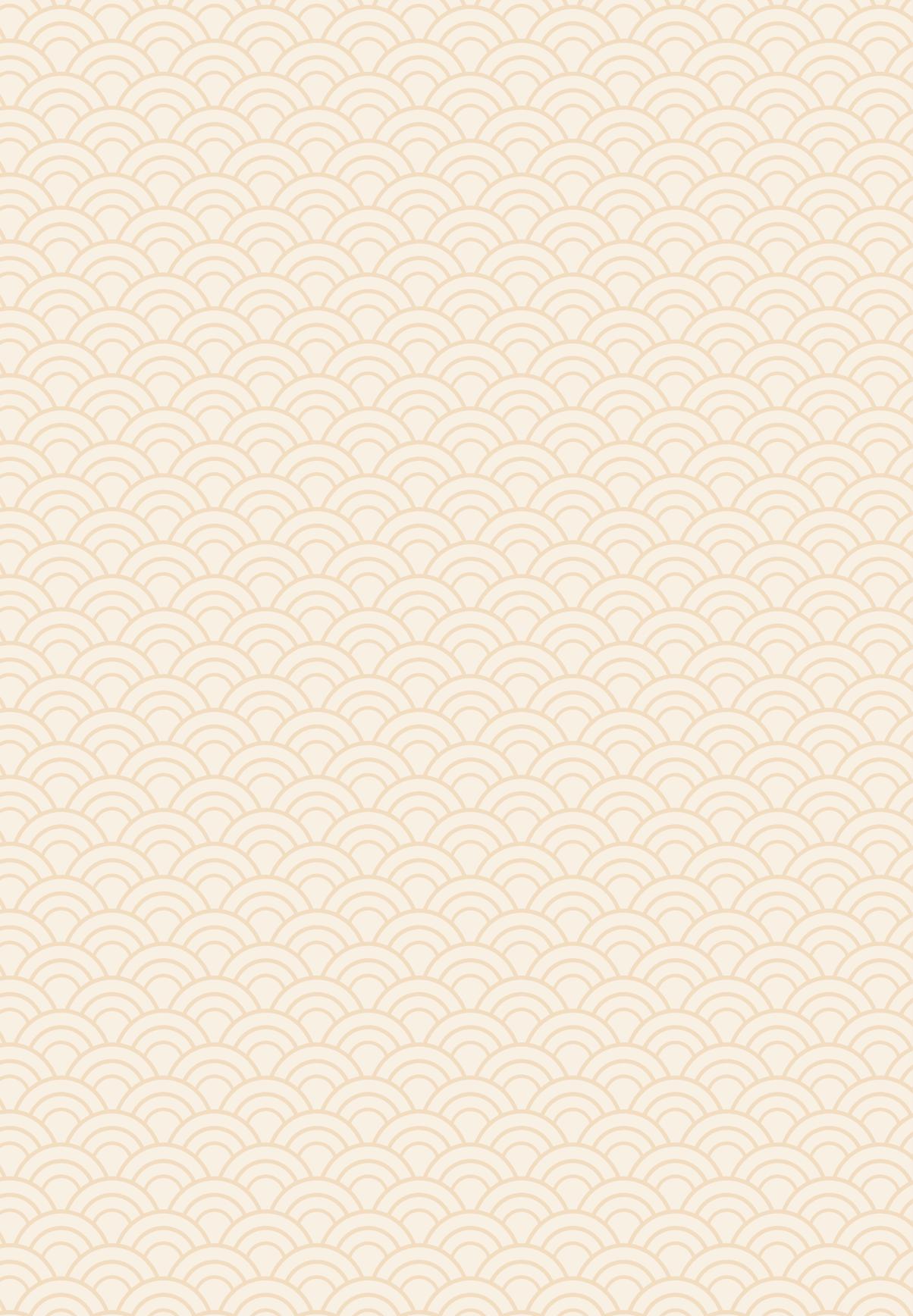
AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE IMAGEM DA CHINA NAS CRESCENTES RELAÇÕES ECONÔMICAS SINO-BRASILEIRAS

Santiago Bustelo

(申睿)

Participou do Visiting Program for Young Sinologists em setembro de 2016, na Academia de Ciências Sociais de Shanghai.

Doutorando em Política Internacional na Universidade de Fudan, é editor do Radar China. Tem mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da UFRJ. É ex-Coordenador de Análise do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).



O início do Século 21 abriu novos horizontes para as relações sino-brasileiras. Na década que vai de 2004 a 2014, as relações alcançaram uma nova fase, e trocas bilaterais nos campos político e econômico adquiriram mais relevância (HAIBIN; 2010). O modelo de crescimento desenvolvido na China no período criou uma janela de oportunidades para o Brasil, com forte complementaridade entre as duas economias. Desde as mudanças nos preços relativos de recursos naturais e bens manufaturados à presença marcante de investimentos chineses em setores estratégicos, o “Efeito China” não pode ser entendido apenas como o surgimento de um novo competidor global. A ascensão da China envolve uma mudança significativa na lógica globalizante que prevalecia até o início da década de 1990, e a emergência destas novas “fortes tendências” na economia global (CASTRO, 2011; JAGUARIBE, 2016).

No caso do Brasil, o ciclo de crescimento econômico iniciado em 2003 tem relação com as transformações econômicas advindas do desenvolvimento da China. Sem negar medidas econômicas no âmbito nacional, como a expansão do mercado doméstico, o aumento dos preços internacionais das principais exportações do Brasil significaram uma considerável fonte de renda que operou como pilar fundamental da política econômica do governo brasileiro. Para citar apenas um aspecto desse processo, desde o início dos anos 2000, o comércio bilateral ganhou impulso e atingiu recordes, com uma taxa média de crescimento de 30% ao ano, totalizando US\$ 83,3 bilhões em 2013.

Além disso, entre 2007 e 2013 foram anunciados US\$ 56,5 bilhões em investimentos chineses no Brasil, marcando uma nova fase do relacionamento, não apenas focado no comércio. Investimentos geralmente tímidos entre 2007 e 2009, e com maior ênfase em recursos naturais em 2010, ganharam impulso. Entre 2011 e 2013, as empresas chinesas criaram oportunidades especialmente nos setores de máquinas e equipamentos, eletrônicos e automotivo, com fluxos também no setor de serviços, particularmente em finanças. Durante 2014 e 2015, foram anunciados US\$ 11,4 bilhões em investimentos chineses no Brasil, dos quais US\$ 9,2 bilhões foram confirmados.

Assim como os investimentos e a parceria comercial tiveram saltos significativos, o diálogo político se intensificou, mais comprometido com o fortalecimento de vínculos diplomáticos e contribuindo para o aprofundamento das

interações. Apesar destes progressos, vale notar que a lacuna de conhecimento entre as duas sociedades persiste. O Brasil já vê a China como um país com um peso geopolítico fundamental, mas a opinião pública e os círculos políticos e empresariais relevantes entendem mal muitas iniciativas chinesas no país sul-americano, seja pela falta de conhecimento sobre seus objetivos, seja por uma má interpretação dos fatos guiados pela mídia e pelos think tanks ocidentais. Exemplos de tais concepções são fáceis, tais quais suposta apropriação de terras brasileiras pela China, a invasão de produtos chineses que destroem empregos e a falta de respeito ao ambiente pelos chineses.

Assim, este capítulo sugere que a China deve atuar na produção de conhecimento acessível para esclarecer os benefícios de sua presença no Brasil e as oportunidades potenciais de tê-la como parceira estratégica. O desenvolvimento de relações bilaterais é um processo complexo que requer ações específicas para construção de consenso entre opinião pública, negócios e esferas políticas. A importância do chamado *soft power* reside na capacidade de gerar consenso em relação a conflitos no processo de desenvolvimento. À medida que a presença chinesa se expande internacionalmente, questões problemáticas e interesses conflitantes serão mais frequentes, exigindo uma estratégia mais assertiva da China em debates públicos, com a produção de conhecimento acessível, a melhoria das habilidades de comunicação e o estabelecimento de think tanks e centros de pesquisa capazes de explicar por que a China é parceira rumo a um desenvolvimento sustentável.

No atual contexto histórico, o texto indica a importância da produção de conhecimento acessível, a fim de tornar mais claras para a sociedade as reais oportunidades da parceria sino-brasileira e busca contribuir com percepções para auxiliar ambos os países nessa direção.

A primeira parte analisa a evolução das relações econômicas e políticas entre Brasil e China a partir da primeira década do século XXI. Enfoca também no desenvolvimento do comércio bilateral, incluindo 2014, quando houve queda nos principais preços de commodities, e mostra que em um novo contexto internacional e com reformas estruturais em curso na China há uma nova fase mais complexa.

A segunda parte analisa a imagem da China na última década, estudando o impacto de suas principais iniciativas econômicas entre opinião pública, círculos

de negócios e autoridades políticas. Iniciativas econômicas chinesas importantes no Brasil foram mal compreendidas. A estratégia chinesa de construção de imagem, apesar do progresso econômico alcançado, ainda está atrasada em termos de consenso público. Dois estudos de caso serão apresentados para ilustrar esse ponto: os investimentos chineses no setor de agronegócio brasileiro e o reconhecimento da China como economia de mercado.

Por fim, a terceira parte elabora recomendações de políticas para superar os principais obstáculos da imagem da China no Brasil e ampliar possibilidades futuras no relacionamento sino-brasileiro. É apresentada a proposta de estabelecimento de um think tank multidimensional para estabelecer uma nova visão sobre as relações sino-brasileiras.

ASCENSÃO DA CHINA E IMPACTOS NA RELAÇÃO ECONÔMICO-COMERCIAL COM O BRASIL (2004-2014)

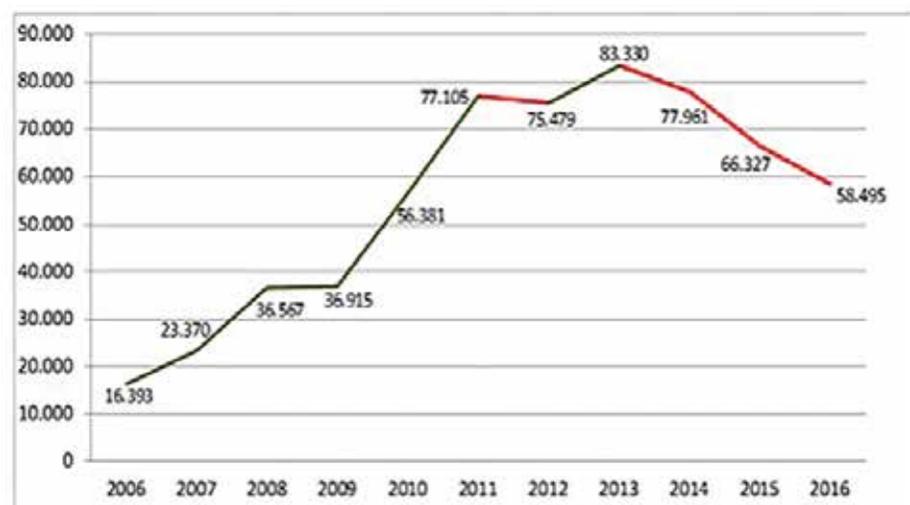
Desde o início dos anos 2000, Brasil e China passaram por processos diversos de desenvolvimento, considerando a direção dos modelos de crescimento econômico. O Brasil, até 2014, pautou suas diretrizes na estabilidade macroeconômica e nos ganhos sociais, estimulando o consumo interno, especialmente no período pós-crise financeira de 2008. A China, principalmente após a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, fortaleceu as reformas econômicas com a expansão de mecanismos de mercado na economia, proporcionando altas taxas de crescimento, inclusive superiores a 10% ao ano. Neste período, a China investiu significativamente em infraestrutura, amplificou o processo de urbanização e obteve superávits comerciais constantes com o mundo, além de acumular reservas externas.

O modelo de crescimento na China criou uma janela de oportunidades para o Brasil, com forte complementaridade. A década que abrange o período de 2004 a 2014 inaugura um momento em que a relação sino-brasileira atinge nova fase, e as trocas bilaterais em campos políticos e econômicos adquirem maior relevância.

DINÂMICA E COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO BILATERAL

A grande demanda por alimentos e recursos naturais da China proporcionou um salto considerável nas exportações brasileiras de commodities, especialmente minério de ferro, soja, carne, petróleo e celulose. Os resultados fizeram da China, em 2009, o maior parceiro comercial do Brasil, posição que ocupa até hoje.

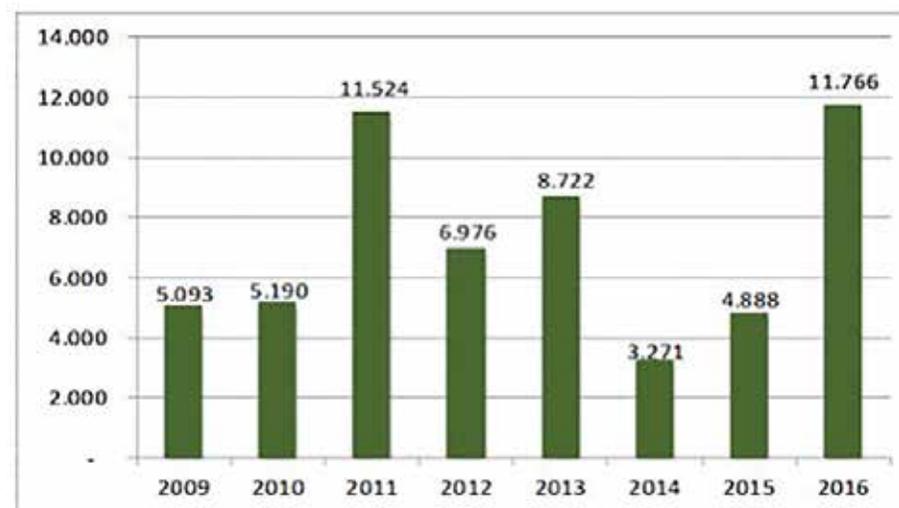
FIGURA 1: Comércio Total, Brasil - China, 2006-2016 (milhões de US\$).



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, Brasil)

Apesar da queda nos preços das commodities em 2014, o Brasil ainda mantém uma forte balança comercial positiva com a China, compensando o déficit comercial com outros destinos, como EUA e União Europeia, mercados com os quais o Brasil historicamente mantém saldos comerciais negativos. Como mostra a figura acima, durante este período o Brasil acumulou importante superávit comercial bilateral com a China, atingindo o pico de US\$ 11,7 bilhões em 2016, com resultados apenas desfavoráveis em 2007 e 2008, anos próximos à crise financeira internacional. Entre 2009 e 2016, o Brasil acumulou superávit comercial positivo com a China de US\$ 57,4 bilhões.

FIGURA 2: Balança Comercial Brasil - China, 2009-2015 (milhões de US\$).

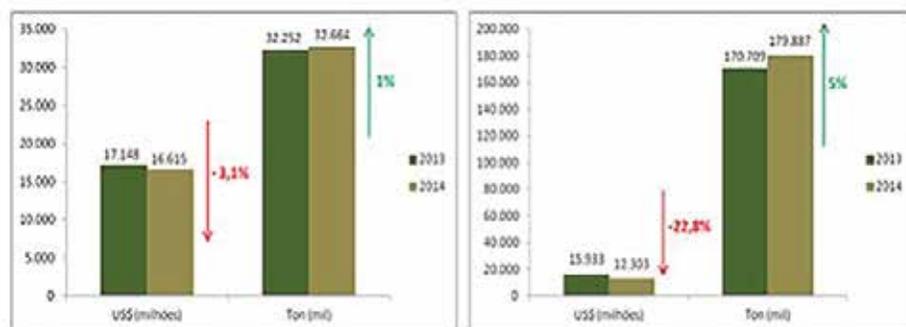


Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, Brasil)

Apesar de manter saldo comercial positivo, vale ressaltar que a queda nos preços das commodities afetou a dinâmica comercial entre os dois países em 2014. Naquele ano, a corrente de comércio Brasil-China totalizou US\$ 77,9 bilhões, segundo o antigo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil. Há queda de 6% em relação ao ano anterior, apesar de ser o segundo melhor resultado da série. Em 2015 e 2016, o comércio total continuou a diminuir, chegando a US\$ 66,3 bilhões e a US\$ 58,4 bilhões, respectivamente (ver Figura 1).

A redução do valor das exportações brasileiras para a China na época analisada ocorreu principalmente pela queda de preços internacionais das principais commodities exportadas pelo país. Soja e minério de ferro, produtos responsáveis por 71,2% do total vendido, tiveram incremento no volume, mas terminaram 2014 e 2015 com queda no valor transacionado.

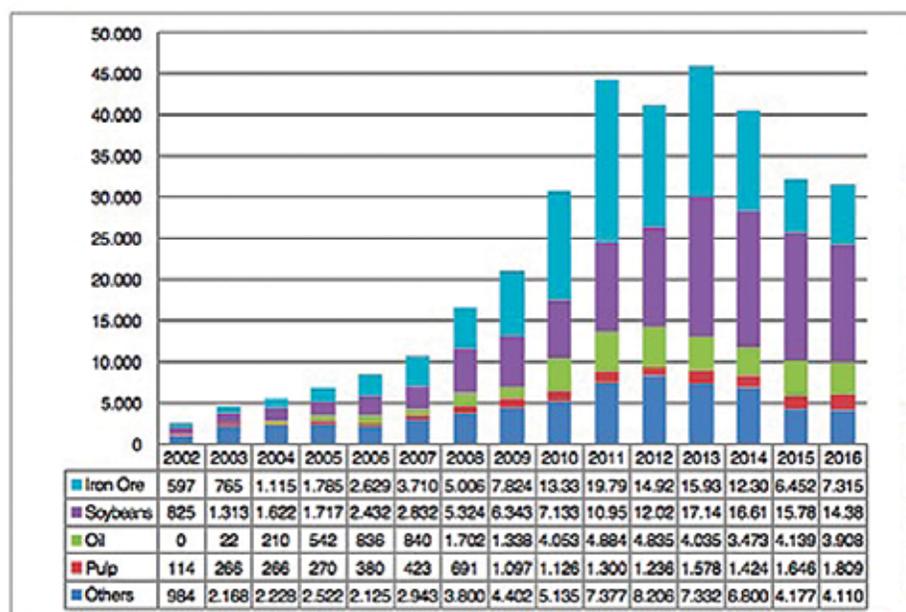
FIGURA 3: Exportações de soja e minério de ferro do Brasil para China em 2013 e 2014.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, Brasil)

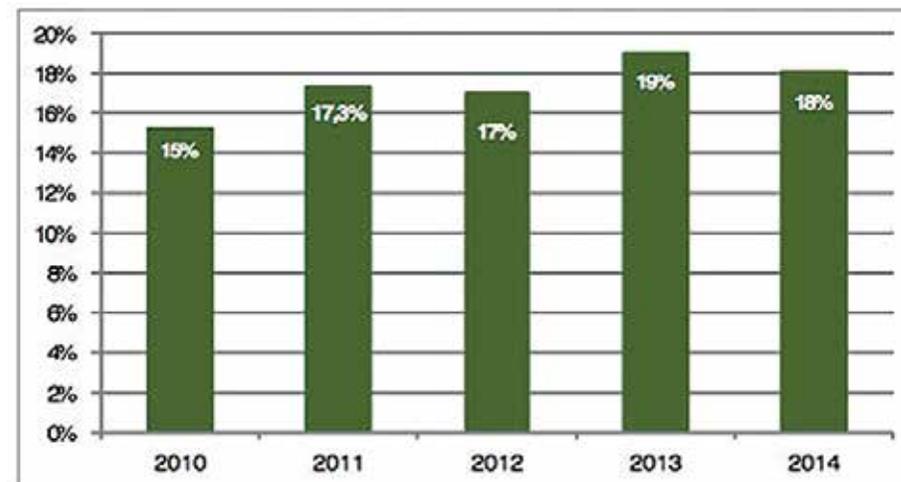
O padrão das exportações brasileiras para o país asiático permaneceu o mesmo dos anos anteriores, já que as vendas para a China estão concentradas em soja, minério de ferro e óleo cru, que representam 79,8% das exportações.

FIGURA 4: Exportações do Brasil para a China (2002 – 2016)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, Brasil);
Elaboração: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)

FIGURA 5: Participação da China nas exportações brasileiras para o mundo entre 2010 e 2014.



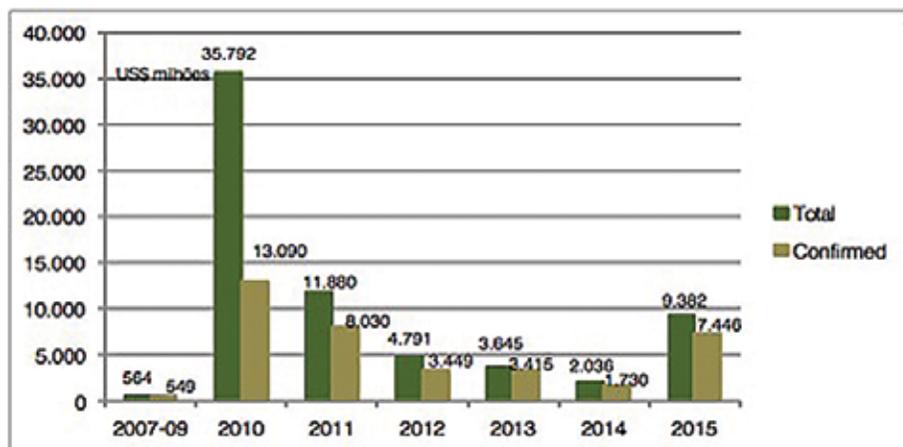
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, Brasil)

Em 2014, as exportações brasileiras para a China representaram 18% de todas as vendas do país para o mundo. Houve uma ligeira queda em relação ao ano anterior, em que a produção de produtos brasileiros para o parceiro asiático representou 19% dessas transações. De qualquer forma, a fatia das vendas brasileiras para a China supera a dos anos anteriores, como mostra a Figura 5.

INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

Além do comércio, foi notável o incremento de investimentos chineses no Brasil, refletindo em parte a estratégia do governo chinês de incentivar a internacionalização de suas empresas, especialmente a partir de 2007. Limitados até o início dos anos 2000, os investimentos chineses passaram a ter maior relevância no cenário nacional.

FIGURA 6: Investimentos chineses no Brasil – milhões de US\$ (2007-2015).



Fonte: Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)

Entre 2007 e 2013, foram anunciados US\$ 56,5 bilhões em investimentos chineses no Brasil. Os investimentos, tímidos entre 2007 e 2009, ganharam impulso em 2010. A China passou a investir em atividades ligadas a produtos relacionados às exportações brasileiras. No setor de óleo e gás, a compra de 40% da operação brasileira da empresa espanhola Repsol, pela estatal chinesa Sinopec, reflete tal processo. O movimento estaria alinhado à internacionalização das empresas chinesas no período, quando ocorreram aquisições ligadas à exploração de recursos naturais no mundo (CEBC, 2016).

Entre 2011 e 2013, as empresas chinesas exploraram oportunidades na indústria, especialmente nos setores de máquinas e equipamentos, eletrônicos e automotivo, com investimentos voltados à expansão do mercado brasileiro (CEBC, 2016). Houve o rearranjo de investimentos na exploração de recursos naturais para a indústria, especialmente o setor automotivo e a entrada de montadoras chinesas (Chery), máquinas e equipamentos (Sany), além de algumas tecnologias mais avançadas, com a expansão de empresas dos setores de eletrônica e comunicação (Lenovo, Huawei).

O Brasil reunia condições favoráveis, dado o ritmo do crescimento econômico. A China chegou ao setor de serviços, especialmente financeiros.

Para apoiar o comércio bilateral e o investimento, bem como a estratégia de internacionalização do yuan, os bancos chineses estabeleceram-se no Brasil ou adquiriram participações em bancos brasileiros.

Uma nova virada ocorreu em 2014 e 2015, quando os investidores chineses fizeram aportes notáveis na produção e transmissão de eletricidade. Empresas como a State Grid e a China Three Gorges venceram ofertas para a construção e ou aquisição de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão. O agronegócio, depois de problemas para as empresas chinesas se estabelecerem no Brasil (ver parte 2.1 deste artigo), recebeu investimentos significativos, incluindo alguns via aquisições globais.

Também houve investimentos brasileiros na China, embora mais tímidos. Empresas como Vale, Petrobras e Embraco foram pioneiras. Outros setores foram contemplados com a presença da BRF e da Suzano no agronegócio, da Weg com máquinas e equipamentos e do Banco do Brasil, primeira instituição financeira da América Latina com agência na China (CEBC, 2012).

AGENDA POLÍTICA

Em 2004, foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), mecanismo formal para monitoramento e implementação da agenda bilateral, composto por 11 subcomitês e seis grupos de trabalho dedicados a setores de interesse mútuo. A Cosban também monitora o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, assinado em 2010 pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hu Jintao, bem como o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021), assinado pela presidenta Dilma Rousseff e pelo primeiro-ministro Wen Jiabao, em abril de 2011.

O Plano de Ação Conjunta estabelece, por um período de cinco anos, objetivos, metas e diretrizes para a cooperação bilateral e busca melhorar a coordenação e o desempenho dos mecanismos existentes, além de ampliar e aprofundar os intercâmbios nos campos político, econômico, agrícola, industrial, tecnológico e cultural. O plano tem como objetivos principais: i) esboçar uma estratégia de médio e longo prazos para as relações; ii) promover a expansão das relações, fortalecendo a complementaridade entre as duas economias;

iii) identificar potenciais barreiras ao crescimento das relações e intensificar o diálogo sobre estas questões; iv) diversificar as relações econômicas e comerciais e também em áreas prioritárias, como ciência, tecnologia e inovação.

A fim de complementar o Plano de Ação Conjunta, os dois países formalizaram a criação do Plano Decenal de Cooperação Brasil-China para sinalizar as áreas prioritárias e os principais projetos em ciência, tecnologia e inovação, cooperação econômica e trocas entre os povos, no período 2012-2021.

Nos anos 2010, o aprofundamento das relações sino-brasileiras ganhou escala global. Diante deste cenário, foi estabelecido, na visita de junho de 2012 de Wen Jiabao ao Brasil a Parceria Estratégica Global, o reconhecimento da crescente dimensão internacional das relações sino-brasileiras e o potencial de contribuir para reformas em regulamentações e instituições multilaterais, como as oriundas de Bretton Woods, e em questões globais, como a mudança climática.

Brasil e China expandiram os diálogos convergentes no contexto do G-20, refletindo a reorientação da divisão do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, com presença notável dos países em desenvolvimento, bem como no BASIC, que inclui Índia e África do Sul, em discussões sobre o clima. Nos BRICS (que tem ainda Índia, Rússia e África do Sul), Brasil e China compartilharam no período analisado neste capítulo pontos de vista semelhantes sobre o papel das economias emergentes na reforma da governança global. Denota-se maior dinamismo nas relações no início da década de 2010, com mudanças qualitativas e quantitativas.

ESTRATÉGIA DE CONSTRUÇÃO DE IMAGEM NA CHINA NA ÚLTIMA DÉCADA

A opinião pública e os círculos de negócios muitas vezes compreendem mal as iniciativas da China no Brasil, seja por falta de conhecimento sobre objetivos reais, seja por má interpretação de fatos, guiada pela mídia e por think tanks ocidentais. Exemplos são difundidos na opinião pública brasileira: grilagem de terras chinesas, invasão de produtos chineses destruirá empregos, falta de respeito ao ambiente na China etc.

A ausência de um discurso articulado sobre as intenções da China no país, ou mesmo a falta de um porta-voz de investidores ou empresas chinesas, têm impactos econômicos negativos para as companhias e cria inclusive problemas políticos.

INVESTIMENTOS CHINESES NO AGRONEGÓCIO E O DISCURSO DA “APROPRIAÇÃO DE TERRAS”

O agronegócio é um dos eixos mais dinâmicos do relacionamento sino-brasileiro na última década. Em 2015, as exportações brasileiras de produtos agrícolas (soja, celulose, açúcar, carne etc.) à China representaram 60% do total. Paradoxalmente, os investimentos chineses no agronegócio brasileiro são moderados, principalmente se comparados àqueles dos EUA, França, Holanda e Japão. Apesar disso, desde 2010 o fenômeno recebe atenção desproporcional na mídia brasileira e internacional, fomentando preocupação sobre grilagem de terra.

No artigo “Investimentos Chineses e Outros Investimentos Estrangeiros no Complexo da Soja Brasileiro” (2015), Gustavo Oliveira discute os movimentos de empresas chinesas no agronegócio brasileiro e analisa o movimento que chama de “sinofobia”, utilizado para tentar neutralizar tal presença. A questão é: se os investimentos chineses não são significativos em comparação aos dos investidores tradicionais, por que o agronegócio chinês é alvo de preocupação com a apropriação de terras?

No Brasil, tal discurso ganhou força em 2010, com efeitos políticos e econômicos concretos. Embora a aquisição de terras por empresas estrangeiras já estivesse no debate político no Brasil, até 2010 não havia menção específica a investimentos chineses. Naquele ano, fatos se combinaram e iniciaram uma espécie de sentimento “sinofóbico” no agronegócio brasileiro.

Os investimentos chineses no Brasil cresceram em 2010, particularmente em petróleo e energia elétrica (CEBC: 2011). O fato de terem sido destinados principalmente à produção de petróleo no Brasil (CEBC 2013, 2014) facilitou a caracterização da China como um novo player na “busca de recursos”, operando com ferramentas diferentes às costumeiras para investidores tradicionais.

Segundo Oliveira, é este grupo que mobilizou recursos, por meio de think tanks, para defender sua posição hegemônica no mercado:

O discurso da “China como grileira” se origina nos “antigos centros” de capital, continuado no trabalho de pesquisadores afiliados aos governos dos EUA e do Reino Unido preocupados com o impacto que os investimentos estrangeiros da China poderiam ter nos interesses anglo-americanos no mundo (Salidjanova 2011; Ellis 2012; UKTI 2014), think tanks do agronegócio dos EUA (Soy and Corn Advisor 2010) e instituições de financiamento do agronegócio dos “velhos hubs” como o Rabobank (Rasmussen et al 2011). (OLIVEIRA; 2015)

Preocupações sobre compra de terras pela China no Brasil ganharam importância a partir daí. Após intenso debate no Congresso e entre a opinião pública, a legislação que impunha restrições mais severas à aquisição de terras agrícolas por estrangeiros não foi aprovada, mas o impacto político da campanha foi alcançado.

Investidores chineses que buscavam nas aquisições de terras agrícolas a entrada no agronegócio brasileiro se voltaram a outros países ou perceberam que era mais viável investir em outros elos das cadeias produtivas agroindustriais (OLIVEIRA, 2015). Como exemplo, está um projeto de US\$ 300 milhões do Chongqing Grain Group para adquirir 100 mil hectares na Bahia para a produção de soja, que foi abandonado.

Só em 2015 os investidores chineses conseguiram se estabelecer no agronegócio brasileiro, através de uma aquisição global. As fusões e aquisições prevaleceram no período para inserção significativa do capital do agronegócio chinês no complexo brasileiro de soja, sem receber atenção excessiva da mídia. Além disso, são mais difíceis de serem controlados pelos investidores tradicionais. A COFCO, maior empresa de comércio agrícola e de alimentos da China, anunciou em 2014 que compraria 51% da holandesa Nidera por cerca de US\$ 1,2 bilhão. Assim, passou a ser um participante chave do agronegócio global, atuando desde a produção de sementes até as redes comerciais. A Nidera tem presença forte na produção no Brasil, na Argentina e na Europa Central. No Brasil, a empresa é uma das principais produtoras de sementes de soja e de

milho, além de possuir terminais e armazéns de grãos nas principais regiões produtoras de soja, como Mato Grosso e Paraná.

Também em 2014, a COFCO anunciou investimento de US\$ 1,5 bilhão na Noble Agri, trading company sediada em Hong Kong, passando a controlar 51% da companhia e expandindo a participação no mercado internacional de grãos. Em fevereiro de 2016, a COFCO anunciou a compra dos 49% restantes das ações da Noble Agri, por cerca de US\$ 750 milhões. Assim, a empresa consolidou a atuação global em toda a cadeia produtiva agrícola. O negócio é parte da estratégia global chinesa de estabelecer um conglomerado transnacional de agronegócio destinado a abalar a hegemonia das empresas conhecidas como ABCD (Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus).

É interessante notar que no Brasil, grupos de interesse políticos e econômicos utilizaram relatórios e informações da mídia para tentar afetar a presença chinesa no país, além de relatórios apoiados por economistas liberais e advogados que geraram temor. Segundo Oliveira (2015), o uso destas ferramentas é parte de esforço mais amplo do setor de agronegócios, investimentos e de intelectuais ligados a governos para desviar a atenção sobre as origens tradicionais do capital usados na aquisição global de terras e suprimir a concorrência chinesa.

É fato que a ausência de comunicação por parte dos investidores chineses tornou mais fácil a construção de um discurso hegemônico. Mesmo órgãos de governo da China se abstêm do debate público sobre a importância da presença chinesa no Brasil e de seus impactos positivos. Os investimentos chineses no agronegócio brasileiro podem trazer oportunidades para a economia brasileira em termos de produtividade, infraestrutura e expansão das exportações. Tais aspectos são subestimados sem a produção de conhecimento acessível para influenciar o debate.

Com o aumento da presença chinesa internacionalmente, questões problemáticas e interesses conflitantes serão mais frequentes, exigindo estratégia mais assertiva da China em debates público, a melhoria das habilidades de comunicação e o estabelecimento de think tanks e centros de pesquisa capazes de explicar por que a China é um parceiro para alcançar um desenvolvimento sustentável.

O RECONHECIMENTO DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO

O caso da “sinofobia” no setor do agronegócio não é único. Há argumentos semelhantes usados para fortalecer posições comerciais anti-chinesas, como aqueles envolvendo o reconhecimento da China como economia de mercado na OMC. Com a ampliação da presença chinesa no Brasil, preocupações com o processo de desindustrialização supostamente promovido por importações da China ganharam força na opinião pública. O reconhecimento da China como economia de mercado afetaria alguns setores, como têxtil e de aço, já que o uso de medidas antidumping contra importações originárias da China seriam mais difíceis de se justificarem.

Associações industriais brasileiras chegaram a lançar uma campanha contra o reconhecimento da China como economia de mercado. Em dezembro de 2015, a Confederação Nacional das Indústrias do Brasil (CNI) e outras 41 associações industriais assinaram uma carta ao governo brasileiro alegando que seria fundamental ao Brasil resistir à pressão chinesa pelo reconhecimento. Na mídia, em geral, a questão é tratada como esclarecida – e contrária à posição chinesa. Para além disso, relatórios também foram produzidos por associações industriais, com mensagens neste sentido (CNI, 2013).

Somado a estes processo, think tanks baseados nos EUA publicam relatórios sobre a desindustrialização causada por importações chinesas na América Latina (particularmente na Argentina, Brasil e México). Para citar apenas um exemplo, o think tank The Atlantic Council publicou relatório em agosto de 2016 intitulado “Desenvolvimento Industrial na América Latina: Qual o Papel da China?” (ATLANTIC COUNCIL, 2016). O relatório afirma que:

Há razões bem fundamentadas para acreditar que a China teve efeito sobre a desindustrialização da região. (...) Não importa o quanto a China diga que não está interessada em um superávit comercial com um determinado país, ou que abordará o excesso de capacidade, a experiência demonstra que a China nunca tratou de fato destes temas. Qualquer país latino-americano que enfrente a desindustrialização devido às importações chinesas não pode se dar ao luxo de presumir que esse fenômeno irá, de alguma forma, ser

resolvido sem ações específicas ou que a China atue para reverter a situação. O período não é positivo para a América Latina. Ações pragmáticas devem ser tomadas. (ATLANTIC COUNCIL, 2016)

O que surpreende não é o fato de um discurso articulado entre os principais setores afetados pelas importações chinesas no Brasil e no Exterior. Estes, cumprem dever político e econômico de defender seus interesses ante a opinião pública. A questão mais surpreendente é a ausência quase absoluta de qualquer estudo relevante ou relatórios feitos por think tanks chineses, empresas ou órgãos relacionados ao governo que avaliem os impactos sob o ponto de vista chinês. Não se trata de propaganda, mas de produzir conhecimento compreensível para participar do debate público.

Apesar de ser uma questão complexa, há vantagens para o Brasil em reconhecer a China como economia de mercado. Primeiro, como observado na seção 1 deste artigo, a China hoje é o primeiro parceiro comercial do Brasil, e há importantes superávits comerciais brasileiros nesta relação. A discussão sobre o reconhecimento da China como economia de mercado deve se basear em uma análise concreta de possibilidades e perspectivas reais. Um bom exemplo de uma análise séria sob a perspectiva chinesa ante a questão foi produzido por Haibin Niu (2013).

Nesse sentido, estudos que indiquem vantagens desse processo seriam importantes subsídios para discussão. Há experiências no mundo que indicam vantagens para os países que negociam os termos do reconhecimento da China como economia de mercado. A Austrália, por exemplo, negociou um acordo de livre comércio com a China para a abertura de portas a produtos australianos no mercado chinês.

Dado este cenário, é essencial que as partes interessadas da China lancem mão de estratégias de comunicação e gerem conhecimento significativo. O desenvolvimento não é apenas um processo econômico. A importância do chamado *soft power* reside na capacidade de gerar consenso em relação aos conflitos gerados pelo processo de desenvolvimento. A ascensão internacional da China envolve grandes transformações em relação à geopolítica e às percepções globais. Apesar da capacidade da China de avançar em termos de benefícios econômicos, todo esse esforço pode ser insuficiente à medida

que o processo de desenvolvimento se torna mais complexo e a presença da China em todo o mundo se expande.

NOVA FASE NAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: RUMO A UMA NOVA ABORDAGEM NA CONSTRUÇÃO DE IMAGEM DA CHINA

Na última década, o relacionamento sino-brasileiro mudou. Apesar das conquistas nos campos econômico e político, há a tarefa urgente de se ampliar o conhecimento entre os dois países, a fim de estabelecer uma linguagem compreensível sobre as reais possibilidades do relacionamento bilateral. Conforme analisado na seção 2 deste capítulo, é necessário produzir conhecimento mais acessível para explicar ao público a importância estratégica da relação sino-brasileira.

Há evidências de que o contexto atual é caracterizado por enormes possibilidades e oportunidades típicas de tempos de crise e redefinição de paradigmas. As reformas em andamento na China, se bem-sucedidas, exigirão não apenas uma série de transformações internas de larga escala que alteram o modelo chinês de crescimento, mas também um novo tipo de integração do país no mundo. Como a segunda maior economia global, a China terá de lidar com novos desafios.

O contexto internacional caracterizado por crescimento lento traz diferentes pressões às relações bilaterais. Mais fontes de cooperação, como investimentos, devem ser consideradas. E tal fase requer ainda um trabalho mais assertivo no campo das ideias, a fim de criar consenso entre as esferas empresarial, política, midiática e acadêmica sobre a presença chinesa no Brasil.

Vale a pena olhar para mudanças estruturais chinesas – e que podem impactar os negócios no Brasil. Em 2015, a China registrou a menor taxa de crescimento em 25 anos, de 6,9%. Com a desaceleração, a China busca ampliar o consumo interno e reequilibrar o modelo de crescimento, fortemente dependente de investimentos. Como Yang (2014) observa, esse reequilíbrio tem potencial de melhorar a distribuição de renda da China. O consumo das famílias e a demanda interna terão papéis mais importantes, movimento que

resulta ainda na redução de lucros e no aumento de salários, beneficiando a classe média.

Apesar de crescer a uma taxa menor, a China deve manter papel central na economia mundial e aumentar o comércio global. A expansão de seu já alto grau de abertura e mudanças em sua estrutura de produção poderia tornar a China um parceiro ainda mais significativo para países como o Brasil. O reequilíbrio da economia chinesa e o aumento do consumo interno abrirão oportunidades para exportações e investimentos brasileiros. A rápida urbanização continuará demandando recursos naturais e impulsionará a integração entre as economias dos dois países. A transferência de população vinda do interior promoverá cidades de tamanho médio e a integração a setores mais dinâmicos da economia chinesa. O Brasil, conhecendo as condições para explorar tais mudanças, pode manter o crescimento das exportações e mesmo diversificá-las.

No setor de alimentos, por exemplo, espera-se que o aumento da classe média chinesa implique ganhos para as exportações brasileiras do agronegócio, acompanhando não só a demanda, mas novas expectativas dos consumidores chineses sobre qualidade e produtos alimentícios saudáveis. O crescimento da população chinesa de renda média-alta revela o potencial de novas áreas em que o Brasil pode se inserir competitivamente. Setores como o de calçados, móveis, confecções e cosméticos apresentam oportunidades de novos nichos de mercado para o Brasil, e a China pode se consolidar como importante alternativa para a diversificação das exportações brasileiras. Além disso, infraestrutura é outra área em que parcerias entre empresas brasileiras e chinesas podem contribuir para a modernização do setor no Brasil.

Assim, é necessário produzir conhecimento para explicitar tais oportunidades e destacar a importância estratégica do relacionamento sino-brasileiro. Este capítulo propõe o estabelecimento de um think tank multidimensional para estabelecer visão de longo prazo entre governos, círculos de negócios e sociedade civil e formular uma estratégia eficaz na superação de obstáculos, explicitando oportunidades potenciais da China como parceira estratégica do Brasil.

Uma iniciativa de tal porte permitiria, em primeiro lugar, estabelecer novos canais de comunicação entre os principais atores do relacionamento bilateral. Projetos de pesquisa envolveriam a participação de pesquisadores,

autoridades governamentais e representantes de empresas para definir uma estratégia bilateral de cooperação.

UM THINK TANK MULTIDIMENSIONAL PARA UMA NOVA VISÃO DAS RELAÇÕES CHINA-BRASIL

Diversos temas importantes poderiam ser abordados por uma instituição multidimensional. Como mencionado neste documento, novas oportunidades, mas também problemas, surgirão ao longo dos anos, o que exigirá ação coordenada para superá-los. Assim, a proposta é criar um think tank devotado a estabelecer uma agenda de pesquisa sobre os seguintes tópicos:

IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA REGIÃO:

Como explicitado anteriormente, os investimentos chineses no Brasil aumentaram nos últimos anos e são importante fonte de cooperação, com possibilidade de se intensificarem. A desvalorização do Real tornou os ativos brasileiros mais atraentes e criou uma janela inequívoca de oportunidade para os investidores. Relatórios e projetos de pesquisa que analisem setores estratégicos serão benéficos para ambos os países. Também um relatório preciso sinalizando os investimentos já feitos pelas empresas chinesas e esclarecendo os benefícios trazidos para a economia brasileira (repercussões positivas, criação de empregos etc.) seria positivo para esclarecer a opinião pública sobre a importância da presença chinesa no país latino-americano. Outra ação seria mostrar quais reformas são fundamentais para melhorar o ambiente regulatório brasileiro na área de infraestrutura. Por fim, apontar que investimentos chineses podem permitir que o Brasil se beneficie das globais cadeias de valor.

O RECONHECIMENTO DA CHINA COMO ECONOMIA DE MERCADO:

A questão carece de análise neutra e precisa sobre seus impactos no relacionamento bilateral. Uma quantidade considerável de relatórios já foi elaborada no Brasil contra o reconhecimento da China como economia de

mercado. Produzir um relatório sob perspectiva não tendenciosa contribuirá para discussão mais produtiva.

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO BRASIL-CHINA:

A implementação potencial de um Acordo de Livre Comércio entre a China e o Brasil foi quase ignorada na agenda bilateral. Tanto quanto o autor reconhece, não há documento ou estudo significativo identificando as potencialidades de tal acordo, as condições específicas necessárias para a negociação e os possíveis impactos positivos e negativos desse tipo de iniciativa. Uma primeira abordagem sobre o tema é útil para instalar o debate na agenda pública e estimular discussão racional.

INOVAÇÃO E NOVAS ENERGIAS:

A questão é provavelmente a mais fundamental para desenvolver uma relação sino-brasileira adequada ao século XXI, ligada à sustentabilidade, à inovação e à próxima revolução tecnológica no campo da energia. Ambos os países têm enorme potencial de cooperação. Mesmo outras áreas, como produção de alimentos e agronegócio, devem se concentrar em questões ambientais em um contexto no qual a poluição se torna questão emergencial, particularmente na China.

A tarefa de produzir conhecimento estratégico sobre as principais questões relativas à relação bilateral exigirá uma interação crescente entre governos, setores produtivos e academia. A criação de um think tank multidimensional abordará essa tarefa, favorecendo uma compreensão mais profunda das novas características das relações sino-brasileiras nos próximos anos, suas oportunidades e desafios.

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, a relação entre o Brasil e a China se aprofundou, e hoje a China é um dos principais parceiros econômicos do país. Além disso, as transformações e reformas estruturais chinesas podem abrir possibilidades de

crescimento e diversificação das relações nas próximas décadas. No entanto, apesar das conquistas nos campos econômico e político, ainda é tarefa urgente expandir o conhecimento entre os dois países, a fim de estabelecer uma linguagem compreensível sobre as reais possibilidades do relacionamento bilateral. À medida que a presença chinesa se expande internacionalmente, questões problemáticas e interesses conflitantes provavelmente serão mais frequentes, exigindo estratégia mais assertiva da China em debates públicos através da produção de conhecimento, a melhoria das habilidades de comunicação e o estabelecimento de think tanks e centros de pesquisa capazes de explicar por que a China é um parceiro para alcançar um desenvolvimento sustentável.

Há evidências de que o contexto atual é caracterizado por enormes possibilidades e oportunidades típicas de tempos de crise e redefinição de paradigmas. Como duas grandes economias em desenvolvimento, o relacionamento sino-brasileiro poderia se tornar um exemplo de cooperação e desenvolvimento sustentável. Todas essas oportunidades estão, no entanto, no âmbito das possibilidades. A criatividade e o uso de janelas de oportunidade que se abrem podem originar novos cenários para certos países na competição no sistema capitalista global. Cabe à China e ao Brasil estabelecer uma estratégia que considere tais possibilidades da nova arquitetura econômica global. Como não há passado colonial na relação histórica entre os dois países, poucos argumentos existem para culpar alguém pelo fracasso dessas iniciativas. Cabe aos dois países monitorar e entender essas mudanças, analisando formas de se posicionar estrategicamente para aproveitar novos espaços de interação e oportunidades de negócios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, G; SOSA, S. Commodity Price Cycles: The Perils of Mismanaging the Boom, IMF Working Paper, WP/11/283, International Monetary Fund: December 2011.
- ANGANG HU. Collective Presidency in China. Institute for Contemporary China Studies, Tsinghua University, June 2013.
- ATLANTIC COUNCIL. Industrial Development in Latin América: What is China's Role?. By Jorge Guajardo, Manuel Molano and Dante Sica. Washington, August 2016.

- BIATO JUNIOR, O. A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: FUNAG, 2010.
- BUSTELO, S; REIS, M. A strategic agenda for the Sino-South America relationship under China's "new normal". Working paper. Initiative for Policy Dialogue. Columbia University, 2015.
- CASTRO, A. B. O inconformista: homenagem do Ipea ao Mestre. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.
- CHANG, XIUZE. China's Mode of Development, in China (Hainan) Institute for Reform and Development, ed., Thirty Years of China's Reform: Through Chinese and International Scholar's Eyes, Beijing: Foreign Language Press, 2008.
- CHI, FULIN. China's All-Round Reform in a New Stage, in China (Hainan) Institute for Reform and Development, ed., Thirty Years of China's Reform: Through Chinese and International Scholar's Eyes, Beijing: Foreign Language Press, 2008.
- CHINA BRAZIL BUSINESS COUNCIL. Chinese Investments In Brazil From 2014-2015, 2016.
- CHINA BRAZIL BUSINESS COUNCIL. Chinese Investments In Brazil From 2007-2012: A Review Of Recent Trends, 2013
- CHINA BRAZIL BUSINESS COUNCIL. The Presence Of Brazilian Companies In China, 2012.
- CHINA BRAZIL BUSINESS COUNCIL. Chinese Investments In Brazil: A New Phase In China-Brazil Relationship, 2011.
- CNI. O Tratamento da China como Economia (Não) de Mercado após 2016. Observatório de defesa comercial, Ano 2, Número 3, Outubro de 2013.
- FENBY, J. Tiger Head, Snake Tails: China today, how it got there and where it is heading, London: Simon & Schuster, 2012.
- GALLAGHER, K; PORZECANSKI, R. The Dragon in the Room: China and the Future of Latin American Industrialization, Stanford: Stanford University Press, 2010.
- HAIBIN, N. De-industrialization Issue and Sino-Brazilian Ties. CIR, August 2013.
- HAIBIN, N. Emerging global partnership: Brazil and China. Rev. bras. polít. int. vol.53 no.spe Brasília Dec. 2010.
- HALPERN, N. Information flows and Policy Coordination in the Chinese Bureaucracy in: Bureaucracy, Politics, and Decision Making in Post-Mao China, Lieberthal, K; Lampton, D editors. Berkeley: University of California Press, 1992.
- HEILMANN, S; SHIH, L. The Rise of Industrial Policy in China, 1978-2012. Harvard-Yenching Institute Working Paper Series, University of Trier, 2013.

- JAGUARIBE, A. Brasil e China: novos desafios e dinâmicas de cooperação em Ciência e Tecnologia. In: Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas, Sérgio Eduardo Moreira Lima (org). Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2016.
- JAGUARIBE, A. Innovation Policies and Development Strategies: Some implications from the Chinese model. Institute for Brazil-China Studies. 2014.
- JAGUARIBE, A. Visões de Futuro: A China e seus desafios, elementos do debate atual. Institute for Brazil-China Studies. 2011.
- JIN CANRONG. The World and China in the Next Decade, Brasil e China no Reordenamento das Relações Internacionais: Desafios e Oportunidades, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- LIU, JIN; MCDONALD, T. China: growth, urbanization and mineral resource demand, Economic Roundup, Issue 2, Canberra: Commonwealth of Australia, 2010.
- LAMPTON, D. A Plum for a Peach: Bargaining, Interest, and Bureaucratic Politics in China, in: Bureaucracy, Politics, and Decision Making in Post-Mao China, Lieberthal, K; Lampton, D editors. Berkeley: University of California Press, 1992.
- LIEBERTHAL, K; LAMPTON, D. Introduction: The Fragmented Authoritarianism Model and Its Limitations, in: Bureaucracy, Politics, and Decision Making in Post-Mao China, Lieberthal, K; Lampton, D editors. Berkeley: University of California Press, 1992.
- MERTHA, A. Fragmented Authoritarianism 2.0: Political Pluralization in the Chinese Policy Process. The China Quarterly, Vol. 200, December 2009, pp. 995-1012.
- NAUGHTON, B. The Chinese Economy: Transitions and Growth. The MIT Press, 2007.
- NAUGHTON, B; CHEN, L. The emergence of Chinese Techno-Industrial Policy: From Megaprojects to Strategic Emerging Industries, 2003-2011. Spider Web Paper, 2013.
- OLIVEIRA, G. Chinese and Other Foreign Investments in the Brazilian Soybean Complex. BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS), April 2015.
- RABOBANK INTERNATIONAL. Chinese investments in South American Agribusiness, Rabobank Industry Note, N° 276, Utrecht: Rabobank International Utrecht Branch, 2011.
- RASMUSSEN, R. et al. Chinese investments in South American agribusiness: Overview of an ongoing expanding process. Rabobank Industry Note 276. Utrecht: Rabobank International, 2011.
- SAICH, T. Governance and Politics in China. Palgrave, 2004.
- SHAMBAUGH, D. The Modern Chinese State. Cambridge University Press, 2000.
- STIGLITZ, J. Making Globalization Work, New York and London: W. W. Norton & Company, 2006.

- WEI HUANG. Global Governance Under the G20: A Chinese Perspective, G20: Perception and Perspectives for Global Governance, Konrad Adenauer Stiftung: 2011.
- WILLIAMSON, P; RAMAN, A. The Globe: How China Reset Its Global Acquisition Agenda, Harvard Business Review, April 2011.
- WORLD BANK. China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative High-Income Society, Washington D.C. and Beijing: World Bank and Development Research Center of the State Council, P.R.C., 2012.
- WORLD BANK. Implications of a changing China for Brazil: a new window of opportunity?. Washington, DC: World Bank Group, 2014.
- WU, X; MA, R. and CHU, G. Secondary Innovation: The Experience of Chinese Enterprises in Learning, Innovation and Capability Building. National System for Innovation Management, 2010.
- YANG, Y. Praise of China's new normal. 2014. Available at (<https://www.project-syndicate.org/commentary/yao-yang-points-out-that-lower-economic-growth-rates-will-remain-the-envy-of-the-world>).
- ZENG, M; WILLIAMSON, P. Dragons at Your Door: How Chinese Cost Innovation Is Disrupting Global Competition. Harvard Business Review Press, June 12, 2007.



O COMÉRCIO BRASIL-CHINA E OS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

Tulio Cariello

Participou do Visiting Program for Young Sinologists em junho de 2018, na Universidade Normal de Chongqing, em Chongqing. Coordenador de Análise e Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Desde 2012 acompanha a evolução dos investimentos chineses no Brasil e o comércio bilateral. É formado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.



O comércio entre Brasil e China experimentou rápido crescimento nos últimos dez anos, impulsionado pela alta demanda chinesa por commodities e pela necessidade brasileira de insumos para sua indústria e produtos manufaturados para a crescente classe média. Recentemente, a China passou a ser também um importante investidor no Brasil, seguindo a tendência de internacionalização de empresas chinesas, fenômeno particularmente visível a partir do início do século XXI. O presente artigo mostra a evolução do comércio bilateral e dos investimentos chineses no Brasil no período entre 2007 e 2017 e as principais razões por trás do crescente interesse da China no Brasil.

1. INTRODUÇÃO

O início do século XXI abriu novos horizontes para o relacionamento sino-brasileiro. Durante a década de 2004 até os primeiros anos de 2010, os dois países inauguraram uma nova fase de intercâmbios bilaterais nos campos político e econômico.

O modelo de crescimento desenvolvido na China, particularmente nos últimos anos, criou uma grande janela de oportunidades para o Brasil, destacando uma forte complementaridade entre as duas economias. Das mudanças nos preços relativos dos recursos naturais e manufaturados à presença de investimentos chineses significativos em setores estratégicos no Brasil, o “efeito China” não pode ser entendido simplesmente como a simples aparência de um novo concorrente global. O surgimento da China envolve uma mudança significativa na lógica globalizadora que prevaleceu desde o início dos anos 1990, trazendo o surgimento de novas tendências na economia global.

No caso do Brasil, parece claro que o ciclo de crescimento econômico iniciado em 2003 tem ligações estreitas com as transformações econômicas que o desenvolvimento da China provocou. Sem negar medidas de política econômica nacional, como a expansão do mercado interno, o aumento dos preços internacionais dos principais produtos exportados pelo Brasil significou uma considerável receita em moeda nova, que funcionou como um pilar

fundamental para a política econômica do governo brasileiro. Para mencionar apenas um dos aspectos mais marcantes desse processo, desde o início dos anos 2000, o comércio bilateral aumentou e atingiu novos patamares, com uma taxa média de crescimento de 30% ao ano, somando um total de US\$ 666,8 bilhões entre 2007 a 2017¹⁸.

Além disso, entre 2007 e 2017, foram investidos US\$ 55 bilhões no Brasil¹⁹, marcando o surgimento de um novo ponto de virada no relacionamento bilateral.

Assim como os investimentos chineses no Brasil e a parceria comercial mostraram saltos significativos, o diálogo político também foi fortalecido entre os países, gerando maior compromisso com o fortalecimento das relações diplomáticas e contribuindo para o aprofundamento das interações nas esferas mais amplas.

Desde o início dos anos 2000, o Brasil e a China passaram por diferentes processos de desenvolvimento, seguindo a direção de seus modelos de crescimento econômico. O Brasil, até 2014, orientou suas diretrizes sobre bases de estabilidade macroeconômica e ganhos sociais, estimulando o consumo interno, especialmente na pós-crise financeira de 2008²⁰. A China, especialmente após sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, experimentou o fortalecimento de suas reformas econômicas, com a expansão dos mecanismos de mercado em sua economia, proporcionando altas taxas de crescimento que às vezes ultrapassavam 10% ao ano. Foi durante esses anos que a China investiu pesadamente em infraestrutura, impulsionou o processo de urbanização, e também alcançou superávits comerciais constantes com o mundo e considerável acúmulo de reservas externas²¹.

Levando em conta as diferentes trajetórias de crescimento de ambos os países e o desenvolvimento de uma agenda bilateral cada vez mais abrangente na última década, as próximas seções analisarão a evolução das relações econômicas entre o Brasil e a China nesse período, com foco em temas relacionados a comércio e investimento.

¹⁸ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, 2018.

¹⁹ Conselho Empresarial Brasil-China, 2018.

²⁰ OCDE, 2016.

²¹ Saarela, 2017.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A literatura sobre o comércio bilateral Brasil-China é vasta em termos de dados, mas requer atualizações frequentes. Além disso, o atual conflito comercial entre os EUA e a China cria uma necessidade primordial de entender as principais características do comércio bilateral Brasil-China, a fim de entender melhor a atual posição do Brasil no comércio exterior chinês. Nesse contexto, existem muitos trabalhos sobre esse assunto, como *The Implications of a changing China for Brazil* (The World Bank, 2014), *China and Brazil: Economic Impacts of a Growing Relationship* (Jenkins, 2014), *Brazil-China bilateral relations: Between strategic partnership and competition from the Brazilian perspective* (Christensen, 2015), *Brazil and China: an assessment of recent trade relation* (Dantas; Jabbour, 2016) e *Brazil-Asia Trade: Emerging Configurations* (Abdenur, 2013). Todos esses trabalhos exploram essa questão, mas como o mundo está mudando rapidamente em razão da ascensão da China como superpotência econômica, os dados e informações em muitos documentos ficam facilmente desatualizados.

Sobre os investimentos chineses no Brasil, faltam dados confiáveis sobre o volume de investimentos feitos pela China no Brasil e também na América Latina em termos gerais. Também é difícil encontrar dados oficiais confiáveis sobre investimentos chineses no Brasil, uma vez que o Banco Central do Brasil (BACEN) e o Ministério do Comércio da China (MOFCOM) oferecem dados insatisfatórios sobre esse assunto específico, principalmente porque grande parte dos investimentos chineses são feitos via triangulações em outros países e também em Hong Kong (considerando que o presente documento cobre apenas os investimentos chineses da China continental). O Departamento de Investimento Externo e Cooperação Econômica do MOFCOM publicou recentemente comentários sobre a Cooperação Externa de Investimento da China em 2017, mas não se concentra no Brasil em particular.

O estudo mais completo sobre os investimentos chineses no Brasil é, sem dúvida, feito pelo Conselho Empresarial Brasil-China (2017), que utiliza metodologia própria, mas o mais recente abrange apenas o período entre 2007 e 2016. A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento do Brasil também começou a publicar um boletim sobre investimentos chineses

no Brasil, mas os dados nesses estudos são, de certa forma, superficiais, por se basearem quase inteiramente em notícias veiculadas em jornais e outras mídias, o que muitas vezes não reflete a realidade dos investimentos e seu real *status* de confirmação. A Heritage Foundation também elaborou estudos sobre investimentos chineses no exterior (2011), mas carece de dados atualizados e análises mais complexas sobre as características dos investimentos chineses no Brasil.

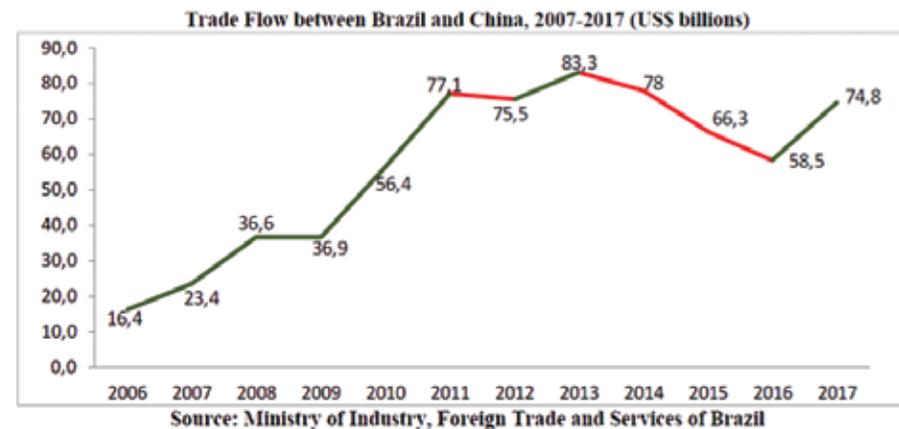
Além dessas constatações, o ponto mais importante é o fato de que, em termos gerais, todos os artigos que tratam do assunto em particular não explicam as razões por trás do crescente interesse das empresas chinesas no Brasil.

3. COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL ENTRE 2007 E 2017

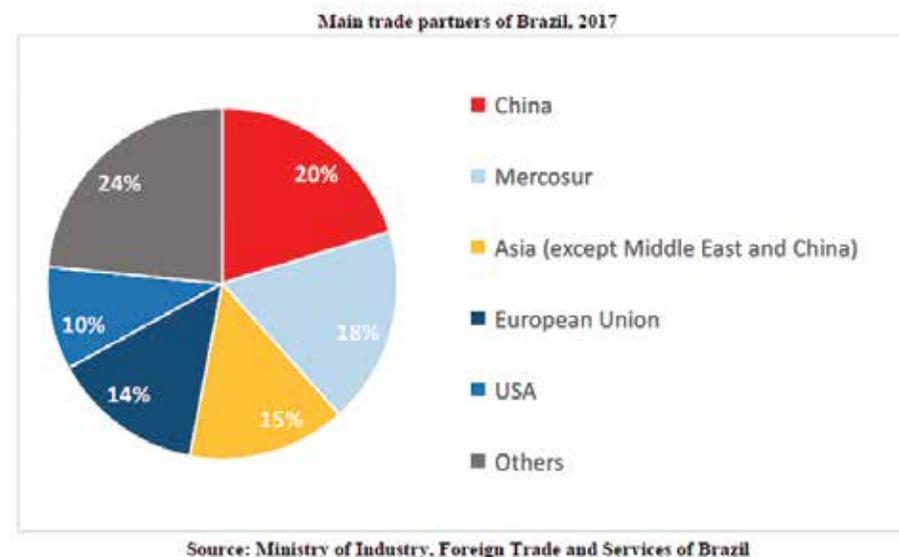
COMÉRCIO BILATERAL

FLUXO COMERCIAL BILATERAL

A alta demanda chinesa por alimentos e recursos naturais levou a um salto significativo nas exportações brasileiras de commodities, especialmente minério de ferro, soja, carne bovina, petróleo e celulose. O comércio bilateral aumentou desde o início dos anos 2000, com um crescimento médio de cerca de 30% ao ano até 2013, quando o comércio atingiu o recorde de US\$ 83,3 bilhões. Os bons resultados no intercâmbio entre os dois países fizeram da China o maior parceiro comercial do Brasil em 2009, posição que mantém desde então. Como pode ser visto no gráfico a seguir, desde 2006 o fluxo comercial cresceu ano após ano, até que em meados de 2014 os resultados das transações comerciais começaram a apresentar movimentos de baixa devido à queda dos preços das principais commodities exportadas pelo Brasil, responsável por uma parte relevante do comércio bilateral. Mesmo assim, deve-se notar que em 2017 houve uma significativa recuperação *ad hoc*, na qual houve um crescimento de 28% em relação ao ano anterior.



Também é importante notar que, em 2017, a China continuou sendo o principal parceiro comercial do Brasil, respondendo por 20% de todas as transações comerciais brasileiras realizadas no exterior²². A esse respeito, o país asiático estava à frente de outras jurisdições importantes, como a União Europeia, Ásia (exceto Oriente Médio e a China), Estados Unidos e MERCOSUL, como mostra o gráfico abaixo.



²² Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, 2018.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A CHINA

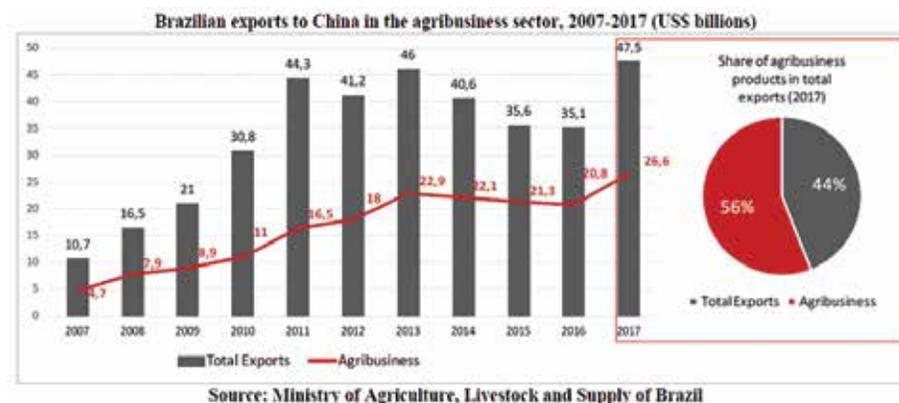
A China tem sido o principal destino das exportações brasileiras. Em 2017, o país asiático respondeu por 19% dos embarques brasileiros ao exterior, à frente dos EUA (13%), Argentina (7%), Holanda (5%), Alemanha (3%) e outros países com participação individual de menos de 3%.²³

Embora seja incontestável a relevância na pauta exportadora brasileira, entre 2013 e 2016 os embarques destinados ao país asiático indicaram resultados financeiros menores. Esse movimento de baixa pode ser explicado pela queda dos preços das principais commodities compradas pela China, especialmente nos casos de soja e minério de ferro, que só recentemente mostraram aumento relativo nos valores praticados no mercado internacional. Nesse contexto de recuperação, é notável que o ano de 2017 indicou visível expansão nas exportações para a China. Como pode ser visto no gráfico a seguir, as vendas para o país asiático somaram US\$ 47,5 bilhões, resultado das exportações que contabilizaram 309 milhões de toneladas de produtos embarcados para a China, gerando os maiores valores da série histórica até 2017.



Vale mencionar que o agronegócio tem sido o setor com maior participação nas exportações brasileiras para a China. Em um espaço de dez anos, a expansão das exportações da área foi marcante. Em termos de valor, entre 2007 e 2017, os embarques destinados ao país asiático aumentaram 469%, com um crescimento médio anual de 21%.

Como evidenciado, na última década uma parte significativa do total das exportações brasileiras para a China foi preenchida pelo agronegócio. Como pode ser visto no gráfico a seguir, desde 2007, ano após ano, ao setor respondeu por quase metade de todos os produtos embarcados para a China, totalizando até 60% dos embarques destinados ao país asiático em 2015.



IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DA CHINA

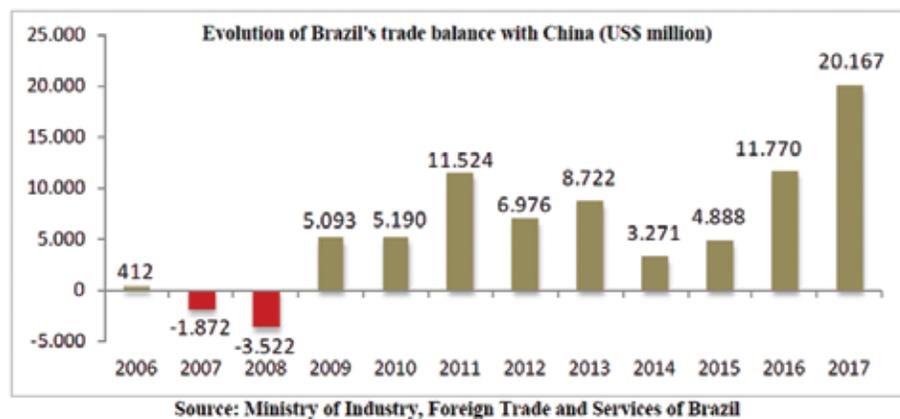
Como pode ser visto no gráfico a seguir, entre 2006 e 2014 houve um crescimento quase ininterrupto das importações brasileiras oriundas da China, o que refletiu um bom momento da economia brasileira em um período em que se experimentou um crescente mercado consumidor e o maior interesse da indústria brasileira em importar insumos e materiais manufaturados. A partir de 2015, porém, as importações começaram a apresentar declínio, o que pode ser entendido como resultado da recente recessão econômica brasileira. No entanto, após dois anos de queda no valor das importações, o ano de 2017 mostrou uma recuperação pontual.

²³ Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, 2018.

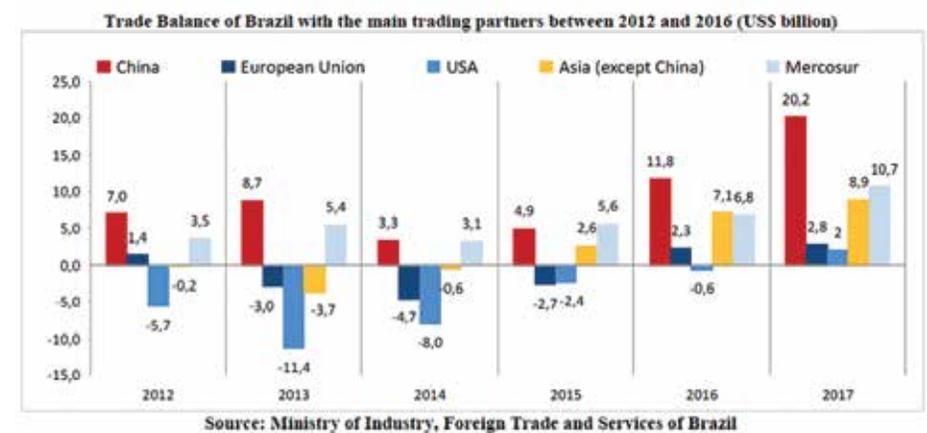


BALANÇA COMERCIAL

Embora tenha havido recuos recentes nos retornos financeiros do comércio com a China, entre 2009 e 2017 o Brasil acumulou superávit comercial de US\$ 77,6 bilhões com a China, com resultados desfavoráveis apenas em 2007 e 2008, anos próximos à crise financeira internacional. Em 2017, o saldo comercial das transações bilaterais foi favorável ao Brasil em cerca de US\$ 20 bilhões, o maior da série histórica do comércio bilateral até o ano de 2017, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

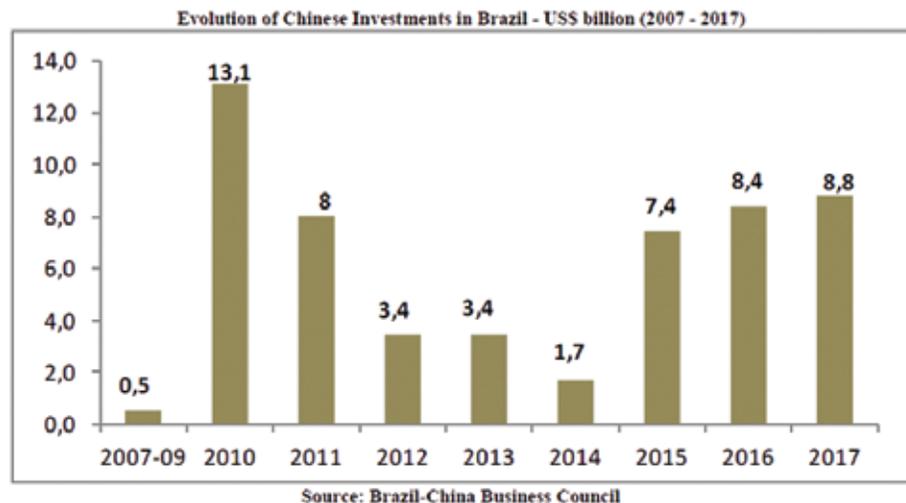


Nesse cenário, os resultados favoráveis do comércio do Brasil com a China muitas vezes compensaram o déficit comercial com outras jurisdições, como no caso dos Estados Unidos e da União Europeia, parceiros com os quais o Brasil mantém historicamente saldos comerciais negativos. Dessa forma, o comércio com a China desempenha um papel fundamental na manutenção de um superávit geral do comércio exterior brasileiro. Como mostra o gráfico a seguir, a balança comercial com a China tem sido a mais relevante nos últimos anos.



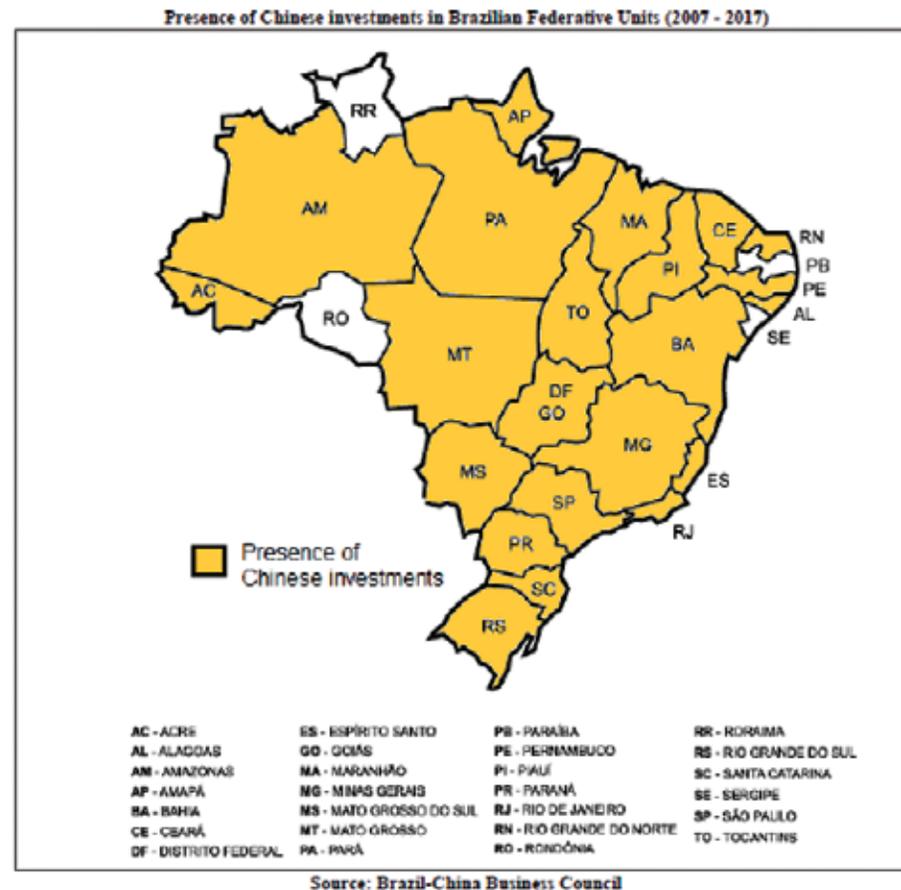
INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

Desde os primeiros anos da década de 2000, as relações entre o Brasil e a China começaram a abrir espaço para uma agenda bilateral mais complexa. A considerável expansão do comércio entre os dois países, a maior interação nos fóruns internacionais e a expansão da agenda política sino-brasileira indicaram o surgimento de um novo patamar nas relações bilaterais. Nesse contexto, também houve um fenômeno inédito: a entrada de massivos investimentos chineses no Brasil.



Segundo o Conselho Empresarial Brasil-China, entre 2007 e 2017, as empresas chinesas investiram um montante de US\$ 55 bilhões, com 115 projetos realizados ou em andamento. Conforme demonstrado no mapa a seguir, em termos geográficos, apenas quatro das 27 Unidades da Federação do Brasil não possuem nenhuma presença de investimentos chineses no país, considerando investimentos confirmados ou intenções de investimentos.

Nesse contexto, várias empresas encontraram solo fértil no Brasil. O perfil dos investimentos chineses no país evoluiu não apenas em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos. Inicialmente, em meados de 2010, os investimentos chineses no país foram direcionadas para o setor de commodities, dada a crescente demanda da China por produtos primários, como petróleo e minério de ferro. A partir de 2010, o foco dos investimentos passou a ocorrer nos setores industriais, com o objetivo de explorar o mercado consumidor brasileiro. A partir de 2013, uma série de investimentos no setor de serviços começou a ganhar espaço, principalmente na área financeira, com a entrada de bancos chineses no país. A fase mais recente, iniciada em 2014, concentra-se especialmente no setor de energia e infraestrutura, com investimentos de grandes empresas chinesas que consolidaram sua presença no mercado brasileiro de energia. Além disso, em 2017 as empresas chinesas demonstraram interesse em aumentar os investimentos em logística e infraestrutura.



As características dos investimentos chineses no Brasil em 2017 indicam a continuidade da fase iniciada em 2014, quando ocorreram mudanças significativas no perfil dos investimentos chineses em todo o mundo em relação ao volume de investimentos, modo de entrada e setores de interesse. A partir de 2014, o setor de geração e transmissão de energia no Brasil recebeu grandes investimentos chineses por meio de empresas estatais, como State Grid e China Three Gorges, que começaram a construir usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, bem como a atuar na aquisição de empresas brasileiras e estrangeiras em operação no país. Ao mesmo tempo, os investimentos no agronegócio passaram a ganhar maior relevância, com a entrada de grandes empresas como COFCO e Dakang.

Da mesma forma, o ano de 2017 indicou um aprofundamento dessa fase, com novos investimentos nas áreas de energia e agronegócio, além de projetos no setor de logística, que ainda não haviam sido explorados de forma proeminente pelas empresas chinesas.

Em 2017, empresas como a Shanghai Electric e a SPIC Pacific Energy entraram no setor energético brasileiro, passando a operar projetos hidrelétricos que pertenciam a empresas estatais. A Shanghai Electric assinou um acordo com a subsidiária da Eletrobrás, Eletrosul, para tocar projetos de transmissão de energia elétrica no Rio Grande do Sul. A SPIC Pacific Energy também participou do leilão das usinas hidrelétricas da Cemig Power Company, (São Simão) por R\$ 7,18 bilhões. Outras empresas que estiveram envolvidas em projetos de geração e distribuição de energia hidrelétrica em anos anteriores, como a China Three Gorges e a State Grid, fizeram injeções de capital e investimentos para modernizar seus ativos. Na área de petróleo e gás, as chinesas National Petroleum Corporation (CNPC), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e Tek Oil and Gas ganharam leilões de blocos de petróleo e gás em áreas do pré-sal, com operações realizadas por meio de regime de compartilhamento.

As empresas chinesas também continuaram investindo no agronegócio brasileiro. A Dakang International Food Agriculture adquiriu 53,99% de participação na empresa Paranaguá Belagrícola por US\$ 253 milhões. O conglomerado chinês acrescenta a Belagrícola ao seu portfólio brasileiro que inclui também a Fiagril, adquirida em 2016. Outro grande investimento chinês no agronegócio foi a compra da indústria de sementes Dow AgroSciences pela LongPing e CITIC Agri Fund, braço de investimentos agrícolas do CITIC Group, por US\$ 1,1 bilhão.

A fase atual dos investimentos chineses no Brasil também tem grandes investimentos no setor de logística. Em 2017, a China Communications Construction Company (CCCC) assinou um contrato de investimento para a construção de um terminal de uso privado em São Luís, no Maranhão, em parceria com a WPR, braço do grupo WTorre. O projeto prevê investimentos de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão. Outro grande projeto confirmado em 2017 foi a compra de 90% do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) pela estatal China Merchants Port Holding (CMPorts) por R\$ 2,9 bilhões.

A construção conjunta do Terminal Graneleiro da Babitonga (TGB) pela CCCC e o Fundo de Investimento em Infraestrutura da Anessa foi anunciada, aguardando confirmação.

Focado desde 2014 em grandes projetos nas áreas de energia e agronegócio, os investimentos chineses no Brasil passam a incluir negócios no setor de logística, especificamente no setor portuário. Embora ainda não tenham sido confirmados, os investimentos chineses no setor ferroviário também estão notoriamente no radar das grandes empresas da China. Assim, conclui-se que, ao final de 2017, o perfil dos projetos em andamento estava em linha com a última fase de investimentos verificada desde 2014.

Mas o que despertou tanto interesse da China em investir no Brasil?

Primeiramente, a presença desses investimentos no país não é um caso isolado. Por volta dos anos 2000, Pequim passou a apostar em uma política de internacionalização de empresas chinesas ligadas a setores estratégicos, que buscavam, em distintas fases, investir em recursos naturais, mercado consumidor e novas tecnologias. Essa política permitiu que diversas empresas chinesas passassem a investir massivamente em todo o mundo, operando por meio de projetos greenfield, joint ventures, e, mais recentemente, via fusões e aquisições.

Sob a ótica geopolítica, há um interesse de “ocupação de espaços” por parte de Pequim, sendo interessante para a China ter no Brasil um ponto focal na América Latina. A história recente foi marcada pela grande influência dos Estados Unidos na região, sobretudo durante a Guerra Fria. Passadas as tensões ideológicas, surgiram novos tópicos na agenda internacional — como o combate ao terrorismo, imigração e tensões na Ásia — que levaram a um relativo afastamento de Washington. Isso possibilitou a abertura de espaço para uma maior influência de outras potências na América Latina, como tem sido visto com o avanço dos investimentos chineses na região, onde o Brasil figura como o destino mais relevante.

Outro elemento que chama a atenção é o fato de que os investimentos chineses mais volumosos no Brasil são feitos por algumas das maiores empresas estatais do país asiático. Para se ter uma ideia, do valor total dos investimentos confirmados, cerca de 70% têm origem em estatais centrais chinesas, segundo estudos do CEBC. No fim das contas, essas gigantes atendem as orientações do

Conselho de Estado, um dos mais altos órgãos do aparato estatal de Pequim. O desenho desse cenário tem como objetivo garantir que a atuação dessas empresas esteja em linha com as prioridades estratégicas de longo prazo da China no Brasil. É o caso da presença crescente no país de grandes empresas da área de energia e commodities, como State Grid, China Three Gorges, Sinopec, CNPC, CNOOC e COFCO.

Finalmente, existem fatores endógenos do atual quadro econômico brasileiro que favorecem a entrada dos investimentos chineses. A desvalorização relativa do Real, o certo grau de desenvolvimento da indústria nacional, o mercado consumidor emergente e a escala da economia brasileira na conjuntura regional contribuem para que o interesse da China na América Latina seja direcionado principalmente para o Brasil. Além disso, o recente movimento pró-privatizações do governo brasileiro tem sido mais um fator que contribui para a atração de investimentos estrangeiros. Exemplo disso foi a visita de Estado feita pelo então presidente Michel Temer à China, em setembro de 2017, na qual foram assinados diversos memorandos de entendimento e acordos bilaterais.

4. OS EFEITOS DO COMÉRCIO BILATERAL E DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA ECONOMIA BRASILEIRA

Como mostrado na terceira seção deste artigo, o comércio exterior brasileiro é, em alguns aspectos, dependente da China. Em termos de exportações, o Brasil é evidentemente dependente da demanda chinesa por commodities, considerando que aproximadamente 20% de todas as exportações brasileiras são direcionadas para a China continental, que desde 2009 tem sido o maior parceiro comercial do Brasil. Mesmo assim, é improvável que a China diminua drasticamente as importações de algumas commodities, como minério de ferro e, especialmente, produtos agrícolas como soja, carnes e celulose. Isso se dá em razão de muitos aspectos transformacionais da economia contemporânea chinesa, como o processo o contínuo de urbanização, a crescente classe média e o consequente aumento da demanda por produtos de alta qualidade²⁴.

24 Banco Mundial, 2014.

Em relação às importações brasileiras oriundas da China, o cenário parece ser mais estável. A China é um ator importante não apenas para os consumidores brasileiros – considerando que os produtos manufaturados finais importados da China têm um preço muito competitivo – mas também para a indústria nacional. Cerca de 45% de todas as importações brasileiras da China estão concentradas em partes de materiais mecânicos e elétricos²⁵, que são usados como insumos em diversas indústrias brasileiras.

Além disso, a atual situação de conflito comercial entre os Estados Unidos e a China poderia trazer alguns desafios, o que torna prioritária a busca por formas de se adaptar a um novo cenário de protecionismo entre as duas maiores economias do mundo e seus impactos para o sistema internacional. O Brasil, para o bem ou para o mal, pode ser particularmente afetado por esse cenário, uma vez que muitos dos produtos americanos tributados pela China fazem parte da cadeia do agronegócio.

Sobre os investimentos chineses no Brasil, está claro que vêm se diversificando nos últimos anos, o que demonstra o interesse da China não apenas nos recursos naturais brasileiros, mas também em seu mercado consumidor. No entanto, os setores mais explorados em termos de valor estão ligados a projetos de transmissão e geração de energia elétrica e logística, o que beneficiará o desenvolvimento da infraestrutura brasileira no longo prazo, podendo ter papel também na redução dos custos de transporte do Brasil para a China.

5. CONCLUSÃO

Considerando os tópicos discutidos no presente artigo, é possível concluir que o comércio bilateral é consideravelmente desigual. Apesar do constante superávit brasileiro com a China desde 2009, as exportações brasileiras para o país asiático são fortemente dependentes de commodities, como soja, minério de ferro e petróleo bruto. Nesse sentido, a oscilação dos preços das

25 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, 2018.

commodities no mercado internacional pode reduzir os retornos financeiros dessas transações, o que demonstra a necessidade de se formular políticas para incentivar a diversificação das exportações brasileiras para a China no longo prazo.

Essa tarefa, no entanto, não é simples. Os produtos manufaturados brasileiros são muito menos competitivos do que os chineses, especialmente no mercado chinês, que é relativamente fechado para alguns produtos estrangeiros. Considerando esse desafio, uma opção seria tentar agregar valor em setores que o Brasil já é muito competitivo no mercado internacional. Os exportadores brasileiros do agronegócio, por exemplo, poderiam criar campanhas relacionadas à imagem do produto brasileiro, identificando-o como um produto de alta qualidade, objetivando de alcançar mercados de produtos *premium*. Essa estratégia, adotada por países como EUA e Austrália no setor de carne bovina, provou ser bem-sucedida em grandes cadeias de mercados nas cidades mais ricas da China.

Outra opção seria a possibilidade de adotar o renminbi para o comércio bilateral, a fim de reduzir a volatilidade dos preços em termos de câmbio, considerando que o dólar americano é normalmente utilizado neste tipo de comércio.

Em relação aos investimentos chineses no Brasil, seus benefícios são bastante evidentes: contribuem para a criação de novos empregos, aumentam a produtividade em determinados setores, possibilitam a transferência de tecnologia, criam redes de interconectividade entre empresas chinesas e fornecedores locais, trazem projetos para regiões menos desenvolvidas do país e tendem a reduzir os gargalos de infraestrutura.

Mas é preciso observar as duas faces da moeda. A China, movida por seu típico pragmatismo, percebe uma grande oportunidade para aumentar sua influência geopolítica no Brasil e na América Latina por meio de investimentos, sobretudo devido ao afastamento dos EUA e a um cenário de crises políticas e econômicas locais. Somado a isso, os benefícios provenientes dessas inversões no país ajudam a fortalecer uma imagem favorável à China, o que em última instância, contribui para que o Brasil esteja mais propenso a se alinhar a Pequim em fóruns e organizações multilaterais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MINISTRY OF INDUSTRY, FOREIGN TRADE AND SERVICES OF BRAZIL, Comextat Database. Available at (<https://comextat.mdic.gov.br>).
- MINISTRY OF AGRICULTURE, LIVESTOCK, AND SUPPLY, Agrostat. Available at (<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>)
- MINISTRY OF MINISTRY OF PLANNING OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL. Buletin on Chinese investments in Brazil. 2017.
- THE WORLD BANK. Implications of a changing China for Brazil. 2014
- MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Department of Outward Investment and Economic Cooperation Comments on China's Outward Investment Cooperation in 2017. 2018
- JENKINS. China and Brazil: Economic Impacts of a Growing Relationship. 2014
- DANTAS; JABBOUR. Brazil and China: an assessment of recent trade relations. 2016
- CHRISTENSEN. Brazil-China bilateral relations: Between strategic partnership and competition from the Brazilian perspective. 2015
- ABDENUR. Brazil-Asia Trade: Emerging Configurations. 2013
- BECARD; MACEDO. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. 2014
- BLANCHARD. Political Aspects of Chinese Investment in Latin America. 2016



REFLEXÕES SOBRE O CONFUCIONISMO NO SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

Evandro Menezes de Carvalho
(高文勇)

Participou do Visiting Program for Young Sinologists em julho de 2018, em Beijing. Foi Senior Scholar na Universidade de Shanghai de Finanças e Economia no âmbito do Programa do China Scholarship Council e Organização dos Estados Americanos (2012-2014) e Pesquisador do Center for BRICS Studies da Universidade Fudan, Shanghai (2014-2015). É doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP), professor e coordenador do Núcleo de Estudos Brasil-China, da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV) e professor da Faculdade de Direito e coordenador do Núcleo de Estudos dos Países BRICS da Universidade Federal Fluminense (UFF). É editor executivo-chefe da edição brasileira da revista China Hoje.



INTRODUÇÃO

Em 10 janeiro de 2011, a Praça Tiananmen (Praça da Paz Celestial), amanheceu com uma majestosa estátua de bronze de Confúcio com 9,5m de altura, em frente ao Museu Nacional da China. Era a sua estreia oficial. Na cerimônia de inauguração no dia 12 de janeiro daquele ano, o Presidente do Museu Nacional da China, Lü Zhangshen, afirmou que Confúcio “é o representante da cultura tradicional chinesa e tem uma ampla e profunda influência sobre a comunidade internacional”²⁶ – opinião compartilhada por Wu Weishan, o artista escultor da obra, para quem Confúcio é o núcleo da cultura tradicional chinesa.²⁷

²⁶ Xinhua News Agency. “在中国历史上，孔子被称为‘圣人’。” 国家博物馆馆长吕章申在落成仪式上表示，“他是中国传统文化的代表，在国际社会有着广泛而深刻的影响。” (http://news.xinhuanet.com/society/2011-01/12/c_13687967.htm).

²⁷ Xinhua News Agency. “在社会转型时期，我们需要建立一种文化丰碑，传承以孔子为核心代表的中国传统文化。” 这位留着一头长发的艺术家对记者说。” (http://news.xinhuanet.com/society/2011-01/12/c_13687967.htm).

A presença daquela estátua na Praça da Paz Celestial (Praça Tiananmen) entre o Mausoléu onde repousa o corpo embalsamado de Mao Zedong, e a imagem dele afixada na entrada da Cidade Proibida, logo suscitou polêmica. Certos fatos dizem mais do que muitas palavras. E na cultura chinesa o que não é dito pode ser, muitas vezes, mais significativo do que o que é dito. Entender a história da China faz-nos refletir sobre algumas possíveis razões do impacto simbólico daquela estátua na praça.

Confúcio (孔子 – 551 a.C. a 479 a.C.) nasceu e viveu durante a Dinastia Zhou, no final do Período da Primavera e Outono, que marcou um tempo de turbulência, de batalhas e divisões entre os estados na China.²⁸ Reconhecido como um dos maiores pensadores chineses, seus ensinamentos preconizavam valores morais e conselhos para líderes garantirem a ordem e a prosperidade em seus reinos e influenciaram várias gerações, tanto na China quanto em outros países asiáticos. Thorsten Pattberg, autor do livro *The East-West Dichotomy*, afirma que “Confúcio provavelmente é para a Ásia Oriental o que Jesus Cristo e Platão são para o Ocidente”²⁹, situando Confúcio como referência tanto no campo da filosofia como no da religião.

O confucionismo adquiriu diversas formas de expressão: primeiramente, como pensamento; em seguida, como norma de conduta; transforma-se em ideologia política e é cultuado até mesmo como uma religião por algumas pessoas. Mas como ideologia política, o confucionismo foi marcante no período dinástico e, segundo Kenneth Lieberthal, visava “preservar a ordem” observando três características³⁰: 1) “olhava não para o futuro, mas para um estado mítico no passado para identificar a sociedade ideal”. Por esta razão, considerava tudo o que é “novo” como não confiável. O confucionismo era, portanto, uma **ideologia de governo conservadora**; 2) **Valorizava o respeito à hierarquia, tanto na esfera política como social**. Assim, nas relações sociais,

28 O nome do período deriva dos “Anais da Primavera e do Outono”, uma crônica do estado de Lu entre 722 e 479 a.C., que a tradição associa a Confúcio (551-479 a.C.).

29 Thorsten Pattberg. “Times and culture beckon Confucius back”. *China Daily*, 26 de setembro de 2014, p. 9 (http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2014-09/26/content_18664798.htm).

30 Kenneth Lieberthal. *Governing China: from revolution through reform*. New York: Norton, 2004, p. 7.

a parte tida como a mais fraca (filho, esposa, estudante e sujeito) deveria ser leal e prestar obediência à parte considerada mais forte (pai, marido, professor, governante); 3) As atitudes das pessoas deveriam se conformar com o que se considerava ser a “conduta correta” para cada tipo de relação. O confucionismo **promovia uma sociedade fundada nos ritos**, nas etiquetas e aparências nas relações pessoais como modo de manter a harmonia social e, assim, a tácita concordância com os valores dominantes por meio da repetição obediente dos ritos sociais. Esta atenção aos ritos tinha raízes nas circunstâncias vividas pelo próprio Confúcio. Assim explica Kong Xianglin:

*Li significa literalmente “ritos” para sacrifícios ou oferendas, um conjunto de hábitos e costumes formados por povos primitivos na sua vida cotidiana. Durante a Dinastia Shang, gradualmente evoluiu para significar normas de conduta para as pessoas observarem em cerimônias de sacrifício e em todas as outras ocasiões. Os rituais Zhou prevalecentes constituíam a base e o núcleo da ordem social da época, pelos quais a nobreza e o humilde eram distinguidos, e as classes sociais definidas. As normas e princípios relativos aos ritos deveriam ser observados por todos. No entanto, a sociedade, no final do Período da Primavera e Outono, tornou-se repleta de convulsões, e os fatos sobre os ritos de Zhou foram perdidos ou deixados incompletos. Confúcio, que idolatrava os ritos de Zhou, os fez totalmente, pois estava determinado a restaurar a ordem social da dinastia.*³¹

Entendia-se que seguir as regras de conduta, incluindo os protocolos de fala, era central para a harmonia social ao mesmo tempo em que promovia o correto pensar.³² “Confucionistas sentiam que a prática reiterada de padrões de conduta considerados corretos moldaria o conteúdo de pensamento ao

31 Kong Xianglin. *Confucius*. Beijing: Foreign Language Press, 2010, p. 144.

32 Para Josef Gregory Mahoney, “deve também ficar claro que esses rituais, que Confúcio e outros conceberam como sendo exemplos de decoro, de conduta social adequada, foram formuladas em parte como um meio para regular as relações em uma sociedade onde essas regulações seriam vitais para a manutenção da ordem social e mais, para avançar em direção a uma maior harmonia.”. Josef Gregory Mahoney. “The Politics of Grief”. *Beijing Review*. Vol. 57. N° 19. 8 de maio de 2014, p. 46.

longo do tempo”, explica Lieberthal.³³ A conduta em conformidade com os padrões sociais transmitia uma mensagem de aceitação da ideologia oficial prevalecente. A ênfase na forma da conduta exteriorizada em detrimento do conteúdo de pensamento, atribuía ao ritual uma centralidade nas relações pessoais por ser “a expressão formal do caminho correto” (itálico nosso).³⁴ Mais importante do que transmitir o que se pensa seria agir de acordo com o que a sociedade esperaria do indivíduo.

A sociedade orientada e ordenada pelos valores confucionistas era *conservadora, hierárquica e ritualística*. Os que tinham grande consideração às normas confucionistas eram considerados civilizados. Isto explica o fato dos imperadores terem sido educados segundo as lições dos clássicos confucionistas e de se exigir o conhecimento das lições confucionistas nos exames imperiais para a seleção dos novos mandarins.

Mas a influência do pensamento confucionista começará a sofrer abalos com a gradual concorrência das ideias estrangeiras a partir do século XVIII em razão, sobretudo, das invasões britânica e francesa no território chinês, em especial nas regiões dos portos. Os missionários cristãos também tiveram um papel importante neste processo de exportação do pensamento ocidental da época para dentro da China.³⁵ A cada concessão dada pelo imperador às exigências dos invasores, mais espaço era cedido ao pensamento ocidental

33 Kenneth Lieberthal. **Governing China: from revolution through reform**. New York: Norton, 2004, p. 8.

34 Ibid., p. 8.

35 Explica Fung Yu-Lan: “Nos séculos XVI e XVII, como acabamos de observar, os estudiosos missionários impressionaram os chineses não tanto por sua religião, mas por suas conquistas na matemática e na astronomia. Porém, mais tarde, especialmente durante o século XIX, com o crescente predomínio militar, industrial e comercial da Europa, e o declínio coincidente da força política da China sob os Manchus, o ímpeto do Cristianismo tornou-se cada vez mais sentido pelos chineses. Após várias grandes controvérsias terem surgido no século XIX entre missionários e chineses, um movimento por uma religião confucionista nativa para neutralizar o crescente impacto do Ocidente foi iniciado no final daquele século pelo famoso estadista e reformador, K'ang Yu-Wei (1858-1927). Este evento não foi um mero acidente – mesmo do ponto de vista do desenvolvimento interno do pensamento chinês – porque os estudiosos do *Han hsüeh* já haviam preparado o terreno.” (Fung Yu-Lan. **A Short History of Chinese Philosophy: a systematic account of Chinese Thought from its origin to the present day**. New York: The Free Press, 1997, p. 323).

no território da cultura tradicional chinesa. Após sucessivas derrotas para os estrangeiros, os valores chineses encontravam-se na defensiva e a autoestima do povo chinês debilitada.

No início do Século XX a Dinastia Qing estava com seus dias contados. A Rebelião dos Boxers – movimento popular antiocidental e anticristão – foi a última tentativa do imperador *Guanxu* e da influente imperatriz-viúva Cixi de debelar a presença estrangeira do solo chinês, mas sem sucesso. Décadas de lutas, derrotas, negociações diplomáticas, invasões sem cessar, convenceram a China da superioridade bélica ocidental e da necessidade de preparar o país para lidar com esta nova realidade que até então ignorava. Segundo Jung Chang, em seu livro sobre a imperatriz-viúva, “Cixi baixou um decreto que sinalizava o começo de uma nova fase em seu reinado. Sua essência era ‘aprender com o Ocidente’: ‘A imperatriz-viúva prescreve a seu povo que só adotando o que os países estrangeiros têm de superior poderemos corrigir aquilo de que a China carece’”.³⁶ Esta decisão decorria não só do convencimento a respeito da superioridade militar do Ocidente e dos japoneses, mas também dos benefícios percebidos pelos chineses decorrentes da presença de governos estrangeiros em seu território. Era o caso da cidade de Tianjin cujo governo provisório de ocupação teria feito melhorias na cidade.

*Pela primeira vez, os moradores da cidade dispunham de água encanada, bondes, iluminação pública e telefones. A cidade gozava de um ótimo serviço de limpeza urbana, e estava sendo implantada uma estrutura de saneamento. Os estrangeiros criaram na cidade uma inovação: banheiros públicos. E a segurança foi garantida pelo policiamento à maneira ocidental. Surgiu o consenso de que o Ocidente era um modelo digno de imitação.*³⁷

Esta capitulação do método chinês de governar e pensar ante a necessidade de “modernização” da China para se adaptar à nova realidade e se proteger de novas ameaças externas era o prenúncio do fim da Dinastia Qing que se

36 Jung Chang. **A Imperatriz de ferro: A concubina que criou a China moderna**. Tradução: Donaldson M. Garschagen. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 357.

37 Ibid., p. 358.

ultimou em 1911, com o advento da República. Se o modelo dinástico já estava caminhando para o seu fim, certamente este processo acelerou-se com as invasões estrangeiras. Os fatores externos podem ter sido determinantes para impulsionar os fatores internos – afinal, por ser mais conservadora, a sociedade chinesa era resistente às mudanças.

Com o fim da era das dinastias, a China ingressa em um período de grande instabilidade social em função da luta pelo poder e das incertezas quanto ao futuro. Não se muda uma estrutura milenar de governo sem a resistência daqueles que dela se beneficiavam ou que nutriam por ela um sentimento de pertencimento.

Desde os primeiros anos da República, percebia-se a rejeição dos intelectuais ao confucionismo. Esta tendência se fará sentir mais explicitamente em 1919 com o “Movimento da Nova Cultura” liderado por muitos intelectuais e que defendia o abandono dos valores confucionistas a fim de abraçar os pensamentos modernos do Ocidente para uma “vida melhor”.³⁸ O marxismo chega à China. Mas a herança confucionista ainda se fazia presente. Stéphanie Balme afirma que o governo nacionalista de Chiang Kai-shek (Jiang Jieshi) glorificou a tradição confucionista.³⁹ Opinião compartilhada por Gernet quando se refere a Chiang Kai-shek:

*Violentamente hostil aos movimentos revolucionários e um grande admirador dos regimes fortes, Chiang se esforçará para imitar seus métodos de propaganda e difundir um “confucionismo” feito ao gosto do dia. Este será o “Movimento da Vida Nova” (xinshenghuo yundong), uma espécie de ordem moral associada ao culto de Confúcio e à exaltação do fundador da República chinesa. A polícia política, os “camisas azuis”, será responsável pela caça aos liberais e revolucionários.*⁴⁰

³⁸ “Durante os primeiros anos da República (proclamada em 1911), o confucionismo foi rejeitado de imediato pela nova geração de intelectuais. As suas instituições e suas tradições são castigados em nome da nova cultura promovida pelo ‘movimento de 04 de maio’ (1919), com o slogan ‘Abaixo a boutique de Confúcio (Kong dian)!.’” (Stéphanie Balme, **La Chine**. Paris: Le Cavalier Bleu, 2008, p. 31, itálico no original).

³⁹ Ibid., p. 31.

⁴⁰ Jacques Gernet. **Le Monde Chinois: L'époque contemporaine**. Paris: Armand Colin, 2005, p. 54.

Uma estrutura social fundada em tradições milenares e confucionistas não poderia ser substituída por outro modelo de sociedade sem que houvesse um processo longo, referenciado em novas ideias e, em alguns casos, traumático, de mudança das mentalidades, agravado pelas constantes invasões estrangeiras. As guerras civis entre os senhores da guerra, entre nacionalistas e comunistas e, sobretudo, as guerras de resistência contra as potências ocidentais e contra o Japão imperial, fizeram da primeira metade do século XX um período de grande turbulência social na China. O confucionismo acaba por ser uma das vítimas destas disputas políticas na era da transição.

É em meio às tensões desta China abalada e imersa em inúmeros conflitos internos que surge, em 1921, o Partido Comunista da China (PCCh) que irá fundar, em 1949, a República Popular da China (RPC) sob a liderança de Mao Zedong. A fase de incertezas quanto ao regime político que substituiria o modelo dinástico anterior chega ao fim e o PCCh abre um novo capítulo na história da China que segue sendo escrita até os dias de hoje. E o confucionismo se fez presente, seja na fase de sua negação durante o período maoísta, seja na de sua revitalização no alvorecer do novo milênio.

1. DA FUNDAÇÃO DA RPC ATÉ A MORTE DE MAO ZEDONG: A FASE DA NEGAÇÃO DO CONFUCIONISMO

O PCCh inicia a reconstrução do país com o que restara de recursos materiais e humanos após décadas de conflitos. Naquele momento, diante de tudo o que os chineses viram e viveram, a velha tradição confucionista não era uma opção.⁴¹ Na era da República Popular da China sob o comando de Mao Zedong, em especial durante a “Revolução Cultural” (1966-1976), o confucionismo foi considerado uma cultura retrógrada e decadente. Outrora cultuado, o antigo sábio chinês foi rebaixado como pensador, suas estátuas destruídas e seus templos demolidos. As ideias marxistas estavam na ordem do dia e inspiravam o imaginário dos comunistas.

⁴¹ Thorsten Pattberg. “Times and culture beckon Confucius back?”. China Daily, 26 de setembro de 2014, p. 9 (http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2014-09/26/content_18664798.htm).

O próprio pensamento de Mao confrontava aspectos centrais do confucionismo tais como a noção de “harmonia social” que era a base da sustentação da sociedade hierárquica. Na sociedade tradicional confucionista, cada pessoa deve saber o seu lugar nas relações sociais. Assim, o empregado deveria prestar obediência ao patrão, a mulher ao homem, o filho ao seu pai, o aluno ao professor.⁴² Desde esta perspectiva, os cidadãos não eram iguais entre si. Este modelo hierárquico de sociedade confucionista afrontava os ideais marxistas. Assim, rebelar-se contra ele era essencial para o êxito da causa revolucionária comunista.

Além disso, para Mao, a obediência incondicional ao superior hierárquico era uma atitude cultural que explicava a passividade do povo chinês. Por este motivo, Mao passou a estimular a desobediência a esta regra exortando os comunistas a denunciarem os contrarrevolucionários, não importando tratem-se de uma autoridade pública, um parente, um patrão ou um professor, em um ato contrário às lições confucionistas. Esta atitude também servia aos propósitos do PCCh de mobilizar uma parcela da sociedade para a causa da revolução. Ademais, Mao acreditava que o confronto e a luta eliminaria a passividade do povo chinês e o prepararia para o mundo do século XX. Segundo observa Stéphanie Balme:

*sob o maoísmo, espera-se do “homem novo” que se reforme, inclusive por meio da violência se necessário, que ele abandone todos os laços confucionistas, hierárquicos e paternalistas com os seus semelhantes e adira ao princípio da igualdade absoluta entre os indivíduos, sexos e classes sociais, o que induz à interjeição: “Comarada!” (tongzhi que significa “de mesma identidade”).*⁴³

⁴² Ademais, “as noções confucionistas de identidade civil com base em redes de relacionamentos exclui a identidade de classe mais ampla e o nacionalismo fervoroso que Mao acreditava serem necessários para galvanizar o povo do país em ação efetiva.” (Kenneth Lieberthal. **Governing China: from revolution through reform**. New York: Norton, 2004, p. 61).

⁴³ Stéphanie Balme. **La Chine**. 2e éd. Paris: Le Cavalier Bleu, 2008, pp. 101-102.

Além da luta contra o modelo de hierarquia de inspiração confucionista, a perspectiva de luta de classes oriunda do pensamento marxista contribuiu para desequilibrar ainda mais a estrutura social anterior.

Mencius, discípulo de Confúcio, dizia que “aqueles que trabalham com suas mentes estão aptos para governar, e aqueles que trabalham com as mãos não estão.”⁴⁴ Eis um ponto de tensão entre o confucionismo das dinastias e o marxismo das massas. A maior parte dos comunistas que se juntaram a Mao eram oriundos das zonas rurais. A China era pouco industrializada e, portanto, não havia uma classe de proletariados. A luta de classes travou-se entre camponeses contra burgueses e intelectuais das cidades que, muitas vezes, tinham negócios com os estrangeiros. Tendo sido vitoriosos, os comunistas – a maior parte de origem camponesa e sem instrução educacional – desafiaram as lições de Mencius: agora seriam os camponeses (e não mais os sábios) que iriam governar o país. Para Kenneth Lieberthal,

*Mao Zedong abominava a noção confucionista de que governantes sabem o que fazer por causa de seu domínio da doutrina clássica e que, por esta razão, as massas pobremente educadas devem simplesmente obedecer a seus superiores. Esta ideia produziu uma população passiva e uma liderança retrógrada, exatamente o oposto da sociedade ativista e de liderança dinâmica que Mao acreditava serem fundamentais para o sucesso da revolução.*⁴⁵

A luta contra a influência do confucionismo sobre a sociedade chinesa permeou praticamente toda a era Mao. É o que sustenta Stéphanie Balme:

De 1949 a 1956, o domínio da ideologia marxista condena radicalmente os seguidores do Confucionismo, considerado feudal e reacionário. Entre 1956 e 1959, os confucionistas foram denunciados durante a campanha de repressão

⁴⁴ “Those who labor with their minds govern others; those who labor with their strength are governed by others.” Citação extraída de Jiefu Xiao e Jinquan Li. **A Concise History of Chinese Philosophy: main currents of thought from Myth to Mao**. Beijing: Foreign Language Press, 2012, p. 82.

⁴⁵ Kenneth Lieberthal. **Governing China: from revolution through reform**. New York: Norton, 2004, p. 64.

*das Cem Flores como a quintessência dos males da antiga sociedade. De 1960 a 1965, emergem várias tentativas audaciosas de reavaliação das doutrinas morais de Confúcio mas, nos anos 1966-1969, as violências concentram-se em alguns de seus antigos seguidores, às vezes forçados a cometer suicídio.*⁴⁶

O Partido Comunista e suas ideias marxistas tinham um antagonista: a classe intelectual e burguesa identificada como herdeira do modelo confucionista de sociedade. Por conta deste passado, não é de se estranhar que uma majestosa estátua do Confúcio no espaço onde prevalece a onipresença física e espiritual de Mao Zedong pudesse criar alguma celeuma. Dado que o pensamento confucionista e o ideal de sociedade confucionista não convergiam com as ideias do Mao, o que teria mudado na China do Século XXI?

2. A FASE DA AFIRMAÇÃO: A REVITALIZAÇÃO DO CONFUCIONISMO NO DISCURSO E NA PRÁTICA DO GOVERNO

Nos anos recentes o confucionismo ficou ainda mais em evidência por conta de iniciativas do próprio governo central. Os ideais inspiradores do pensamento confucionista começaram a aparecer, ainda que de modo sutil, nos discursos oficiais. Em 2004, o governo chinês tomou uma decisão que ilustra esta reabilitação do confucionismo: criou o *Instituto Confúcio* para divulgar a língua e a cultura chinesa no exterior. Esta é a prova mais explícita do prestígio mundial de Confúcio. A criação do Instituto serve ao propósito de incrementar o *soft power* chinês e consagrar a China como herdeira legítima do confucionismo na Ásia.

Desde que assumiu o comando do PCCh em 2012, Xi Jinping tem dado demonstrações explícitas de apreço a Confúcio e às lições confucionistas. Em novembro de 2013 ele foi a Qufu, cidade natal de Confúcio situada na província de Shandong e que conta com uma população de 640.000 habitantes. Na ocasião, visitou um Templo confucionista. No período dinástico, a cidade

⁴⁶ Stéphanie Balme. *La Chine*. 2e éd. Paris: Le Cavalier Bleu, 2008, p. 31-32.

de Qufu costumava receber visitas regulares de imperadores que para lá se dirigiam para prestar suas homenagens a Confúcio. Esta teria sido a primeira visita de um chefe do PCCh àquela cidade em mais de duas décadas⁴⁷. Em Qufu, após falar da importância das obras *The Interpretation of The Analects* e *The Collected Sayings and Dialogues of Confucius*, Xi Jinping declarou: “a razão pela qual eu escolhi visitar Qufu é para emitir um sinal: nós precisamos vigorosamente promover a cultura tradicional da China”.

Em fevereiro de 2014, Xi Jinping convocou uma sessão de estudo coletivo do Politburo em que ele disse que a cultura tradicional deve nutrir os valores do partido.⁴⁸ Para Xi Jinping, a cultura tradicional representa as raízes ideológicas que um país deve herdar e popularizar e sem ela, teria dito ele, todos estariam privados de uma linha de vida espiritual. “Se um país não valorizar o seu próprio pensamento e cultura, se seu povo perder a sua alma, não importa qual país ou qual nação, não será capaz de ficar de pé”, afirmou Xi.⁴⁹

Mas o que motiva o Presidente Xi Jinping a destacar de maneira tão contundente aquilo que outrora foi combatido com veemência pelo próprio PCCh sob a liderança de Mao Zedong?

Xi Jinping parece acreditar que a cultura tradicional chinesa pode beneficiar o seu governo e colaborar com o desenvolvimento da nação. Valores confucionistas como harmonia, benevolência, honestidade e sinceridade passaram a integrar os seus discursos. Segundo Wu Yixue, escritor sênior do *China Daily*, “pode-se governar um país bem se ele/ela sabe metade dos Analectos

⁴⁷ “Confucius says, Xi does”, 25 de julho de 2015, p. 33. Também disponível no site (<http://www.economist.com/news/china/21659753-communist-party-turns-ancient-philosophy-support-confucius-says-xi-does>). Em setembro de 2014, num seminário internacional em comemoração ao 2.565 aniversário de nascimento de Confúcio, Xi Jinping não só se tornou o primeiro chefe do PCCh a celebrar o aniversário de Confúcio como sublinhou a importância do confucionismo e da cultura chinesa tradicional.

⁴⁸ “Confucius says, Xi does”, 25 de julho de 2015, p. 33. Também disponível no site (<http://www.economist.com/news/china/21659753-communist-party-turns-ancient-philosophy-support-confucius-says-xi-does>).

⁴⁹ Zhao Shengman. “Xi cites Confucius as positive example for modern nation”. *China Daily*. 25 de setembro de 2014, capa.

(de Confúcio) e segue seus ensinamentos, observa um velho ditado chinês, realçando a riqueza e praticidade dos pensamentos do grande filósofo e seus discípulos contidos no livro. Os Analectos e o Confucionismo, o núcleo da cultura tradicional chinesa, lançaram a fundação ideológica e moral da sociedade chinesa”.⁵⁰ Para Zhao Shengnan, “observadores disseram que o endosso da nova liderança da cultura tradicional atingiu um nível sem precedentes desde a criação da Nova China em 1949, e o Confucionismo, a doutrina do pensador muito reverenciado, obviamente, ressoa no chinês hoje”.⁵¹

Mas também ressoa no exterior.

A China sabe que não poderá competir pela liderança global apenas com o incremento da sua força econômica e militar. Embora necessárias, estas dimensões de poder não são suficientes. Sabe-se que deve haver valores, padrões morais e éticos para apoiar a ascensão chinesa no mundo. Em outras palavras, é preciso ter *soft power*. E, neste quesito, o pensamento de Confúcio e sua imagem são capitais culturais valiosos a serem explorados. De acordo com Zhang Jian, especialista do *International Confucian Association* e professor da *Renmin University of China*, o confucionismo enfatiza a “abertura e a harmonia”, e Xi Jinping sublinha estes pensamentos para assegurar ao mundo que o crescimento chinês não procurará *expansão e confronto*.⁵² Vê-se, aqui, o recurso ao confucionismo como fonte inspiradora e legitimadora do discurso diplomático chinês na defesa da paz.

Resta saber se a China pode ganhar mais admiração mundial ao recorrer aos princípios e filosofias confucionistas, para além dos esforços continuados de reforma do sistema econômico e, mais recentemente, do sistema jurídico. O desafio é adaptar roteiros antigos aos novos tempos. Afinal, uma das maiores críticas que se faz ao confucionismo é o preconceito de gênero cristalizado na posição inferior da mulher em relação ao homem. O presidente Xi, ciente desta inadequação do confucionismo aos tempos

⁵⁰ Wu Yixue. “No place for negative traditional culture”. *China Daily*, 31 de outubro de 2014, p. 9.

⁵¹ Zhao Shengnan. “Xi cites Confucius as positive example for modern nation”. *China Daily*. 25 de setembro de 2014, capa.

⁵² Ibidem.

atuais e à própria ideologia do PCCh, tem sublinhado que as pesquisas sobre Confúcio e o confucionismo devem ter “o objetivo de fazer o passado servir o presente, descartando o menos valioso, mantendo o essencial, de modo que os pensamentos do renomado filósofo possam exercer uma influência positiva hoje” (itálico nosso).⁵³

3. A PROMOÇÃO DO CONFUCIONISMO NO GOVERNO DE XI JINPING E AS SUAS CONTROVÉRSIAS

A campanha de revitalização do confucionismo pelo governo de Xi Jinping parece ter dado alguns resultados positivos. O governo local de Qufu anunciou que iria fornecer a cada uma de suas 405 vilas professores especialistas no pensamento confucionista para ensinar aos moradores a filosofia de Confúcio como parte de um projeto intitulado “Citizen Confucianism”, iniciado em outubro de 2014, quase um ano após a fala de Xi Jinping. A proposta era fazer os professores transmitirem o pensamento de Confúcio de maneira simples.⁵⁴ Em abril de 2015, o governo de Shandong anunciou que iria atrair especialistas em confucionismo para promover a pesquisa e espalhar a sua filosofia. Além disso, os pesquisadores contratados deveriam conduzir pesquisas sobre como aplicar a filosofia confucionista na administração pública. O governo de Shandong contrataria os especialistas por um prazo de 5 anos com salários anuais de 400.000 RMB e fundos de pesquisa que variavam de 300.000 a 500.000.⁵⁵ Interessante notar que no tempo das dinastias os juízes dos condados davam, periodicamente, palestras para a população sobre a

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Uma das palestras tratou do tema “the principle of filial piety and brotherly love”. “Um dos textos conta a história de Zhongyou, um discípulo de Confúcio que carregava pesadas sacas de arroz diariamente por dúzias de quilômetros para alimentar seus pais, enquanto ele comia só vegetais selvagens”, destacando a dedicação do filho em relação aos pais. In: *Global Times*. “Preaching Confucianism: government holds regular Confucian lectures for villages in Shandong”. Publicado em 17 de novembro de 2014, pp. 12-13 (<http://www.globaltimes.cn/content/892060.shtml>).

⁵⁵ *Global Times*. “Shandong to recruit Confucian experts”. Em 15 de abril de 2015, p. 4.

moral confucionista.⁵⁶ Entendia-se que uma burocracia motivada moralmente era a base da harmonia de uma sociedade civilizada.

A promoção do confucionismo avança aos poucos. No dia 1º de setembro de 2015, o jornal chinês Global Times publicou uma foto de alunos de uma escola primária em Nanjing, na província de Jiangsu, vestindo trajes tradicionais chineses e prestando homenagem a Confúcio antes de começarem o primeiro dia de aula. (Imagem 1).



Imagem 1: IC – Global Times, 01/09/15.

⁵⁶ Kenneth Lieberthal. **Governing China: from revolution through reform**. New York: Norton, 2004, p. 12.

Em Harbin, na província de Heilongjiang, por ocasião de uma cerimônia para marcar o 2566º aniversário de Confúcio, o Templo confucionista local recebeu vários estudantes estrangeiros e chineses vestidos com roupas tradicionais para prestar homenagem ao filósofo chinês (imagem 2).⁵⁷



Imagem 2: Fonte: IC, publicado em 29 de setembro de 2015. (<http://www.globaltimes.cn/content/945014.shtml>)

⁵⁷ Global Times. “Paying Homage”. Em 29 de setembro de 2015 (<http://www.globaltimes.cn/content/945014.shtml>).

Mas há outros motivos para além do aprimoramento da administração do governo para se investir recursos financeiros na educação e pesquisa sobre Confúcio. Yue Yaofang, vice-diretor do departamento de publicidade de Qufu, cita um velho ditado chinês que evidencia esta outra motivação: “harmonia traz riqueza”.⁵⁸ A harmonia neutraliza os potenciais conflitos sociais, favorecendo o desenvolvimento do comércio e da economia, e isto é fundamental para a execução de inúmeras políticas públicas, sobretudo aquela voltada ao combate à pobreza na China, uma das prioridades do governo de Xi Jinping. Em outras palavras, para além dos benefícios decorrentes dos valores morais há um benefício de ordem econômica: o confucionismo pode colaborar com o desenvolvimento da economia chinesa e na redução da pobreza.

Se este retorno às tradições trouxe resultados positivos, ele também suscitou controvérsias. Em janeiro de 2015 mais de 800 estudantes adolescentes de uma escola de Shanghai (*Binxin School*, no distrito de Jiading) ajoelharam-se na frente de seus pais, curvando-se ao ponto de fazer a cabeça tocar o chão, em um ritual tradicional de obediência e adoração. Este gesto de profunda reverência (chamado, em inglês, de “*kowtow*”) seria uma demonstração da piedade filial – conhecido no confucionismo pelo caractere chinês 孝 (*xiào*).⁵⁹ “O *kowtow* e a prostração eram comumente praticados na China antiga para mostrar respeito e obediência aos superiores, incluindo divindades, o imperador, professores e pais.”⁶⁰ Um escritor do *China Daily* descreveu aquele fato

58 **Global Times**. “Preaching Confucianism: government holds regular Confucian lectures for villages in Shandong”. Publicado em 17 de novembro de 2014, pp. 12-13 (<http://www.globaltimes.cn/content/892060.shtml>).

59 Explica Zu-Yan Chen que, “para Confúcio, o simples fato de sermos trazidos ao mundo e tratados por nossos pais antes de sermos capazes de nos colocarmos de pé significa que devemos a eles a obrigação de reconhecer o favor e retribuir o favor de alguma forma. Não só os idosos confiam na geração mais jovem para cuidar deles em sua fase avançada da vida, mesmo depois que eles morrem, a perpetuidade de sua existência e o cumprimento do significado de suas vidas, daí a sua ‘imortalidade’, dependerá de seus descendentes. É isso que dá à piedade filial seu significado religioso, o que levou à longa tradição de adoração ancestral na China. A ideia de trazer honra para a família e os antepassados também está enraizada aqui.” (**Confucius: Eternal Sage**. San Francisco: Long River Press, 2013, p. 86).

60 Du Qiongfang. “Kowtowing is less about love than blind obedience”. **Global Times**. 16 de janeiro de 2015, p. 2.

como “uma cena espetacular”.⁶¹ Contudo, o gesto foi objeto de muitas críticas. Alguns afirmaram que fazer uma criança se ajoelhar contra sua vontade violaria o Direito de Proteção dos Menores, bem como o direito e as regulações da área educacional.

Outros educadores consideraram o *kowtow* como “parte dos restos da cultura tradicional chinesa”, em um claro sentido de reprovação. Para Du Qiongfang, em artigo publicado no *Global Times*, “embora os pais tenham uma experiência de vida muito mais rica do que os seus filhos, isso não significa que todas as suas opiniões estão corretas. Muitos pais são menos educados do que os seus filhos, o que restringe sua visão de mundo e encurta sua clarividência”.⁶² E esta é uma verdade numa China que havia privado uma geração inteira de formação educacional apropriada com a Revolução Cultural de 1966 a 1976. Ainda para Du Qiongfang, “O que falta à maioria das crianças chinesas de hoje são as habilidades de pensamento crítico e da capacidade de tomar decisões independentes.” E completa: “eu suspeito que o foco da sociedade sobre a obediência é pelo menos parcialmente responsável por essas deficiências.” E finaliza dizendo que o *kowtow* envia a “mensagem errada de que os homens são desiguais. Mas todos os cidadãos deveriam ser iguais, mesmo pais e filhos. Filhos e pais deveriam ser capazes de conversar um com o outro em um mesmo nível”.⁶³ O desafio atual seria fazer as crianças chinesas aprenderem a tomar as suas decisões por si próprias.

A decisão da província de Shandong de enviar instrutores para cada vila a fim de promover o confucionismo nas comunidades também foi objeto de duras críticas. Uma nota publicada no *China Daily* de 13 de outubro de 2014 trazia uma reflexão importante de um artigo publicado no *guanchna.gmw.cn* sob o título

61 Fang Zhou. “Kowtowing to parents a welcome tribute”. **China Daily**. Em 16 de janeiro de 2015, p. 9. Para Fang Zhou, demonstrando simpatia ao gesto de reverência da antiga tradição chinesa, disse: “Como parte da tradição chinesa, prostrar-se diante de pais e professores em certas ocasiões como forma de agradecer-los por seus esforços em moldar suas vidas, não deve ser visto como uma tentativa de propagar a humildade ou inferioridade forçada entre os jovens”.

62 Du Qiongfang. “Kowtowing is less about love than blind obedience”. **Global Times**. 16 de janeiro de 2015, p. 2.

63 *Ibid.*, p. 2.

“Confucionismo não é prioridade rural”. A notícia sustentava a opinião de que a decisão do governo de Shandong “não está em linha com os tempos e as necessidades dos agricultores, e não deveria ser implementada”. O artigo dizia, ainda, que “a prioridade das vilas hoje é cuidar dos idosos solitários e das crianças abandonadas por aqueles que migraram para as cidades para trabalhar”. “O sentido de comunidade nas vilas está muito mais fraco que antes. Muitos aldeões não se importam com suas comunidades. É difícil organizar uma reunião mesmo se os assuntos são inteiramente relacionados aos interesses dos aldeões”. Além disso, dizia que a “promoção burocrática do Confucionismo” era só uma resposta a uma fala do Presidente Xi Jinping no encontro acadêmico sobre os estudos do confucionismo que ocorreu em Beijing.

O *Global Times* publicou uma opinião de um professor da *Sun Yat-sen University*, Yuan Weishi. Para ele, esta política top-down de espalhar o confucionismo “é absurda” e revela que o governo de Qufu, através destas leituras, não estaria reconhecendo os limites entre o “papel do governo e o papel da sociedade civil”. Ainda segundo Yuan, como o confucionismo advoga uma hierarquia paternalista, ele é inconsistente com um governo moderno: “confucionismo não tem nada a ver com a democracia ou com o Estado de Direito”. E completa: “Um governo moderno só deveria fazer o que é seu dever, defendendo o Estado de direito. Ele não deveria favorecer uma ideologia ou cultura. O que os cristãos pensarão? E os muçulmanos?”⁶⁴. Esta menção a duas das maiores religiões do Ocidente e do mundo árabe chama a atenção. Se o confucionismo não é uma religião, por que cristãos e muçulmanos haveriam de se incomodar? Apesar das críticas, Yuan Weishi ressalva que alguns elementos dos ensinamentos do confucionismo, tais como a sua sabedoria política e a prática do autocultivo, podem ainda ser muito úteis. Mas útil para qual fim?

64 *Global Times*. “Preaching Confucianism: government holds regular Confucian lectures for villages in Shandong”. Em 17 de novembro de 2014, pp. 12-13.

4. CONFUCIONISMO E O SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS PARA UMA NOVA ERA

Os valores de ordem e hierarquia são pilares do pensamento confucionista e cumprem, mesmo na atualidade, um papel importante na manutenção da ordem social na China. É o que creem os chineses. Se se perguntar a qualquer chinês hoje em dia quais normas sociais ou morais exercem influência sobre a sociedade chinesa, certamente responderão que as normas confucionistas ainda exercem um papel relevante.⁶⁵ Mas é preciso avaliar se o confucionismo oferece, de fato, um arcabouço de ideias adequado para o momento atual que vive a China na sua longa transição para uma economia mais aberta. Em outras palavras, o confucionismo é adequado ao socialismo com características chinesas para uma nova era?⁶⁶

O respeito à hierarquia parece estar na base do socialismo chinês e contrasta com o princípio da igualdade de inspiração comunista do período maoísta que, paradoxalmente, levou a sociedade ao conflito. Além disso, o confucionismo tem a vantagem de ser familiar a todos os chineses e serve, por isto mesmo, como referência indispensável para os chineses numa China em profunda e acelerada transformação. Neste sentido, os valores confucionistas: 1) servem

65 Josef Gregory Mahoney expressou esta mesma opinião em um artigo seu publicado na *Beijing Review*: “como a maioria dos leitores já sabem, a sociedade chinesa contemporânea é muito diversificada. Oficialmente, existem 56 grupos étnicos diferentes na China. Embora existam muitas semelhanças dentro e entre os grupos, a homogeneidade é rara. Há judeus, cristãos e muçulmanos na China, bem como tibetanos e budistas Chan (*Chan buddhists*), e muitos outros. Muitos chineses são agnósticos ou explicitamente ateus, e talvez muito mais propensos a várias superstições que são ou culturalmente enraizados ou simplesmente modismos, fenômeno comum em todas as sociedades. Mas um ponto nós queremos alcançar aqui é que se pode muitas vezes encontrar influências confucionistas cruzando diferentes linhas étnicas e até mesmo religiosas. Em muitos casos, já não são mais entendidos como sendo necessariamente ‘Confuciano’. Em vez disso, eles são parte do tecido da Chinesidade e combinados mas entrelaçados de experiências e práticas culturais.” (Josef Gregory Mahoney. “The Politics of Grief”. *Beijing Review*. Vol. 57, nº 19, 8 de maio de 2014, p. 47).

66 A expressão “socialismo com características chinesas para uma nova era” remete ao discurso proferido pelo presidente Xi Jinping por ocasião do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, realizado em outubro de 2017.

como um princípio de identidade para o povo chinês; 2) constitui-se como norma social de referência para as relações sociais; 3) favorece a manutenção da ordem social de modo a não sobrecarregar o aparato institucional policial e judiciário do Estado; e 4) legitima a ação do governo quando inspirada ou baseada naqueles valores.

O apoio do governo central à cultura tradicional pode ser, também, uma tentativa de reagir à relativa perda de influência do confucionismo na sociedade chinesa por conta do consumismo oriundo do progresso econômico. As influências deste consumismo podem estar erodindo valores caros ao confucionismo como a hierarquia, a família e a ritualística. Se esta hipótese é sustentável, poderíamos admitir que os valores capitalistas estariam sendo muito mais eficientes do que as campanhas maoístas para derrotar o ideário confucionista. Qual a consequência deste fato para a cultura tradicional chinesa e para a China?

Quando Mao Zedong estimulava os conflitos sociais internos entre revolucionários e burgueses, não importando a relação hierárquica ou familiar entre eles, ele o fazia sob o discurso de se perseguir um objetivo coletivo maior em benefício de toda a China. Neste sentido, os revolucionários estariam agindo (ou pensavam agir) em prol do coletivo. Há algo neste objetivo que pode coincidir, em essência, com o fim último do pensamento confucionista. Mas é próprio do capitalismo o oposto disto, qual seja, a busca do interesse individual. E nisto o modelo capitalista de sociedade é contrário ao confucionismo. Como conciliar valores aparentemente díspares?

Algumas perguntas emergem deste novo contexto social e político da China do século XXI: o esforço de promoção do confucionismo por Xi Jinping é uma forma de prevenir-se contra as tensões de uma provável luta de classes que pode emergir em razão das desigualdades sociais? Se o combate das ideias confucionistas no período maoísta constituiu uma parte importante da política de afirmação das ideias comunistas e, portanto, da realização do ideal comunista na sociedade chinesa, a retomada do confucionismo nos dias atuais seria um sinal de transformação do socialismo chinês? Seria o confucionismo adequado e adaptável à lógica capitalista de mercado? O socialismo com características chinesas, se combinado com os valores confucionistas, resultaria no surgimento de um novo modelo econômico de sociedade? A despeito

dos esforços governamentais e da longa história do confucionismo na China, o confucionismo resistirá ao modelo de desenvolvimento orientado para o mercado e o consumo na China?

CONCLUSÃO

O risco da decadência de valores morais associados à cultura chinesa diante da concorrência de valores contrários à ordem confucionista que emergem da sociedade capitalista nascente, cada vez mais ávida por consumo e por riqueza, impõe desafios sobre o modelo de sociedade e de desenvolvimento econômico na China. Para Fang Zhou, nesta era da tecnologia os chineses estão crescendo com pouco ou quase nenhum conhecimento da cultura tradicional chinesa, “incluindo o Confucionismo”.⁶⁷ Mas os debates ocasionados pelo *kowtow* e pela decisão do governo de Shandong revelam, ao menos, um dos aspectos benéficos do esforço de revigoração do confucionismo: o de promover a reflexão crítica sobre a adequação dos costumes e valores tradicionais aos novos tempos.

É certo que alguns aspectos da cultura tradicional podem ter perdido o seu apelo, mas outros podem favorecer a renovação da China moderna sob bases identitárias menos ocidentalizadas e de um modo que resgate o orgulho nacional e favoreça o atingimento de certos objetivos de interesse nacional. A promoção do pensamento confucionista pode ser um deles. Para Yan Binggang, vice-chefe do *Advanced Institute of Confucian Studies* na *Shandong University*, o Confucionismo pode ser o melhor caminho para ajudar o chinês a reconstruir valores que foram prejudicados durante as três décadas de crescimento econômico turbinado na China.⁶⁸ Além disso, ele dá o sentido de permanência e unidade da nação chinesa. Como disse Kong Xianglin:

⁶⁷ Fang Zhou. “Kowtowing to parents a welcome tribute”. *China Daily*. 16 de janeiro de 2015, p. 9.

⁶⁸ “Xi cites Confucius as positive example for modern nation”. *China Daily*. 25 de setembro de 2014 (http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-09/25/content_18656918.htm).

*Ao longo da história do mundo, antigos impérios tais como o Egito, a Babilônia, a Pérsia, o Império Macedônio sob o governo de Alexandre, Roma e Bizâncio foram outrora prósperos; no entanto, sua glória desapareceu em um instante. Apenas a China tem sido uma exceção. Embora o país tenha experimentado mudanças de dinastia, secessão e unidade, a “unificação” sempre foi o principal tópico. Este país unificado multiétnico sobreviveu até hoje. Uma análise das causas revela o papel vital que o confucionismo desempenhou. O conceito de “unificação” que Confúcio propôs constitui a base teórica para uma China unificada de diversos grupos étnicos. Confúcio defendia a unificação do país.*⁶⁹

A China tem um amplo repertório cultural que se adapta às mudanças do tempo e às pressões das circunstâncias domésticas e internacionais. O confucionismo é uma das raízes da cultura chinesa que resiste ao tempo, ainda que seja discutível o seu papel orientador das condutas sociais na atualidade. E a sua adaptação à China moderna pode ser um sinal não de sua fraqueza, mas da força de suas ideias.

Três meses depois de sua inauguração, no mês de abril de 2011, a estátua do Confúcio foi retirada da Praça Tiananmen e colocada em um salão de esculturas no interior do Museu Nacional. Este fato suscitou novas especulações acerca das motivações políticas desta decisão. Para o pesquisador do instituto de literatura da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Bao Mingde, a mudança de local da estátua “foi a decisão certa a tomar”. Para ele, segundo relata o China Daily, “embora o confucionismo seja uma parte essencial da cultura chinesa, não pode sintetizar todos os valores e ideais que a China moderna representa e aos quais aspira”.⁷⁰ A retirada da estátua da Praça Tiananmen não foi uma negação ao confucionismo, mas a sua afirmação. Pois se não há como o confucionismo se sobrepor aos valores contemporâneos introduzidos pelo socialismo chinês, pela modernização

⁶⁹ Kong Xianglin. *Confucius*. Beijing: Foreign Language Press, 2010, p. 154.

⁷⁰ *China Daily*. “Statue moved inside”. Em 22 de abril de 2011. Também disponível a tradução para o português no link (<http://www.destak.pt/artigo/93407>).

e pelo consumo, tampouco foi ele totalmente apagado da memória coletiva da sociedade chinesa.

É neste inevitável amálgama de ideias e valores tradicionais e modernos, socialistas e capitalistas, que a China pode estar construindo um modelo de desenvolvimento econômico e social que é único na história da humanidade. O socialismo com características chinesas deve parte de seu modelo atual às influências da cultura chinesa tradicional e talvez esteja aqui a sua distinção diante de outros modos de organização política existentes no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALME, Stéphanie, *La Chine*. Paris: Le Cavalier Bleu, 2008.
- CHANG, Jung. *A Imperatriz de ferro: A concubina que criou a China moderna*. Tradução: Donaldson M. Garschagen. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CHINA DAILY. “Xi cites Confucius as positive example for modern nation”. 25 de setembro de 2014. Link (http://www.chinadaily.com.cn/china/2014-09/25/content_18656918.htm).
- _____. “Statue moved inside”. Em 22 de abril de 2011. Link (<http://www.destak.pt/artigo/93407>).
- DU Qiongfang. “Kowtowing is less about love than blind obedience”. *Global Times*. 16 de janeiro de 2015, p. 2.
- FANG Zhou. “Kowtowing to parents a welcome tribute”. *China Daily*, 16 de janeiro de 2015, p. 9.
- FUNG Yu-Lan. *A Short History of Chinese Philosophy: a systematic account of Chinese Thought from its origin to the present day*. New York: The Free Press, 1997.
- GERNET, Jacques. *Le Monde Chinois: L'époque contemporaine*. Paris: Armand Colin, 2005.
- KONG Xianglin. *Confucius*. Beijing: Foreign Language Press, 2010.
- LIEBERTHAL, Kenneth. *Governing China: from revolution through reform*. New York: Norton, 2004.
- MAHONEY, Josef Gregory. “The Politics of Grief”. *Beijing Review*. Vol. 57, nº 19, 8 de maio de 2014, p. 46-47.
- PATTBERG, Thorsten. “Times and culture beckon Confucius back”. *China Daily*, 26 de setembro de 2014, p. 9. (http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2014-09/26/content_18664798.htm).

THE ECONOMIST. “Confucius says, Xi does”. 25 de julho de 2015, p. 33. Link (<http://www.economist.com/news/china/21659753-communist-party-turns-ancient-philosophy-support-confucius-says-xi-does>).

GLOBAL TIMES. “Preaching Confucianism: government holds regular Confucian lectures for villages in Shandong”. Publicado em 17 de novembro de 2014, pp. 12-13. Link (<http://www.globaltimes.cn/content/892060.shtml>).

_____. “Shandong to recruit Confucian experts”. Em 15 de abril de 2015, p. 4.

_____. “Paying Homage”. Em 29 de setembro de 2015. Link (<http://www.globaltimes.cn/content/945014.shtml>).

WANG Yong. “Renewal of Confucian instrument qin offers hope for better Chinese values”. Shanghai Daily, 26 de setembro de 2014, p. A7.

WU Yixue. “No place for negative traditional culture”. China Daily, 31 de outubro de 2014, p. 9.

KONG Xianglin. Confucius. Beijing: Foreign Language Press, 2010.

XIAO Jiefu; LI Jinqun. A Concise History of Chinese Philosophy: main currents of thought from Myth to Mao. Beijing: Foreign Language Press, 2012.

Xinhua News Agency. “在中国历史上，孔子被称为‘圣人’。”国家博物馆馆长吕章申在落成仪式上表示，“他是中国传统文化的代表，在国际社会上有着广泛而深刻的影响。”(http://news.xinhuanet.com/society/2011-01/12/c_13687967.htm).

Xinhua News Agency. “在社会转型时期，我们需要建立一种文化丰碑，传承以孔子为核心代表的中国传统文化。”“这位留着一头长发的艺术家对记者说”(http://news.xinhuanet.com/society/2011-01/12/c_13687967.htm).

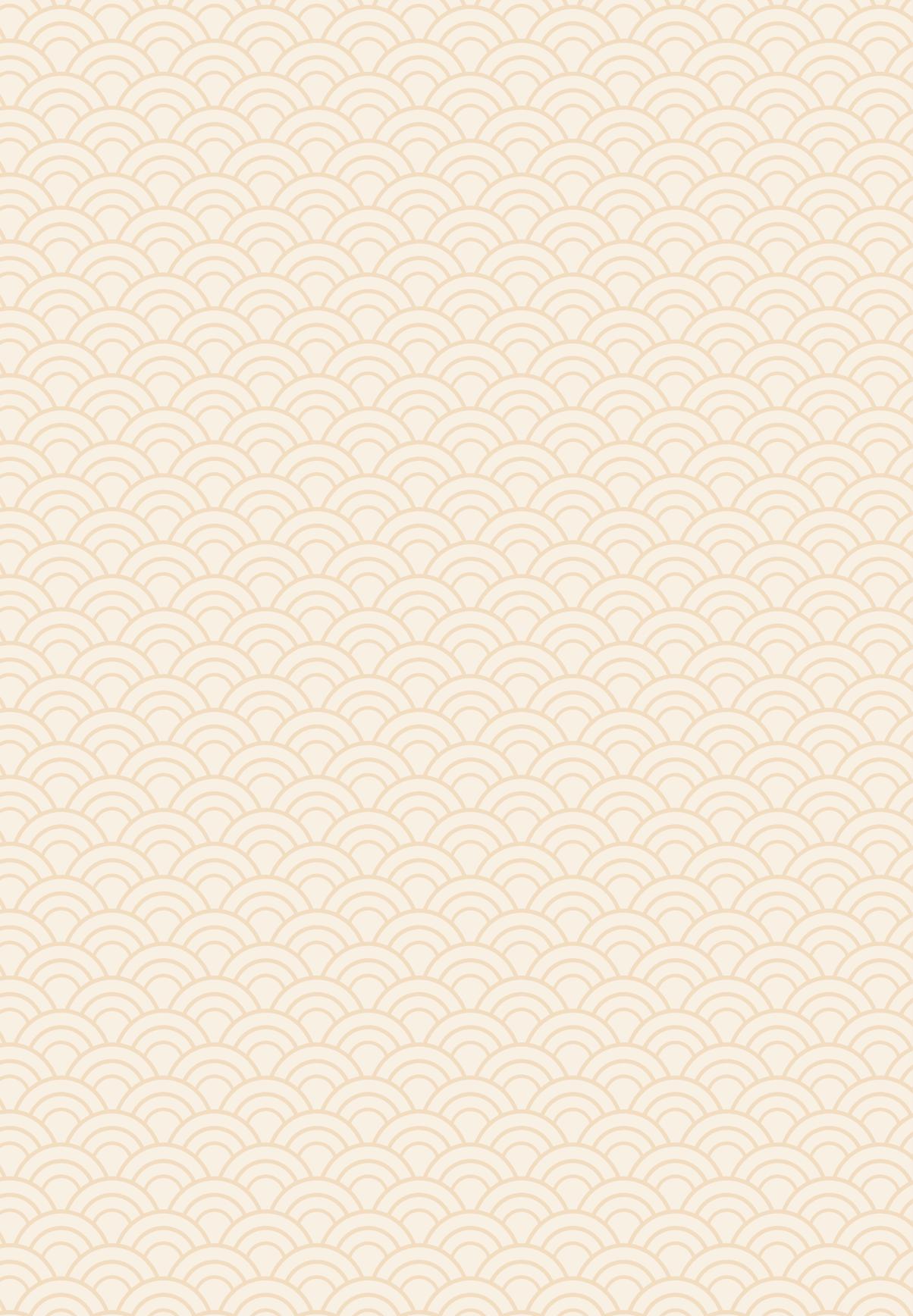
ZHAO Shengman. “Xi cites Confucius as positive example for modern nation”. China Daily, 25 de setembro de 2014, capa.

ZU-YAN Chen. Confucius: Eternal Sage. San Francisco: Long River Press, 2013.

CONFÚCIO, SEU PENSAMENTO ECONÔMICO E A CHINA ATUAL

Paula Carvalho

Participou do Visiting Program for Young Sinologists em setembro de 2016, na Universidade Normal de Shaanxi, em Xi'An. Coordenadora do Instituto de Estudos Brasil-China (IBRACH), é doutora em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Nos últimos anos, a China tem experimentado um renascimento da ideologia confucionista na política e na vida cotidiana que contrasta bastante com o passado recente. Embora o pensamento de Confúcio tenha influenciado o povo chinês por mais de 2000 anos, durante a maior parte do século XX suas ideias foram fortemente rejeitadas por estarem associadas a tradições atrasadas e feudais. Neste contexto, este artigo trata do retorno das ideias de Confúcio, analisando seu pensamento econômico e a presença deste no discurso político atual.

O RETORNO DE CONFÚCIO

No início do século XX, pouco após o colapso da China Imperial e o início da fase republicana, o Movimento da Nova Cultura iniciou uma revolta contra o confucionismo por considerá-lo inadequado para resolver os problemas do país. Defendia-se uma ruptura clara com o passado e o acolhimento de novas ideias e valores ocidentais, como democracia e ciência, para garantir a prosperidade da China. Em meio a este movimento, ocorreram os protestos de 4 de maio de 1919 contra os termos do Tratado de Versalhes por este ter transferido as posições territoriais da Alemanha em território chinês ao Japão ao invés de devolvê-las à China. Culpavam-se os valores tradicionais estáticos do confucionismo por inibir mudanças, levando à fraqueza política da China. Em particular, abordagens confucionistas como relações hierárquicas e obediência passaram a ser vistas como um impedimento à modernização da China.

Anos mais tarde, já na era Maoísta, a Revolução Cultural (1966-1976) procurou eliminar os restos do capitalismo e dos elementos tradicionais da sociedade chinesa. A cultura tradicional chinesa foi acusada de impedir a transformação social vislumbrada pelo Partido Comunista, por isso, esse movimento pretendia destruir os “quatro velhos” – velhas ideias, velhos costumes, velhos hábitos e velha cultura – para revolucionar a cultura chinesa. A ideologia confucionista representou um dos principais alvos e foi fortemente atacada. Durante esse período, os clássicos confucionistas foram queimados, o túmulo de Confúcio foi destruído e o templo confucionista em Qufu, sua cidade natal, foi danificado.

Desde os anos 1980, porém, ao longo do processo de reformas, Confúcio foi lentamente reabilitado ao ponto de, hoje em dia, o governo chinês encorajar fortemente o aprendizado de seu pensamento. Este renascimento da ideologia confucionista serve a muitos propósitos. Entre eles, o confucionismo preenche a lacuna ideológica deixada pelo declínio do marxismo, que foi altamente desacreditado entre os chineses após o sofrimento e a instabilidade causados pela Revolução Cultural.

Igualmente importante é o recurso às ideias de harmonia e comportamento ético de Confúcio como uma maneira de resolver os problemas atuais da China causados pelo rápido crescimento econômico, como a enorme desigualdade entre ricos e pobres, a degradação ambiental e a corrupção. Todos esses problemas podem levar a distúrbios sociais e são considerados derivados de um distanciamento do comportamento ético (Machado, 2008).

Outro propósito proeminente para evocar Confúcio é o fortalecimento do nacionalismo chinês e seu discurso pós-colonial, afirmando a independência dos valores chineses em relação aos valores ocidentais e promovendo o orgulho cultural. Atualmente, todas as principais universidades chinesas têm um Instituto de Aprendizado Nacional que ensina história, literatura e cultura chinesas, com ênfase em Confúcio e nos clássicos chineses.

Finalmente, no nível internacional, Confúcio foi escolhido como a base do *soft power* chinês e sua imagem pacifista é usada para mostrar ao mundo que a ascensão da China como uma potência mundial será pacífica. Esta estratégia internacional destina-se a rejeitar a ideia de que a ascensão da China representa uma ameaça à ordem internacional (Gary, 2012).

Desse modo, com Confúcio fortalecendo sua posição na China moderna, é útil analisar seu pensamento sobre questões econômicas fundamentais como lucro, consumo, desigualdade e prosperidade, o que será feito na seção a seguir.

O PENSAMENTO ECONÔMICO DE CONFÚCIO

Antes de examinar algumas declarações de Confúcio sobre questões econômicas, deve-se ter em mente que seu objetivo era alcançar uma sociedade harmoniosa e virtuosa. Ele elogiava valores como a benevolência e a ética, e

estudo e autodesenvolvimento eram vistos como meios para alcançar altos padrões éticos.

Neste contexto, as declarações de Confúcio sobre dinheiro, lucro e ganho condenam as pessoas que buscam a riqueza como o principal objetivo na vida. Ele sempre enfatiza a importância de buscar comportamento ético e moral como conduta apropriada, o que pode ser visto nas citações a seguir⁷¹.

- **4.11** The Master said, “Exemplary persons (*junzi*) cherish their excellence; petty persons cherish their land. Exemplary persons cherish fairness; petty persons cherish the thought of gain.”
- **4.12** The Master said, “To act with an eye to personal profit will incur a lot of resentment.”
- **4.16** The Master said, “Exemplary persons (*junzi*) understand what is appropriate; petty persons understand what is of personal advantage.”

Porém, ganhar dinheiro não é um problema, desde que seja feito de maneira ética. Portanto, a ética é a primeira regra e todo dinheiro deve vir do comportamento ético.

- **4.5** The Master said, “Wealth and honor are what people want, but if they are the consequence of deviating from Dao (noble path, ‘the way’), I would have no part in them. Poverty and disgrace are what people deplore, but if they are the consequence of staying on the way, I would not avoid them.”
- **7.16** The Master said, “To eat coarse food, drink plain water and pillow oneself on a bent arm – there is pleasure to be found in these things. But wealth and position gained through inappropriate means – these are to me like floating clouds.”

⁷¹ Todas as citações foram extraídas dos Analetos de Confúcio segundo a tradução de Ames & Rosemont (1998).

- **16.10** Confucius said, “Exemplary persons (*junzi*) always keep nine things in mind: in looking they think about clarity, in hearing they think about acuity, in countenance they think about cordiality, in bearing and attitude they think about deference, in speaking they think about doing their utmost, in conducting affairs they think about due respect, in entertaining doubts they think about the proper questions to ask, in anger they think about regret, in sight of gain they think about appropriate conduct.”

Estas declarações, embora afirmem que ganhar dinheiro e acumular riqueza por meios éticos não são um problema, ainda não encorajam as pessoas a fazê-lo. Isto está relacionado ao pensamento de Confúcio sobre o consumo.

- **6.11** The Master said, “A person of character is this Yan Hui! He has a bamboo bowl of rice to eat, a gourd of water to drink, and a dirty little hovel in which to live. Other people would not be able to endure his hardships, yet for Hui it has no effect on his enjoyment. A person of character is this Yan Hui!”
- **14.2** The Master said, “The scholar-apprentice who cherishes worldly comfort is not worthy of the name.”

Assim, para Confúcio, as pessoas não devem ter um forte desejo por bens materiais, e a pessoa que goza de uma vida simples é vista como uma pessoa de caráter. Nesse sentido, os desejos materiais são secundários e não devem ser a motivação para os atos de alguém.

- **15.32** The Master said, “Exemplary persons (*junzi*) make their plans around the way (*dao*) and not around their sustenance. Tilling the land often leads to hunger as a matter of course; studying often leads to an official salary as a matter of course. Exemplary persons are anxious about the way, and not about poverty.”

Este raciocínio também se refere ao que Confúcio diz sobre pobreza e desigualdade. Segundo ele, um governante não deveria ter medo da pobreza, mas sim de desigualdade e desarmonia entre seu povo.

- **16.1** Confucius said, “(...) As for me, I have heard that the ruler of a state or the head of a household:
Does not worry that his people are poor,
But that wealth is inequitably distributed;
Does not worry that his people are few in number,
But that they are disharmonious.
Does not worry that his people are unstable,
But that they are insecure.
For if wealth is equitably distributed, there is no poverty; if the people are harmonious, they are not few in number; if the people are secure, they are not unstable. (...)”

No entanto, no trecho abaixo, Confúcio defende que um governante deve promover a prosperidade econômica de seu povo.

- **13.9** Ranyou drove the Master’s carriage on a trip to Wey. The Master remarked, “What a teeming population!”. Ranyou asked, “When people are already so numerous, what more can be done for them?”. The Master said, “Make them prosperous”. “When the people are already prosperous,” asked Ranyou, “what more can be done for them?” “Teach them,” replied the Master.

Nesta declaração, onde a expressão “make them prosperous” é muitas vezes traduzida como “enrich them”, Confúcio indica que o governo deve se preocupar com as necessidades materiais das pessoas antes mesmo de se preocupar com a educação, ou seja, o bem-estar material é uma pré-condição para a educação. Porém, isso parece contradizer suas afirmações discutidas acima, em que ele valoriza a frugalidade e o desapego dos bens materiais, elogiando aqueles que cultivam o comportamento ético sem se importar com os desejos materiais e a busca de riqueza. Se as pessoas devem se engajar

no cultivo ético como seu objetivo principal e isso é independente de suas condições materiais, por que um governante deve primeiro se preocupar em enriquecer as pessoas antes de educá-las?

Essa aparente contradição é resolvida quando se considera que Confúcio reconhece que os indivíduos são capazes de perseguir diferentes níveis de caráter moral. Dessa forma, ele tinha em mente diferentes categorias de pessoas ao fazer essas declarações. Enquanto pessoas exemplares não dependem de condições materiais para buscar alta moralidade, a maioria precisa de algum nível de bem-estar material antes de se tornar eticamente cultivada. Para estes, quando as condições materiais pioram, seu comportamento moral pode se deteriorar e eles podem não resistir a roubar comida ao sentir fome ou a invadir casas ao sentir frio, por exemplo. Assim, a prosperidade econômica é necessária para facilitar a educação e o cultivo moral das massas e, conseqüentemente, promover a harmonia social na sociedade (Li, 2014).

Após essa exposição do pensamento econômico de Confúcio, a sessão seguinte mostra como esses princípios têm sido usados no discurso político do presidente Xi Jinping.

CONFÚCIO NO DISCURSO DE XI JINPING

Xi é entusiasta de Confúcio e dos clássicos chineses, citando-os com muita frequência em seus discursos. Uma coleção de mais de 200 citações feitas por ele foi compilada e analisada por Zhang Fenzhi em um livro chamado “*Xi Jinping: How to Read Confucius and Other Chinese Classical Thinkers*”. Duas dessas citações serão examinadas aqui.

Em um discurso para a Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China em 31 de dezembro de 2013, Xi citou Confúcio (16.1): “Não se preocupe com a pobreza, mas sim com a distribuição igualitária da riqueza”. Ele acrescentou o seguinte comentário: “Precisamos não somente tornar o bolo grande, mas também dividi-lo uniformemente. O conceito ‘não se preocupe com a pobreza, mas sim com uma distribuição igualitária da riqueza’ foi desenvolvido há muito tempo em nossa sociedade. Devemos promover a igualdade social e a justiça com base no desenvolvimento sustentável, e fazer

o que for possível para alcançar novos progressos em termos de educação, emprego, saúde, aposentadorias e moradia.”

Nesse caso, Confúcio é evocado para chamar a atenção para os perigos da desigualdade, uma vez que o fosso crescente entre ricos e pobres pode causar desintegração social e instabilidade. A adoção de medidas que reduzem a desigualdade incorporaria a equidade e a justiça social, compartilhando com as massas os ganhos do desenvolvimento econômico, o que tornaria as pessoas mais felizes e, como consequência, preservaria a harmonia e a estabilidade na sociedade (Fenzhi, 2015).

Em outra ocasião, durante um discurso na Universidade Nacional de Seul, Coreia do Sul, feito em 5 de julho de 2014, Xi novamente citou Confúcio (7.16): “Riqueza e honra que alguém possui em meio à injustiça são como nuvens flutuantes”. Então ele disse: “Na cooperação internacional, colocamos ênfase no lucro, mas a justiça é mais importante. Desde a antiguidade, o povo chinês acredita que ‘o homem nobre torna a justiça essencial’ e que ‘a riqueza e a honra que alguém possui em meio à injustiça são como nuvens flutuantes’. Durante a visita da Presidente Park Geun-hye à China no ano passado, ela disse ‘fazendo amigos primeiro e negócios mais tarde’ em chinês no discurso no fórum de cooperação empresarial sino-coreano, que refletia vividamente a compreensão correta da relação entre lucro e justiça e interpretava profundamente a importante ideologia da justiça primeiro e o lucro depois.”

Na citação escolhida, Confúcio enfatiza que o ato de buscar riqueza deve ser moral. Este princípio é usado no contexto da cooperação internacional com o significado de que todos os países devem viver juntos em paz, colocar a amizade acima dos benefícios econômicos e buscar benefício mútuo e prosperidade comum (Fenzhi, 2015).

Enfim, as declarações acima evidenciam que, após um período de críticas severas, Confúcio está oficialmente de volta ao discurso do governo chinês. Se, durante algum tempo o estudo de seu pensamento esteve associado ao passado da China e confinado a pesquisas históricas, agora é obrigatório para entender a China moderna e essencial para todo sinólogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ames, Roger & Rosemont Jr., Henry (1998). *The Analects of Confucius*. New York: Ballentine.
- Fenzhi, Zhang (2015). *Xi Jinping: How to Read Confucius and Other Chinese Classical Thinkers*. CN Times Books.
- Gary, Rachael (2012). *China's Confucian Makeover: The discourse of harmony in state-sponsored Confucianism and China's "peaceful rise" as national image management*. Mimeo. Disponível em (<http://www.pugetsound.edu/files/resources/social-sciences-rachael-gary.pdf>). Acessado em 10 de janeiro de 2017.
- Li, Chenyang (2014). *Material Well-Being and Character Cultivation in Confucianism*. In Li, Chenyang and Ni, Peinim (ed.) *Moral Cultivation and Confucian Character: Engaging Joel J. Kupperman*. Albany: Suny Press.
- Pinheiro-Machado, Rosana (2008). 'The Confucian Ethic and the Spirit of Capitalism': Narratives on morals, harmony, and savings in the condemnation of conspicuous consumption among chinese immigrants overseas. *Horizontes Antropológicos*, v. 4, Selected Edition. Disponível em (http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832008000100006). Acessado em 10 de janeiro de 2017.

ESTADO, MERCADO, SETOR PRIVADO E PLANEJAMENTO NO DESENVOLVIMENTO RECENTE DA CHINA

Elias Marco Khalil Jabbour

Participou do Visiting Program for Young Sinologists em setembro de 2018, em Shanghai, na Academia de Ciências Sociais de Shanghai. É doutor e mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP e professor na área de Teoria e Política do Planejamento Econômico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ) e de seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE-FCE-UERJ).

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar, partindo de uma visão de conjunto das reformas econômicas chinesas, que o surgimento de um largo setor privado e a própria sofisticação e diversificação da manufatura tem demandado contínua reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia. Neste artigo sustentamos que o Estado passou a caber maior protagonismo nas esferas que envolvem o controle da grande indústria e da grande finança, assim como no nível da coordenação e socialização do investimento pela via do comando sobre as políticas econômica, monetária e fiscal, do comércio exterior e, principalmente, ao lançamento de novas e superiores formas de planificação econômica.

PALAVRAS-CHAVE: China; reformas econômicas; Estado; setor privado; planejamento econômico

ABSTRACT: The main of this article is to demonstrate, from an overview of China's economic reforms, that the emergence of a large private sector and the sophistication and diversification of the industry has required continued reorganization activities between the state and private sectors of the economy. We support in this paper the state began to develop major role in the spheres involving the control of the major industry sectors and big finance, as well as the coordination and socialization of investment – in this case, economic policy, (monetary and fiscal), foreign trade and especially, the launch of innovative and superior forms of economic planning.

KEYWORDS: China; economic reforms; State; private sector; economic planning.

INTRODUÇÃO

Em uma trajetória de semelhança com a norte-americana entre a segunda metade do século XIX (unificação territorial) e o final da 2ª Guerra Mundial, o crescimento econômico robusto, contínuo e o, conseqüente, aumento de influência da República Popular da China no mundo contemporâneo talvez seja o fato, político e econômico, mais relevante da época que vivemos.

Ao circunscrevermos a análise somente aos anos pós-reformas (1978)⁷², a taxa média do crescimento do PIB aproxima-se de 10% anuais com renda per capita (por Paridade de Poder de Compra), saindo de US\$ 250 dólares em 1980 para US\$ 9.040 em 2014. Desde 2013, a China é o país de maior volume de comércio exterior, provocando efeitos tanto de demanda quanto de estrutura sobre praticamente todas as economias nacionais, tornando-se – também – grande exportador de capitais com IED's passando de US\$ 0,8 bilhão em 1990 para US\$ 140 bilhões em 2014⁷³. Como receptor, os IED's saíram de US\$ 1,4 bilhão em 1984 para US\$ 119,6 bilhões em 2014. Retornando à variável comércio exterior, o peso de sua influência internacional, e a percepção de uma combinação entre um modelo export-led com traços de mercantilismo moderno, pode ser notado na evolução desta pauta. Em 1978, as exportações/importações foram da ordem de US\$ 9,75 bilhões/US\$ 10,89 bilhões, respectivamente. Em 2014, os mesmos agregados alcançaram US\$ 2,34 trilhões/US\$ 1,96 trilhão. A formação das maiores reservas cambiais do mundo obedeceu a mesma lógica quantitativa do comércio externo, saltando de US\$ 1,6 bilhão em 1978 para US\$ 3,84 trilhões em dezembro de 2014 (NBSC, 2015). Entre as TOP 500 da revista Forbes, estão presentes 43 empresas chinesas, sendo que 20 conglomerados estatais estão situados nas primeiras 250 posições do ranking de 2013⁷⁴.

72 O desenvolvimentismo chinês não pode ser observado como uma tendência inaugurada com as reformas econômicas de 1978. Neste mister, é mais prudente tipificar as reformas econômicas como o processo de internalização do *desenvolvimentismo de tipo asiático* em substituição a uma dinâmica de crescimento, historicamente determinado, que penalizava o campo em detrimento da cidade, evitando assim a simples negação do período anterior tão prejudicial a análises de fundo sobre *processos históricos complexos*. Bom assinalar que entre 1953 e 1978, a taxa média de crescimento do PIB foi de 6,6% ao ano, atrás apenas de seus vizinhos do Sudeste Asiático. Neste período lançou-se as bases à consecução de grandes projetos hidráulicos (Ertan), a confecção da bomba nuclear (1964), o lançamento de satélites artificiais (1971) e a construção do metrô de Pequim (1975) dotado de equipamentos exclusivamente chineses. Ignacio Rangel, em desconhecido artigo escrito em 1952, já apontava a, confirmada, tendência de a China conter o paradoxo de um país agrícola, porém exportador de produtos manufaturados. Sobre isto ler: Rangel (1952).

73 A América Latina é um caso de combinação entre efeitos de *estrutura e demanda* com a elevação da participação chinesa em suas pautas exportadoras e importadoras. Sobre isto, ler: Medeiros e Cintra (2015).

74 “The World's Largest Companies: China Takes Over The Top Three Stops”. Forbes. 07/05/2014. Disponível em (<http://www.forbes.com/global2000/list/#tab:overall>).

A manutenção de altas taxas de investimentos e, conseqüentemente, aumento “na frente” de capacidade produtiva instalada somadas ao alcance de um moderno sistema financeiro garantiu ao país a construção de “diques contra marés históricas desfavoráveis” (Kissinger, 2011, p. 446), conforme percebido na resistência aos primeiros anos da crise financeira internacional pela via de um programa de investimentos em infraestruturas da ordem de US\$ 600 bilhões. Curiosamente, a extensão da dinâmica de acumulação centrado pelo investimento, como recurso à resistência à crise internacional, foi motivo de maior esgarçamento da própria dinâmica e a, conseqüente, urgência de transição a um padrão centrado na mobilização de recursos para fins de consumo. Eis um traço sob forma de desequilíbrio estrutural que se intercala com uma conjuntura interna de formação de bolhas financeiras e alto nível de endividamento provincial – prenúncios de uma crise que antes de ser financeira, é expressão de um longo processo interno de transição.

O desenvolvimento recente chinês é história de grandes saltos, de um desequilíbrio a outro. Com esse pressuposto, objetivamos neste artigo demonstrar que o surgimento de um largo setor privado e a própria sofisticação e diversificação da manufatura demandou uma reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia⁷⁵. Ao Estado passou a caber maior protagonismo nas esferas das políticas econômica, monetária e fiscal, no âmbito do comércio exterior e, principalmente, ao lançamento de novas e superiores formas de planificação econômica (Jabbour, 2012) adjacentes ao gerenciamento de maciças e rápidas intervenções sobre o território e margem de manobra ao giro de compasso do externo ao interno em momentos de relativo fechamento de mercados externos.

Além desta introdução, este artigo está dividido em outras três seções. A segunda seção discutirá a Economia Política das reformas com o objetivo de caracterizar o padrão de acumulação inaugurado com as reformas econômicas em 1978, o

75 A percepção acerca da necessidade de reorganização de atividades entre o Estado e a iniciativa privada em concomitância com determinados níveis de desenvolvimento de um país é muito presente na obra de Ignacio Rangel com conseqüências virtuosas nas elaborações de Bresser Pereira sobre o tema. A nosso ver esta reorganização *dinâmica* de atividades funciona como uma *lei objetiva* do processo de desenvolvimento a ser observada sob o risco da dogmatização e da adoção de formas rígidas e ideologizadas de abordagem. Sobre isto ler: Rangel (1981) e Bresser Pereira (1989).

papel do inner catch up (potencial de acumulação encerrado nos camponeses) anterior à internalização do modelo pautado pela combinação entre export led e altas taxas de investimento. Além da (re) construção do pacto de poder essencial ao andamento das reformas econômicas expressada na subversão do modelo soviético de industrialização pelo privilégio à agricultura e aos camponeses em relação às cidades, o consequente reordenamento das empresas rurais à estratégia de conexão de mercados regionais e mesmo, à inserção internacional chinesa. A terceira seção analisa a macrodinâmica do processo das reformas com cotejamento de dados e dinâmica macroeconômicas capazes de evidenciar o processo de mutação do centro de gravidade, na década de 1990, de uma industrialização pressionada por novos hábitos de consumo à configuração de um centrum investidor e exportador. Na terceira seção trataremos, também, da transformação do desenvolvimento econômico em desenvolvimento territorial como expressão da estratégia nacional definida, além do papel do próprio Estado e da grande finança nacional no processo. Na conclusão buscaremos sintetizar pontos importantes de nossa análise, além claro de dar maior contorno aos principais desafios da governança chinesa na atualidade.

O IMPULSO PRIMÁRIO

A inauguração das reformas econômicas em 1978 coincide com uma série de eventos cujo sentido tem expressão numa nova divisão internacional do trabalho inaugurada desde então. A perda de espaço econômico e político norte-americano (ascensão econômica alemã e japonesa, derrota militar no Vietnã e crescente perda de influência no Terceiro Mundo) encetara uma contraofensiva em escala internacional. Fator determinante à realização das reformas econômicas residia, também, na percepção de atraso do país em relação aos Estados Desenvolvimentistas de seu redor, incluindo as duas grandes pendências históricas da China pós-1949, Hong Kong e Taiwan⁷⁶, e o próprio

⁷⁶ Em 1978, Taiwan detinha uma renda per capita 19,7 vezes maior que a verificada na China continental (Jabbour, 2006, p. 57), o que tornava insustentável qualquer intento político no sentido da reunificação do país.

surgimento de um novo paradigma tecnológico em seu rival histórico, o Japão. No campo do socialismo realmente existente é irresistível interligar a decadência do fordismo com a própria perda de dinamismo econômico da União Soviética e de seus sócios do Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), alguns deles atraídos à própria órbita da fase b do Ciclo Longo⁷⁷ inaugurado em 1973 com cataclismos políticos amplificados pela crise da dívida mexicana em 1982, notadamente os casos de Polônia e Iugoslávia.

Do ponto de vista da grande política interna o principal fator à modernização residiu na recomposição do pacto de poder inaugurado em 1949, porém praticamente desmantelado em função da lógica da chamada acumulação primitiva socialista e do radicalismo antimerchantil anexas às campanhas como O Grande Salto Adiante (1956-1961) e a Revolução Cultural (1966-1976)⁷⁸. Deng Xiaoping percebeu, com sagacidade, que as mesmas forças (camponeses) que levaram o Partido Comunista da China (PCCh) ao poder em 1949 seriam o motor de arranque de suas reformas econômicas concentradas, em princípio, no restabelecimento de um sistema interno de abastecimento alimentar capaz de superar a era da escassez na produção de alimentos ao mesmo tempo em que garantisse condições mínimas ao surgimento de um amplo mercado interno ao consumo de bens manufaturados. Política, estratégia e economia deveriam se fundir – inicialmente – numa reversão da lógica de relações campo-cidade intrínsecas ao modelo soviético, desfavoráveis à agricultura⁷⁹. Padrões clássicos de divisão social de trabalho urgiam instalação em um processo, de início, caracterizado por uma liberalização sem privatização.

⁷⁷ Referimo-nos à Fase b do Ciclo Longo de Kondratief.

⁷⁸ O pacto de poder que levou o PCCh ao poder em 1949 tinha nos camponeses, ampla maioria da população, a principal base apoio.

⁷⁹ Sobre o modelo soviético de desenvolvimento/acumulação primitiva socialista, ler: Domar (1972).

Pela lógica da grande estratégia e do peso político das zonas rurais, as reformas econômicas buscaram seu primeiro tento com a implantação dos contratos de responsabilidade entre as famílias camponesas e o Estado, numa instituição de cotas de produção a serem entregues – pelas famílias – ao Estado, seguida da permissão à comercialização do excedente produzido⁸⁰. Como resultado desta política, em 1984 a produção de cereais alcançou o recorde de 407,3 milhões de toneladas com aumento de 33,6% em relação à colheita de 1978 (Rong et al, 1992, p. 375). Neste sentido, a caracterização dos primeiros anos de reformas econômicas na China, talvez um exemplo de “crescimento fora do plano” (Naughton, 1996), é expressão da recomposição da pequena produção mercantil numa espécie de *laissez faire* camponês, gerando desenvolvimento econômico em relação de causa e consequência da expansão da economia de mercado. Expansão que não ocorreu somente em detrimento das estáticas e rústicas formas de planificação características do complexo agroindustrial das comunas instituídas na era Mao Tsétung, mas também da pressão exercida por essa novel economia de mercado sobre a economia natural com efeitos expansivos à própria economia de mercado.

O aquecimento do setor primário da economia nos primeiros anos das reformas fora um feito com repercussões políticas, e estratégicas, pouco percebidas. Difícil não relacionar o amplo respaldo das bases rurais ao regime com a manutenção e legitimação do PCCh durante o processo de dissolução da União Soviética, do final das experiências do Leste Europeu e as agitações que sacudiram Pequim entre maio e junho de 1989. As reformas rurais criaram um contorno político, até o momento, incontestado ao projeto estratégico inserido nas Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional) anunciadas por Zhou Enlai em 1974 sob a

⁸⁰ Não é incomum associar os contratos de responsabilidade instituídos na China pós-reformas com os mecanismos de acumulação inseridos na curta experiência russa da Nova Política Econômica (NEP), proposta por Lênin em 1921. Domenico Losurdo (2004, p. 57) chega a classificar as próprias reformas chinesas como uma “grande NEP”. A nosso ver, a existência de recursos ociosos é um pressuposto básico ao desenvolvimento, sendo que numa sociedade agrária a própria agricultura é fonte de recursos ociosos cuja plena utilização demanda mudanças institucionais como ponto de partida ao processo de acumulação, atingindo qualitativamente, a economia como um todo. Eis o caso da China nos estertores das reformas econômicas. Sobre a NEP, ler: Lenin (1921 (1964)).

ideia-força do Socialismo com Características Chinesas, lançada por Deng Xiaoping em 1982⁸¹.

Aspecto essencial à compreensão das reformas econômicas chinesas reside no particular do processo de desenvolvimento do país. A China pós-1978 pode ser percebida como uma variante de via americana⁸², ou seja, um processo de industrialização apoiado numa ampla economia de mercado que se expande do campo às cidades cujas induções de tipo institucionais potencializam a transformação de pequenos e médios produtores em potenciais industriais, numa espécie de acumulação sem desapropriação (Arrighi, 2007, p. 361-367)⁸³, causa e consequência da própria natureza gradualista das reformas chinesas. Este gradualismo tem expressão na combinação dos seguintes processos encabeçados pelo Estado: 1) de domínio do mercado pelo Estado; 2) que por sua vez liberaliza o comércio a seu contento, abrindo possibilidades de aprofundamento a formas superiores de divisão social do trabalho, e em concomitância com o plano; 3) direciona energias à formação de um mercado de consumidor interno; 4) enceta a industrialização baseada no próprio empreendedorismo camponês; 5) induz a ampla concorrência entre pequenas, médias e grandes empresas e estimula a educação como base atenuante dos

⁸¹ Xiaoping (1992). Não iremos discutir neste artigo a conceituação ou mesmo a validade teórica do “socialismo de mercado” como categoria de análise. Observamos a categoria como uma “formação socioeconômica distinta” ou “Moderno Modo de Produção” (Gabrielle & Schettino, 2012). Além disso, o socialismo de mercado deve ser observado como um *modo de produção complexo* que espelha de um lado, sobrevivência e fortalecimento de instituições de tipo socialista tradicional sob o escopo de uma estratégia nacional de caráter socializante operando e dirigindo o corpo nacional e social numa *formação social*, também, *complexa* onde diferentes modos de produção não coetâneos convivem em contemporaneidade territorial e social sob a hegemonia da grande propriedade estatal socializada, espinha dorsal da economia e da própria sociedade chinesa. Neste caso a visão de *totalidade histórica*, muito cara à ciência da Economia Política, pode substituir determinado grau de primarismo e vícios neoclássicos que caracterizam a experiência chinesa de desenvolvimento como mais uma “transição em linha reta do socialismo ao capitalismo” ou uma variante asiática, “sustentável” ou não, de Estado Desenvolvimentista ou um simples exemplo de “capitalismo de Estado”.

⁸² Sobre a “via americana de desenvolvimento” ler: Lenin (1915 (1964)) e Moore Jr. (1966).

⁸³ Esta noção de “acumulação sem desapropriação” como forma de caracterizar o estágio inicial das reformas econômicas chinesas pode servir à demonstração para quem a própria desapropriação já havia ocorrido em 1949. Sobre isto ler: Oliveira (2005).

efeitos do próprio mercado sobre o corpo social e 6) planifica saltos, primeiro à própria indústria e em seguida ao comércio exterior, não tradicional e sim como bem público, planejado e de Estado.

Este processo, na China, tem intimidade com o próprio andar das reformas rurais, anabolizadas por duas elevações nos preços agrícolas e o consequente aumento de produtividade e renda, além da autorização – desde 1983 – de busca de mercado, pelos camponeses, fora de suas aldeias (Arrighi, 2007, p. 366-367). Eis o estarte a uma nova configuração da divisão social do trabalho, assim como de esquemas regionais articulados tanto com a economia nacional, quanto à internacional.

O principal exemplo desta dinâmica está inserida na transformação da natureza do emprego no país e sua relação direta com o maior poder de decisão econômica às províncias e às empresas, a liberação da mão de obra excedente da agricultura e o fortalecimento de indústrias de caráter rural conhecidas como Townships and Village Enterprises (TVE's). Uma das características fundamentais do processo de desenvolvimento recente chinês está no caráter rural da grande manufatura expandida na década de 1980. As elevações da renda e da produtividade do trabalho agrícola – e o consequente aumento da demanda por bens industriais – foi fator de deslocamento de mão de obra sobrando não às grandes cidades litorâneas e sim ao próprio entorno, no chamado vilarejo. Conformando, assim, uma mais ampla divisão social/regional do trabalho fundada na transferência de atividades industriais outrora localizadas no complexo comunal ao âmbito do próprio vilarejo, abrindo relevo às três principais características da expansão da economia de mercado, a saber: 1) especialização produtiva; 2) diferenciação entre agricultura e indústria e 3) superação das barreiras inibidoras à conexão de mercados regionais em um único e integrado mercado nacional.

A expansão das TVE's dá guarida à tomada da divisão social do trabalho como uma das categorias nodais de análise à compreensão do desenvolvimento chinês. Em 1978, o número total de empregados nas TVE's era de 28,265 milhões de trabalhadores, triplicando nos dez primeiros anos de reformas econômicas para 93,667 milhões e chegando 138,661 milhões de empregados em 2004 (NBSC, 2005). Entre 1978 e 2004, a queda da participação do emprego agrícola no China foi de 242%, enquanto o emprego rural não agrícola elevou-se

em 471% na indústria, 582% na indústria de construção e acima de 3.000% no setor de serviços (Kang, 2006, p. 291). Essa transferência de atividades teve incidência direta na estrutura de renda camponesa: em 1978, 7,92% da renda provinha de atividades não-agrícolas, saltando a 30,61% em 1996 com consequente queda de renda via atividades agrícolas caindo de 90,08% em 1978 para 69,39% em 1996⁸⁴. Cabe destacar, concomitante a esta expansão industrial no campo, a produção de cereais tem tido crescimento contínuo desde 2004, fruto de reformas institucionais que incluiu a abolição de todos os impostos sobre a renda e a produção agrícolas, além de um claro processo de alta mecanização e especialização produtiva,⁸⁵. A produção de cereais em 2014 alcançou o recorde de 607,1 milhões de toneladas (NBSC, 2015).

O reordenamento da divisão social do trabalho e o rumo da unificação do mercado nacional chinês teve nas TVE's um elemento essencial. Porém, seu raio de ação acompanhou a própria estratégia de Estado, passando a ser ponte da inserção internacional do país, sobretudo a partir da década de 1990, sendo que no final da citada década, as TVE's eram responsáveis por 40% de toda produção industrial (Masiero, 2006, p. 432) e 27% das exportações do país (Kang, 2006, p. 137). Em 1989, a exportação de têxteis e calçados pelas TVE's correspondeu a 47,7% das exportações deste produtos, número que caiu a 29,1% em 2002 e 23% em 2007; enquanto a participação nas exportações de bens duráveis de consumo saiu de 14,4% em 1989, chegando a 29,1% em 2002 e 30,3% em 2007 (NBSC, 2008). Exemplos de expansão global de TVE's, são inúmeros, entre elas pode-se citar a Haier com 50% do mercado de pequenos frigoríficos dos EUA; a Galanz, com 33% do mercado mundial de micro-ondas; a Legend, com 20% do mercado mundial de placas para computadores e a China International Marine Containers, com 40% do mercado internacional de contêineres refrigerados (Masiero, 2006, p. 441).

Os primeiros passos das reformas econômicas criaram condições materiais e políticas a passos estratégicos condicionadores de escolhas ativas do país ante a crescente integração produtiva e financeira global. Os bancos

⁸⁴ Ministry of Agriculture: *Agriculture Development in China*, 1995-1996.

⁸⁵ Sobre o processo de especialização produtiva e mecanização na agricultura chinesa, ler: Espíndola (2007).

norte-americanos passaram a acumular poder de gestão da moeda de reserva internacional com musculatura crescente diante da tarefa de capitanear intenso processo de liberalização financeira, notadamente nos países de moeda não conversível (Belluzzo, 2012, p. 130). Esta mesma mobilidade foi conferida ao capital produtivo de buscar melhores condições de reprodução além fronteiras da América do Norte em movimento de causa e efeito de políticas monetaristas com impactos no custo da moeda e na crescente valorização cambial. Importante lembrar que no início da década de 1980, as taxas de juros atingiram níveis sem precedentes nos EUA, na casa dos dois dígitos (Galbraith, 1987, p. 247). Além disso, a ofensiva norte-americana sobre as condicionantes macroeconômicas da economia japonesa (Acordos de Plaza de 1985) aceleraram o processo de reconfiguração da divisão internacional do trabalho sob comando da grande finança, promovendo rearranjos geográficos que, em última estância, beneficiaram a mediação entre os objetivos estratégicos chineses e a própria política de internalização de tecnologias e métodos avançados de gestão da produção.

As reformas econômicas na China e sua Economia Política são, também, a história da criação de condições objetivas à solução de pendências históricas, notadamente Hong Kong, Macau e Taiwan. Não é de se surpreender que o alvo primordial ao financiamento de projetos e formação de grandes joint ventures estava na mobilização de imensos recursos financeiros de chineses ultramarinos. Um círculo internacional chinês formado tornou-se externalidade virtuosa anterior ao afluxo de IED's dos EUA, União Europeia e Japão, como o primeiro passo à própria integração produtiva asiática centrada na China, num movimento de deslocamento do antigo centro japonês. Entre 1990 e 2008, 45% dos IED's realizados na China tinham origem no complexo Hong Kong/Macau, em segundo lugar vinha os EUA, empatados com Taiwan, com 9%, seguidos por Singapura com 6%. Alemanha e França correspondiam a 2% e 1%, respectivamente (Jabbour, 2012, p. 238). Se tomarmos, no conjunto, o complexo Hong Kong/Macau, Taiwan e Singapura, conclui-se que mais de 60% dos IED's na China são executados por chineses. Tratam-se de aspectos fundamentais de análise antecessoras tanto do boom das exportações quando da alta relação investimento x PIB ocorridos a partir da segunda metade da década de 1990. E, principalmente, após a visita histórica de Deng Xiaoping, em 1992, às províncias prósperas do sul, que este movimento de captação

financeira e produtiva da diáspora se efetiva, de fato. A inexorabilidade das reformas econômicas, ameaçadas após o fim da União Soviética, torna-se fato político e estratégico com a proclamação do socialismo de mercado como objetivo mater do regime em 1993.

A MACRODINÂMICA E A FORMAÇÃO DE UMA POTÊNCIA FINANCEIRA

Os primeiros estágios das reformas econômicas caracterizaram-se por um aumento da renda camponesa acompanhada por aumento de demanda por bens de consumo. A elevada taxa de crescimento ocorrida entre os anos de 1978 e 1984 foi acompanhada por mudanças estruturais nos padrões de consumo (Medeiros, 1999, p. 96), com ampliação de horizonte consumista que passou a ser pautado pela aquisição de televisores, geladeiras, relógios e máquinas de lavar, com consequente explosão da produção interna destes produtos, notadamente nas TVE's⁸⁶.

Assim, a participação do setor primário na composição do PIB passou de 28,2% em 1978 para 32,1% em 1984, enquanto o setor secundário caiu de 47,9% a 43,1%, havendo um pequeno crescimento do setor terciário de 23,9% para 24,8%. O empuxe do setor primário ao restante da economia perdurou, ainda, até o ano de 1990 cuja contribuição ao crescimento geral do PIB foi de 41,7%, enquanto a indústria acrescida do setor de construção teve participação de 41% e o setor de serviços, 17,3%. Esta tendência somente é superada após 1995, quando a contribuição da agricultura à elevação do PIB caiu de forma acentuada para 9,1%, a indústria mais o setor de construção chegou a 64,3% e os serviços a 26,6%. Em 2007, a clareza da primazia dos investimentos sobre a demanda total fica evidente com a participação da agricultura caindo, ainda mais, a 3,6%, a indústria (mais construção) alcançando 54,1% e os serviços, 48,2% (NBSC, 2008).

⁸⁶ Esta discussão sobre a mudança dos padrões de consumo e consequente elevação da produção interna de bens destinados ao consumo de massa é muito feita em: Sing (1993).

A transição entre um padrão de crescimento baseado no consumo (a partir do início da década de 1980) a outro combinando aumento rápido do produto pela via das exportações e do investimento consolida-se na metade da década de 1990. A formação bruta de capital fixo, na década de 1980, teve média de 35,7%, alcançando o atual patamar – acima de 45% – somente em 1995 e pico de 48,7% em 2011⁸⁷. As exportações saíram de 10% do PIB em 1978, chegando a 17% em 1984 e a 45% em 1995. Em nível internacional, o peso das exportações chinesas em relação às mundiais que em 1978 fora de 0,75%, em 1995 alcançou 3% (Medeiros, 1999, p. 96), 6% em 2007 e 11,3% em 2013 (WTO, 2014). O comportamento da inflação nos primeiros 15 anos das reformas acompanhou a tendência de uma economia de consumo em expansão mediada por baixo controle oligopólico, liberalização de preços e utilização de capacidades produtivas instaladas (TVE's). A inflação sofreu fortes oscilações entre 1978 e 1995, com picos em 1981, 1985, 1988 e 1994 quando chegou a 24% a.a. (Nonnemberg, 2010, p. 207). A alta taxa de investimentos foi fator de grande importância a um equilíbrio dinâmico inflacionário médio abaixo dos 4% entre os anos de 1996 e 2014, inclusive à atual possibilidade de tendência desinflacionária.

Voltemos ao comportamento da taxa de investimentos. Sua ascensão coincide com dois movimentos, o primeiro é função da própria mudança de padrão de acumulação consagrado na década de 1990 (export-led). O segundo, decorrente da continentalidade e a conseqüente necessidade de integração de pequenos mercados ao todo complexo regional, que por sua vez avança no rumo de um grande mercado nacional ainda em vias de consolidação; elemento quase ausente nos congêneres desenvolvimentistas do Leste Asiático cujos picos na relação entre investimento x PIB não passaram de 39% (Coreia do Sul em 1991). Neste sentido, o desenvolvimentismo e sua adaptação a uma economia continental, e vice versa, deve ser observada ao longo do tempo e percebida como parte da estratégia cujo movimento expressa a própria estratégia, como mostraremos a seguir.

⁸⁷ Em 2014 esta taxa foi de 46,1%.

ESTRATÉGIA E DINÂMICA REGIONAL

A liberação de forças de mercado engendrava, em seu conteúdo, novas configurações em matéria de planificação econômica que somente ganham forma e conteúdo no início da década de 2000 com um intenso processo de fusões e aquisições no setor estatal da economia e a formação de um ambiente institucional e, principalmente, financeiro capaz de cimentar uma estratégia de inserção internacional e saltos internos de um desequilíbrio a outro.

Preparar o território chinês a aproveitar a tendência das grandes corporações de obter ganhos crescentes em escala e redução de custos foi o primeiro grande teste de preparação do país à admissão soberana nas cadeias globais de valor. Parte de um todo complexo que relaciona o internalização de um modelo export-led com a necessária construção de uma soberania financeira (reservas cambiais) central à consecução de uma política de longo alcance baseada em mecanismos de socialização do investimento⁸⁸, que se revela ao longo dos últimos 30 anos o pilar central de coordenação entre capital estatal, concentrado e centralizado, e intensa capilaridade e importância do setor privado da economia chinesa. Trata-se de uma virtuosidade que explica o dinamismo econômico chinês na maximização dos setores estatal e privado e da relação de unidade de contrários entre o planejamento de nível superior e o crescente papel do mercado nas decisões no nível da firma.

A instituição das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) atendiam a uma estratégia de inserção econômica mundial do país, da mesma forma que iam ao encontro à criação de uma zona de convergência econômica entre a China-Hong Kong e China-Taiwan, passo primeiro à reunificação do país sob o acicate da política de “um país, dois sistemas”. As cinco primeiras experiências instituídas entre 1982 e 1984 foram escolhidas estrategicamente: Shantou, Shenzhen e Zhuhai na província fronteira com Hong Kong e Xiamen, na

⁸⁸ Sobre a noção de “socialização do investimento”, a tomamos conforme Keynes (1964, p. 378): “(...) the state will have to exercise a guiding influence on the propensity to consume partly through its scheme of taxation, partly by fixing the rate of interest, and partly, perhaps, in other ways (...). I conceive, therefore, that a somewhat comprehensive *socialization of investment* will prove the only means of securing an approximation to full employment; though this need not exclude all manner of compromises and of devices by which public authority will co-operate with private initiative”.

província de Fujian (de “frente” a Taiwan) e toda a ilha de Hainan, mais ao sul e próxima dos chineses étnicos fixados principalmente em Singapura e Indonésia. Xangai foi restabelecida como a cabeça do dragão, novo centro industrial e financeiro do país e sede da Zona Econômica Especial de Pudong, localizada à margem oriental do Rio Pudong formada para abrigar os escritórios de P&D das maiores corporações industriais chinesas e do mundo (Oliveira, 2003, p. 9).

A concepção desta dinâmica territorial gradual está nos degraus de desenvolvimento vis à vis com a lei desenvolvimento desigual onde se verifica a formação de um centro dinâmico e posterior incorporação da periferia a este centro – comum a países de nível médio de desenvolvimento e alto grau de catch up. Tal é a política regional oficial do Estado chinês desde o VII Plano Quinquenal (1986-1990) engendrando – sequentemente – imensa concentração territorial de renda como substituinte à duplicidade de mundos entre o urbano e rural mediado pelo sistema de controle de migração interna (Hukou) da época maoísta.

As ZEE's tiveram sua experiência prolongada a todo litoral (1987), além de 2000 cidades de fronteira em 1992, além da autorização a 30 províncias de elaboração de suas próprias políticas de abertura (DEMURGER et al, 2002, p. 157). O primeiro grande movimento de reversão de políticas positivas ao litoral foi a assunção de Chongqing, situada no meio-oeste e bifurcação/entroncamento do rio Yangtsé à condição de municipalidade, como Pequim, Xangai e Tianjin. Este movimento é similar ao verificado na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos e sua estratégia de expansão ao oeste centrada na cidade de Chicago, meio-oeste do país e ponto de entroncamento ferroviário e rodoviário. Entre janeiro de 2001 e dezembro de 2010, US\$ 1,8 bilhão mensal fora alocado na municipalidade de Chongqing sob a clara estratégia de transformá-la na “Chicago Chinesa”, incluindo a formação e o desenvolvimento de instituições similares às criadas nos EUA no último terço do século XIX, a saber: Tennessee Valley Authority, Civilian Conservation Corps e a Interstate Highway System (Jabbour, 2006, p. 78).

Sob a ideia força do “Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste” (1999), intenta-se a consolidação de um grande mercado nacional e a viabilização de conectar a economia continental chinesa aos seus vizinhos, sob o escopo

de transferência de renda do litoral em troca de matérias-primas abundantes no centro e oeste do país. Cerca de US\$ 100 bilhões foram alocados, somente entre 1999 e 2005, em grandes projetos infraestruturais de longo alcance, sendo as duas principais o gasoduto Oeste-Leste (Xinjiang-Xangai) e a ferrovia Qinghai-Tibet (Jabbour, 2006, p. 60). Objetivamente, os investimentos em ativos fixos com relação ao PIB na região leste do país caíram de 54% a 41%, entre 1998 e 2013. Enquanto que nas regiões Nordeste, Oeste e Central saíram do patamar de 8%, 18% e 17% em 1998 para 10%, 25% e 24%, respectivamente (NBSC, 2015). A renda per capita do Oeste em proporção à nacional sai do patamar de 90% em 1990, caindo para 81,3% em 1998 e iniciando tendência de aproximação com a nacional, alcançando 84,2% em 2013 (Morais, 2015, p. 247). Do pacote de investimentos, anunciado em novembro de 2008, de US\$ 600 bilhões, 73% foram alocados nas regiões interioranas do país.

Da implementação das primeiras ZEE's litorâneas ao ambicioso “Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste” em 1999, seguido por programas similares de investimentos com vista à quebra de bloqueios de mercado lançados em direção ao Nordeste (2002) e Centro (2004) do país, a configuração de uma economia continental sob as hostes da formação de um grande mercado nacional unificado guarda correspondência ao aumento da influência chinesa no mundo e, principalmente, sobre seus vizinhos à oeste. A presença continental chinesa, além de suas fronteiras, é clara no ambicioso projeto lançado pelo atual presidente chinês, Xi Jinping, de reconfiguração de uma Nova Rota da Seda (Ren, 2015), com investimentos previstos até 2020 de US\$ 2,5 trilhões (Tiezzi, 2015): cinturão econômico conectando o mercado chinês desde à costa até o conjunto da Ásia Central, em clara resposta às objeções norte-americanas no Oriente Médio e antigas repúblicas da extinta União Soviética.

Eixos regionais de desenvolvimento foram estimulados, institucionalizados e principalmente planejados desde 1982. A concepção de degraus de desenvolvimento guarda objetividade na tendência de dispersão regional de investimentos e industrialização, após a segunda metade da década de 1990. Trata-se, também, de um processo de transformação do desenvolvimento econômico em desenvolvimento territorial, ademais forma de execução de uma grande estratégia nacional e de constante legitimação do próprio poder

político instalado em outubro de 1949. Neste sentido, a crescente demanda chinesa por hidrocarbonetos coincide com a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural no Xinjiang⁸⁹, tornando estratégica esta região autônoma tanto como supridora de energia, quanto de cabeça de ponte entre a China e suas cercanias petrolíferas da Ásia Central. Tensões étnicas nesta região uigur recrudesceram a partir da década de 1990 e início do presente século, momentum histórico de simultaneidade com investimentos de – entre 1990 e 2001 – US\$ 15 bilhões em infraestruturas, além do movimento de transformar Xinjiang no maior complexo petroquímico da Ásia até 2020 (Bandeira, 2013, p. 125).

A DINÂMICA E O PAPEL DO ESTADO

A nosso ver, não restam dúvidas sobre a centralidade do papel do Estado no esforço concentrado de modernização e admissão plena da China no rol das grandes potências econômicas mundiais. Porém, este papel não pode ser analisado de forma estilizada, baseadas em noções estáticas do processo. Neste particular reiteramos a ciclicidade do papel do Estado na China, assim como – em dinâmica – a percepção de diferentes papéis conferidos a este ao longo do processo, encaminhando a elaboração/execução de novas e superiores formas de planificação econômica vis à vis como o núcleo gerenciador de mecanismos de socialização do investimento.

O argumento ortodoxo sugere uma dinâmica liberalizante, como segue: desmonte dos complexos comunais rurais, concessão de terras às famílias camponesas e sequente recomposição da pequena produção mercantil (*laissez faire camponês*). Liberalização esta que se espalha à indústria e serviços até atingir o próprio sistema de formação de preços. Abertura do país a IED's e admissão plena à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Privatizações massivas de ativos estatais ocorridas entre 1994 e 2000 e a

⁸⁹ Estas reservas são estimadas em cerca de 3 bilhões de toneladas de petróleo e 1,3 trilhão de metros cúbicos de gás natural, comprovados, porém estimados entre 20 e 40 bilhões de toneladas de petróleo e 12,4 trilhões de metros cúbicos de gás natural (Bandeira, 2013, p. 125).

propriedade privada reconhecida, legitimada e sustentada por leis e regulamentos (Naughton, 2006, p. 2). Concomitante, o número de falências no setor estatal atingiu 1.232 empresas em 1995, 4.198 em 1998 e 5.429 no ano de 2001 (Imai, 2006, p. 5).

Entre 1998 e 2007 o total de empresas estatais na China caiu 39,2% do total das empresas para 6,1%, enquanto o setor privado saiu, no mesmo período de 6,5% do total para 52,6%⁹⁰. O caráter intensivo em trabalho de muitas empresas estatais levou a uma não completa proporcionalidade de queda em relação à verificada no número de empresas de tipo industriais/urbanas. No período indicado, a queda do número de trabalhadores no setor foi de 168%, passando, assim, a responder por 29,5% do total dos postos de trabalho enquanto o setor privado sai de 2,6% em 1998 para 28,6% em 2007 (Jabbour, 2012, p. 238). Não resta dúvidas que sob um escopo puramente hipotético-dedutivo, estes dados dão pleno contorno, e argumento, diante do grande número de falências de empresas estatais e aumento de importância do setor privado, à ortodoxia.

O processo de aumento de importância absoluta do setor privado guarda grande consequência e, mesmo, imperativo, à conformação de uma larga economia de mercado. Crescentes excedentes na agricultura serviram de nicho mercantil rapidamente ocupado pelas TVE's, cujo dinamismo produziu forte impacto negativo sobre, principalmente, as pequenas e médias empresas estatais ocupadas na produção de bens de consumo. Estas estatais foram desenvolvidas distante de métodos modernos de gerenciamento e subordinadas a um esquema central e débil de planificação de produção de tipo soviético, caracterizadas por métodos rústicos e ineficientes de substituição do cálculo econômico e inexistência de relações upstream e downstream entre a própria empresa, suas ancilares e consumidores. Por outro lado, a diminuição quantitativa do setor estatal teve compensação social nada modesta de criação de milhões de empregos nas zonas rurais e urbanas, além de uma dinâmica classe de capitalistas domésticos de imensa funcionalidade à estratégia nacional e internacional chinesa.

⁹⁰ Tratamos aqui somente das empresas com capital total estatal ou privado. Uma outra característica chinesa é a multiplicidade de formas de propriedade, notadamente *mistas*.

E o ator-chave desta estratégia de desenvolvimento, neste caso, é o próprio Estado. A combinação entre concentração de mercados e descentralização do plano (Medeiros, 1999, p. 109) tem inúmeras facetas sintetizadas numa combinação única entre mercado e planejamento que caracteriza a via chinesa de desenvolvimento até os dias atuais, conformando novas e profundas formas de divisão social do trabalho. O maior poder de decisão conferidas às províncias e liberdade quase completa de ação conferida às TVE's foi causa e consequência de uma política fiscal, inaugurada, em 1980, marcada justamente por renúncias fiscais em prol da retenção de receita ao nível provincial acarretando em crescentes déficits fiscais até 1994⁹¹. A transição de uma economia centralmente planejada a outra mais flexível, com tendência estratégica de fusão entre grandes empresas e grandes bancos, demandou reformas encetando a otimização de mecanismos de controle macroeconômicos (Ki; Yuk-Shing, 1994, p. 769). Estas reformas na China antecederam as transformações necessárias ao setor estatal industrial criando condições institucionais, por exemplo, ao enfrentamento da atual crise financeira internacional. Neste sentido, a elevação do papel do mercado e maior participação do setor privado, inclusive substituindo o setor estatal em determinadas áreas, passou a ter forte contrapartida no anúncio, em 1994, de reformas no sistema tributário que apontaram na direção de um forte processo de recentralização e concentração. Recentralização fiscal e maior poder estatal sobre os mecanismos macroeconômicos essenciais tornaram-se o passo primário à instituição de mecanismos de coordenação e socialização do investimento. A China dava um passo decisivo à internalização de uma moderna economia monetária.

A exposição a dura concorrência diante das TVE's e a um pujante setor privado emergente expôs a demanda urgente de reformas profundas nas empresas

91 É temeroso não relacionar esta maior autonomia local com a luta entre reformistas e conservadores no seio do PCCh encerrada com a completa vitória da ala reformista liderado por Deng Xiaoping e consagrada no 14º Congresso Nacional do PCCh (1992). Maior autonomia às lideranças locais para tocarem adiante reformas e experimentos econômicos fora de amarras ideológicas, além do apoio do Exército de Libertação Popular (ELP) em troca de maior autonomia empresarial ao ELP constituíram-se nos dois pilares políticos que tornou possível a manutenção e aprofundamento das reformas econômicas no início da década de 1990. Sobre este instigante processo político, ler: Marti (2002). Sobre os déficits fiscais acumulados entre 1979 e 1994, ler: Ki e Yuk-Shing (1994).

estatais de forma a legitimar seu papel de espinha dorsal do todo complexo sistema empresarial já desenhado em meados da década de 1990 no bojo do estabelecimento, como objetivo estratégico do regime, de uma economia de mercado socialista. Ao menos dois grandes movimentos neste sentido devem ser destacados: 1) o movimento de centralização e concentração do grande capital estatal, e 2) aprofundamento o processo de separação entre gestão e propriedade abrindo caminho a diversas modalidades de propriedade pública.

O setor estatal industrial da economia acumulou perdas anuais entre 1991 e 1999 da ordem de 0,6% do PIB, quadro este completamente invertido em 2007 com ganhos que corresponderam a 4,2% do PIB (Gabriele, 2009, p. 7). A comparação da produtividade do trabalho/rendimento por trabalhador entre as empresas estatais e privadas, é sugestiva. No ano de 2007, esta relação⁹² nas empresas estatais fora de 58,3/84,7; nas TVE's, 41,2/24,8; nas empresas privadas 48,1/32,5 e nos conglomerados estatais 68,7/90,8; nas empresas de capital misto com participação estatal majoritária, 88,0/99,2 e nas empresas de capital misto sob controle privado, 41,6/90,8 (Jabbour, 2012, p. 190). Afora isto, amiúde a imensa maioria das empresas chinesas estarem sob controle do setor privado, o poder econômico encontra-se continua firmemente concentrado nas mãos do Estado. Exemplo disso está na íntima relação entre grandes empresas privadas e sua relação próxima com o Estado por meio de participação acionária do próprio Estado, crédito e completo aporte estatal às suas estratégias de inserção internacional.

A transição, já aludida, de uma economia de comando à outra com maior papel conferido ao mercado e onde Estado passa a ser o núcleo gerenciador de políticas de socialização do investimento ganha corpo com a formação, em 2002, da SASAC (State-Owned Assets Supervision and Administration Commission) criada no sentido de representar os interesses do Estado, e de suas ações, nos 149 principais companhias do país, concentradas nos setores com alto grau de oligopólio/monopólio⁹³. Isto significa, na ponta do processo,

92 10.000 yuanes por unidade.

93 Um rápido e largo processo de centralização e concentração no âmbito do grande capital estatal ocorreu, principalmente, após a reforma fiscal promulgada em 1994. A formação de 149 conglomerados empresariais estatais foi o ponto culminante deste processo.

na transformação destas corporações no núcleo-duro executor das políticas oficiais de Estado, conforme o grande papel conferido a estas companhias nos imensos programas de investimento executados no bojo à resistência aos efeitos da crise financeira internacional⁹⁴.

A GRANDE FINANÇA NACIONAL

A crescente influência política e econômica da China sobre o mundo guarda grande evidência na relação entre grandes reservas cambiais e a atual posição de maior credora líquida do mundo no valor de US\$ 1,97 trilhão, o equivalente a 20,8% de seu PIB (Cintra; Silva Filho, 2015, p. 426). O país transformou sua estratégia internacional em uma questão que envolvia a fusão entre a grande empresa com a grande finança, explorando o grau de maturidade atingido pelo seu sistema financeiro, alçando o país ao patamar de potência financeira.

Colocar-se no mundo como uma potência financeira tem sido consequência lógica de um processo mercantilista moderno de transformação tanto em potência comercial quanto em uma grande fábrica do mundo. A remodelação de funções entre Estado e iniciativa privada forjou instituições do nível da própria SASAC, cuja contraparte financeira foi a constituição de uma moderna economia monetária em substituição a rústicas formas bancárias, inerentes ao modelo soviético, mediadoras de poupança forçada, num processo de contínua evolução institucional que moldou uma grande finança funcional a objetivos estratégicos de Estado. A combinação entre coordenação do investimento (SASAC) com um sistema estatal de intermediação financeira conforma patamar superior de atuação estatal, tanto como prestador de última instância como o próprio investidor de primeira instância (Burlamaqui, 2015, p. 47).

Trata-se, portanto de elemento com graus variados de funcionalidade, que se entrecruzam, a saber: 1) impacto decisivo sobre as condições cada vez mais complexas de financiamento da economia, e consequentemente,

⁹⁴ Sobre os princípios e ação da SASAC, ler: Naughton (2006).

sobre o nível de gastos dos agentes e afetando as variáveis reais da economia, como produto e emprego (Paula, 2014, p. 2) e 2) elemento com papel crescente diante do grau de intervenção do Estado em uma economia continental, sujeita a surgimentos constantes de bloqueios de mercado, que por sua vez tem na transferência intersetorial de recursos o principal meio de enfrentamento aos constantes desequilíbrios de variada monta, sejam sociais, regionais e entre os diferentes setores da própria economia. Outro ponto de desequilíbrio reside nas contradições relacionados com a própria evolução do sistema financeiro, entre tais o espraiamento de uma finança paralela, não regulamentada, fora dos balanços de bancos comerciais e com certa capacidade de aprofundar desequilíbrios em uma economia ainda fortemente pautada pelo investimento com premente necessidade de mudança de dinâmica interna de acumulação⁹⁵.

A evolução institucional acompanhou e, mesmo, antecipou-se às exigências do processo de reformas econômicas, incluindo a superação do alto grau de repressão financeira. Entre 1978 e 1984 o Banco Popular da China elevou seu papel à própria regulação financeira, enquanto quatro bancos setoriais foram formados (Big Four) atendendo as exigências anexas à agricultura, construções urbanas, infraestruturas e financiamento de exportações e importações⁹⁶. O avanço da urbanização – incluindo o financiamento de grandes eventos como os Jogos Olímpicos de 2008, as políticas de desenvolvimento do oeste e a reação coordenada entre o governo central e as províncias à crise de 2008 – demandou a formação, ex ante, de grandes bancos provinciais e municipais de desenvolvimento forjadas concomitante com o processo de fusões e aquisições de pequenas e médias empresas na década de 1990 e o surgimento, neste bojo, de 149 conglomerados estatais.

⁹⁵ Referimo-nos ao chamado “sistema financeiro sombra” (“Shadow Banking”).

⁹⁶ Como descrito, o Banco Popular da China é o responsável pela regulação do sistema financeiro e rege, ainda, comissões como a de Regulação Bancária da China (CBRC), de Regulação dos Valores Mobiliários da China (CSRC) e a de Regulação de Seguros da China (CIRC). Sobre a natureza institucional e política do Banco Popular da China, segundo Burlamaqui (2015, p. 50): “(...) é uma administração com *status* ministerial, que opera sob a liderança do Conselho de Estado. (...) não há independência do Banco Central, mas articulação institucional com outros órgãos políticos, sob uma agência-piloto, o Politburo, que por sua vez está subordinado ao PCC”.

Ainda sobre a evolução institucional acelerada na década de 1990, é mister notá-la como parte da própria antecipação de fatos que iria ocorrer no bojo dos acordos comerciais China-Estados Unidos e a admissão do país na OMC, em 2001. Provas desta antecipação de fatos estão nas sucessivas rodadas de capitalização sobre os bancos comerciais estatais mediadas pela emissão de títulos e compra, por companhias recém-criadas, de créditos podres tendo vista sua gestão e recuperação⁹⁷. Ambos movimentos que anunciavam o lento processo de abertura do sistema financeiro chinês à concorrência e à própria abertura de capital. Afora isso, a crise financeira asiática chamou a atenção das autoridades do país aos próprios limites da grande finança interna, prontamente enfrentados.

Em 2015, o sistema financeiro passou por um grande teste, com quedas acentuadas verificadas nas bolsas domésticas, acelerando as especulações acerca de uma crise financeira que bateu às portas do país com efeitos, até então inimagináveis ao resto do mundo. Teria sido um grande canto de réquiem à um “modelo insustentável” e esgueirado na fragilidade de uma finança interna suscetível a injunções políticas, não “técnicas”? Sustentamos ser de grande superficialidade este tipo de narrativa, preferindo situar a questão no campo, como posto no início do artigo, do esgarçamento de uma dinâmica de acumulação pautado por baixas taxas de juros e maior papel conferido às províncias à execução de amplos programas de infraestruturas em meio à crise internacional, expondo – assim – as próprias fragilidades da dinâmica de acumulação e de seu grande braço financeiro, também influenciado por agentes privados – causa e consequência do processo de liberalização recentemente observado.

É sugestivo situar o problema no próprio campo do desequilíbrio estrutural e na necessária junção de interpretação de fenômenos complexos. Por exemplo,

⁹⁷ Segundo Cintra (2015, p. 404): “De fato, as sucessivas rodadas de capitalização operadas pelo Estado prepararam os *big four* para a abertura de capital – o que aconteceu a partir de meados dos anos 2000 (...). Em 2005, o CCB abriu seu capital e captou US\$ 9,23 bilhões. Em 2006, o BOC captou US\$ 11,2 bilhões, e em outubro de 2006, o ICBC realizou sua oferta pública inicial de ações, no valor de US\$ 19,1 bilhões (...).” Maiores detalhamentos deste interessante e planejado processo pode ser encontrado em: Allen; Qian; Zhang e Zhao (2012) e Brillant (2011).

a visão que percebe o desequilíbrio como pressuposto à principal variável/categoria de validação teórica no campo das ciências econômicas, a saber, o planejamento. Sob este *prima*, novas mudanças institucionais – como as que sempre antecederam mudanças recentes sobre a base econômica do país – já não estariam em curso como pode-se perceber na própria rapidez com que entrou e saiu dos noticiários a entrada do país em uma “crise financeira”?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz do exposto, da história recente do processo de desenvolvimento chinês, o que dispor com a finalidade de sugerir o próprio futuro imediato do país e seus desafios?

Este artigo buscou expor que a história das reformas econômicas chinesas tem como característica fundamental a capacidade do Estado, e de sua força política governante (PCCh), de operar as transformações político/institucionais necessárias à consecução de uma estratégia nacional de longo prazo. A principal transformação foi transmutação de uma base econômica moldada por instituições típicas do modelo soviético à formação de uma economia monetária moderna capaz de prover ao Estado e seus agentes ampla capacidade de coordenação e socialização do investimento e, por conseguinte, margem de manobra política e financeira ao lançamento de novas e superiores formas de planejamento econômico; como as verificadas nas políticas de desenvolvimento e expansão regionais e nas grandes medidas de coordenação sobre os mecanismos de controle da grande finança e suas fragilidades expostas recentemente.

O país vive atualmente uma transição de dinâmica de desenvolvimento que trás consigo não somente as vicissitudes de um processo desta monta. Absorve também uma plêiade de contradições e desequilíbrios sob forma de crise ambiental, desigualdades sociais, territoriais e de renda ainda explosivas, índices de consumo muito abaixo do nível dos países desenvolvidos. Assim como os desafios externos inerentes à lenta internacionalização de sua moeda e de uma política externa ativa e baseada em imensos investimentos em infraestruturas pelo mundo afora, notadamente em seu entorno asiático (incluindo a Nova Rota da Seda), África e América Latina.

Existem impactos políticos de longo prazo a serem considerados na análise, entre tais a própria relação entre este crescente e pujante setor privado e o Estado. Até que ponto o Estado conseguirá equilibrar-se entre os interesses gerais da sociedade e os interesses particularistas inerentes ao setor privado? A intensa capilaridade e importância deste setor e sua expansão não seria capaz de – no longo prazo – limitar a própria capacidade do Estado em coordenar grandes decisões de investimento?

Trata-se de uma gama de desequilíbrios interconectados. O que está em questão, de fato, não é somente o destino da economia. E sim, da própria Revolução Chinesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, F.; QIAN, J.; ZHANG, C.; ZHAO, M. (2012): “China’s financial system: opportunities and challenges”. NBER Working Paper 17828.
- ARRIGHI, G. (2007): Adam Smith in Beijing – Linkages of the 21th Century. New York: Verso.
- BANDEIRA, L. A. M. (2013): A Segunda Guerra Fria – Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BELLUZZO, L. G. (2012): O capital e suas metamorfoses. São Paulo: UNESP Editora.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (2006): Estratégia Nacional e Desenvolvimento. Revista de Economia Política, 26, 2 (102): pp. 28-42.
- _____ (1989): “O caráter cíclico da intervenção estatal”. Revista de Economia Política, (9) 3: pp. 28-42.
- BRILLANT, G. (2011) “Systeme bancaire chinois: entre controle de l’État et adaptation aux normes internationales”. Revue d’Economie Financière, 102: pp. 43-56.
- BURLAMAQUI, L.; SOBREIRA, R.; VIANNA, M. (2015): The Present and Future of Development Financial Institutions. Rio de Janeiro: Minds.
- CINTRA, M.; SILVA FILHO, E. (2015): “O Sistema Financeiro Chinês: A Grande Muralha”. In, CINTRA, M.; SILVA FILHO, E.; PINTO, E. (2015): China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA.
- DÉMURGER, S.; SACHS, J.; WOO, W. T.; BAO, S.; CHANG, G.; MELINGER, A. (2002): “Geography, Economic Policy and Regional Development in China”. Asian Economic Papers, 1 (1): 146-197.
- DOMAR, E. (1972): “A Soviet Model of Growth”. In, NOVE, A.; NUTI, D. M.: Socialist Economics. Penguin.
- ESPÍNDOLA, C. (2007): “Notas sobre o agronegócio de carne na China”. Revista de Geografia Econômica, Edição Piloto: 210-219.
- GABRIELLE, A. & SCHETTINO, F. (2012). “Market Socialism as a Distinct Socioeconomic Formation Internal to the Modern Mode of Production”. New Proposals: Journal of Marxism and Interdisciplinary Inquiry. v. 5 (2): 20-50.
- GALBRAITH, J. K. (1987): Economics in Perspective: A Critical History. New York: Hardcover.
- JABBOUR, E. (2012): China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado. São Paulo: Anita Garibaldi/EDUEPB.
- _____ (2006): China: infra-estruturas e crescimento econômico. São Paulo: Anita Garibaldi.
- KANG, H. (2006). China’s Township and Village Enterprises. Beijing: Foreign Language Press.
- KEYNES, J. M. (1936 (2003)). The General Theory of Employment, Interest and Money. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- KI, S.; YUK-SHING, C. (1994): “China’s Tax Reforms of 1994: Breakthrough or Compromise?”, Asian Survey, (34) 9: 769-788.
- KISSINGER, H. (2011): On China. New York: New York Penguin Press.
- IMAI, K. (2006): “Explaining the Persistence of State Ownership in China”. Institute of Developing Economies, Discussion Paper 64 (5):1-23
- LENIN, V. (1921 (1964)): “The Tax in Kind (The Significance Of The New Policy And Its Conditions)”. In, LENIN, V. (1964): Collected Works. Moscow. Progress Publishers. v 32: 326-365.
- _____ (1915 (1964)): “New Data on the Laws Governing the Development of Capitalism in Agriculture – Part One: Capitalism and Agriculture in United States of America”. In, LENIN, V. (1964): Collected Works. Moscow. Progress Publishers. v 322: 13-122.
- LOSURDO, D. (2004): Fuga da História? A Revolução Russa e a Revolução Chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan.
- MASIERO, G. (2006): “Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVE’s) chinesas”. Revista de Economia Política, 26 3 (103): 425-444.
- MEDEIROS, C. A.; CINTRA, M. R. V. P. (2015): “Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos”. Revista de Economia Política, 35, 1 (138): pp. 28-42.
- _____ (1999): “Economia e Política do Desenvolvimento Recente da China”. Revista de Economia Política, 19, 3 (75):92-112.
- MARTI, M. E. (2002): China and the Legacy of Deng Xiaoping – From Communist Revolution to Capitalist Evolution. Lincoln: Potomac.
- MOORE JR, B. (1966): Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World. Boston: Beacon.

- MORAIS, I. N.º (2015): “Desigualdades e Políticas Públicas na China; investimentos, salários e riqueza na era a sociedade harmoniosa”. In, CINTRA, M. A. M.; FILHO, E. B.; PINTO, E. C. (2015): China em Transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA.
- NBSC – National Bureau of Statistics of China (2005, 2008, 2015), (<http://www.stats.gov.cn/english/statisticaldata/AnnualData>), acessado em 22/01/2016.
- NAUGHTON, B. (1996): Growing out of the Plan: Chinese Economic Reform, 1978-1993. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____ (2006): “Claiming Profit for the State: SASAC and the Capital Management Budget”. China Leadership Monitor.
- _____ (2006): Top-Down Control: SASAC and the Persistence of State Ownership in China. Paper presented at the conference on “China and the World Economy”. University of Nottingham.
- NONNEMBERG, M. J. (2010): “China: Estabilidade e Crescimento Econômico”. Revista de Economia Política, 30, 2 (118): 201-218.
- PAULA, L. F. (2014): Sistema Financeiro, Bancos e Financiamento da Economia. Rio de Janeiro: Elsevier.
- OLIVEIRA, A. P. (2003): “O salto qualitativo de uma economia continental”. Política Externa, (11) 4: 6-13.
- OLIVEIRA, C. A. B (2005): “Reformas econômicas na China”. Economia Política Internacional: Análise Estratégica, 05.
- RANGEL, I (1952): “Prossegue a recuperação chinesa”. Cadernos do Nosso Tempo. 1 (1): 59-64.
- _____ (1981): “A questão financeira”. Revista de Economia Política, (1) 1: pp. 31-39.
- _____ (1980): Recursos Ociosos e Política Econômica. São Paulo: Hucitec.
- REN, D. (2015): “China’s Silk Road infrastructure fund explores investment exit strategies”. South China Morning Post.
- RONG, ZHOU et al (1992): Agriculture in Contemporary China. Beijing: Contemporary China Press.
- SING, A. (1993) “The Plan, The Market and Evolutionary Economic Reform in China”. UNCTAD: Discussion Papers, 76.
- TIEZZI, S. (2015): “Where Is China’s Silk Road Actually Going?”. The Diplomat. 30/03/2015.
- WTO – World Trade Organization (2014) – WTO Annual Report (https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/anrep14_e.htm) Acessado a 15/11/2015.
- XIAOPING, Deng (1992) “Opening Speech at the Twelfth National Congress of the Communist Party of China”. In, XIAOPING, D. (1992): Selected Works. Beijing: Foreign Language Press: 13-17.

40 ANOS DE REFORMA E ABERTURA EM ZHEJIANG: COMO A CONSTRUÇÃO DE AMBIENTE RURAL ECOLÓGICO AMPLIOU A RENDA NO CAMPO

Janaina Camara da Silveira

(热娜)

Participou do Visiting Program for Young Sinologists em setembro de 2018, em Hangzhou, na Universidade Gongshang de Zhejiang. Colaboradora da Agência Xinhua no Brasil, é jornalista e mestre em Economia. Em 2011, deu início ao projeto Radar China, que analisa a relação sino-brasileira. E-mail: janaina.silveira@gmail.com

A província chinesa de Zhejiang tem o quarto Produto Interno Bruto (PIB) da China, na comparação regional, atrás apenas de *Guangdong*, *Jiangsu* e *Shandong*. Totalizou US\$ 766,73 bilhões em 2017, com um PIB per capita de US\$ 13.634 naquele mesmo ano, bem maior do que a média nacional, de cerca de US\$ 7,9 mil, segundo o Departamento Nacional de Estatísticas da China⁹⁸. Enquanto tais números revelam um desempenho robusto, outros parâmetros expressam melhor como este é coordenado entre diferentes áreas e as populações urbanas e rurais a partir de um modelo único, que levou o nome de Prática para a Construção de um Ambiente Rural Belo em Zhejiang (美丽乡村建设的浙江实践, “Měilì Xiāngcūn Jiànshè de Zhèjiāng Shíjiàn”). Tudo isso, em um momento de mudança estrutural da economia – a passos rápidos.

Zhejiang, mais especificamente, a capital, Hangzhou, são conhecidas hoje no mundo todo pela origem do grupo Alibaba, conglomerado que começou com comércio eletrônico, mas que já está presente em diversos produtos e serviços da economia digital, incluindo meios de pagamentos. A companhia que é orgulho nacional também se transformou em exemplo – e seus múltiplos negócios em âmbito digital passaram a ser encarados como oportunidades ou inspiração para os empreendedores locais – e de empreendedorismo Zhejiang entende. Na China inteira, os nativos da região são conhecidos pelo tino para os negócios.

Em 2017, segundo o governo local, a economia digital da província foi responsável por 37,1% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da região. Serviços, como um todo, representaram 57% do agregado provincial⁹⁹. Um modelo interessante de reposicionamento, com soluções que promovem consumo – e turbinam este motor de crescimento –, substituindo a orientação surgida pós política de reforma e abertura, adotada em 1978, de fabricante de aparelhos domésticos, especialmente para exportação. Para se ter uma ideia do vigor das mudanças também no chão de fábrica, só em 2018, Zhejiang construiu 66 unidades totalmente automatizadas, fechando 1.733 empresas

⁹⁸ Dados do Departamento Nacional de Estatísticas da China, no website oficial. Disponível em (<http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>). Acesso: 27 dez. 2018.

⁹⁹ Dados do governo provincial, no website oficial. Disponível em (http://english.zj.gov.cn/art/2018/1/30/art_5798_2265798.html). Acesso: 20 mai. 2019.

com tecnologia ultrapassada. O parque industrial recebeu 16 mil robôs e 222 parques voltados a micro e pequenas empresas foram instalados na província¹⁰⁰.

Tais novidades que chegam tão rápido vêm acompanhadas de um dado importante: Zhejiang tem a segunda menor disparidade de renda entre as populações urbana e rural na comparação a outras províncias e regiões chinesas, atrás apenas da cidade de Tianjin, respeitando e protegendo o ambiente (HUANG, 2018), ao mesmo tempo em que lidera o ranking chinês de desenvolvimento de turismo rural (FAN; ZHANG; LIU, 2018, p. 90). Vale saber que a população rural de Zhejiang soma 32% – 10 pontos percentuais abaixo da média nacional, de 42%¹⁰¹. Dentro desta política, Zhejiang erradicou a miséria em 2015, cinco anos antes do prazo estipulado para atingir este objetivo nacionalmente (NDUKONG, 2017), segundo diretiva do presidente chinês, Xi Jinping, no 5º Pleno do Comitê Central do 18º Congresso do Partido Comunista da China (PCCh). O evento ocorreu em novembro de 2015, aliás.

Zhejiang é considerada modelo nacional no desenvolvimento coordenado entre áreas urbanas e rurais, projeto iniciado na década passada, ainda antes do boom da economia digital, quando Xi foi secretário provincial do (PCCh), entre 2002 e 2007. Segundo Xia (2014), em 2003, o Comitê Central do PCCh na Província de Zhejiang e o Governo Provincial, em acordo ao 16º Congresso Nacional do PCCh para coordenar o desenvolvimento urbano e rural, implementou o primeiro passo de uma política conjunta, batizada de “Mil Distritos Modelo, Dez Mil Distritos Renovados” (千村示范、万村整治, “Qiāncūn Shìfàn, Wàncūn Zhěngzhì”). Em 2007, 10.303 distritos na província haviam recebido melhorias, 1.181 dos quais haviam passado por uma renovação completa. É este período em diante e seu modelo coordenado entre campo e cidade que é o foco do presente texto.

Em 2010, uma nova fase foi iniciada neste processo, chamada de Distritos Belos (XIA, 2014). Como Xia (2014) aponta, tais projetos foram voltados ao

100 Zhejiang reports 7.1% GDP growth, digital economy a highlight. Beijing: China Daily, 28 jan. 2019. Disponível em (<http://www.chinadaily.com.cn/a/201901/28/WS5c4eb006a3106c65c34e6e0a.html>). Acesso: 20 mai. 2019.

101 Dados do Departamento Nacional de Estatísticas da China. Disponível em (<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2018/indexeh.htm>). Acesso: 3 mai. 2019.

desenvolvimento humano para integração urbano-rural, tendo o ambiente como prioridade a partir de melhorias nos processos de produção e na moradia (incluindo saneamento). O modelo “Mil Distritos Modelo, Dez Mil Distritos Renovados”, também chamado de Programa Rural Verde de Zhejiang, ganhou em 2018 o prêmio “Guerreiros pela Terra” da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰².

Em 2012, o país lançou o conceito de “China Linda”, ou Beautiful China¹⁰³ (美丽中国, “Měilì Zhōngguó”), que reúne iniciativas para desenvolver uma Civilização Ecológica (生态文明, “Shēngtài Wénmíng”) até 2035. Neste contexto, é interessante perceber que a China implementa ações-piloto e incrementais localmente antes de alçá-las a *status* de política nacional de governo (YAN et al., 2017, p. 17). A maturação de regulações e iniciativas é uma prática comum e, no âmbito da Civilização Ecológica e da China Linda, pode-se dizer que Zhejiang foi um laboratório, especialmente tendo como perspectiva a trajetória de Xi Jinping, principal líder do PCCh anos antes naquela província.

Zhejiang tem mais de 57,3 milhões de habitantes e está situada na região leste do país, fazendo fronteira com o Mar do Leste China, e vizinha a Shanghai, além de a outras quatro províncias. Sua capital, Hangzhou, está ligada a Shanghai por trem bala em uma viagem de menos de uma hora – realizadas diariamente com intervalos de entre 10 e 15 minutos desde o início da manhã até por volta das 21h. Ningbo é outra cidade de relevância graças a seu porto, alçando a província ao posto de quarto maior volume comercial com o Exterior em 2017¹⁰⁴.

Dado este panorama atual, o presente capítulo buscará identificar como os arranjos iniciados em 2003 em Zhejiang garantiram que a província conquistasse um desenvolvimento aliado à preservação ambiental, mesmo

102 “I saw the appearance of the future world” Zhejiang won the “World Guardian Award” for the highest environmental protection of the United Nations! Hangzhou: AWG, 22 nov. 2018. Disponível em (http://www.zj-aiwenge.com/en/news_xq/id-81.html). Acesso: 27 dez. 2018.

103 Chinese Terminology: Beautiful China. Beijing, CGTN: Oct. 24th, 2017. Disponível em (https://news.cgtn.com/news/77497a4e79597a6333566d54/share_p.html). Acesso em 27 dez. 2018.

104 Zhejiang merged into wave of opening and development: 15 years on. Disponível em (<http://chinaplus.cri.cn/news/china/9/20180718/159239.html>). Acesso em 5 mai. 2019.

enfrentando mudanças econômicas estruturais profundas nos 40 anos de política de reforma e abertura. E como ainda assegura uma das menores diferenças de renda entre as populações urbana e rural da China. Nada trivial, dado a robusta economia digital já citada e os negócios de comércio exterior nos principais centros urbanos.

A partir da análise de documentos e de políticas públicas e de coleta de dados, este texto foi dividido em cinco seções, além desta introdução. A primeira discute o desenvolvimento econômico de Zhejiang desde 1978. A segunda enfatiza a importância de políticas para o desenvolvimento. A seção seguinte trata do desenvolvimento de áreas rurais ao longo das quatro primeiras décadas de reforma e abertura. Em seguida, o texto se encerra com a conclusão.

1. DESENVOLVIMENTO DE ZHEJIANG NOS PRIMEIROS 40 ANOS DE REFORMA E ABERTURA

Em 1978, o setor agrícola de Zhejiang empregava 82,58% da força de trabalho provincial, um índice 12 pontos percentuais mais alto do que a média nacional. A agropecuária era responsável por 31,8% do PIB local, 10,4 pp mais alto do que o nível chinês à época (HU, 2018). Era um desafio, posto que da área total da província, de 101,8 mil quilômetros quadrados, 70,4% eram regiões montanhosas e 6,4% coberta por lagos e rios. Apenas 23,2% era de regiões planas¹⁰⁵. Segundo Hu (2018), o PIB provincial era o 12º do país, e o PIB per capita, o 16º, abaixo de US\$ 150. De acordo com dados oficiais, a taxa de urbanização era de 11,44% (6,5 pp abaixo do nível nacional).

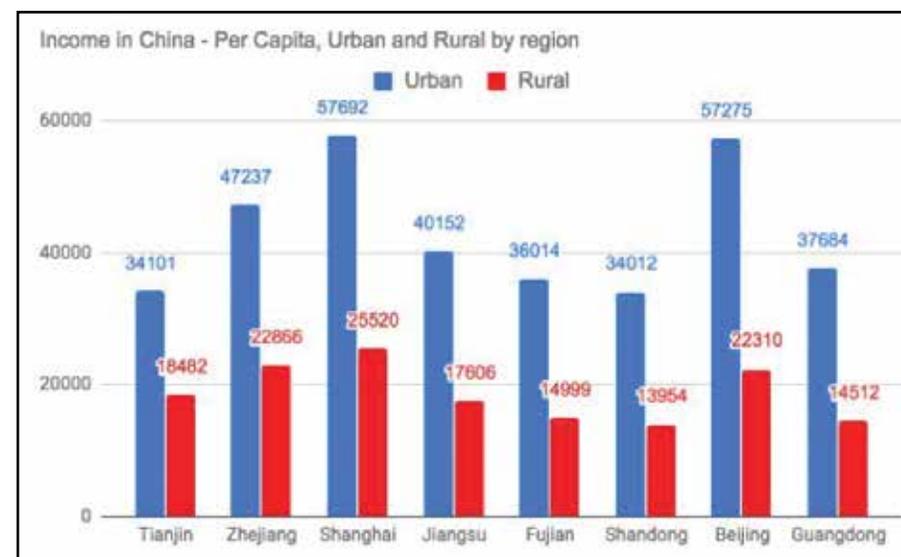
Quarenta anos depois, o agregado econômico provincial equivale a de economias que ocupam o 17º ou 18º posto no mundo, caso da Holanda e da Turquia (HU, 2018). De 1978 a 2017, o crescimento anual médio para o PIB de Zhejiang foi de 12%, superior à média de 9% para este indicador na China – a segunda maior média de incremento entre todas as províncias chinesas (HUANG, 2018). Em 2017, o PIB per capita provincial registrado

¹⁰⁵ Brief Introduction to Zhejiang Province. Disponível em (<http://capetown.chineseconsulate.org/eng/lqgk/sistershipwiththecapes/t238053.htm>). Acesso em: 5 mai. 2019.

foi de US\$ 13.634¹⁰⁶, já considerado renda alta pelo Banco Mundial, e um *status* que a China pretende alcançar entre os anos de 2020 e 2024 (ZHENG, 2013, p. 19). O piso para a classificação como renda alta é de US\$ 12,5 mil, e a China ainda é um país de renda média, com PIB per capita de US\$ 8.826 em 2017, segundo o Banco Mundial¹⁰⁷.

O que é interessante notar em relação a Zhejiang é o fato de a província registrar hoje a segunda menor diferença entre as rendas urbana e rural na China – a cidade de Tianjin, que na estrutura administrativa chinesa tem *status* de província, é a primeira deste ranking (HUANG, 2018).

GRÁFICO 1 – Diferença de renda na China – PIB per capita rural e urbano (CN¥)



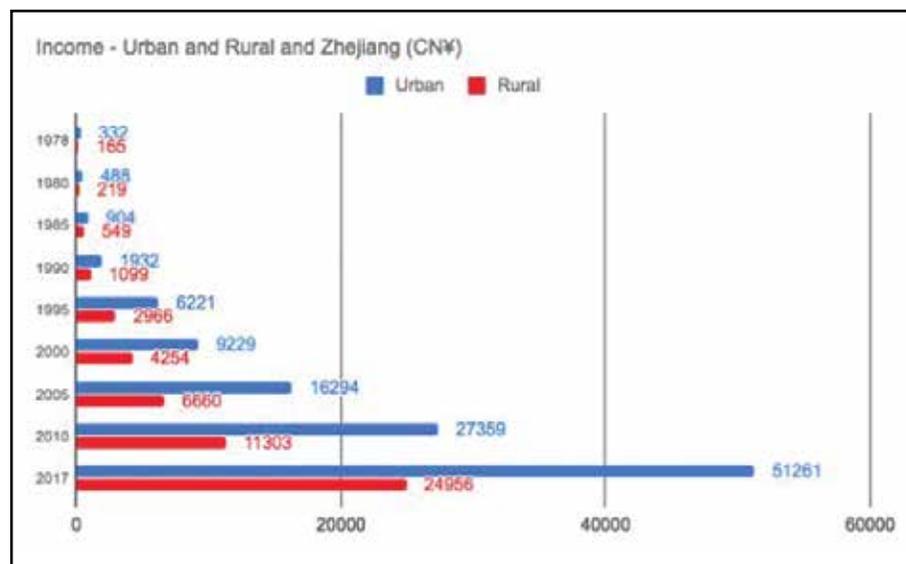
Fonte: HUANG (2018)

¹⁰⁶ Top 10 Chinese provinces by GDP in 2017. Beijing, China Daily: 22 fev. 2018. Disponível em (http://www.chinadaily.com.cn/a/201802/22/WS5a8df9b0a3106e7dcc13d424_7.html). Acesso em: 27 dez. 2018.

¹⁰⁷ Dados disponíveis em (<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CN>). Acesso em: 27 dez. 2018.

Segundo Huang (2018), a renda dos moradores urbanos e rurais de Zhejiang é relativamente equilibrada em um nível alto. Enquanto a renda per capita disponível para os residentes urbanos da província é a terceira no ranking nacional, perdendo apenas para aqueles de Beijing e de Shanghai, a renda disponível para os moradores das áreas rurais já passou àqueles da capital nacional, atrás somente de Shanghai – cidade que é vizinha à província. Importante lembrar também que tanto Beijing quanto Shanghai têm *status* de província na divisão administrativa chinesa, assim como a já citada Tianjin. Chongqing, metrópole com mais de 30 milhões de habitantes¹⁰⁸ no sudoeste chinês, completa a lista de cidades com esta característica.

GRÁFICO 2 – Diferença de renda em Zhejiang – PIB per capita rural e urbano (CN¥)



Fonte: HUANG (2018)

Analisando o Gráfico 2, é possível perceber que em 1978 havia um equilíbrio, com baixa renda – em valores em torno de US\$ 0,45 por dia para os residentes rurais. Entre 1980 e 1985, quando Zhejiang implementou em toda a província o sistema de Empresas Distritais e de Vilas, ou TVE's (sigla para a expressão em inglês Township and Village Enterprises e que em mandarim são as 乡镇企业, “Xiāngzhèn Qì Yè”), a renda dos agricultores cresceu rapidamente, diminuindo a diferença em relação aos moradores das cidades.

As TVE's são centrais na historiografia chinesa pós política de reforma e abertura, elemento fundamental depois do fim da coletivização da produção. Este arranjo institucional garantia a formação de empresas que tinham famílias e a entidade local no controle sobre todos os direitos de produção, à exceção de direitos sobre a terra. É interessante notar que estas empresas também tiveram o papel de fixar trabalhadores em atividades industriais relacionadas ao campo, pois os negócios não eram apenas agropecuários, mas se destinavam a fabricar produtos relacionados ao meio rural, como cimento e fertilizante (NABUCO, 2014). Esse sistema de gerenciamento, integrando famílias e governos locais, ampliou a produtividade e o dinamismo do setor rural e ocorreu em todo o país, não apenas por ali. A primeira experiência foi na província vizinha de Anhui (LIN, 1982).

Tal tendência de queda na diferença de renda rural e urbana em Zhejiang foi revertida entre 1985 e 2005 como resultado da expansão de canais no meio urbano e a transformação em larga escala de residentes rurais em urbanos (HUANG, 2018). Mas, a partir dali, a diferença de renda começou a diminuir, estabelecendo-se em um patamar alto. É importante notar que em 2018, a população urbana de Zhejiang somava 68% dos residentes, segundo o Departamento Nacional de Estatísticas da China, bem acima da média nacional, de 58,52% de moradores nas cidades¹⁰⁹.

Em 2017, o setor de serviços era a principal contribuição para a formação do PIB de Zhejiang, somando 52,7% do total, enquanto o setor industrial contribuía com 43,4%. A agropecuária era responsável por apenas 3,9% do

¹⁰⁸ Dados do Departamento Nacional de Estatísticas da China. Disponível em (<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2018/indexeh.htm>). Acesso em: 3 mai. 2019.

¹⁰⁹ Dados disponíveis em (<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2018/indexeh.htm>). Acesso em 27 dez. 2018.

agregado provincial (HUANG, 2018). Olhando para o setor de agropecuário, que em 1978 respondia por 82,58% dos empregos de Zhejiang e por 31,8% da composição de seu PIB, é possível imaginar o quão rápida e brutal foi a transformação da estrutura econômica da província. Permitir que houvesse equilíbrio entre os ambientes urbano e rural só foi possível graças a políticas implementadas, a fim de buscar um desenvolvimento coordenado, objeto da próxima seção.

2. IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS COMO GUIA DE DESENVOLVIMENTO EM ZHEJIANG

Quando o atual presidente chinês, Xi Jinping, era o Secretário-Geral do PCCh em Zhejiang, ele percebeu que a chave para promover o desenvolvimento nas áreas rurais era planejar com base em dados quais vilas deveriam ser preservadas, modernizadas, diminuídas ou potencializadas (XIA, 2014). Numa província montanhosa e com pouca terra arável, o caminho não seria a agropecuária simplesmente. Neste contexto, segundo Xia (2014), foi desenvolvido o projeto “Mil Distritos Modelo, Dez Mil Distritos Renovados”, citado na Seção 1. O objetivo era garantir um projeto de integração urbana e rural e, para tanto, foi determinada a adoção de 200 distritos polos para a província, que serviriam também como centros de serviços, de 27 pequenas cidades-piloto de cultivo, de 4 mil vilas centrais, de 971 vilas históricas ou culturais e de 20 mil vilas a serem preservadas. Segundo o autor, o plano para estabelecer o tamanho das localidades e de suas populações, bem como sua orientação econômica e direção para o desenvolvimento, evitou duplicações desnecessárias e demolições em larga escala.

A fase inicial das renovações nestas localidades foram focadas em coleta de lixo, saneamento, desassoreamento de rios, melhorias das rodovias e ações ambientais. A prioridade foi dada às localidades com melhores condições básicas (XIA, 2014). A partir de 2011, os esforços foram concentrados também na construção de infraestrutura, remodelação de pontos turísticos, renovação de vilas e áreas no entorno, além de ajustes para que estes locais atendessem a padrões ambientais.

Segundo Xia (2014), satisfeitas estas etapas, os esforços foram concentrados no estilo de vida dos moradores das áreas rurais, o que incluiu melhorar serviços e educação, a fim de preservar um ambiente rural limpo, ecológico e respeitando padrões sanitários. O terceiro passo foi transformar os métodos de construção no ambiente rural, demolindo prédios ilegais e renovando casas e construções tradicionais (XIA, 2014). De 2008 to 2012, o foco foi também trabalhar em novas formas de manejo de rebanhos e aves, fertilizantes e pesticidas para preservar a saúde e padrões sanitários (HUANG, 2018).

Para otimizar a infraestrutura social das comunidades rurais menores, o foco foi melhorar o oferecimento de serviços, a fim de que em um perímetro de até 30 minutos os serviços básicos fossem encontrados. Isso inclui melhorias nos sistemas de comunicação, transporte público e oferecimento de água potável (XIA, 2014). Em 2012, teve início os programas de proteção e utilização de vilas históricas e culturais.

É possível perceber que políticas coordenadas de desenvolvimento para os residentes rurais combinadas a um ambiente ecológico foram implementadas ao longo dos anos, o que está alinhado ao estilo de governança chinesa já experimentado em outros tempos e regiões. Um exemplo proeminente é a implementação das Zonas Econômicas Especiais (经济特区, “Jīngjì Tè Qū”) em 1980, primeiro em apenas quatro cidades de duas províncias chinesas, que marcaram o início das mudanças estruturais da economia da China. O modo de experimentação industrial foi iniciado nas províncias de *Guangdong* e *Fujian*, nas cidades de Shantou, Shenzhen, Zhuhai e Xiamen, todas costeiras (BERGSTEN et al., 2008, p. xv.).

Importante notar que as políticas em Zhejiang foram orientadas a iniciativas voltadas a um desenvolvimento coordenado entre as áreas urbanas e rurais. Como observado por Ang (2016, p. 10), o sistema chinês de decisão é estruturado da seguinte forma: o governo central estipula os limites de ações dos governos locais, enquanto define o papel e incentiva a burocracia local a agir, encorajando trocas de experiências entre regiões. Dentro das fronteiras estabelecidas pelo governo central, as autoridades locais podem adotar uma variedade de soluções criativas para problemas que, num modelo de reestruturação econômica tão rápido, são mutantes e, muitas vezes, inéditos, sem contar suas características locais.

Em 2001, o governo provincial de Zhejiang lançou a política de Medidas para Promoção de Padrões Mínimos de Seguridade Provincial (浙江省最低生活保障办法, “Zhèjiāng Shěng Zuìdī Shēnghuó Bǎozhàng Bànfǎ”), transformando-se no primeiro sistema integrado de seguridade urbano e rural da China. O governo provincial também lançou o primeiro plano de ação no país para o período de 2008 a 2012 a fim de equalizar a oferta de serviços públicos entre as áreas urbana e rural (基本公共服务均等化行动计划, “Jīběn Gōnggòng Fúwù Jūnděng Huà Xíngdòng Jìhuà”). O objetivo era equilibrar o nível da educação compulsória nos ambientes urbano e rural, ampliando ainda o acesso a serviços médicos e a implementação de um sistema integrado de pensão para os residentes.

Zhejiang não adotou apenas políticas pioneiras, gestadas localmente. Depois da crise global de 2008, a província acabou inspirada por outra política regional adotada em Guangdong, chamada “Esvaziar a gaiola para deixar o pássaro correto entrar” (腾笼换鸟, “Téng Lóng Huàn Niǎo”), lançada por Wang Yang (汪洋) naquele ano, a fim de promover a atualização da indústria local¹¹⁰.

A política também foi endereçada a atuar em uma nova reconfiguração espacial da divisão do trabalho a partir de ações proativas do governo (LIM, 2016). Neste sentido, Zhejiang estava promovendo o seu plano para a construção de um meio rural ecológico, desenvolvendo projetos agrícolas de lazer e turismo rural, enquanto tais esforços provocavam a necessidade de mais integração entre diferentes indústrias e produtos. Com tais integrações, a província gradualmente estava formando uma nova dinâmica de desenvolvimento industrial com a fusão de tecnologia e economia, cultura e estilo de vida, manufatura e turismo (LIANG, XIA, 2016).

Segundo Liang e Xia (2016), um esforço integrado pode expandir as funções do setor agropecuário, estimulando o crescimento da demanda local, promovendo eficiência e aumentando a renda dos agricultores e ainda coordenando o crescimento das áreas urbana e rural. A proteção cultural, histórica e ambiental também foram combinadas, promovendo alternativas de lazer

¹¹⁰ Wang Yang, the party chief who transformed Guangdong. Hong Kong: South China Morning Post. 26 out. 2012. Disponível em: (<https://www.scmp.com/news/china/article/1069824/wang-yang-party-chief-who-transformed-guangdong>). Acesso em 27 dez. 2018.

para visitantes e melhor oportunidade de emprego para os moradores locais (LIANG, XIA, 2016).

Tais política mostram que as políticas em Zhejiang não apenas impulsionaram o crescimento do PIB, mas deram espaço para transformações e melhorias na estrutura econômica, com atenção especial para a promoção de um ambiente ecológico (WANG, 2018). Segundo Wang (2018), estas diretivas atraíram mais jovens de volta às suas localidades de origem, a fim de estabelecerem diferentes negócios, uma vez que o empreendedorismo jovem rural está se tornando mais forte na província. As mudanças que estas políticas proporcionaram são objetos da seção 3.

3. DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS RURAIS DE ZHEJIANG EM 40 ANOS

O caminho de desenvolvimento coordenado adotado em Zhejiang é baseado em quatro pilares: 1) integração urbana e rural, 2) atitude regional, 3) educação e 4) harmonia entre humano e natureza. Tais estratégias coordenadas têm sua efetividade atestada em um indicador interessante: a renda dos residentes (HUANG, 2018). Segundo Huang (2018), nos 40 anos posteriores à abertura, a economia de Zhejiang conquistou uma boa coordenação enquanto crescia com rapidez e garantia aos moradores urbanos e rurais um equilíbrio relativo na renda, em um patamar considerado alto.

Como mencionado na Seção 2, uma abordagem científica, baseada em dados para renovar e remodelar distritos e vilas em Zhejiang, trouxe um novo modelo de desenvolvimento, respeitando a história, cultura e tradições locais ao mesmo tempo em que implementava um novo conceito de estrutura econômica rural baseada não só agronegócio, mas no turismo. Neste sentido, uma relação simbiótica entre os setores primário, secundário e terciário foi criada a fim de garantir um sistema baseado em abordagem ecológica e focada no lazer. Como exemplo deste novo modelos está o fato de que os residentes rurais alugam suas casas ou transferem contratos de gerenciamento de propriedade, que também podem ampliar a renda dos proprietários (XIA, 2014).

Interessante notar que esta nova face da economia rural de Zhejiang, um processo iniciado em 2003, é responsável por diversas inovações, que incluem inclusive financiamento. O modelo Suichuan, por exemplo, é baseado na fórmula “Local + Financiamento Coletivo”, garantindo soluções e recursos para a modernização dos negócios individuais. O que ocorreu em Suichuan foi que os moradores desenvolveram um novo modelo de financiamento focado em pequenos montantes, encorajando a comunidade local a participar de projetos ao adquirirem cotas de ações por meio de terra, capital ou trabalho, por exemplo. O Projeto Suichuan Huahai teve a primeira fase toda financiada localmente, envolvendo um total de 1.173 moradores da Vila de Luanchuan. Em três dias, foram levantados CN¥ 30 million (LU, 2017), cerca de US\$ 4,5 milhões.

Tal alternativa evidencia um caminho simbiótico, em que políticas provinciais para a construção de um ambiente ecológico pode influenciar numa economia baseada na convergência de serviços de diferentes setores, encontrando respaldo no setor privado e em ações pragmáticas da coletividade local.

CONCLUSÃO

Zhejiang celebra um modelo coordenado entre os desenvolvimentos urbano e rural que pode ser mensurado a partir do ambiente ecológico da maior parte de suas vilas e distritos, onde os residentes desfrutam de rendimentos considerados altos – os moradores das áreas rurais de Zhejiang têm a segunda maior média de renda na China, atrás apenas de Beijing. Tais características levam a uma posição confortável: a província tem uma das menores diferenças de renda entre moradores urbanos e rurais, depois de Tianjin.

Tais conquistas são resultado de políticas locais consistentes, adotadas gradualmente e em etapas a partir de 2003. Junto a esse esforço, havia uma diretiva regional – posteriormente adotada nacionalmente – com uma demanda forte pela construção de um desenvolvimento voltado ao respeito e à preservação do ambiente – e até mesmo de medidas para restaurar a natureza. Neste processo, casas e prédios foram reconstruídos, prédios tradicionais passaram a receber saneamento e houve a implantação de novos processos para manejo dos animais.

Ainda houve mais políticas, tais quais a implementação de um sistema de saúde e outro de educação nas áreas rurais, a fim de equalizar a rede oferecida nos ambientes urbano e rural, além de implementar redes de comunicação e transporte público para os residentes rurais – o que, na verdade, também impulsionou o turismo rural para os moradores da cidade.

O fato de a ONU ter reconhecido o projeto de Zhejiang batizado como “Mil Distritos Modelo, Dez Mil Distritos Renovados” como uma das melhores iniciativas para o desenvolvimento sustentável em 2018, depois de 15 anos de seu início, mostra a importância e o sucesso desta política ao longo dos anos. O conceito de uma Bela Zhejiang, que se iniciou em 2003, já mostra resultados, em uma economia muito mais voltada a serviços, mostrando que este setor pode ser dinâmico mesmo em áreas rurais, cuja trajetória as ligava apenas à agricultura e à pecuária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANG, Yuen Yuen. *How China Escaped the Poverty Trap*. Nova York: Cornell University Press, 2016. 344 p.
- BERGSTEN, Fred et al. *China's Rise. Challenges and Opportunities*. Washington: Peterson Institute for International Economics Center for Strategic and International Studies, 2008. 291 p.
- FAN, Dijun; ZHANG, Zhenghe; LIU, Chuang. *Changing Lives of Farmers*. Hefei: Huang Shan Publishing House, 2018.
- HU, Jian. *Connect the World and Open Development*. Hangzhou, Sep, 11th. 2018.
- HUANG, Yong. *Zhejiang Practice on Coordinated Development*. Hangzhou, Sep, 5th. 2018.
- 梁辰浩, 夏颖舛. 产业融合创意休闲农业旅游研究-以浙江休闲农业旅游为例. 浙江工业大学之江学院, 浙江 杭州. May, 2016.
- 卢杨君, 周曰飞. 淡语筑川情味长 徜徉花海好还乡-山区县小山村的休闲农业和乡村旅游发展之路. 现代园艺. N° 12, 2017.
- LIM, Kean Fan. *Emptying the cage, changing the birds': State rescaling, path-dependency and the politics of economic restructuring in post-crisis Guangdong*. *New Political Economy*, V. 21, N° 4, 2016. Mar. 15th, 2016.
- LIN, Justin Yifu. *Rural Reforms and Agricultural Growth in China*. Nashville: *The American Economic Review*, Vol. 82, N° 1 (Mar. 1992), p. 34-51.

- NABUCO, Paula Cristina F. China: Transformações nas relações de trabalho. 2014. Disponível em (<https://www.youtube.com/watch?v=QRs4ayVxq8Q>). Acesso em: 20 mai. 2018.
- NDUKONG, Kimeng Hilton. Zhejiang Province is China's Economic Powerhouse. Beijing: People's Daily, Oct, 16th. 2017. (<http://en.people.cn/n3/2017/1016/c90000-9280210.html>).
- 夏宝龙. 美丽乡村建设的浙江实践. 中共浙江省委书记. May, 2014.
- 王亚南. 千村示范万村整治“浙”里的乡村为何获联合国点赞? 北京: 中国青年报. 2018年12月30日。
- YAN, Jirong et al. China's Governance: Road of Rejuvenation of the Eastern Power. Beijing: China Renmin University Press. 2017.
- ZHANG, Yunhua. Insight into Chinese Agriculture. Shanghai: Shanghai Far East Publishers. 2018.
- ZHENG, Bingwen. A “armadilha da renda média” e as quatro fases do crescimento econômico da China. In: PEREIRA, Lia V., VELOSO, Fernando, ZHENG, Bingwen. Armadilha da renda média: visões do Brasil e da China Vol.2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CAMILO PESSANHA E O FASCÍNIO SINÓLIO EM MACAU

Caroline Pires Ting
(丁小雨)

Participou do programa Visiting Program for Young Sinologists na Universidade de Jinan, em *Guangzhou*, em maio de 2018.

Pesquisadora do Real Gabinete Português de Leitura, em parceria com o Instituto Internacional de Macau, doutoranda em História e Crítica da Arte na UERJ, professora do Instituto de Artes da UERJ e palestrante no Instituto Confúcio – PUC-Rio.

BREVE BIOGRAFIA DE CAMILO PESSANHA

Para esta breve biografia de Camilo Pessanha, vamos nos apoiar na descrição de Matilde Souza Franco, que organizou uma grande exposição do poeta português no Museu Nacional Machado de Castro, cujas peças encontravam-se, há longos anos, guardadas em reserva. “É esta coleção, a qual infelizmente continua ainda tão pouco conhecida, pois voltou a ser arrecadada, – escreve Franco – que é agora objeto desta chamada de atenção para o seu interesse e para a necessidade da sua valorização¹¹¹”.

Camilo Pessanha nasceu em Coimbra em 1867, ano em que morreu Baudelaire. Desde a infância, conheceu diversas regiões, graças ao ofício de magistrado do pai, que levou-o a diversas territórios. Regressou a Coimbra em 1884, aos 16 anos, a fim de cursar a faculdade de Direito, graduando-se em 1891. Aos 18 anos, Pessanha publicou a poesia “Lúbrica”, na qual já escreve acerca da Ásia e dos chineses. Os versos por nós negritados fazem a mais direta alusão à cultura chinesa.

Lúbrica, in ‘Clepsidra’ (14 de outubro de 1885)

*Quando a vejo, de tarde, na alameda,
Arrastando com ar de antiga fada,
Pela rama da murta despontada,
A saia transparente de alva seda,
E medito no gozo que promete
A sua boca fresca, pequenina,
E o seio mergulhado em renda fina,
Sob a curva ligeira do corpete;
Pela mente me passa em nuvem densa
Um tropel infinito de desejos:
Quero, às vezes, sorvê-la, em grandes beijos,*

¹¹¹ “A coleção de arte chinesa de Camilo Pessanha”, In. *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas – Actas do IV Colóquio do Seminário “A Viagem na Literatura” da CNCDP*. Ed. Por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto Português do Oriente, 1999, p. 281.

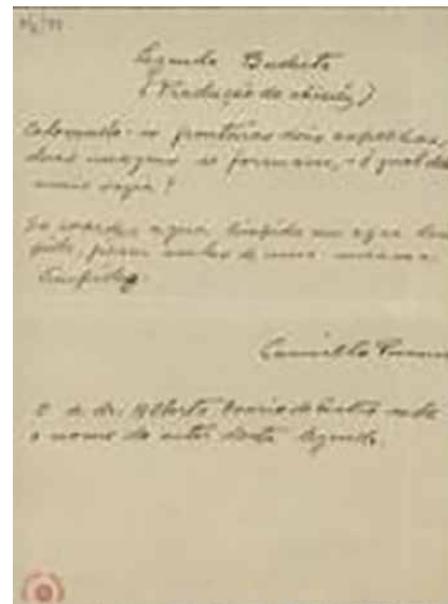
Da luxúria febril na chama intensa...
 Desejo, num transporte de gigante,
 Estreitá-la de rijo entre meus braços,
 Até quase esmagar nesses abraços
 A sua carne branca e palpitante;
Como, da Ásia nos bosques tropicais
 Apertam, em espiral auriluzente,
 Os músculos hercúleos da serpente,
 Aos troncos das palmeiras colossais.
 Mas, depois, quando o peso do cansaço
 A sepulta na morna letargia,
 Dormitando, repousa, todo o dia,
 À sombra da palmeira, o corpo lasso.

Assim, quisera eu, exausto, quando,
 No delírio da gula todo absorto,
 Me prostrasse, embriagado, semimorto,
 O vapor do prazer em sono brando;
 Entrever, sobre fundo esvaecido,
 Dos fantasmas da febre o incerto mar,
 Mas sempre sob o azul do seu olhar,
 Aspirando o frescor do seu vestido,
Como os ébrios chineses, delirantes,
 Respiram, a dormir, o fumo quieto,
 Que o seu longo cachimbo predileto
 No ambiente espalhava pouco antes...
 Se me lembra, porém, que essa doçura,
 Efeito da inocência em que anda envolta,
 Me foge, como um sonho, ou nuvem solta,
 Ao ferir-lhe um só beijo a face pura;
 Que há de dissipar-se no momento
 Em que eu tentar correr para abraçá-la,
 Miragem inconstante, que resvala
 No horizonte do louco pensamento;

Quero admirá-la, então, tranquilamente,
 Em feliz apatia, de olhos fitos,
 Como admiro o matiz dos passaritos,
 Temendo que o ruído os afugente;
 Para assim conservar-lhe a graça imensa,
 E ver outros mordidos por desejos
 De sorver sua carne, em grandes beijos,

Da luxúria febril na chama intensa...
 Mas não posso contar: nada há que exceda
 A nuvem de desejos que me esmaga,
 Quando a vejo, da tarde à sombra vaga,
 Passeando sozinha na alameda...

Outros manuscritos de Camilo Pessanha que encontramos na Biblioteca Nacional Portuguesa (BNP) abordam a cultura chinesa explicitamente: *Legenda budista* e *Vozes do outono*, *Tradução do chinês*, de reflexões filosóficas de um autor desconhecido da Dinastia Tang.



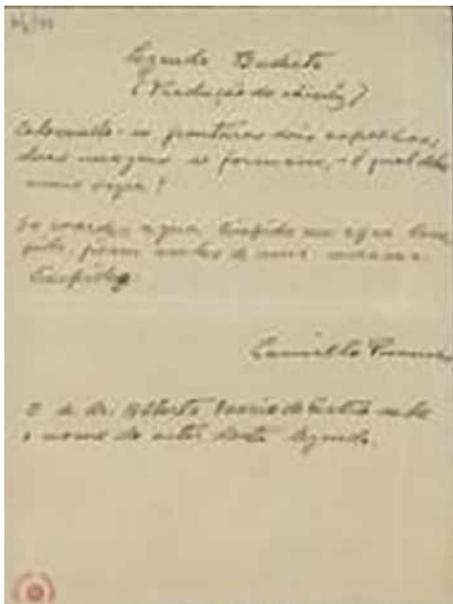
Pessanha, Camilo, 1867-1926

Legenda budista

[19-]; s.l.; [1] p.; ms.

Tradução do chinês. Autor desconhecido. Reunido em "China: estudos e traduções", por Camilo Pessanha. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944, p. 99.

BNP Esp. N1/54



Pessanha, Camilo, 1867-1926

Vozes do outono

<[>1918 ou anterior<]>; s.l.; [5] p.; aut.

Tradução do chinês, de reflexões filosóficas de um autor desconhecido da Dinastia Tang. Publicado em "Atlântida", Lisboa, A. 3 (27) 15 Jan. 1918 e reunido em "China: estudos e traduções", por Camilo Pessanha. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944, p. 91-95.

BNP Esp. N1/52

Franco explica que, desde jovem, Pessanha interessava-se pelas coleções e que “a própria cidade de Coimbra oferecia exemplos de outros mundos, muitos deles exóticos, não só através de textos antigos e modernos mas em contatos com viajantes, em diversos objetos, como a decoração com chinoiserie da biblioteca joanina da Universidade, as dependências universitárias criadas com a reforma pombalina, como o Museu de História Natural, o Jardim Botânico, etc¹¹²”.

Ela narra que Camilo Pessanha, acabado o curso de Direito, e depois de uns breves trabalhos, quiçá desiludido por paixões não correspondidas (Madalena Canavarro e Ana de Castro Osório), com dificuldades econômicas, escreve: “um delírio artificial de grandezas é que me serviu de coragem para partir”. Assim, ele apresenta-se ao concurso no Ministério do Ultramar, sendo

112 “A colecção de arte chinesa de Camilo Pessanha”, In. *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas – Actas do IV Colóquio do Seminário “A Viagem na Literatura” da CNCDP*. Ed. Por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto Português do Oriente, 1999, p. 282.

nomeado professor para o liceu de Macau, para onde partiu em 1894, mesmo ano em que este estabelecimento começou a funcionar. A imagem a seguir apresenta o grupo de integrantes do Liceu de Macau, onde vemos Camilo Pessanha (segunda posição da esquerda para a direita) e José Vicente Jorge (nona posição da esquerda para a direita).



Conta que a primeira viagem de barco de Camilo Pessanha constituirá sua primeira descoberta de outros mundos:

A sua primeira viagem de barco para Macau vai constituir a verdadeira descoberta de outros mundos. “Atento e vibrátil a todas as sugestões de beleza” vai observando Barcelona, Port Said, Adém, a costa da Índia, Ceilão, Singapura e Hong Kong. É então também que começa a comprar “coisas extravagantes e características”, dando início à sua colecção artística. Em Macau encontrou Wenceslau de Moraes, também docente do liceu local, e

que aqui se manteve até 1898. Conviveram, então, bastante, fazendo inclusivamente várias visitas a Hong Kong e Cantão, sítios onde Pessanha adquiriu peças de arte¹¹³.

A propósito destes dois escritores, anote-se ser controversa a questão da orientalização de Camilo Pessanha, o qual no entanto constantemente se referia à sua China. A respeito desta eminente personalidade, o Museu de Macau pôs a seguinte legenda: “coleccionador de arte, estudioso da língua, da literatura, da história e da filosofia chinesas”.¹¹⁴

CAMILO PESSANHA, POETA E COLECIONADOR

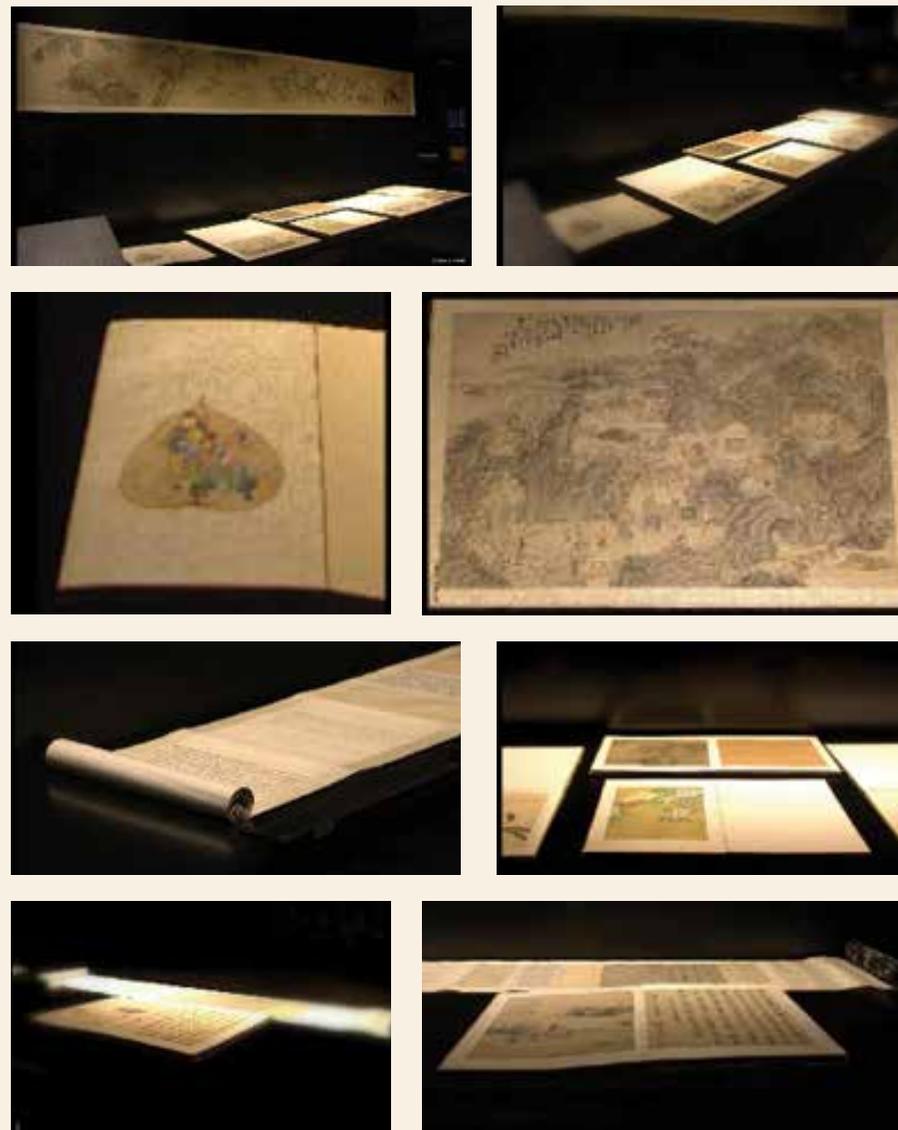
Camilo Pessanha pode beneficiar-se de um próspero comércio de antiguidades em Macau. Como também escreve Alberto Osório de Castro, em “Camilo Pessanha em Macau”, 1942: “Peça a peça, Camilo faz-nos a história dos seus exemplares, comprados ao sabor da sorte, como disse, por todos os adelos, todas as baiucas, todos os bazares de tim-tim, sórdidos e maravilhosos, de Macau, de Hong Kong e de Cantão¹¹⁵.”

As imagens ao lado referem-se ao espólio de pinturas e caligrafias de Pessanha, que compõem o “Catálogo da Coleção de Arte Chinesa”, oferecida ao Museu de Arte Nacional de Lisboa, editado em Macau, pela Imprensa Nacional, em 1995.

¹¹³ “A coleção de arte chinesa de Camilo Pessanha”, In. *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas – Actas do IV Colóquio do Seminário “A Viagem na Literatura” da CNCDP*. Ed. Por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto Português do Oriente, 1999, p. 282.

¹¹⁴ Id. Ibid.

¹¹⁵ *Cartas a Alberto Osório de Castro, João Baptista de Castro, Ana de Castro Osório, por Camilo Pessanha*; Maria José de Lancastre; Alberto Osório de Castro. Editora: Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984.



A seguir, apresentamos o artigo publicado no dia 19 de agosto de 1926, na revista *Ilustração* (n° 15, 19 de agosto de 1926) da autoria de Albino Forjaz de Sampaio, com o título de *A coleção de arte chinesa do poeta Camilo Pessanha*. Lê-se:

*Camilo Pessanha, o poeta bizarro e singular da Clepsidra, e o tradutor, com José Jorge, de Kuok Man Fo Shu, toxicómano que se finou há pouco em Macau, ofereceu em 1915 ao Museu de Arte Antiga uma valiosa colecção de arte chinesa composta de 100 peças e compreendendo exemplares de pintura e caligrafia, bordados, brocados, indumentária, joalheria, cloisonné, champlévê, bronze, bronze com incrustações, escultura em madeira e marfim, unicórnio, pedras duras e vidro, embutidos em madeira, charão e cerâmica. É uma colecção de um certo valor, tendo algumas peças preciosas, que se encontra depositada no Museu a que foi oferecida e não tendo sido até hoje exposta, não sendo portanto conhecida de profanos, a quem hoje, por nosso intermédio, pela primeira vez se revela... (...) Pensando assim, o Dr. Alfredo Guisado, após várias interpelações nas Câmaras, pensou em conseguir de Município um local onde a colecção, por deslocada no nosso Museu de Arte Antiga, pudesse luzir com toda a sua magnificência. A colecção é valiosa e bem merece ser exposta. A cerâmica contém pratos, um da Dinastia Sung (宋朝), outro da Ming, Sun-Tac, outro de Seng-Fa, Dinastia Ming, algumas estatueta brancas e policrómicas, boiões, jarras, frascos, um perfumador e um disco montado em tamarindo; a pintura e caligrafia têm vários exemplares das Dinastias Sung, Un, Ming, Cheng, cavaleiros, animais, crianças, bufarinheiros, aves e flores, e inscrições, não destituídas de interesse*¹¹⁶.

116 *Cartas a Alberto Osório de Castro, João Baptista de Castro, Ana de Castro Osório, por Camilo Pessanha*; Maria José de Lancastre; Alberto Osório de Castro. Editora: Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984.



Artigo publicado no dia 19 de Agosto de 1926, na revista *“Ilustração”* (n° 15, 19 de Agosto de 1926.) da autoria de Albino Forjaz de Sampaio, com o título de *A coleção de arte chinesa do poeta Camilo Pessanha*.

O Museu Nacional Machado de Castro (MNMC), em Coimbra, Portugal, abriga 61% das peças de toda a sua coleção, doada pelo poeta ao Estado português, designadamente ao MNMC. Em comemoração aos 150 anos do nascimento do escritor, a instituição organiza a presente exposição *Pintores Poetas. Pintura e Caligrafia na Doação Camilo Pessanha*, sendo “composta por obras de vários centros produtores do sul da China, a coleção – rolos de mão (shoujuan), rolos de pendurar (zhou) e álbuns (ce) – abrange peças produzidas entre as Dinastias Yuan (1260-1386), Ming (1386-1644) e Qing (1644-1911)”.

Escreve a curadora da mostra: “(a coleção de Camilo Pessanha) denuncia igualmente o gosto pela escrita ideográfica dos caracteres chineses e o profundo conhecimento da língua e das técnicas de pintura e caligrafia”.



Interior da exposição “Pintores Poetas. Pintura e Caligrafia na Doação Camilo Pessanha”, Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra, de 28 de outubro de 2017 até 28 de janeiro de 2018. Fonte (<http://www.museumachadocastro.gov.pt/pt-PT/exposicoes/patentes/ContentDetail.aspx?id=1506>).



Pinturas provenientes do Museu do Oriente, Lisboa, Portugal (doação de Camilo Pessanha)

Matilde Sousa Franco organizou uma exposição em 1983 no Museu Nacional de Machado de Castro com as peças artísticas que o poeta ofereceu a esta instituição, as quais se encontravam há longos anos guardadas em reserva¹¹⁷. Quando da ocasião, Franco utilizou a oportunidade “para esclarecer no catálogo uma série de equívocos que ao longo dos anos têm sido afirmados a propósito das peças enviadas para Portugal”¹¹⁸. O transporte destas foi efetuado em duas levadas: a primeira, pouco depois de feito o catálogo de 1915, destinou-se ao Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa; a segunda data de 1926 e foi destinada ao Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra. Entretanto, segundo Franco, Pessanha decidira juntar em Coimbra toda a coleção artística, pelo que agora aí existem cerca de duzentas peças.

A autora informa que, antes de realizar o inventário de seu espólio, Camilo Pessanha chamou dois antiquários, mas como temia que os mesmos o estivessem a enganar, e não concordando com as opiniões dos avaliadores, optou por fazer sozinho a seleção das peças do catálogo¹¹⁹. Na concepção de Franco, o poeta tinha razão por cedo temer pelo futuro de seu espólio:

Além das peças enviadas para Portugal, cujo percurso conturbado adiante se refere, parte do recheio da casa foi deixado em testamento à sua companheira dos últimos anos. Esta fez pouco caso dos “veneráveis trastes velhos”, e alguns deles foram para o lixo, conforme conta Danilo Barreiros. João Manuel, filho ilegítimo de Camilo, nascido em 1897 da chinesa Ngan Yeng, abriu uma loja com os objectos antigos que herdou do pai; neste tin-tin, situado

¹¹⁷ FRANCO, Matilde Sousa. “A coleção de arte chinesa de Camilo Pessanha”, In. *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas – Actas do IV Colóquio do Seminário «A Viagem na Literatura» da CNGDP*. Ed. Por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto Português do Oriente, 1999, p. 281.

¹¹⁸ FRANCO, Matilde Sousa. “A coleção de arte chinesa de Camilo Pessanha”, In. *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas – Actas do IV Colóquio do Seminário «A Viagem na Literatura» da CNGDP*. Ed. Por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto Português do Oriente, 1999, p. 285.

¹¹⁹ FRANCO, Matilde Sousa. “A coleção de arte chinesa de Camilo Pessanha”, In. *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas – Actas do IV Colóquio do Seminário «A Viagem na Literatura» da CNGDP*. Ed. Por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto Português do Oriente, 1999, p. 285.

na Rua do Hospital, vendeu João Manuel as muitas velharias herdadas, durante quinze anos, até à sua morte em 1941. Assim se faz ideia da enorme colecção artística acumulada por Camilo Pessanha¹²⁰.

Em 1912, Alberto Osório de Castro já realizara a seguinte descrição do quarto de Camilo Pessanha:

“Estou a vê-lo... muito aconchegado na sua cama china, a recitar-me as suas admiráveis traduções de líricas chinesas que ficarão um monumento único... raro, na literatura europeia... No seu quarto de Macau, em frente de um Buda de bronze dourado... dois pivetes ardiam de leve num aromático fumo ritual de benjoim. Via subir do jardim um ramo em flor da linda abízia da China”. Sebastião Costa refere que Camilo se rodeou da sua colecção, inclusivamente no quarto de dormir: “porcelanas chinesas amontoadas nos moveis (...) um sumptuoso leito de bronze (...) perto o cachimbo e a latinha do ópio; e à cabeceira, (...) um rosário que o poeta disse, com lágrimas nos olhos, ter pertencido à sua mãe¹²¹”.

PESSANHA E O FASCÍNIO PELA CULTURA CHINESA¹²²

Para dar ao leitor uma melhor dimensão da personalidade de Camilo Pessanha, fizemos referência a depoimentos de pessoas que com ele conviveram.

¹²⁰ FRANCO, Matilde Sousa. “A colecção de arte chinesa de Camilo Pessanha”, In. *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas – Actas do IV Colóquio do Seminário “A Viagem na Literatura” da CNCDP*. Ed. Por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto Português do Oriente, 1999, p. 285.

¹²¹ FRANCO, Matilde Sousa. “A colecção de arte chinesa de Camilo Pessanha”, In. *A Vertigem do Oriente: Modalidades Discursivas no Encontro de Culturas – Actas do IV Colóquio do Seminário “A Viagem na Literatura” da CNCDP*. Ed. Por Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira. Lisboa: Edições Cosmos e Instituto Português do Oriente, 1999, p. 284.

¹²² Agradecimentos a Dr.^a Vera Beatriz Cordeiro Siqueira, Dr. Evandro Carvalho, Dr. Rogério Miguel Puga, Dr. Severino Cabral, Dr. José Amaral, Dr. David Wright, Dr. Christopher Lupke, Dr. André Bueno, Dr. Shi Fei.

Com efeito, a leitura dos textos revela-nos um incomensurável conjunto de dados novos que nos permitem aprofundar a leitura da poesia de Pessanha e talvez redimensionar, pelo menos, pontualmente, a sua interpretação.

Nesta seção do artigo, buscaremos analisar a coleção de Camilo Pessanha, e suas ligações com a concepção do Orientalismo português, além de como as conexões derivadas de um diálogo intercultural com a estética chinesa podem ter contribuído na sua percepção simbolista de arte e poesia.

A entrada de Portugal, primeira nação europeia a chegar à China por via marítima coincide, em termos cronológicos, com a última fase da Dinastia Ming (明朝大明国 – 1368 a 1644) na China, enquanto a Europa vivia o movimento artístico Barroco, em resposta à Reforma Protestante.

Foi da Dinastia Ming que Pessanha recolheu os versos para “os prazeres de realizar a decifração”, ao traduzir dezessete poemas sob o título de “Elegias Chinesas” (tendo sido apenas oito publicados no jornal O Progresso, entre setembro e outubro de 1914 e as restantes perdidas). Esclarece o título: “elegias pelo acento de dorida melancolia que a todas domina, porquanto a forma, incisiva e curta, é a de verdadeiros epigramas – seleccionadas, dentre os inúmeros e vastos cancionários da referida época, por um dos mais delicados estetas do Império do Meio nos princípios do século XIX, para presente de despedida a um amigo íntimo que para longe se ausentava.”

Foi durante o tempo dos Ming que a pintura dos literatos tornou-se célebre com os “Quatro Mestres” – Wen Zhengming (1480-1559), Tang Bohu (1470-1523), Shen Zhou (1427-1509) e Qiu Ying (1494-1552) – não só por suas habilidades em pintura, mas também em poesia. Esses renomados 文人, wenren (artistas-literatos), escreviam sobre a pintura uma vez terminada um poema de acompanhamento que encapsulava seu estado de espírito e as emoções expressas na imagem, permitindo ao espectador entender o sentimento durante o processo criativo.

O sistema de escrita chinês, apesar de complexo, é culturalmente rico, tendo sido um instrumento efetivo para a manutenção da unidade imperial, tanto a serviço das necessidades de governança, como na continuidade da transmissão de conhecimento. Tal escrita, por sua natureza ideográfica, desempenhava também um papel significativo nas artes. Trata-se de um mundo cultural que une a caligrafia, a poesia e a pintura como formas de expressão que se reforçam

mutuamente. A união inspirada dessas “três perfeições” (san jue) representava o nível mais elevado do esteticismo chinês¹²³. Ver a caligrafia no contexto da tradição artística, compreender a riqueza e a sutileza das alusões dos poemas, ou as pinturas em que os três estão unidos em um ato criativo requer uma significativa imersão cultural na tradição chinesa para sua apreciação.

A inter-relação entre essas formas de expressão é tão nítida que o mesmo termo 寫 (Xiě), “escrever”, designa ao mesmo tempo as técnicas de pintura, de caligrafia e de escrita. Colocando acento neste aspecto, José Vicente Jorge abre seu capítulo sobre a “Pintura” com a seguinte sentença: “Dos diversos ramos de arte chinesa, a pintura é talvez o mais importante¹²⁴” (JORGE, 1995, p. 111). Dentre as artes decorativas, é a pintura que se tornou uma das formas de expressão artística com maior relevo e reconhecimento na China, explica o sinólogo. Jorge acrescenta ainda: “entre as características da pintura chinesa, a que mais se salienta é a qualidade gráfica, pois os pintores chineses são, acima de tudo, calígrafos¹²⁵” (JORGE, 1995, p. 114).

A comunidade artística na China tradicional (se excluirmos o artesanato comum) era composta por homens educados na tradição clássica para o serviço do governo, os literati (*wen ren*). Este fenômeno, para o qual existem razões peculiarmente chinesas, parece ter poucos paralelos em outras sociedades. Ao fazer os exames do serviço público, através dos quais entrava-se na elite oficial, os candidatos deveriam demonstrar habilidades literárias, como compor poesia tecnicamente correta. As “artes elevadas” ou “nobres”, conforme definição chinesa, eram aquelas que todo o estrato de elite praticava em algum nível de competência¹²⁶. Os artesanatos, por outro lado, eram tão laboriosos em técnica que essas “pessoas cultas” raramente tentavam lançar suas mãos sobre

123 In. *Circa 1492: Art in the Age of Exploration*. Jay A. Levenson (Ed. by). National Gallery of Art, Washington; Yale University Press, New Haven and London, 1991, pp. 337,348.

124 JORGE, José Vicente. Notas sobre a arte chinesa; Introdução de Pedro barreiros. – 2. Ed. rev. e aum. il. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1995, p. 111.

125 JORGE, José Vicente. Notas sobre a arte chinesa; Introdução de Pedro barreiros. – 2. Ed. rev. e aum. il. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1995, p. 114.

126 In. *Circa 1492: Art in the Age of Exploration*. Jay A. Levenson (Ed. by). National Gallery of Art, Washington; Yale University Press, New Haven and London, 1991, p. 349.

eles, embora admirassem as peças de escultura e de cerâmica e avidamente colecionassem os melhores destes objetos¹²⁷.

Os funcionários acadêmicos da Dinastia Ming eram apaixonados colecionadores e servidos por especialistas de alta erudição. Ao mesmo tempo, peças contemporâneas de artesanato – porcelanas, lacas e esculturas em pedra, marfim, chifre, bambu e madeira – também eram apreciadas pelos colecionadores Ming. Os materiais de escritório gozavam de particular prestígio: potes de pincel, lavadores de pincel, caixas de tinta, descansos de pulso, selos, caixas de todos os tamanhos e formas, vasos e pequenas telas decorativas para a mesa de escrita. Nos escritos informais da época, encontramos muitas histórias destes objetos, cobiçados por colecionadores, feitos por artesãos emergentes de milênios de anos de anonimato.



Porta-pincéis: China, Dinastia Qing, período Jiaqing (1796-1820) ou período Daoguang (1821-1850), porcelana. Depósito do Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra, Coleção Camilo Pessanha (2ª doação, n.º 31).

Godé: China, Dinastia Qing, período de Qianlong (1736-1795), porcelana blanc de Chine, Depósito do Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra, Coleção Camilo Pessanha (2ª doação, n.º 33).

Artistas chineses eram considerados pessoas de cultivo e de responsabilidade social, que compartilhavam os papéis e as aspirações de toda a elite. Se eles não estavam realmente a serviço do governo, eram, ao menos, elegíveis

127 Lee, Sherman E. *Art in China 1450-1550*. In. *Circa 1492: Art in the Age of Exploration*. Jay A. Levenson (Ed. by). National Gallery of Art, Washington; Yale University Press, New Haven and London, 1991, pp. 351-362.

para o serviço governamental. Por isso, qualificada pela sua educação para buscar tal elegibilidade, sua arte era um acompanhamento esperado de seus papéis públicos como líderes sociais e funcionários do governo. Quando, apesar de suas qualificações, se escolhia renunciar a essas funções burocráticas, era considerado “contemplativo”, o que não significa retirado da sociedade, mas simplesmente uma pessoa que retém o aprendizado, mas não trabalha para a burocracia. Shen Zhou (1427-1509), o pintor mais notável de sua época, é um exemplo. Ele era proveniente de uma família perto de Suzhou que há quatro gerações produzia artistas e poetas. Nenhum desses antepassados havia mantido serviço governamental, e ele próprio, Shen, se recusou a fazê-lo, embora estivesse em contato íntimo com muitos altos funcionários de sua região. Shen também colecionava livros, objetos de arte e antiguidades¹²⁸.

A estética chinesa, em linhas gerais, estava imersa na concepção confucionista de que o artista bem sucedido era, essencialmente, alguém que atingiu algum nível de sabedoria ou conhecimento profundo. Para nós, é importante tentar elucidar em que medida a relação arte-sabedoria despertou o interesse dos colecionistas Jorge e Pessanha, na tentativa de captar os princípios gerais da arte chinesa. Assim, pois, o ideal de Confúcio “tornar-se humano educado” é o mote do presente artigo, com foco em uma interseção entre artes e ética, de acordo com a perspectiva confucionista. De que maneira as normas éticas evidenciam-se nas formas estéticas? Confúcio aborda a questão do desenvolvimento artístico (especialmente poesia e música), enfatizando sua importância no processo de cultivo moral ou tornar-se junzi, uma pessoa exemplar. Eric C. Mullis, em seu artigo intitulado *The ethics of Confucian artistry* (A ética da arte confucionista), observa:

practicing an art is necessarily a moral affair as it entails transforming the self, finding a place within a tradition, and otherwise entering into significant relationships with others.

128 In. *Circa 1492: Art in the Age of Exploration*. Jay A. Levenson (Ed. by). National Gallery of Art, Washington; Yale University Press, New Haven and London, 1991, p. 349.

(praticar uma arte é necessariamente um assunto moral, pois implica transformar o eu, encontrar um lugar dentro de uma tradição e, de outra forma, entrar em relações significativas com os demais¹²⁹).

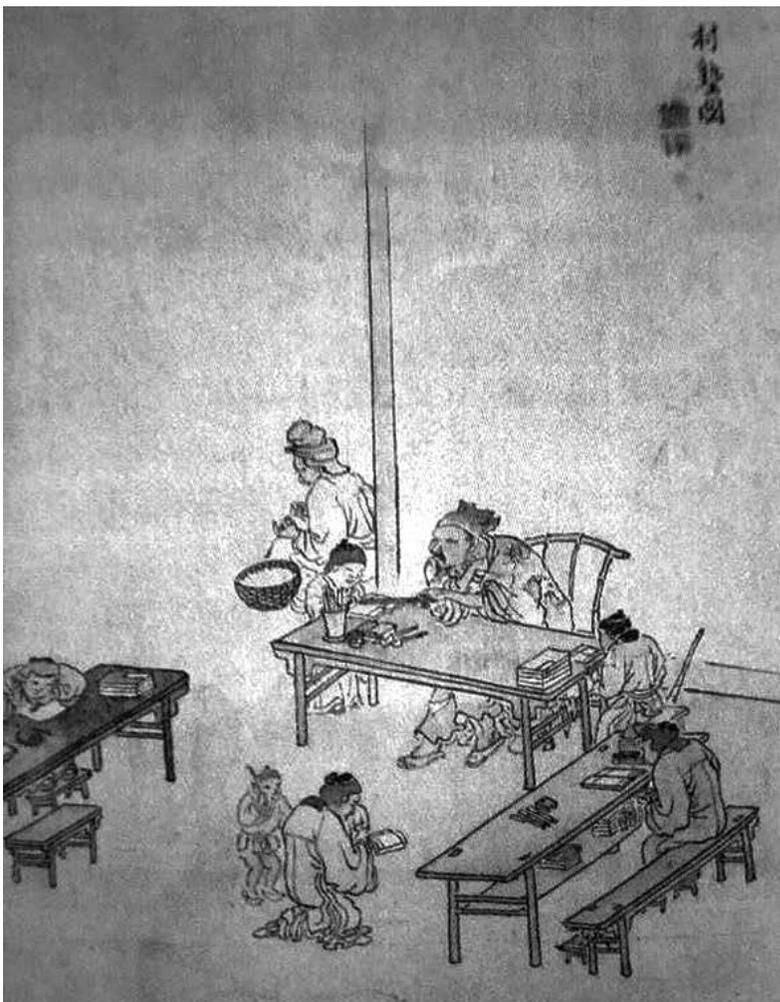
No que se refere à estrutura social, Pessanha observava que, além de sua longa e ininterrupta tradição de alfabetização e aprendizado, os chineses desenvolveram desde muito cedo uma tradição de empregar homens instruídos em posições de liderança na sociedade. Logo no início, eles criaram muitas escolas de filosofia, das quais veio a ser dominante a escola confucionista. O confucionismo, como todas as primeiras escolas do pensamento chinês, evitou a ideia da verdade revelada ou divina, ensinando, em seu lugar, que os homens devem estudar o passado e observar o mundo ao seu redor – especialmente o mundo humano – e aplicar as lições derivadas da experiência humana à solução dos problemas presentes¹³⁰. A China começou a afastar-se de seu sistema feudal de classes sociais fechadas e de uma elite aristocrática na sua governança a partir do terceiro século a.C., gradualmente substituindo-a por uma elite relativamente aberta recrutada com base na capacidade demonstrada, fundada na educação. As posições oficiais na administração pública não eram hereditárias, mas sim obtidas através dos exames do serviço público, sendo motivação suficiente para o empenho na educação.

A imagem ideal do jovem pobre, porém educado, subindo a escada do sucesso para tornar-se um oficial do governo estava muito presente em mentes chinesas, pois traria a esperança de retorno material à família e a seus descendentes, além de glória aos seus antepassados. Apesar de poucos serem os pobres que realmente alcançaram este patamar, a forte crença de que a educação e a excelência individual traziam sucesso motivava famílias e comunidades para se empenhar na educação. Uma imagem bastante difundida é a do “menino pobre, mas brilhante”, que, mesmo em uma escola de aldeia, poderia começar sua aprendizagem através da qual ele poderia ascender. Isso representa a dinâmica social confucionista em seu aspecto mais humilde e mais amplamente

129 Eric C. Mullis. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*. Vol. 65, Nº 1, Special Issue: Global Theories of the Arts and Aesthetics (Winter, 2007), p. 99.

130 Mote, 1991, Op. Cit., pp. 337-350.

disperso. A pintura intitulada “Cena de escola da aldeia” (datada de 1649), uma folha de um álbum de figuras de Zhang Hong, ilustra bem esta situação (Cf. figura abaixo).



Zhang Hong (1577- após 1660). “Cena de escola da aldeia” (1649) de Folha i do álbum Figuras em Configurações; nanquim sobre seda. Coleção chinesa de George G. Schienker: mediante empréstimo prolongado ao University Art Museum, University of California, Berkeley; Usado com permissão do Museu de Arte da Universidade e do Professor James Cahill. Fonte da imagem: Mote, F. W., China in the Age of Columbus. In. Circa 1492: Art in the Age of Exploration. Jay A. Levenson (Ed. by). National Gallery of Art, Washington; Yale University Press, New Haven and London, 1991, p. 339.

Os caracteres chineses ao longo de milhares de anos e suas muitas mutações mantiveram a natureza pictórica, seja nas inscrições em ossos oráculos (jiaguwen), gravados há cerca de 1500 a.C., ou nos vasos de bronze (jinwen) e nos selos esculpidos (zhuanshu) de 1300 a.C., bem como na forma de caracteres pintados com nanquim, que se tornou comum a partir do século II a.C.¹³¹. Com o tempo, eles podem ter perdido sua representação pictográfica direta, mas adquiriram um caráter ideográfico abstrato. A forma dos atuais caracteres existentes surgiu na Dinastia Han Oriental (25-220 d.C.) e é chamada de “escrita clerical” (lishu). Com o tempo, o comércio, a administração civil e a defesa militar do grande império levaram a Dinastia Han Oriental ao desenvolvimento de uma escrita abreviada chamada de Caoshu. Memorizar milhares de caracteres e seus significados exigia anos de estudo, escrevê-los requisiava dedicação e ler com facilidade era obviamente um pré-requisito para a educação e para tornar-se um oficial do governo e erudito (wenren). De acordo com os ensinamentos confucionistas, a escrita era o ato moral para um homem cumprir sua responsabilidade civil.

Teria Camilo Pessanha uma correspondência biográfica com os antigos funcionários públicos eruditos (wenren)? Poderíamos inferir as razões das escolhas feitas pelo advogado português, que também era poeta, na aquisição de pinturas ligadas ao movimento dos literati Ming, donde Pessanha remarca elogiosamente os sentimentos dos artistas chineses, expressos conjuntamente pelo ambiente visual, pela caligrafia e pelo poema em si. Não é possível falar de coleções orientalistas sem conhecer o ambiente cultural onde estes objetos foram concebidos. Isto também é importante para compreender as motivações do próprio colecionador, por conta de uma possível identificação com os valores culturais.

Em conferência sobre a literatura chinesa publicada em *O Progresso* (Macau) de 21 de março de 1915, Camilo Pessanha conclui seu discurso com um apelo aos portugueses estabelecidos em Macau “para que dediquem ao estudo da língua chinesa e da civilização chinesa, nos seus múltiplos aspectos, as horas

¹³¹ Lee, Sherman E. *Art in China 1450-1550*. In. *Circa 1492: Art in the Age of Exploration*. Jay A. Levenson (Ed. by). National Gallery of Art, Washington; Yale University Press, New Haven and London, 1991, pp. 351-362.

que dos seus serviços obrigatórios lhes restarem livres, – pois que, além do alto serviço que com esse estudo prestarão à pátria portuguesa, auferirão do seu próprio esforço inefável deleite espiritual¹³²”.

Ainda nesta conferência sobre a literatura chinesa, Camilo Pessanha esclarece seu objetivo na aquisição de suas obras de arte chinesas:

*dar ao auditório uma ligeira ideia da estrutura íntima da língua chinesa literária e do intenso prazer espiritual que o estudo, por superficial que seja, dessa língua e dos seus monumentos proporciona a quem a ele se dedica, – pelas belezas que encerra, pelas surpresas que causa e, principalmente, pelos vastos horizontes que entreabre ao espírito sobre a condição geral da humanidade e pela intensa luz que projecta sobre o modo de ser das civilizações extintas.*¹³³

Elogia também “a euritmia musical da frase escrita, na sua transliteração prosódica, que, pela sábia valorização dos tons”. O estudo da poesia clássica chinesa decerto permitiu a Pessanha acrescentar elementos importantes da cultura oriental em sua própria escrita.

Entre muitos textos por ele abordados incluem-se aqueles de tom altamente autobiográfico: carregados de perda e sofrimento como resultado de seu exílio – ainda que voluntário – em Macau. Segundo a psicanalista Julia Kristeva, “L’une des premières découvertes que fait l’exilé, c’est la richesse du langage: d’assimiler les logiques nouvelles et ainsi un pouvoir de réinvention de l’expression¹³⁴.” Esta nova linguagem se manifesta nos canais verbal e visual: “Multiplier les identités le confronte à la possibilité d’être un autre”. Assim, Pessanha explora as interconexões entre poesia, caligrafia e pintura, uma relação simbiótica entre artes por ele já sublinhada quando traduz as *Oito Elegias Chinesas* “a partir do cantonês em estilo livre”, insere

notas explicativas nas quais informa o leitor sobre as imagens literárias encontradas nos poemas, as quais são comumente exibidas em pinturas. Observemos sua *VI Elegia Chinesa*:

FANTASIA DA PRIMAVERA

Cai o sol no imenso horizonte, em flor, do Kiang.

Pára o viandante a olhar. A chuva, que do arvoredo ainda goteja, vai-lhe repassando a túnica... (1)

Oh! se dos mil chorões, à volta das ruínas do palácio real de Chú (2) As flores soltas me fizessem cortejo, à despedida, no regresso à Pátria.

(1) A locução as gotas de chuva emprega-se geralmente conjugada com a palavra regar, expressa ou subentendida, significando regar de pranto o vestido. Em uma poesia da Dinastia Tang há este verso: “as gotas de chuva, desprendendo-se das flores de amendoeira, em breve lhe terão alagado as vestes.”

(2) O principado, ou reino feudatário, de Chú ocupava o Hu-Kuang, ou os dois Hu e parte do Ngan-hui e do Ho-Nan actuais. Os chorões abundam na China central, onde atingem enorme desenvolvimento. São por isso, às vezes em extensas alamedas, elementos quase obrigatório na pintura das paisagens do Yang-tse-kuang.

Tradução e notas retiradas de PESSANHA, Camilo – China (*Estudos e traduções*). Agência

¹³² Fonte (<https://sites.google.com/site/pesscam/sinologo/sobre-literatura-chinesa>). Acesso em 30 de novembro de 2017.

¹³³ O relato desta conferência foi redigido por Camilo Pessanha e publicado em *O Progresso* (Macau), 21 de Março de 1915.

¹³⁴ KRISTEVA, Julia, *Étrangers à nous-mêmes*, Librairie Arthème: Fayard, 1998, pp. 1-37.



Camilo Pessanha em traje de mandarim. Data do original: ca 1894-1896. Utilizado como ilustração em “Camilo Pessanha ou a poesia da sensibilidade”, João de Castro Osório. “Contemporânea”, Lisboa, Maio 1926. Conservação: Biblioteca Nacional de Portugal

Através do exemplo “Viola Chinesa”, Cristina Nobre¹³⁵ estuda a absorção do estilo de escrita chinês, herança da completa imersão do autor na cultura do País Central:

Viola Chinesa é um poema relacionado diretamente com a cultura chinesa. O título faz referência a um tipo de instrumento tradicional chinês. Este poema é dedicado a Wenceslau de Moraes, colega de Pessanha no liceu de Macau, antes de aquele se ir fixar no Japão. O poema pode ser dividido em duas partes (a primeira estrofe e as duas últimas). Recorta-se uma paisagem interior: a

¹³⁵ In *Leituras de Camilo Pessanha por Estudantes Chineses*. Publicado em III conferência internacional Pontes Europa-China: 9 – 11 novembro 2016 / ESECS-IPL.

princípio, o sujeito amadornado diz-se insensível à música; mas depois, já envolvido, a música vem ofender uma cicatriz melindrosa, a ponto de lhe provocar uma agitação dolorosa. Ou seja, num universo simbolista é impossível ficar alheio ao apelo da música, qualquer música. O som arrastado e repetitivo da viola provoca dor e perturbação no poeta. (NOBRE, 2016, pp. 3-4)

VIOLA CHINESA

*Ao longo da viola amorosa
Vai adormecendo a parlenda
Sem que amadornado eu atenda
A lengalenga fastidiosa.
Sem que o meu coração se prenda,*

*Enquanto, nasal, minuciosa,
Ao longo da viola morosa,
Vai adormecendo a parlenda.
Mas que cicatriz melindrosa*

*Há nele, que essa viola ofenda
E faz que as asitas distenda
Numa agitação dolorosa?
Ao longo da viola, morosa...*

*Ao longo da viola morosa
(Camilo Pessanha, grifo nosso)*

Observamos que o poema *Viola Chinesa* é estruturado em três quartetos e um dístico, donde o esquema rimático é AABA – BBAB – AABB, A= terminação em “enda”/B= terminação em “osa”. Este tipo de correspondência harmônica traz em sua forma similar construção poética àqueles pertencentes ao estilo JueJu (绝句 – 絕), com rimas emparelhadas em AABA.

Analiseemos a título de exemplo o famoso poema do poeta Zhangji (张继, da Dinastia Tang, 唐朝, 618-907). Quanto ao conteúdo, a imagem do lamento; quanto à forma, a estrutura rimática (da qual a poesia de Pessanha muito se assemelha):

PONTE DE BORDO À NOITE

Do poeta Zhangji, Dinastia Tang

(lua se transformando – corvos chorando – céu cheio de geadas)
(rio de bordo – pescando – preocupação ao dormir)

(– Fora da cidade – Templo de Hanshan)
(sinos de meia noite para navios de passageiros)

月亮: (yuèliang): lua

寺庙: (sìmiào): lua

枫树: (:fēngshù): árvore bordo

渔船: (yúchuán): barco de pesca

愁闷: (chóumèn): sombrio, deprimido

钟声: (zhōngshēng): som de sino

寂寞: (jìmò): solitário

Tradução:

A lua está se transformando. Os corvos estão chorando. A atmosfera é pesada com uma geada de outono fria. As árvores de bordo e as luzes dos barcos de pesca são refletidas na água. No entanto, sou incapaz de dormir por causa da tristeza. Ouço vagamente que os sinos tocam no Templo da Colina da Geada, fora da cidade de Suzhou, à meia-noite.

AGRADECIMENTOS

Ao editor executivo-chefe da revista China Hoje e professor da FGV Direito Rio e da UFF, Prof. Dr. Evandro Carvalho. À colaboradora da agência Xinhua do Brasil, Janaína Camara da Silveira. Ao vice-presidente do Instituto Internacional de Macau (IIM), Prof. Dr. José Amaral. Ao Diretor-presidente do Instituto Brasileiro dos Estudos de China e Ásia-Pacífico (IBECAP), Prof. Dr. Severino Cabral. À orientadora de Doutorado, Prof^a Dr^a Vera Beatriz Cordeiro Siqueira. Ao coorientador de Doutorado, Prof. Dr. André da Silva Bueno. Ao coorientador de Doutorado-Sanduiche no Exterior, Prof. Dr. Rogério Miguel Puga. Ao vice-presidente da Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Dr. Carlos Francisco Moura. Ao Gerente Administrativo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Dr. Orlando José D. Inácio. Ao Diretor-executivo da Fundação Casa de Macau em Lisboa, Dr. Mário José Alves Matos dos Santos. Ao coorientador no Instituto Interdisciplinar “Realidades Migratórias Chinesas”, Canadá, Prof. Dr. Shi Fei, Quest University, Canadá. Ao organizador do Instituto Interdisciplinar “Realidades Migratórias Chinesas”, Universidade de Alberta, Canadá, Prof. Dr. Christopher Lupke. Ao coorganizador do Instituto Interdisciplinar “Realidades Migratórias Chinesas”, Universidade de Calgary, Canadá, Prof. Dr. David Curtis Wright. À diretora do Instituto Confúcio – PUC-Rio, Prof^a Dr^a Ana Qiao.



NOVAS REGRAS PARA O INVESTIMENTO CHINÊS NO MUNDO E SEUS POSSÍVEIS EFEITOS PARA O BRASIL

Larissa Wachholz

(拉丽萨)

Participou do *Visiting Program for Young Sinologists* em julho de 2018, nas cidades de Xangai e Pequim, a convite da Academia de Ciências Sociais de Xangai (CASS).

Graduada em relações internacionais e mestre em estudos contemporâneos da China pela Universidade do Povo da China (Renmin University of China). Especialista em negócios sino-brasileiros, morou em Pequim entre 2008 e 2013, como analista de mercado e representante-chefe para a China da empresa brasileira BWP. Em 2013, tornou-se sócia da assessoria de investimentos Vallya (www.vallya.com). Larissa é Sênior Fellow do CEBRI – Centro Brasileiro de Relações Internacionais e faz parte do Conselho do IRELGOV – Instituto de Relações Governamentais, que ajudou a fundar.



INTRODUÇÃO

O estoque de investimento direto chinês no mundo se aproxima de USD 2 trilhões¹³⁶. Ainda que impressionante como número absoluto, se analisado como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) do país, o investimento chinês está atrás de outras economias desenvolvidas e da média mundial. A partir de uma política governamental ativa de estímulo ao investimento externo, conhecida como “going out policy”, a China aumentou seu estoque de investimento direto (não-financeiro) no mundo de USD 73 bilhões em 2006¹³⁷ para os atuais USD 2 trilhões.

Boa parte do avanço recente do investimento chinês no mundo se deu entre 2014 e 2016, quando foram flexibilizadas as regras internas de aprovação de projetos internacionais e, sobretudo, foi abolida a exigência de aprovação prévia de cada projeto. O súbito aumento dos investimentos chineses despertou atenção no governo do país sobre decisões de investimento consideradas “irracionais”¹³⁸.

Como consequência, o governo chinês tem procurado fazer ajustes regulatórios com o objetivo de melhorar a qualidade do investimento do país no mundo e de controlar a saída de capitais que considera excessiva. No final de 2016, órgãos da administração central publicaram um primeiro conjunto de diretrizes para regulamentar o investimento estrangeiro direto (IED) e,

136 Xinhua. **China's accumulated ODI ranks second worldwide in 2017**. Reproduzido por: China Daily. Disponível em (<http://www.chinadaily.com.cn/a/201810/07/WS5bb990c7a310eff303280e2a.html>). Acesso em: 27 maio 2019.

137 XIUHONG, Ma. **扩大对外开放 加强互利共赢的国际投资合作 / Expanding Opening-up and Strengthening Mutually Beneficial and Win-win International Investment Cooperation**. 2007. Disponível em (<http://english.mofcom.gov.cn/article/translators/garden/famouspeech/200706/20070604809498.shtml>). Acesso em: 22 maio 2019. Discurso do Vice-Ministro do Comércio da China, Ma Xiuhong, em Genebra, em 8 de março de 2007, na 2007 WAIPA World Investment Conference.

138 Ministério do Comércio da República Popular da China. **China's ODI sees stable development in 2018**. Disponível em (<http://english.mofcom.gov.cn/article/counselorsreport/asiareport/201901/20190102827696.shtml>). Acesso em: 22 maio 2019. Ver nota à imprensa do Ministério do Comércio da República Popular da China, publicada em 17 de janeiro de 2019, que comenta a atuação efetiva do governo no combate aos investimentos “irracionais”.

em dezembro de 2017, foram lançadas as “Medidas Administrativas para Investimentos de Empresas no Exterior”, que entraram em vigor em 1º de março de 2018.

O Brasil tem se mantido entre os grandes receptores de investimento chinês no mundo. Estimativas apontam que o país é o quarto¹³⁹ maior destino, com um volume acumulado de aproximadamente USD 65 bilhões em estoque até 2018¹⁴⁰. Diante do novo quadro regulatório e da intensificação da supervisão sobre os investimentos das empresas chinesas no mundo, interessa-nos pensar sobre os possíveis impactos da nova regulamentação nos fluxos de capital da China para o Brasil.

PANORAMA DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO MUNDO

I. PILARES ECONÔMICOS DOS 40 ANOS DE REFORMA E ABERTURA

Em seus 40 anos de reforma e abertura econômica, iniciados em 1978 por Deng Xiaoping, a China apresentou expressivo crescimento econômico com base em uma economia voltada à produção para exportação, com forte investimento estatal em infraestrutura e grande capacidade de atração de

¹³⁹ INSTITUTE, American Enterprise. **China Global Investment Tracker**. 2005-2018. Disponível em (<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>). Acesso em: 21 maio 2019. Considera investimentos e projetos de construção da China no mundo (2005-2018).

¹⁴⁰ BRASIL. Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão. **Boletim Sobre Investimentos Chineses no Brasil n° 7**, de 21 de dezembro de 2017. Brasília, Disponível em (<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/arquivos/boletim-investimentos-chineses-no-brasil-no7.pdf>). Acesso em: 19 maio 2019. É difícil estimar o volume de investimento direto chinês no Brasil, já que os fluxos costumam chegar por meio de um local intermediário, como Hong Kong ou Luxemburgo, e o Banco Central do Brasil costuma registrar apenas as transações que vêm diretamente da República Popular da China. A estimativa aqui utilizada é produzida pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Brasil (MPDG). O banco de dados é feito a partir de anúncios das próprias empresas, cujos valores a Secretaria procura confirmar em contato direto com os envolvidos. Desde janeiro de 2019, o MPDG foi incorporado ao Ministério da Economia do Brasil.

investimento externo. Em 1980, o PIB chinês era de USD 191 bilhões¹⁴¹. Em 2018, como segunda maior economia global, alcançou USD 13 trilhões¹⁴².

O comércio internacional chinês apresentou desenvolvimento impressionante ao longo das últimas décadas: em 2004, a China ultrapassou o Japão em transações de comércio exterior e ocupou o 3º lugar global; em 2010 passou a Alemanha e ficou em 2º; e em 2011 tirou dos Estados Unidos a posição de maior exportador mundial¹⁴³. Em 2018, o comércio internacional da China alcançou nova alta histórica, chegando a USD 4,5 trilhões em transações, de acordo com a Administração Geral de Aduanas do país¹⁴⁴.

Em paralelo à atividade manufatureira voltada à exportação, o modelo chinês se baseou no pilar do investimento, sobretudo em infraestrutura. No período entre 1990 e 2013, a média chinesa de investimento em capital fixo como proporção do PIB foi de 37,7%, enquanto a média mundial era 22,8%¹⁴⁵. Como consequência do foco em investimentos internos, uma série de grandes empresas chinesas se especializaram na construção de infraestrutura, expertise que hoje explica uma parte dos vultuosos investimentos promovidos pela China em infraestrutura ao redor do mundo.

A atração de IED foi um terceiro elemento de grande relevância para o crescimento da economia chinesa, especialmente a partir de 2001, quando da entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC). Desde então, os fluxos de IED para a China cresceram a uma média de 8,1% ao ano.

¹⁴¹ BANCO MUNDIAL. **Dados Sobre a China**. 2019. Disponível em (<https://data.worldbank.org/country/china>). Acesso em: 21 maio 2019.

¹⁴² National Bureau of Statistics of China. **Statistical Communiqué of the People's Republic of China on the 2018 National Economic and Social Development**. Publicado em: 28 fevereiro 2019. Disponível em (http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/201902/t20190228_1651335.html). Acesso em: 21 maio 2019.

¹⁴³ Yongzhong WANG, Bijun WANG e Guoxue LI. **China: Economic Structure Change and Outward Direct Investment**. IIS – International Investment Studies. Working Paper N° 201609. Publicado em: 8 maio 2016. Capítulo de: *Moving up the Ladder*. Kabe et al. (editores). Cingapura, 2016: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd. Disponível em (http://en.iwep.org.cn/papers/papers_papers/201605/W020160509543747417375.pdf).

¹⁴⁴ Agência de notícias Xinhua. **China's foreign trade hits historic high in 2018**. Disponível em (http://www.xinhuanet.com/english/2019-01/14/c_137742386.htm). Acesso em: 23 maio 2019.

¹⁴⁵ Yongzhong WANG, Bijun WANG e Guoxue LI. 2016.

É relevante notar que entre 2001 e 2008, o crescimento anual dos fluxos de IED foi em média de 13,1% e, entre 2009 e 2014 caiu para uma média de 2,2% ao ano¹⁴⁶. A desaceleração do segundo período foi causada pela crise financeira global e foi consequência da maior seletividade chinesa na escolha do tipo de capital que queria receber.

Entre 2015 e 2017 houve uma recuperação dos fluxos e a China foi o 2º maior recipiente de investimento externo no mundo, apenas atrás dos Estados Unidos¹⁴⁷. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o estoque em 2018 chegou a USD 2,8 trilhões¹⁴⁸ e a tendência é que a China permaneça como um dos destinos mais atraentes ao capital internacional. Mudanças regulatórias estão sendo implementadas com o objetivo de facilitar ainda mais a entrada de investimento direto, reduzindo restrições a operações de multinacionais no país. Um exemplo dessa dinâmica foi a aprovação, em março de 2019, de nova lei de investimentos estrangeiros pelo Congresso Nacional do Povo da China.

A China viu de perto a tremenda capacidade dos investimentos estrangeiros em contribuir à transformação da economia de um país. Enright (2017) estima que um terço do PIB da China nos últimos anos foi gerado pelos investimentos, operações e cadeias de suprimentos de multinacionais atuantes no mercado chinês¹⁴⁹. As empresas estrangeiras desenvolveram métodos de produção, criaram fornecedores e distribuidores, transferiram tecnologia, aprimoraram práticas comerciais e gerenciais, auxiliaram na criação de critérios de sustentabilidade e ajudaram a moldar o sistema jurídico e o quadro regulatório chinês. A bem-sucedida política de atração de IED foi, portanto, fundamental para que a China se tornasse a 2ª maior economia do mundo e o maior exportador mundial.

¹⁴⁶ Ibidem.

¹⁴⁷ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). FDI in figures. Publicado em: Outubro 2018. Disponível em (<http://www.oecd.org/investment/FDI-in-Figures-October-2018.pdf>). Acesso em: 23 maio 2019.

¹⁴⁸ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). OECD Data / FDI Stocks. Disponível em (<https://data.oecd.org/fdi/fdi-stocks.htm>). Acesso em: 23 maio 2019.

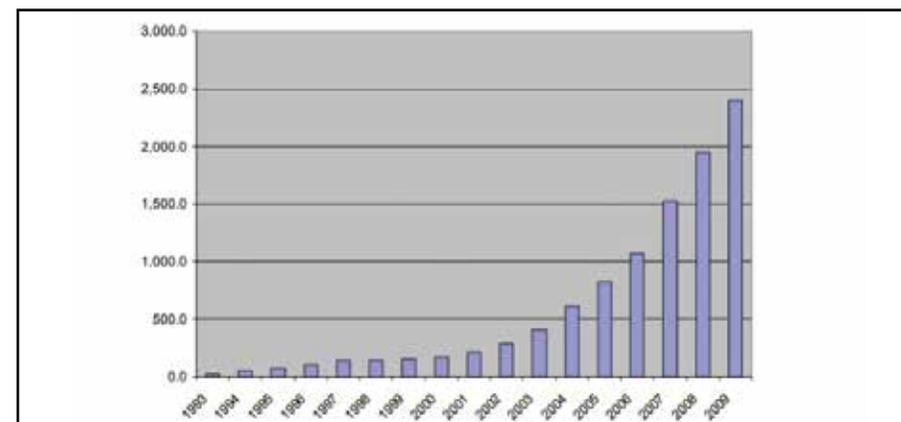
¹⁴⁹ Michael J. Enright. **Developing China: The Remarkable Impact of Foreign Direct Investment**. Londres, 2017: Routledge.

II. O PAPEL DO ACÚMULO DE RESERVAS CAMBIAIS NO INVESTIMENTO EXTERNO CHINÊS

Para compreender a natureza dos investimentos chineses, com foco nos fluxos que chegam ao Brasil, é importante estudar um dos principais determinantes da expansão internacional das empresas chinesas: a disponibilidade de capital por meio do acúmulo de reservas cambiais. A combinação de superávit comercial com larga entrada de capital especulativo e investimento estrangeiro direto, o que se deu sobretudo a partir de 2001, fez com que a China acumulasse reservas em moeda estrangeira em volumes extraordinários.¹⁵⁰

Como mostra o gráfico, em 1993 as reservas chinesas em moeda estrangeira eram de apenas USD 20 bilhões. O volume chegou a USD 165 bilhões em 2000 e a USD 2,4 trilhões no final de 2009, o equivalente a 48,9% do PIB do país naquele ano. Em termos globais, em 1995 as reservas chinesas correspondiam a 5,3% das reservas mundiais e em 2009 passaram a representar 31,9%¹⁵¹.

GRÁFICO 1- Crescimento das reservas cambiais da China (bilhões de USD)



Fonte: SAFE. Compilado por Yu-Wei Hu (2010).

¹⁵⁰ Yu-Wei Hu. **Management of China's Foreign Exchange Reserves**. European Economy. Economic Papers 421. Julho de 2010. Disponível em (http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/economic_paper/2010/pdf/ecp421_en.pdf). Acesso em: 23 maio 2019.

¹⁵¹ Ibidem.

Em 2014, o volume de reservas alcançou USD 3,8 trilhões. Como consequência natural, a China passou, com sucesso, de um país com escassez de capital para uma situação de abundância em capital. A forte pressão causada pela rápida acumulação de reservas cambiais mudou fundamentalmente a política de investimento direto da China no exterior que, como veremos a seguir, era até então bastante restritiva. Em 2001, mesmo ano da entrada da China na OMC, foi lançada a política “Going Global 走出去”, de estímulo ao investimento das empresas chinesas no exterior. O quadro regulatório para a promoção do IED chinês no mercado internacional começou a ser simplificado.

III. A CHINA COMO INVESTIDORA GLOBAL – DETERMINANTES E NÚMEROS

Além da disponibilidade de capital por meio do acúmulo de reservas em moeda estrangeira, outros determinantes são fundamentais na estratégia da China de internacionalização de suas empresas:

- Aquisição de recursos naturais, agrícolas e energéticos;
- Acesso a tecnologias avançadas;
- Acesso a novos mercados para produtos e serviços chineses;
- Estabelecimento de canais de distribuição eficientes em novos mercados;
- Incorporação de práticas de gestão de referência internacional;
- Incremento de margens e retorno financeiro dos negócios e
- Melhor rentabilidade para as reservas cambiais.

A estratégia “Going Global 走出去” conta também com importantes determinantes geopolíticos, como assegurar à China maior presença e capacidade de influência em diferentes regiões do globo. É, ainda, parte da visão de longo prazo do governo para o desenvolvimento do país, processo que os chineses chamam de “grande revitalização nacional”. No livro “A Governança da China”, traduzido para vários idiomas para expressar o pensamento do Presidente da China, Xi Jinping, lê-se:

O nosso país entrou em uma etapa crucial para a materialização da grande revitalização nacional. As relações entre a China e o mundo estão passando por mudanças profundas e a nossa interconexão e interação com a comunidade internacional está se estreitando cada vez mais. A nossa dependência e participação nos assuntos internacionais estão se aprofundando, igualmente à dependência e influência do mundo no nosso país. Ao observar e planejar a nossa reforma e desenvolvimento, devemos pensar de forma coordenada e utilizar integralmente os mercados, recursos e regras nacionais e internacionais¹⁵².

Pei e Zheng (2015) sintetizam a evolução do IED chinês em quatro objetivos principais, que refletem as fases de maturação da economia chinesa em seu esforço de reforma e abertura: transição de economia planificada para economia de mercado; transição de baixos volumes de investimento no exterior para volumes significativos; expansão gradual de indústrias de baixo nível tecnológico para indústrias com alto nível de tecnologia; e transição da inexperiência para uma maior maturidade na realização de negócios internacionais¹⁵³.

A promoção do IED da China no mundo é vista como um instrumento fundamental para acelerar o processo de modernização do país e permitir um desenvolvimento socioeconômico estável e sustentável no longo prazo, a partir da ótica de uma economia aberta e engajada na globalização. Os investimentos chineses no exterior são motivados, portanto, por um conjunto de determinantes relacionados à ascensão da China à posição de segunda economia no mundo e à manutenção de uma posição de liderança internacional.

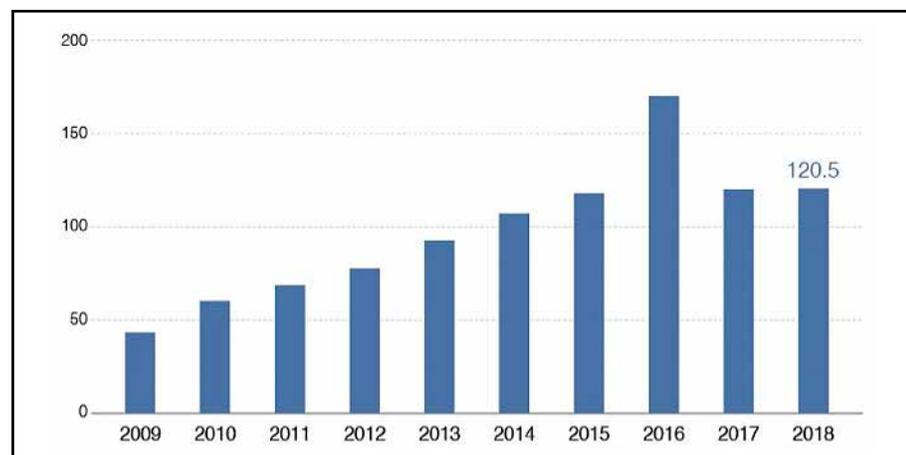
Desde a década de 1990, o investimento no exterior ocupou o espaço inicialmente atribuído ao comércio internacional como o principal motor de crescimento de uma economia madura e competitiva globalmente, e não é difícil perceber que todas as grandes economias do mundo são investidoras

¹⁵² Xi Jinping. **Desenvolver uma diplomacia de grande país com características chinesas**. Discurso proferido em 28 de novembro de 2014, na Conferência Central de Trabalho com o Exterior. A Governança da China II. Pequim, 2018: Editora de Línguas Estrangeiras Cia. Ltda. Página 545.

¹⁵³ Changhong PEI e Wen ZHENG. **China's Outbound Foreign Direct Investment Promotion System**. Research Series on the Chinese Dream and China's Development Path. Berlin e Heidelberg, 2015: Social Sciences Academic Press e Springer.

importantes. Como resultado dessa lógica e do incentivo aos investimentos chineses a partir da política “going out” (ou “going global”), os investimentos diretos da China no exterior apresentaram forte crescimento nos últimos anos, levando o país à posição de segundo maior investidor global. O gráfico abaixo mostra os fluxos anuais entre 2009 e 2018. Os números apontam um crescimento expressivo, que em 2016 deu um salto, atingindo um pico histórico.

GRÁFICO 2– Investimento direto (não-financeiro) da China no mundo (bilhões de USD)



Fonte: Ministério do Comércio da China. Compilação da revista Caixin 财新¹⁵⁴.

Ao longo dos anos, é notável a diversificação dos ativos investidos por empresas chinesas. Se nos primeiros anos recursos naturais, minerais e energéticos foram o foco principal, nos anos seguintes se viu um grande interesse pela aquisição de empresas intensivas em tecnologia e marcas internacionais de produtos de consumo, além de empresas de serviços financeiros, logística, abastecimento de água, eletricidade e gás. Finalmente, parte da estratégia de expansão da China tinha como objetivo abrir novos mercados

¹⁵⁴ Tang Ziyi. **Chart of the Day: China's Nonfinancial Outbound Direct Investment Grows Marginally**. Caixin Global. Publicado em: 17 janeiro 2019. Disponível em (<https://www.caixinglobal.com/2019-01-17/chart-of-the-day-chinas-nonfinancial-outbound-direct-investment-grows-marginally-101371128.html>). Acesso em: 22 maio 2019.

para multinacionais chinesas de máquinas, equipamentos e automóveis por meio da instalação de fábricas ao redor do mundo.

Como se poderia imaginar, África, América Latina e certos países asiáticos e da Oceania, sobretudo a Austrália, foram alvo de grandes investimentos nas áreas de energia e recursos naturais (agrícolas, minerais e energéticos). Os investimentos chineses nos Estados Unidos e na Europa focaram em tecnologia, marcas de projeção internacional e mercado imobiliário.

Os perfis dos contratos negociados pelas multinacionais chinesas em seus investimentos são variados: projetos greenfield¹⁵⁵, fusões e aquisições; trocas (swaps) de ações; venture capital (capital de risco); alianças estratégicas; acordos de transferência de tecnologia (como forma de investimento não-patrimonial); e contratos built-to-suit (BOT)¹⁵⁶ são cada vez mais utilizados. Há ainda diversificação no perfil dos investidores: o número de empresas chinesas que investem no exterior aumentou de 2.859 em 2000 para mais de 16.000 em 2010, sendo grande parte desse volume investimentos de pequeno porte para abertura de escritórios de representação ou entidades jurídicas fora da China. O maior volume de investimento chinês no mundo é liderado por empresas estatais centrais e locais de grande porte, com poucas multinacionais privadas nas transações de valores mais expressivos.

A partir de 2014, o perfil de investidor chinês como empresa estatal do governo central perdeu espaço para outros perfis de empresas locais, que rapidamente se tornaram uma força no investimento não-financeiro da China no mundo. Em termos de volume de recursos investidos, as estatais do governo central continuaram na liderança mas caíram em termos proporcionais, de 91,1% em 2003 para 55,6% em 2016. No sentido oposto, entre 2003 e 2016, a participação de estatais subnacionais nos fluxos de investimento direto não-financeiro para o exterior subiram de 26,6% para 83%.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Projetos em fase não-operacional, normalmente de pré-construção.

¹⁵⁶ Contratos de construção para locação de longo prazo.

¹⁵⁷ Bijun WANG e Kailin GAO. Outward direct investment. Capítulo do livro: China's 40 Years of Reform and Development. Ross Garnaut, Ligang Song e Cai Fang (Editores). Publicado por: ANU Press – The Australian National University. Austrália: 2018. Disponível em: press.anu.edu.au. Acesso em: 20 maio 2019.

A acumulação acelerada de reservas em moeda estrangeira apresentou aos seus gestores um grande desafio de administração. Muito embora a China apresente fluxos robustos de saída de seus investimentos diretos no mundo, o país ainda está tentando conquistar retornos efetivos. Entre 2010 e 2014, a média líquida de retorno do investimento chinês foi de -3,50%. Esse fenômeno é consequência do desconhecimento das empresas chinesas sobre como investir no exterior. Em 2014, cerca de 60% das reservas chinesas estavam alocadas em títulos de dívida de economias desenvolvidas, uma opção segura, porém de baixíssimo retorno. Foi essa prática que tornou a China a maior credora externa dos Estados Unidos.

A entidade responsável pelo gerenciamento das reservas chinesas é a State Administration of Foreign Exchange (SAFE), uma entidade subordinada ao People's Bank of China, o banco central chinês. Três princípios de investimento guiam a alocação dos recursos geridos pela SAFE: segurança, liquidez e rentabilidade. Maior ênfase é dada à segurança.

Nesse contexto, a China Investment Corporation (CIC), é um dos atores, ao lado de uma série de outras grandes empresas chinesas, buscando projetos de investimento ao redor do mundo. Criada em 2007 como fundo soberano chinês e, de certa forma, concorrente da SAFE na alocação das reservas chinesas, nasceu no contexto de largo crescimento das reservas da China e, ao mesmo tempo, da necessidade de expansão internacional das multinacionais chinesas. Há uma discussão sobre o papel político da CIC como investidora global, entretanto, é fato que a CIC opera sob intensa pressão de retornos financeiros e, do ponto de vista da negociação prática de investimentos, não faz exigências de conteúdo chinês no projeto. Bem ao contrário, o que os gestores da CIC apontam como fator crítico em suas escolhas de projeto é, essencialmente, a rentabilidade¹⁵⁸.

158 Yu-Wei Hu. *Management of China's Foreign Exchange Reserves*. European Economy. Economic Papers 421. Julho de 2010. Disponível em (http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/economic_paper/2010/pdf/ecp421_en.pdf). Acesso em: 23 maio 2019.

O QUADRO REGULATÓRIO DO INVESTIMENTO DIRETO DA CHINA NO MUNDO

O IED da China no mundo está inserido em um contexto de planejamento e coordenação por parte do governo chinês. A fase atual de desenvolvimento da economia chinesa exige a atuação internacional como forma de se manter a tendência de crescimento sustentável no longo prazo. Os fluxos de saída de capitais da China de que tratamos na seção anterior do capítulo obedecem a este direcionamento central, expresso através de uma regulamentação que criou limites ao investimento fora da China, e que refletiu os diferentes momentos pelos quais passou a economia do país em sua transição do modelo planejado para a economia de mercado.

O principal direcionamento de política externa da China atual é a iniciativa “Cinturão e Rota”, ou “One Belt, One Road”, lançada originalmente como proposta de reconexão da antiga Rota da Seda que ligava, pela via do comércio, a Ásia e a Europa. Em sua versão moderna, a iniciativa Belt & Road surgiu como uma proposta da China de integração a uma economia global mais aberta, sobretudo com os países mais próximos: Ásia Central, Sudeste Asiático, Leste da África e Europa Central e do Leste. No plano original, a iniciativa compreendia mais de 65 economias dessas regiões, que somavam um valor aproximado de USD 21 trilhões, e um total de 4 bilhões de habitantes. O lançamento em paralelo de iniciativas de apoio como o Banco de Infraestrutura Asiático (AIIB), o Fundo da Rota da Seda (Silk Road Fund) e o Novo Banco de Desenvolvimento, entre outras, mostrou o foco do governo chinês em implementar a política de forma concreta, por meio da promoção da globalização e de uma economia aberta.

Apesar de geograficamente mais distante, a América Latina foi oficialmente convidada a participar da iniciativa. Em 2014, no contexto da criação do Forum China – CELAC, o Presidente Xi Jinping destacou a importância da relação econômica entre a China e a América Latina e o Caribe e prometeu: USD 500 milhões em comércio e USD 250 milhões em investimentos diretos até 2014. A iniciativa é uma narrativa política que mostra a consciência do governo chinês de seu desafio: fazer o país

continuar se desenvolvimento mesmo em face de um “novo normal” com taxas de crescimento industrial baixas.^{159 160}

Wang e Gao (2018) apresentam três estágios regulatórios para o investimento chinês no mundo: fase “restrita” (1978-1999); fase “relaxada” (2000-2016); e fase “regulada” (desde 2016).

I. FASE “RESTRITA” (1978-1999)

Entre 1982 e 1999, o fluxo médio anual de investimento chinês no exterior foi de USD 1,5 bilhão. O capital era escasso e o momento era o oposto, de chamar o capital internacional para a China. Apenas empresas estatais podiam investir no exterior, os projetos precisavam de uma autorização especial do Conselho de Estado e, normalmente, tinham como objetivo facilitar o comércio internacional ou atrair capital. Ao final de 1999, o estoque de investimento chinês no mundo era de USD 27 bilhões, ou 0,4% do total global. Entre 1979 e 1993, a maior parte (61%) do capital da China continental foi direcionado a Hong Kong e Macau. Os Estados Unidos foram os segundos maiores destinatários, com 15%. A América Latina recebeu menos de 2% dos investimentos chineses do período. Mais de 60% dos investimentos tinham como objetivo estimular o comércio internacional ou a atração de investimentos, sobretudo pela abertura de empresas de trading e de escritórios de representação. Na época, recursos naturais receberam cerca de 25% dos recursos e manufatura 15%.¹⁶¹

¹⁵⁹ Poon, Daniel. 2018. China's Overseas Development Finance: Policy Tools & Mechanisms. Direction of Chinese global investments: implications for Brazil / Anna Jaguaribe (organizadora). – Brasília: FUNAG, 2018.

¹⁶⁰ Kenderdine, Tristan; Han, Ling. 2017. International Capacity Cooperation. Australian National University. Global Policy (2017).

¹⁶¹ Bijun WANG e Kailin GAO. Outward direct investment. Capítulo do livro: China's 40 Years of Reform and Development. Ross Garnaut, Ligang Song e Cai Fang (Editores). Publicado por: ANU Press – The Australian National University. Austrália: 2018. Disponível em: press.anu.edu.au. Acesso em: 20 maio 2019.

II. FASE “RELAXADA” (2000-2016)

A partir de entrada da China na OMC, em 2001, a economia chinesa iniciou uma jornada de liberalização e de crescimento que a elevou à posição de segunda maior do mundo e gradualmente deu evidência a seus investimentos internacionais. Entre 2002 e 2016, os fluxos de investimento chineses no exterior cresceram a uma média de 35,8% ao ano, elevando o país da posição de 26º maior investidor à vice-liderança. Entre 2014 e 2016, a China foi uma exportadora líquida de capital, mesmo mantendo sua posição de maior destino de investimento estrangeiro entre países em desenvolvimento. A política “going out” (ou “going global”) foi lançada em 2000, mas a mudança regulatória que permitiu regras mais flexíveis só aconteceu em 2004. A principal mudança de norma foi o fim da necessidade de “exame” e “aprovação” para “aprovação” apenas. Projetos sem investimento estatal precisavam de aprovação ou registro, a depender do setor e do valor do investimento. Diferentes entidades governamentais participam do processo de aprovação de um investimento chinês no exterior, como mostra a tabela.¹⁶²

TABELA 1 – Entidades governamentais que aprovam investimentos chineses no mundo, e respectivas funções

ÓRGÃO PÚBLICO	FUNÇÃO
NDRC – Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento	Autorização de projetos de investimento internacional. Verificação da adequação dos projetos com a estratégia de desenvolvimento nacional.
MOFCOM – Ministério do Comércio da China	Autorização de empresas chinesas investidoras no mercado internacional. Nos países em que há investimento chinês, normalmente são os diplomatas do MOFCOM que se responsabilizam pela interação com as empresas chinesas naquele país.

¹⁶² Bijun WANG e Kailin GAO (2018).

ÓRGÃO PÚBLICO	FUNÇÃO
SAFE – Administração Estatal de Reservas em Moeda Estrangeira	Autorização para envio de remessa em moeda estrangeira.
MOF – Ministério das Finanças da China	Responsável pela gestão de ativos estatais.
SASAC – Comissão de Administração e Supervisão de Ativos Estatais do Conselho de Estado	Responsável pela gestão de ativos estatais.
MIIT – Ministério da Indústria e da Tecnologia da Informação	Responsável pela gestão de ativos estatais.
PBC – Banco do Povo da China (Banco Central Chinês)	Responsável pela gestão dos investimentos internacionais das instituições financeiras.
CBRC – Comissão de Regulação Bancária da China	Responsável pela gestão dos investimentos internacionais das instituições financeiras.
CIRC – Comissão de Regulação de Seguros da China	Responsável pela gestão dos investimentos internacionais das instituições financeiras.

Fonte: Wang e Gao (2018) e autora.

As normas publicadas pela NDRC e o MOFCOM flexibilizaram o investimento da China no exterior a partir de 2004 e buscaram aumentar a eficiência dos processos de aprovação, criando prazos mais curtos (de 60 para 30 dias úteis) para a obtenção de respostas dos órgãos públicos. Como as próprias empresas seriam responsáveis por eventuais ganhos ou perdas, estudos de viabilidade deixaram de ser obrigatórios para aprovação, desde que o valor do investimento estivesse entre USD 30 e 200 milhões para investimentos em recursos naturais ou USD 10 a 50 milhões para outros projetos. Estatais do governo central precisavam buscar autorização junto à NDRC e estatais locais junto às comissões locais de reforma e desenvolvimento.¹⁶³

Com a crise financeira global de 2008 e a redução dos mercados para os produtos chineses no mundo, o IED chinês foi impulsionado. Novas regras em 2009 determinaram que o MOFCOM só precisaria aprovar projetos acima de USD 100 milhões e que o prazo máximo para resposta do órgão era de três dias úteis. Finalmente, em 2014, novos anúncios da NDRC e do MOFCOM flexibilizaram ainda mais os critérios do investimento chinês, mantendo a necessidade de aprovação oficial apenas para projetos em indústrias ou países sensíveis ou com valores acima de USD 1 bilhão. A redução da burocracia teve efeito imediato. Entre setembro de 2014 e setembro de 2016, foram processadas 21.157 comunicações sobre investimentos no exterior, das quais 99,5% não precisaram passar por um processo de aprovação, e a China se tornou o segundo maior investidor global em 2016.¹⁶⁴

A tabela abaixo apresenta a lista oficial do MOFCOM sobre os países que mais receberam fluxos vindos da China entre 2003 e 2016. É interessante notar paraísos fiscais como Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas, além de hubs financeiros como Hong Kong, Cingapura e Holanda, posicionados entre os maiores destinos. Na verdade, na maior parte dos casos, esses não são o destino final do capital e, sim, a primeira parada fora da China, onde são estabelecidos

¹⁶³ Bijun WANG e Kailin GAO. Outward direct investment. Capítulo do livro: China's 40 Years of Reform and Development. Ross Garnaut, Ligang Song e Cai Fang (Editores). Publicado por: ANU Press – The Australian National University. Austrália: 2018. Disponível em: press.anu.edu.au. Acesso em: 20 maio 2019.

¹⁶⁴ Ibidem.

veículos financeiros como holdings ou fundos de investimento que realizam efetivamente o investimento no país destinatário dos recursos. Por isso é difícil encontrar dados estatísticos precisos sobre os destinos do investimento chinês no mundo, e só nos resta fazer inferências a partir de anúncios públicos das empresas, na medida do possível devidamente confirmados. O Brasil, por exemplo, desponta com o quarto país no mundo que mais recebe capital chinês, com cerca de USD 65 bilhões em estoque, mas não consta da lista abaixo.¹⁶⁵

TABELA 2 – Dez maiores destinos do investimento da China no mundo, 2003-2016

Rank	2016			2003		
	Destination	Stock (\$ billion)	Share (%)	Destination	Stock (\$ billion)	Share (%)
1	Hong Kong (China)	780.8	57.5	Hong Kong (China)	24.6	74.2
2	Cayman Islands	104.2	7.7	Cayman Islands	3.7	11.1
3	British Virgin Islands	88.8	6.5	British Virgin Islands	0.6	1.6
4	United States	60.6	4.4	United States	0.5	1.5
5	Singapore	33.5	2.5	Macau (China)	0.5	1.3
6	Australia	33.4	2.5	Australia	0.4	1.3
7	Netherlands	20.6	1.5	Korea	0.2	0.7
8	United Kingdom	17.6	1.3	Singapore	0.2	0.5
9	Russia	13.0	1.0	Thailand	0.2	0.5
10	Canada	12.7	0.9	Zambia	0.1	0.4
Total		1,165.2	85.8		31.0	93.1

Sources: MOFCOM et al. (various issues).

III. FASE “REGULADA” (DESDE 2016)

O pico de investimentos de 2016 deixou o governo chinês em alerta. As autoridades começaram a avaliar as decisões de investimento em maior detalhe e desconfiaram de transações que estavam distantes da atividade-fim da

empresa investidora ou que não pareciam atreladas à economia real. Em um cenário em que o investimento direto global caiu 2%, o investimento direto chinês havia crescido 34,7%, e só o investimento não-financeiro havia crescido 49,3%. Alguns setores apresentavam resultados impressionantes: investimentos em hospitalidade e restauração cresceram 124,8%; investimentos em cultura, esportes e entretenimento cresceram 121,4%; e investimentos em mercado imobiliário cresceram 95,8%. Combinado a isso, a moeda chinesa, o yuan, estava se desvalorizando. Tais investimentos passaram a ser chamados de “irracionais” e teve início um processo de regulação do investimento das multinacionais chinesas no exterior.¹⁶⁶

A partir do fim de 2016, autoridades chinesas começaram a reavaliar e negar autorização a projetos relacionados a mercado imobiliário, hotéis, cinemas, entretenimento e clubes de futebol. Em agosto de 2017, a NDRC publicou novas diretrizes, juntamente com outros departamentos relevantes, que classificaram os investimentos em outros países como “encorajados”, “restritos” ou “proibidos”, conforme a tabela abaixo.

TABELA 3 – Investimentos no exterior encorajados, restritos e proibidos pela China (desde março 2018)

	PERFIL DOS PROJETOS
INVESTIMENTOS ENCORAJADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionados à iniciativa “Cinturão & Rota”, “Belt & Road Initiative” • Passíveis de incrementar as capacidades técnicas da China, ou contribuir a pesquisa & desenvolvimento • Relacionados à segurança energética, mineral ou alimentar da China

¹⁶⁵ Bijun WANG e Kailin GAO (2018).

¹⁶⁶ Bijun WANG e Kailin GAO (2018).

	PERFIL DOS PROJETOS
INVESTIMENTOS RESTRITOS	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado imobiliário • Indústria do entretenimento • Clubes de futebol, clubes esportivos • Instalações obsoletas • Private equity e plataformas de investimento estabelecidas em paraísos fiscais e projetos concretos • Projetos não-sustentáveis
INVESTIMENTOS PROIBIDOS	<ul style="list-style-type: none"> • Determinadas tecnologias militares • Jogos de azar • Indústria do sexo • Investimentos contrários à segurança nacional

Fonte: elaboração da autora

Como consequência dessas medidas iniciais, o investimento direto não-financeiro da China caiu 29,4% em 2017. Não houve qualquer projeto nas áreas de mercado imobiliário, esportes e entretenimento no período, o que mostra que as regras foram aplicadas com rigidez.

Para além da irracionalidade nas escolhas setoriais, saídas bruscas de capital motivadas por investimentos no exterior representaram importantes desafios para o país, como explicam Wang e Gao (2018):

- 1) A reputação do investimento chinês no mundo ficou prejudicada por um comportamento não-adequado das multinacionais de origem chinesa, sobretudo no que concerne governança; responsabilidade sócio-ambiental; segurança do trabalho; leis trabalhistas locais; entre outros.
- 2) Investimentos em moeda estrangeira em larga escala podem afetar o balanço de pagamentos e a estabilidade cambial do país. Decisões de investimento ruins e má gestão conduziram, em muitos casos, a perdas financeiras importantes. Algumas empresas se envolveram em esquemas de lavagem de dinheiro ou, simplesmente, quiseram omitir fugas de capital a partir de um suposto investimento.
- 3) A estabilidade do mercado financeiro doméstico foi posta em risco pelo excesso de dívidas contraídas pelas empresas investidoras. A seleção de projetos de investimento direto no exterior é um processo complexo, que exige grande conhecimento do mercado. As multinacionais de origem chinesa ainda precisam percorrer uma curva de aprendizado para sofisticação em negócios internacionais.

Medidas regulatórias adotadas pela NDRC no fim de 2017 esclareceram outros elementos importantes da política do governo chinês para os investimentos de suas empresas ao longo dos próximos anos. A primeira medida foi o Código de Conduta de Empresas Privadas para Investimentos no Exterior, publicado em 18 de dezembro, segundo o qual empresas privadas devem melhorar sua capacidade de gestão e mitigação de riscos; seguir as leis da China e do país receptor do investimento; e cumprir obrigações socioambientais. Um código equivalente, ainda não publicado, foi anunciado para empresas estatais.

A segunda medida foi publicada em 26 de dezembro como “Medidas Administrativas para Investimentos de Empresas no Exterior” (*Administrative Measures for Overseas Investments by Enterprises*), também chamada “Ordem N° 11”. A nova medida passou a valer em 01 de março de 2018 e inclui três principais mudanças em relação ao marco regulatório vigente¹⁶⁷:

¹⁶⁷ Bijun WANG e Kailin GAO (2018).

- 1) Um maior número de transações é coberto pelas regras, que se aplicam a qualquer entidade estabelecida no exterior controlada por uma empresa ou um cidadão chinês. Apenas investimentos considerados não-sensíveis e de valor inferior a USD 300 milhões não necessitam aprovação, registro ou relatório. Investimentos sensíveis necessitam de aprovação da NDRC. Investimentos não-sensíveis acima de USD 300 milhões exigem que um relatório seja enviado para a NDRC.
- 2) Mecanismos regulatórios foram criados para melhorar a supervisão do cumprimento das regras, incluindo monitoramento online, entrevistas, questionamentos por escrito e verificações aleatórias, além de relatórios de fechamento de projetos.
- 3) Violações serão registradas em um cadastro nacional, a ser tornado público a fim de facilitar punições de outros órgãos públicos. O cadastro esclarece o que busca coibir: declarações falsas; competição desigual; financiamento ilegal; não-comunicação de problemas; busca por registros ou aprovações de forma ilegal; projetos que não têm aprovação e que prejudicam o interesse ou a segurança nacional.

A Ordem N° 11 não reduziu o incentivo aos investimentos da China no mundo, ao contrário, adotou mecanismos adicionais de facilitação dos investimentos no exterior, como a eliminação de um sistema de envio de relatórios e a necessidade de uma carta de confirmação da NDRC. Além disso, permitiu que as empresas apresentem seus projetos diretamente à NDRC, eliminando a necessidade de uma revisão de nível provincial¹⁶⁸. Como mostra o *Gráfico 2 – Investimento direto (não-financeiro) da China no mundo*, os fluxos de investimento em 2017 e 2018 foram mantidos estáveis.

A mais recente mudança regulatória nos investimentos chineses no exterior é positiva pois tende a incentivar a racionalidade econômica dos investimentos. Em um primeiro momento, nota-se queda nos fluxos, processo natural tendo

¹⁶⁸ Bijun WANG e Kailin GAO (2018).

em vista que o objetivo é combater a saída de capitais em excesso. Entretanto, o estímulo a investimentos que estejam ligados à atividade-fim e à expertise dos grupos investidores favorece o resultado final e gera benefícios ao país de destino e ao país de origem dos recursos.

INVESTIMENTO CHINÊS NO BRASIL E POSSÍVEIS IMPACTOS DO NOVO MARCO REGULATÓRIO

I. PANORAMA DO INVESTIMENTO CHINÊS NO BRASIL

O Brasil tem se mantido entre os grandes receptores de investimento chinês no mundo, possivelmente o quarto¹⁶⁹ maior destino, com um volume acumulado de aproximadamente USD 65 bilhões em estoque até 2018¹⁷⁰. O capital chinês é naturalmente atraído para o Brasil por diferentes motivos: disponibilidade de recursos naturais (energéticos, minerais e agrícolas); nona maior economia do mundo¹⁷¹; grande população e, conseqüentemente, grande número de consumidores em potencial; tamanho continental combinado a um importante déficit de infraestrutura, o que representa oportunidades de projetos no setor; ambiente de negócios e marco regulatório relativamente estável para o investidor estrangeiro, sobretudo quando comparado a outros países em desenvolvimento, o que coloca o Brasil entre os principais receptores de investimento estrangeiro no mundo.

O capital chinês começou a entrar no Brasil de forma significativa a partir de 2010. A maior parte dos investimentos, mais de 80%, foram direcionados ao

¹⁶⁹ INSTITUTE, American Enterprise. **China Global Investment Tracker**. 2005-2018. Disponível em (<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>). Acesso em: 21 maio 2019.

¹⁷⁰ BRASIL. Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão. Boletim Sobre Investimentos Chineses no Brasil n° 7, de 21 de dezembro de 2017. Brasília. Disponível em (<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/arquivos/boletim-investimentos-chineses-no-brasil-no7.pdf>). Acesso em: 19 maio 2019.

¹⁷¹ Com US\$ 2,14 trilhões. Fórum Econômico Mundial. Disponível em (<https://www.weforum.org/agenda/2018/04/the-worlds-biggest-economies-in-2018/>). Acesso em 18 maio 2019.

setor de energia (óleo e gás; geração & transmissão) e mineração. As empresas chinesas responsáveis pelos investimentos mais intensivos em capital, típicos da área energética e da mineração, são estatais do governo central: Sinopec, State Grid, China Three Gorges, Sinochem, China Molybdenum Corporation (CMOC), China National Petroleum Corporation (CNPC) e China National Offshore Oil Corporation (CNOOC).

É relevante perceber, entretanto, que os investimentos chineses no Brasil são impressionantemente diversificados tendo em conta o perfil de economia em desenvolvimento. Muito embora os grandes volumes estejam concentrados em recursos minerais e energéticos, o país foi o receptor de investimentos também em tecnologia, como a compra da 99 pela Didi Chuxing, anunciada em janeiro de 2018 por USD 1 bilhão, e o investimento da Tencent no Nubank, superior a USD 100 milhões e anunciado em outubro de 2018, além de um grande número de projetos de empresas chinesas do setor de máquinas e equipamentos que instalaram plantas de montagem ou fábricas no país.

Boa parte do investimento chinês, 83%, entrou no Brasil por meio de fusões e aquisições. Apenas 9% dos fluxos totais vieram por meio de expansão orgânica e 8% por meio de joint ventures.¹⁷² O modo de entrada foi um reflexo das circunstâncias econômicas específicas dos dois países naquele momento. Os investimentos chineses no Brasil cresceram aceleradamente entre 2010 e 2017, quando a economia brasileira passava por uma das maiores recessões econômicas de sua história, o que reduziu o valor dos ativos e favoreceu investidores mais capitalizados. Em paralelo, como vimos, a China estava relaxando das normas para o investimento chinês no exterior. Tendo em vista as barreiras naturais a novos entrantes no mercado brasileiro, especialmente por questões regulatórias, fiscais, trabalhistas e ambientais, as multinacionais chinesas optaram por entrar no mercado brasileiro pela compra de ativos já operacionais – menos arriscados, porém mais caros.

¹⁷² KUPFER, David; FREITAS, Felipe Rocha de. *Direções do Investimento Chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia Nacional ou Busca de Oportunidades*. Rio de Janeiro: UFRJ, (2016). 42 p. Disponível em (http://www.ie.ufrj.br/images/kupfer_e_freitas._2018._direcoes_do_investimento_chines_no_brasil_2010-2016_b9574.pdf). Acesso em: 25 maio 2019.

Ativos operacionais exigem um investimento mais alto de início, mas apresentam geração de caixa imediata, equipe pronta e a possibilidade de se transformar rapidamente em uma plataforma local para geração de novos projetos. Um próximo passo importante na evolução da presença chinesa no mercado brasileiro serão os investimentos “greenfield”, ou seja, a implementação de novos projetos. Do ponto de vista do país que recebe o investimento, essa opção é mais atrativa pela capacidade de geração de novos empregos. A interação de negócios com as empresas chinesas no Brasil faz crer que estão interessadas em buscar projetos novos, sobretudo na área de infraestrutura. Grande parte dos grupos autorizados pelo governo chinês a investir em infraestrutura no exterior são, na essência, empresas de construção, logo, seu maior objetivo deveria ser o de conquistar projetos a serem construídos, a fim de garantir a utilização de sua expertise.

II. IMPACTOS DAS NOVAS DIRETRIZES DE INVESTIMENTO DA CHINA NO BRASIL

Os fluxos de investimento direto da China no Brasil não são percebidos como “investimentos irracionais”, alvo da preocupação do governo chinês. Ao contrário, praticamente todos os projetos de capital chinês anunciados no Brasil guardam relação direta com o escopo de atuação e a atividade-fim da empresa e se baseiam em critérios valorizados pelo governo chinês: segurança alimentar e segurança energética e a abertura de novos mercados para bens e serviços chineses.

O Brasil está entre os maiores destinos do capital estrangeiro no mundo e é natural que os chineses percebam a atratividade do país, a despeito de um grande número de desafios a serem enfrentados localmente. Em 2017, o Brasil foi o quarto maior destino de IED no mundo, com USD 63 bilhões em fluxo, crescendo 8,1% em relação a 2016, quando ocupou a sétima posição com USD 58 bilhões.

Os recursos das multinacionais chinesas que operam no Brasil não se destinaram a setores que preocupam o governo chinês: mercado imobiliário, indústria do entretenimento, clubes de futebol, instalações obsoletas,

plataformas de investimento offshore de fachada, entre outros. Ademais, as empresas chinesas têm operado no mercado brasileiro dentro das regras locais, que são, aliás, bastante rígidas com relação a questões ambientais e trabalhistas.

Dois dos grupos privados chineses que tiveram problemas por excesso de endividamento, e que foram alvo da preocupação do governo por seu ímpeto de anunciar volumosos projetos em curto espaço de tempo, Fosun e HNA (Hainan), têm presença no mercado brasileiro. A HNA não pôde concretizar importante transação com a qual havia se comprometido no Brasil, o aeroporto internacional da cidade do Rio de Janeiro, segunda maior cidade brasileira. O projeto de reforma e expansão do aeroporto não sofreu grande prejuízo porque outro acionista do consórcio que ganhou o leilão de privatização organizado pelo governo brasileiro, a empresa de Cingapura Changi Airports, cobriu o compromisso da HNA.

No caso da Fosun, os investimentos da empresa no Brasil estão em linha com o escopo de atuação de origem do grupo: mercado imobiliário e gestão de ativos (*private equity*). Ainda que os dois setores sejam alvo de preocupação do governo chinês, não há indícios de que se apliquem ao caso da Fosun, que fez aquisições no mercado brasileiro consideradas adequadas e bem-sucedidas, em valores típicos do mercado em que atua. Finalmente, apesar de o Brasil ser internacionalmente reconhecido por seu futebol, que consta da lista de restrições do governo chinês, não se tem notícia de transações importantes para compra de clubes de futebol brasileiros. Houve iniciativas pontuais mais voltadas ao patrocínio do time e, principalmente, jogadores e técnicos brasileiros foram convidados a atuar na China. Não é o perfil de negociação que preocupa o governo chinês.

As novas regras do investimento da China estão em vigor há pouco mais de um ano, mas já eram parcialmente implementadas desde o fim de 2017. Nota-se uma redução do investimento chinês para o Brasil em 2018, que foi, também, um ano de eleição para Presidente da República, o que costuma atrasar algumas decisões de investimento privadas. De qualquer forma, parecem-nos que haverá, em um primeiro momento, um ajuste para baixo no volume do investimento chinês que se destina ao país, como parte do processo de adaptação das empresas chinesas às novas diretrizes. A atual interação com investidores chineses indica que há maior cautela na seleção de projetos e uma

análise criteriosa sobre a adequação do investimento ao escopo de atuação da empresa e ao mandato de investimento por ela recebido da SASAC.

No médio e longo prazo, os investimentos chineses no Brasil não devem ser largamente impactados pela implementação das novas diretrizes. Deve-se ter em mente que o processo de escolha de novos projetos e de aprovação interna das empresas tendem a ser mais criteriosos e avessos a risco, em um contexto em que os executivos chineses são cobrados com maior ênfase sobre sua responsabilidade pessoal com a decisão de investimento. Trata-se, nesse caso, de uma cobrança pelo incremento profissional das equipes gestoras dos investimentos, o que é positivo para o país receptor do investimento.

CONCLUSÃO

A expansão internacional dos investimentos chineses é instrumento fundamental na nova fase do processo de modernização do país, que almeja um crescimento sustentável no longo prazo, inserido na globalização e socioeconomicamente estável.

Parte significativa do avanço recente do investimento chinês no mundo se deu entre 2014 e 2016, quando foram flexibilizadas as regras internas de aprovação de projetos internacionais e foi abolida a exigência de aprovação prévia de cada projeto. O aumento repentino e em larga escala dos investimentos chineses despertou a atenção do governo para possível fuga de capitais, excesso de endividamento e decisões de investimento consideradas “irracionais”.

As novas diretrizes para o investimento chinês no mundo refletem essa preocupação e encorajam decisões de investimento melhor embasadas, contextualizadas na lógica do mercado e adequadas ao escopo e área de conhecimento do investidor. A classificação dos investimentos como “encorajados”, “restritos” ou “proibidos” direciona os fluxos de capital para projetos de interesse nacional, que combinam rentabilidade das reservas em moeda estrangeira com uma estratégia de maior influência global.

Como reflexo das novas regras de investimento no exterior da China, já se nota alguma redução no investimento chinês para o Brasil em 2018. Parece-nos inevitável haver, em um primeiro momento, um ajuste para baixo no volume

dos fluxos anuais de capital da China para o Brasil, como parte do processo de adaptação das empresas chinesas às novas diretrizes. A atual interação com investidores chineses indica que há maior cautela na seleção de projetos e uma análise criteriosa sobre a adequação do investimento ao escopo de atuação da empresa e ao mandato de investimento por ela recebido da SASAC.

No médio e longo prazo, os investimentos chineses no Brasil não devem ser largamente impactados pelas novas regras, uma vez que as multinacionais chinesas no Brasil desde o início operam em seus setores de especialização e dentro do racional do mercado. Não há fluxos “irracionais” chegando até o Brasil. A única exceção foi a HNA, empresa chinesa privada que foi alvo de preocupação do governo chinês pelo excesso de endividamento e que não foi capaz de cumprir compromissos financeiros assumidos no caso do aeroporto internacional do Rio de Janeiro, segunda maior cidade brasileira. Trata-se, no entanto, de caso isolado.

O processo de identificação de novos projetos e de aprovação interna sob as novas regras tende a ser mais criterioso e avesso a risco, o que pode reduzir o ritmo das decisões. No entanto, mudanças regulatórias que prezem pelo incremento e profissionalização das multinacionais chinesas, bem como dos gestores de seus investimentos, são positivas para o país receptor dos recursos, porque conduzem a projetos sustentáveis no longo prazo e de maior impacto no crescimento econômico local.

ABREVIACÕES

PIB – Produto Interno Bruto

IED – Investimento Estrangeiro Direto

OMC – Organização Mundial do Comércio

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

BOT – Contratos Built-to-Suit

SAFE – State Administration of Foreign Exchange

CIC – China Investment Corporation

NDRC – Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento

MOFCOM – Ministério do Comércio da China

MOF – Ministério das Finanças da China

SASAC – Comissão de Administração e Supervisão de Ativos Estatais do Conselho de Estado da China

MIIT – Ministério da Indústria e da Tecnologia da Informação

PBC – Banco do Povo da China / People’s Bank of China (Banco Central Chinês)

CBRC – Comissão de Regulação Bancária da China

CIRC – Comissão de Regulação de Seguros da China

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- XIUHONG, Ma. 扩大对外开放 加强互利共赢的国际投资合作 / Expanding Opening-up and Strengthening Mutually Beneficial and Win-win International Investment Cooperation. 2007. Disponível em (<http://english.mofcom.gov.cn/article/translators/garden/famousspeech/200706/20070604809498.shtml>). Acesso em: 22 maio 2019.
- Ministério do Comércio da República Popular da China. China’s ODI sees stable development in 2018. Disponível em (<http://english.mofcom.gov.cn/article/counselorsreport/asiareport/201901/20190102827696.shtml>). Acesso em: 22 maio 2019.
- American Enterprise Institute. China Global Investment Tracker. 2005-2018. Disponível em (<http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>). Acesso em: 21 maio 2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão. Boletim Sobre Investimentos Chineses no Brasil n° 7, de 21 de dezembro de 2017. Brasília, Disponível em (<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/arquivos/boletim-investimentos-chineses-no-brasil-no7.pdf>). Acesso em: 19 maio 2019.
- BANCO MUNDIAL. Dados Sobre a China. 2019. Disponível em (<https://data.worldbank.org/country/china>). Acesso em: 21 maio 2019.
- National Bureau of Statistics of China. Statistical Communiqué of the People’s Republic of China on the 2018 National Economic and Social Development. Publicado em: 28 fevereiro 2019. Disponível em (http://www.stats.gov.cn/english/PressRelease/201902/t20190228_1651335.html). Acesso em: 21 maio 2019.
- Yongzhong WANG, Bijun WANG e Guoxue LI. China: Economic Structure Change and Outward Direct Investment. IIS – International Investment Studies. Working Paper N° 201609. Publicado em: 8 maio 2016. Capítulo de: Moving up the Ladder. Kabe et al. (editores). Cingapura, 2016: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd. Disponível em (http://en.iwep.org.cn/papers/papers_papers/201605/W020160509543747417375.pdf).

- Agência de notícias Xinhua. China's foreign trade hits historic high in 2018. Disponível em (http://www.xinhuanet.com/english/2019-01/14/c_137742386.htm). Acesso em: 23 maio 2019.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). FDI in figures. Publicado em: Outubro 2018. Disponível em (<http://www.oecd.org/investment/FDI-in-Figures-October-2018.pdf>). Acesso em: 23 maio 2019.
- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). OECD Data / FDI Stocks. Disponível em (<https://data.oecd.org/fdi/fdi-stocks.htm>). Acesso em: 23 maio 2019.
- Michael J. Enright. *Developing China: The Remarkable Impact of Foreign Direct Investment*. Londres, 2017: Routledge.
- Yu-Wei Hu. Management of China's Foreign Exchange Reserves. *European Economy. Economic Papers* 421. Julho de 2010. Disponível em (http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/economic_paper/2010/pdf/ecp421_en.pdf). Acesso em: 23 maio 2019.
- Xi Jinping. Desenvolver uma diplomacia de grande país com características chinesas. Discurso proferido em 28 de novembro de 2014, na Conferência Central de Trabalho com o Exterior. *A Governança da China II*. Pequim, 2018: Editora de Línguas Estrangeiras Cia. Ltda. Página 545.
- Changhong PEI e Wen ZHENG. China's Outbound Foreign Direct Investment Promotion System. *Research Series on the Chinese Dream and China's Development Path*. Berlin e Heidelberg, 2015: Social Sciences Academic Press e Springer.
- Tang Ziyi. Chart of the Day: China's Nonfinancial Outbound Direct Investment Grows Marginally. *Caixin Global*. Publicado em: 17 janeiro 2019. Disponível em (<https://www.caixinglobal.com/2019-01-17/chart-of-the-day-chinas-nonfinancial-outbound-direct-investment-grows-marginally-101371128.html>). Acesso em: 22 maio 2019.
- Bijun WANG e Kailin GAO. Outward direct investment. Capítulo do livro: *China's 40 Years of Reform and Development*. Ross Garnaut, Ligang Song e Cai Fang (Editores). Publicado por: ANU Press - The Australian National University. Austrália: 2018. Disponível em: press.anu.edu.au. Acesso em: 20 maio 2019.
- KUPFER, David; FREITAS, Felipe Rocha de. *Direções Do Investimento Chinês No Brasil 2010-2016: Estratégia Nacional Ou Busca De Oportunidades*. Rio de Janeiro: Ufjf, (2016). 42 p. Disponível em (http://www.ie.ufjf.br/images/kupfer_e_freitas_2018._direcoes_do_investimento_chines_no_brasil_2010-2016_b9574.pdf). Acesso em: 25 maio 2019.
- MITH, Rob. The world's biggest economies in 2018. *World Economic Forum*. 18 abr. 2018. Disponível em (<https://www.weforum.org/agenda/2018/04/the-worlds-biggest-economies-in-2018/>). Acesso em: 19 maio 2019.

Este livro foi composto na fonte Bulmer MT Regular,
com miolo em papel 100 g/m²
e capa em papel 250 g/m², em junho de 2019.